



RELATÓRIO ANUAL 1991

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

teresse económico e viabilidade, bem como a sua coadunação com os critérios de intervenção do Banco, as orientações das políticas comunitárias e a regulamentação em vigor em matéria de protecção do ambiente e de adjudicação. São igualmente analisadas a situação financeira do promotor, as perspectivas de *cash flow* e as garantias facultadas.

Uma vez concluída a instrução e sob proposta do Comité Executivo do Banco, o Conselho de Administração decide da concessão do financiamento, tendo em conta os pareceres formulados pelo Estado-membro interessado e pela Comissão das Comunidades Europeias.

CARACTERÍSTICAS DOS EMPRÉSTIMOS

Vencimento

O BEI outorga empréstimos a médio e a longo prazo, cujo vencimento depende das características e da vida prevista do projecto. De um modo geral, o vencimento varia entre 7 e 12 anos quando se trate de projectos industriais, podendo prolongar-se até 20 anos ou mais, no que respeita às infra-estruturas.

Divisas

Os empréstimos são desembolsados ao par e, consoante a fórmula escolhida:

- numa só divisa, sobretudo na moeda dos Estados-membros ou em ecus;

- em várias divisas, em cabazes-paralelos cujo vencimento, composição e taxa são pré-determinados, ou em conjuntos de moedas ajustados às disponibilidades do BEI e às preferências dos seus mutuários.

Taxas de juro

O *rating* de primeira ordem («AAA») de que o Banco usufrui permite-lhe obter os seus recursos nas melhores condições do momento.

Dado que não prossegue fins lucrativos, o BEI empresta os fundos obtidos no mercado a uma taxa que é constantemente ajustada, e que corresponde ao custo de mercado de cada moeda, acrescido de uma margem de 0,15% destinada a cobrir as despesas administrativas.

As taxas são fixadas na data de assinatura do contrato, ou na data de cada desembolso (no caso dos contratos a taxa aberta). Os empréstimos são concedidos de um modo geral a taxa fixa, mas também podem sê-lo a taxa revisível após um período determinado, que geralmente medeia entre 4 e 10 anos; podem igualmente ser concedidos a taxa variável, eventualmente convertível em taxa fixa.

Os critérios de determinação das taxas são idênticos para todos os países e sectores. O BEI não concede bonificações de juros, mas estas podem ser outorgadas por entidades terceiras.

* * *

NO EXTERIOR DA COMUNIDADE

Nos termos do n.º 1, 2.º parágrafo, do artigo 18.º dos estatutos, o BEI pode conceder financiamentos no exterior da Comunidade, mediante autorização unânime do Conselho de Governadores.

Esta disposição aplica-se:

- caso a caso, quando se trate de projectos que apresentem um interesse particular para a Comunidade (como por exemplo, comunicações via satélite, abastecimento energético, etc.);

- globalmente, até um montante-limite estipulado por país ou por grupo de países, no âmbito dos acordos, convenções ou decisões que regem a cooperação financeira da Comunidade.

Neste último contexto, a esfera de actividades do BEI estende-se:

- aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico signatários da Convenção de Lomé (Estados ACP) e aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU);

- a doze países da Bacia Mediterrânica;

- a cinco países da Europa Central e Oriental.

Os financiamentos no exterior da Comunidade são concedidos segundo critérios específicos, determinados pelos diferentes acordos de cooperação financeira celebrados.

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

O Banco Europeu de Investimento (BEI), a instituição financeira da Comunidade Europeia, foi criado pelo Tratado de Roma que instituiu a Comunidade Económica Europeia; os seus Estatutos fazem parte integrante do Tratado.

O BEI é uma instituição de direito público, autónoma no seio da Comunidade, e os seus membros são os doze Estados que integram a CEE, os quais subscreveram conjuntamente o seu capital.

Como **instituição comunitária**, o BEI adapta constantemente a sua acção à evolução das políticas comunitárias, promovendo o reforço da coesão económica e social e a realização do Mercado único.

Como **banco**, o BEI trabalha em estreita colaboração com o sector bancário, tanto para obter recursos no mercado de capitais, como para conceder financiamentos.

O BEI outorga empréstimos a partir de recursos próprios, essencialmente constituídos pelo produto dos fundos que obtém no mercado de capitais, mas que incluem também capitais próprios (capital realizado e reservas).

No exterior da CEE, concede também financiamentos a partir de recursos orçamentais da Comunidade ou dos Estados-membros.

Na Comunidade

O Banco está essencialmente vocacionado para contribuir de uma forma concreta para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Comunidade, em conformidade com as regras de uma gestão bancária rigorosa.

Nos termos do artigo 20º dos Estatutos, o Banco vela por que «os seus fundos sejam utilizados da forma mais racional no interesse da Comunidade».

do património arquitectónico e natural;

- ordenamento urbano;
- consecução dos objectivos comunitários no domínio da energia;
- reforço da competitividade internacional da indústria comunitária e da sua integração a nível europeu;
- apoio às actividades das pequenas e médias empresas, no âmbito de empréstimos globais.

INVESTIMENTOS

O BEI financia projectos de entidades públicas e privadas em todos os sectores produtivos, incluindo:

- infra-estruturas,
- energia,
- indústria, serviços e agricultura.

Os projectos de grande dimensão são financiados por meio de **empréstimos individuais** concluídos directamente, ou através de intermediários financeiros. Os investimentos das pequenas e médias empresas, bem como os projectos de menores dimensões no sector das infra-estruturas, ou que visem uma utilização mais racional da energia, ou a

protecção do ambiente, são geralmente financiados por meio de **empréstimos globais**.

Os empréstimos globais são, na prática, linhas de crédito abertas a bancos ou a instituições de crédito de âmbito europeu, nacional ou regional, que afectam as verbas concedidas para financiar diversos investimentos de pequenas e médias empresas ou de autarquias locais, em conformidade com os critérios do BEI.

De um modo geral, o montante do empréstimo concedido pelo Banco não pode exceder 50% do custo do investimento, sendo o saldo coberto por capitais próprios do promotor ou por outros créditos. O BEI facilita o financiamento de programas de investimento, em coordenação com a acção dos Fundos Estruturais e de outros instrumentos financeiros da Comunidade, e os seus empréstimos podem ser combinados com subvenções nacionais ou comunitárias.

Os serviços do BEI procedem à instrução dos projectos, analisando o seu in-

OBJECTIVOS

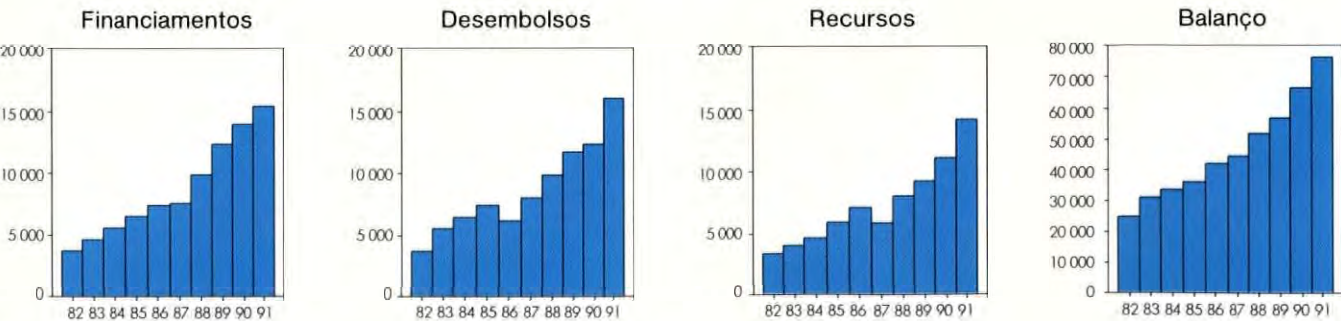
Em conformidade com as orientações definidas no artigo 130º do Tratado de Roma, e tendo em conta a evolução das políticas comunitárias, os investimentos a financiar devem contribuir para um ou mais dos seguintes objectivos:

- desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas;
- melhoria das infra-estruturas de transportes e de telecomunicações de interesse europeu;
- protecção do ambiente e da qualidade de vida, assim como salvaguarda

Dados-Chave
(milhões de ecus)

	1991	1990
Financiamentos		
Montante total	15 338,8	13 393,4
Por conta de recursos próprios	15 165,1	13 325,9
dos quais empréstimos	15 165,1	13 273,4
dos quais garantias	—	52,5
Por conta de outros recursos	173,7	67,5
Na Comunidade	14 422,8	12 680,5
Nos Estados ACP e nos PTU	389,5	153,4
Nos países da Bacia Mediterrânica	241,5	344,5
Nos países da Europa Central e Oriental	285,0	215,0
Recursos obtidos	13 672,3	10 995,6
Em moedas comunitárias	10 001,9	7 833,0
Em moedas não comunitárias	3 670,4	3 162,6
Desembolsos efectuados	15 508,8	11 951,7
Por conta de recursos próprios	15 315,8	11 810,7
Por conta de outros recursos	193,0	141,0
Operações em curso		
Financiamentos por conta de recursos próprios e garantias	72 713,3	61 944,8
Financiamentos por conta de outros recursos	6 337,6	7 058,8
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	58 892,6	48 459,4 (*)
Capital subscrito (em 1 de Janeiro)	57 600,0	28 800,0
realizado e a realizar	4 320,9	2 595,9
Reservas e resultados de gestão	6 718,9	6 860,4
Total do balanço	74 290,7	62 342,4 (*)
Efectivos do Banco	751	724


(*) ver demonstrações financeiras pág. 63



Nota: Os montantes destes gráficos são expressos em milhões de ecus.



RELATÓRIO ANUAL 1991



O presente relatório é igualmente
publicado nas seguintes línguas:

DA	ISBN	92-861-0259-3
DE	ISBN	92-861-0260-7
EN	ISBN	92-861-0262-3
ES	ISBN	92-861-0258-5
FR	ISBN	92-861-0263-1
GR	ISBN	92-861-0261-5
IT	ISBN	92-861-0264-X
NL	ISBN	92-861-0265-8

ISBN 92-861-0266-6
Redacção concluída em 7 de Abril de
1992

ÍNDICE

PRIMEIRA PARTE

Órgãos de chefia	Página
Conselho de Governadores	4
Comité de Fiscalização	4
Conselho de Administração	5
Comité Executivo - Organigrama	6
Preâmbulo	9
O BEI, instituição financeira da Comunidade	11
Actividades	11
Contexto económico	13
Contexto comunitário	17
O BEI em 1991: financiamentos na Comunidade	23
Apresentação por objectivos de política comunitária	26
Apresentação por países	35
O BEI em 1991: financiamentos no exterior da Comunidade	44
Nos Estados ACP e nos PTU	44
Nos países da Bacia Mediterrânica	48
Nos países da Europa Central e Oriental	50
Recursos obtidos em 1991	51
Evolução do mercado de capitais	51
Actividade do BEI no mercado de capitais	52
Resultados de Gestão	59
Estrutura do BEI	60

Caixas

Aumento do capital em 1991: 57 600 milhões (p. 16) — O BEI e o Tratado da União Europeia (p. 18) —
— Cooperação internacional e assistência técnica para melhorar o ambiente (p. 20) — Os empréstimos
globais na Comunidade (p. 24) — O BEI e as grandes infra-estruturas ferroviárias (p. 28) — Transporte e
distribuição de electricidade (p. 40) — da Terceira à Quarta Convenção de Lomé (p. 46) — Desembolsos
e valores em curso (p. 56)

SEGUNDA PARTE

Demonstrações Financeiras	63
Lista dos financiamentos	80
Quadros estatísticos	95
Notas ao Leitor	113

CONSELHO DE GOVERNADORES

Composição em 1 de Junho de 1992

Presidente

Bertie AHERN (Irlanda)

Albert REYNOLDS (Irlanda),
até Novembro de 1991

Pierre BÉRÉGOVOY (França),
até Junho de 1991

BÉLGICA

Philippe MAYSTADT, Ministro das Finanças

DINAMARCA

Henning DYREMOSE, Ministro das Finanças

ALEMANHA

Theo WAIGEL, Ministro Federal das Finanças

GRÉCIA

Stephanos MANOS, Ministro da Economia Nacional

Efthymios CHRISTODOULOU, Ministro da Economia Nacional,
até Fevereiro de 1992

Georgios SOUFLIAS, Ministro da Economia Nacional,
até Janeiro de 1991

ESPAÑHA

Carlos SOLCHAGA CATALÁN, Ministro da Economia e das Finanças

FRANÇA

Michel SAPIN, Ministro da Economia e das Finanças

Pierre BÉRÉGOVOY, Ministro de Estado, Ministro da Economia, das Finanças e do Orçamento,
até Abril de 1992

IRLANDA

Bertie AHERN, Ministro das Finanças

Albert REYNOLDS, Ministro das Finanças, *até Novembro de 1991*

ITÁLIA

Guido CARLI, Ministro do Tesouro

LUXEMBURGO

Jacques SANTER, Primeiro Ministro, Ministro de Estado, Ministro do Tesouro

PAÍSES BAIXOS

Wim KOK, Ministro das Finanças

PORTUGAL

Jorge BRAGA DE MACEDO, Ministro das Finanças

Luis Miguel C. Pizarro BELEZA, Ministro das Finanças,
até Outubro de 1991

REINO UNIDO

Norman LAMONT, Chanceler do Tesouro

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

Composição em 1 de Junho de 1992

Presidente

Albert HANSEN, Secretário-Geral do Conselho do Governo, Luxemburgo

Constantin THANOPOULOS, Vice-Governador, Banco Nacional de Crédito Predial de Grécia,
Atenas, *até Junho de 1991*

Membros

Albert HANSEN

João PINTO RIBEIRO, Juiz Conselheiro, Tribunal de Contas, Lisboa

Constantin THANOPOULOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição em 1 de Junho de 1992

Presidente: Ernst-Günther BRÖDER

Vice-Presidentes:

Lucio IZZO

Alain PRATE

Ludovicus MEULEMANS

Roger LAVELLE

Hans DUBORG

José de OLIVEIRA COSTA, a partir de Janeiro de 1992

Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS exerceu as funções de Vice-Presidente até Dezembro de 1991, sendo subseqüentemente nomeado Vice-Presidente honorário.

Administradores

Luigi ARCUTI
Bruno BIANCHI
Richard BRANTNER
Corneille BRÜCK
Manuel CONTHE GUTIÉRREZ

Jos de VRIES

Mario DRAGHI
Huw P. EVANS
Vicente J. FERNÁNDEZ

Manuel E. FRANÇA E SILVA
Winfried HECK
Philippe JURGENSEN
Yves LYON-CAEN
Rudolf MORAWITZ
Miguel MUÑIZ DE LAS CUEVAS
Maurice O'CONNELL
Giovanni RAVASIO

Alexander J. O. RITCHIE
Denis SAMUEL-LAJEUNESSE

Mario SARCINELLI
Michael J. SOMERS
Lars TYBJERG

Jan H. G. VANORMELINGEN
Roy WILLIAMS
Dimitrios ZACHARIADIS-SOURAS

David BOSTOCK
Pierre DUQUESNE

L. Fernanda FORCIGNANÒ

Daniel GIROUX

M.J.L. JONKHART
Eberhard KURTH

Horst MOLTRECHT
Maurice O'CONNELL
Thomas O'DWYER

Oliver PAGE
Eckard PIESKE
Hélène PLOIX

Giovanni SACCO
Michael J. SOMERS
J. I. C. TOSCANO

Presidente dell'Istituto Mobiliare Italiano, Roma
Condirettore Centrale, Banca d'Italia, Roma
Sprecher des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Francoforte
Président du Conseil d'administration de la Banque et Caisse d'Épargne de l'État, Luxemburgo
Director General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid, até Fevereiro de 1991
Plaatsvervangend Directeur, Directie Buitenlandse Financiële Betrekkingen, Ministério das Finanças, Haia
Direttore Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma, a partir de Abril de 1991
Deputy Secretary (Overseas Finance), Tesouro, Londres
Subdirector General del Tesoro y Política Financiera, Ministério da Economia e das Finanças, Madrid, a partir de Março de 1991
Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, a partir de Fevereiro de 1991
Ministerialdirigent, Ministério Federal das Finanças, Bona
Directeur Général de la Caisse Centrale de Coopération Économique, Paris
Président Directeur Général du Crédit National, Paris, a partir de Setembro de 1991
Ministerialdirigent, Ministério Federal da Economia, Bona
Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid
Second Secretary, Ministério das Finanças, Dublin, a partir de Abril de 1991
Director-Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas
Former Chairman, The Union Discount Company of London, plc, Londres
Chef du Service des Affaires Internationales, Direction du Trésor, Ministério da Economia e das Finanças, Paris
Direttore Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma, até Março de 1991
Chief Executive, National Treasury Management Agency, Dublin, até Março de 1991
Member of the Board of Directors of the European Bank for Reconstruction and Development, Londres
Directeur-generaal van de Administratie der Thesaurie, Ministério das Finanças, Bruxelas
Deputy Secretary, Ministério do Comércio e da Indústria, Londres
Antigo Consultor do Ministro da Economia Nacional, Ministério da Economia Nacional, Atenas

Suplentes

Under Secretary, European Community Group, Tesouro, Londres
Sous-Directeur des Affaires Multilatérales, Direction du Trésor, Ministério da Economia e das Finanças, a partir de Maio de 1991
Direttore Generale dei Servizi Speciali e del contenzioso del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma
Sous-Directeur des Affaires Multilatérales, Direction du Trésor, Ministério da Economia, das Finanças e do Orçamento, Paris, até Abril de 1991
President-Directeur, De Nationale Investeringsbank N.V., Haia
Ministerialdirektor, Ministério Federal da Cooperação Económica, Bona, a partir de Setembro de 1991
Ministerialdirektor i. R., Ministério Federal da Cooperação Económica, Bona, até Agosto de 1991
Second Secretary, Ministério das Finanças, Dublin, até Março de 1991
Director-Geral da Coordenação das Políticas Estruturais, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas
Head of the Developing World Division, Bank of England, Londres
Ministerialdirigent, Ministério Federal das Finanças, Bona
Directeur Général Adjoint chargé de la direction des activités bancaires et financières à la Caisse des Dépôts et Consignations, Paris
Dirigente Superiore, Direzione Generale del Tesoro, Ministério do Tesouro, Roma
Chief Executive, National Treasury Management Agency, Dublin, a partir de Abril de 1991
Subdirector-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, Lisboa, a partir de Fevereiro de 1991

COMITÉ EXECUTIVO

Composição em 1 de Junho de 1992

Presidente: Ernst-Günther BRÖDER

Vice-Presidentes: Lucio IZZO

Alain PRATE

Ludovicus MEULEMANS

Roger LAVELLE

Hans DUBORG

José de OLIVEIRA COSTA, a partir de Janeiro de 1992

Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS, até Dezembro de 1991

Organigrama

em 1 de Junho de 1992

Grupo Consultivo: Dieter HARTWICH, Eugenio GREPPI, Philippe MARCHAT e Herbert CHRISTIE

Secretário-Geral

Dieter HARTWICH, Director

Direcção da

Administração-Geral

DIRECTORES DE DEPARTAMENTO

Auditoria Interna
Informação e Relações Públicas
Coordenação

CHEFES DE DIVISÃO

Jean-Claude CARREAU
Karl Georg SCHMIDT
Andrew ALLEN

Pessoal

Ronald STURGES

Administração do Pessoal
Política do Pessoal

Rémy JACOB
Gerlando GENUARDI
Jörg-Alexander UEBBING
(Assessor de Direcção)

Secretariado e Assuntos Gerais

Bruno EYNARD

Gabinete de Representação em Bruxelas
Secretariado
Tradução
Serviços Internos

Joachim MÜLLER-BORLE
Peter HELGER
Christopher SIBSON
Adriaan ZILVOLD

Serviços de Gestão

Roger ADAMS

Organização e Métodos
Informática
Orçamento

Dominique de CRAYENCOUR
Ernest ERPELDING
Hugo WOESTMANN

Financiamentos na

Comunidade

Direcção 1

Eugenio GREPPI, Director ⁽¹⁾

Operações na Itália, Roma

Giorgio RATTI, Director Central
Ernest LAMERS

Filippo MANZI
Alain BELLAVOINE
Agostino FONTANA
Caroline REID

Operações na Dinamarca, na Alemanha e em Espanha

José OLIVA MARÍN

Gabinete de Madrid

Fridolin WEBER-KREBS
Walter CERNOIA
Fernando DE LA FUENTE
(Chefe do gabinete)

Direcção 2

Pitt TREUMANN, Director

Operações na França, na Grécia, na Bélgica, no Luxemburgo e nos Países Baixos

Gérard d'ERM

Gabinete de Atenas

Jean-Louis BIANCARELLI
Konstantin ANDREPOULOS
Christian CAREAGA
Arghyro YARMENITOU
(Chefe do gabinete)

Operações no Reino Unido, no Mar do Norte, na Irlanda e em Portugal

Francis CARPENTER

Gabinete de Lisboa

Gabinete de Londres

Brian FEWKES
Jos VAN KAAM
Richard POWER
Thomas BARRETT
(Assessor de Direcção)
Filipe CARTAXO
(Chefe do gabinete)
Guy BAIRD
(Chefe do gabinete)

Unidades organizacionais ligadas
às Direcções 1 e 2

Coordenação

Administração dos financiamentos

Thomas HALBE

André DUNAND

Manfred KNETSCH
Alessandro MORBILLI
José Manuel MORI
Andreas VERYKIOS

⁽¹⁾ Dirige igualmente o grupo de coordenação de todas as operações na Comunidade.

Organigrama (cont.)

Direcção dos Financiamentos no exterior da Comunidade

Jacques SILVAIN, Director

DIRECTORES DE DEPARTAMENTO

Coordenação
Apoio ao controlo dos financiamentos
Unidade Europa de Leste

ACP 1
Thomas OURSIN

ACP 2
Rex SPELLER

Países Mediterrânicos
Pietro PETTOVICH

CHEFES DE DIVISÃO

Martin CURWEN
Alfred KAWAN
Terence BROWN
Christopher KNOWLES
(Assessor de Direcção)

Jacqueline NOËL
Patrick THOMAS
Guy BERMAN

Justin LOASBY
Nicolas URMES
Claudio CORTESE

Jean-Paul SEILLER
Robert WILSON

Direcção das Finanças e da Tesouraria

Philippe MARCHAT, Director

Mercado de Capitais
Ulrich DAMM

Tesouraria
Luc WINAND

Contabilidade Geral
François ROUSSEL

Coordenação

Henri-Pierre SAUNIER
Jean-Claude BRESSON
Ulrich MEIER
Thomas HACKETT
Joseph VOGTEN

Lucio RAGUSIN
Eberhard UHLMANN
Ralph BAST
Iain JAMIESON

Charles ANIZET
Luis BOTELLA MORALES

Direcção de Estudos

Herbert CHRISTIE, Director

Estudos Económicos na Comunidade
Michel DELEAU

**Estudos Económicos no exterior da
Comunidade**
Luigi GENAZZINI

Estudos Financeiros
Alfred STEINHERR

Documentação e Biblioteca

Jacques GIRARD
Patrice GÉRAUD
Carlo BOLATTI
Horst FEUERSTEIN
Mateu TURRO CALVET

Stephen McCARTHY
Daniel OTTOLENGHI
Henri BETTELHEIM
(Assessor de Direcção)

Pier Luigi GILIBERT
Marie-Odile KLEIBER

Direcção dos Assuntos Jurídicos

Xavier HERLIN ⁽¹⁾

Giannangelo MARCHEGANI
Roderick DUNNETT
Marc DUFRESNE
Robert WAGENER
Hans-Jürgen SEELIGER

Serviço de Consultores Técnicos

CHEFE DE GRUPO

Agro-indústria
Jean-Jacques SCHUL ⁽²⁾

Indústria transformadora e electrónica
J. Garry HAYTER

Petro-energia, indústria química e aeronáutica
Hemming JØRGENSEN

Energia eléctrica, minas e resíduos sólidos
Günter WESTERMANN

Infra-estuturas
Peter BOND

CONSULTORES TÉCNICOS

Peder PEDERSEN

Patrick MULHERN
Bernard BÉLIER

Jean-Jacques MERTENS
Richard DEELEY

René VAN ZONNEVELD
Gerhart GERECHT
(Assessor de Direcção)

Jean-Pierre DAUBET
Philippe OSTENC
Luis LÓPEZ RODRÍGUEZ

⁽¹⁾ Com funções de director desde 1. 1. 1991.

⁽²⁾ Assegura a coordenação das actividades do serviço dos CT.



PREÂMBULO

O Tratado da União Europeia, assinado no início de 1992, prepara o caminho para o desenvolvimento futuro da Comunidade. O Banco Europeu de Investimento, como instituição financeira da Comunidade, tem importantes tarefas a desempenhar neste contexto e consequentemente, assume uma responsabilidade particular na consecução da União.

Os objectivos económicos da União Europeia coadunam-se com as metas visadas pelo BEI na sua acção de promoção do desenvolvimento harmonioso da Comunidade e do reforço do seu potencial económico. O protocolo relativo à coesão económica e social confirma que a principal tarefa do Banco consiste em facultar fundos para a realização de investimentos economicamente justificados nas regiões menos favorecidas. O novo tratado preconiza a execução de uma política comum nos domínios em que o Banco já está empenhado e em que dispõe de uma vasta experiência: a implantação de redes transeuropeias de comunicações e de transmissão de energia, o desenvolvimento da competitividade industrial, a protecção do ambiente e a cooperação para o desenvolvimento com países terceiros.

Em 1991, o BEI mobilizou um volume de recursos superior ao de todas as restantes instituições financeiras, tendo obtido 13 700 milhões de ecus no mercado de capitais, e concedido financiamentos num valor superior a 15 300 milhões de ecus. A sua posição de primeira ordem no mercado financeiro internacional permite-lhe mobilizar fundos vultosos, nas melhores condições do momento, para a realização de projectos que concretizam os objectivos da Comunidade. O BEI complementa a acção do sector bancário, pondo à disposição o seu profissionalismo e os seus conhecimentos específicos da Comunidade, com vista à realização de projectos válidos. Em 1991, contribuiu para a concretização de projectos que orçaram em cerca de 60 000 milhões de ecus, verba que corresponde a 6% da formação bruta de capital fixo nos Estados-membros, nesse ano.

Estes resultados, que representam um acréscimo de 15% em relação ao exercício anterior, foram obtidos num contexto político e financeiro em plena mutação, o que ilustra a capacidade do BEI, como instituição comunitária e como banco, de adaptar a sua acção às tarefas que lhe são cometidas, desenvolvendo simultaneamente o seu carácter específico. Ciente da evolução previsível do contexto de actividades, o Banco empreendeu, à luz de estudos efectuados por consultores externos, um processo de adaptação dos seus métodos e das suas estruturas de chefia.

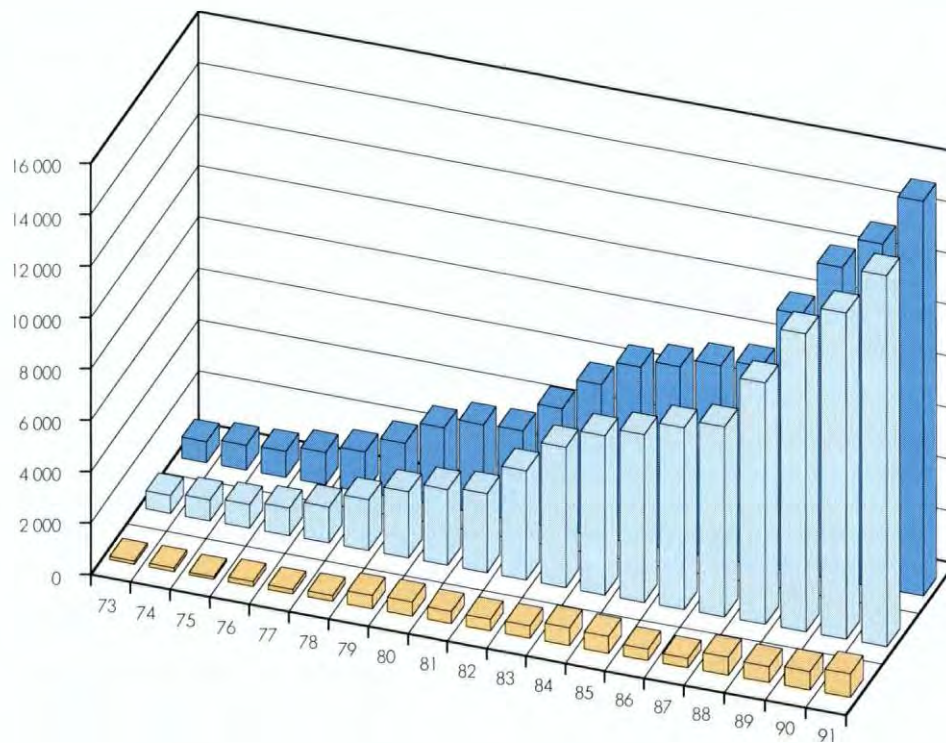
É, pois, intensificando a sua acção, mais do que alterando os seus critérios e prioridades, que o BEI promoverá o reforço da integração comunitária. Encontra-se numa posição que lhe permite mobilizar as verbas vultosas necessárias à realização do espaço económico europeu, sem para tal sobrecarregar as finanças públicas dos Estados-membros, podendo também pelo rigor com que aprecia e selecciona os projectos, canalizar eficazmente os recursos para regiões ou sectores económicos em que os seus efeitos serão mais úteis e duradouros.

O Banco Europeu de Investimento está, pois, empenhado em prosseguir a sua acção em favor do progresso e da integração da economia europeia, num espaço unificado que beneficiará da supressão dos riscos cambiais, à medida que se vai implantando a moeda única, e da redução dos custos de produção, decorrentes de economias de escala. Neste sentido, continuará a dar a maior atenção à análise e ao acompanhamento dos projectos que financia, não só para se certificar da respectiva viabilidade económica, como também, para controlar a sua realização, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Comunidade.

Ernst-Günther BRÖDER
Presidente

Financiamentos (contratos assinados) de 1973 a 1991

(milhões de ecus correntes)



■ Total
■ Na Comunidade
■ No exterior da Comunidade

O BEI, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DA COMUNIDADE

Actividade em 1991

A missão do Banco Europeu de Investimento como instituição financeira da Comunidade consiste em contribuir para o desenvolvimento equilibrado, a integração e a coesão económica e social de todos os Estados-membros. Nesse sentido, faculta recursos bancários para apoiar o financiamento de in-

vestimentos na Comunidade. As actividades do BEI também abrangem países terceiros com os quais a Comunidade celebrou acordos de cooperação económica e financeira.

No cumprimento da sua missão, o BEI concede empréstimos por conta de re-

ursos próprios e garantias (ver nota 5e pág. 114), intervindo também, sobretudo no exterior da Comunidade, sob mandato e por conta de recursos orçamentais da Comunidade ou dos Estados-membros; estes financiamentos são contabilizados fora do balanço, na Secção Especial (ver pág. 66).

Os contratos de financiamento assinados em 1991 atingiram um total de 15 339 milhões ⁽¹⁾ (13 393 milhões em 1990), o que corresponde a um acréscimo de 14,5% a preços correntes, e de 9,1% em termos reais (ver nota 7 pág. 114).

Os empréstimos por conta de recursos próprios cifraram-se em 15 165 milhões (13 326 milhões na forma de empréstimos e de garantias em 1990) e os financiamentos a partir de outros recursos, em 174 milhões (68 milhões em 1990).

⁽¹⁾ Salvo indicação em contrário, todos os valores indicados neste relatório são expressos em ecus, e foram arredondados ao milhão.

Para poder satisfazer o elevado volume de pedidos de desembolso (15 316 milhões, contra 11 811 milhões em 1990), o BEI aumentou substancialmente a **angariação de recursos no mercado de capitais**; esta atingiu os 13 672 milhões, correspondendo a um acréscimo de 24% em relação a 1990 (10 996 milhões). Cerca de 75% dos fundos foram obtidos a médio e a longo prazo a taxa fixa, e 25%, a taxa variável, dos quais 8% a curto prazo.

Cerca de 75% dos recursos foram obtidos em moedas comunitárias, lideradas pelo terceiro ano consecutivo pelo ecu (2 500 milhões, representando mais de 18% do total dos fundos angariados).

Os créditos para investimentos **na Comunidade** ascenderam a 14 423 milhões (dos quais 39 milhões a cargo de recursos do NIC — ver lista pág. 83). Este valor representa um acréscimo de 14% num ano, e uma média anual de 15% desde a adesão de Espanha e de Portugal, em Janeiro de 1986.

Foram financiados projectos em todos os Estados-membros da Comunidade, tendo-se registado um acentuado aumento da actividade em Espanha, em Portugal, na Grécia e também na Alemanha, onde o mesmo resultou do desenvolvimento das operações nos *Länder* orientais.

Quadro 1: **Montante dos contratos assinados em 1991 e de 1987 a 1991**

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

	1991		1987-1991	
	Milhões de ecus	%	Milhões de ecus	%
Empréstimos por conta de recursos próprios e garantias	15 165,1	98,9	57 184,1	97,3
na Comunidade	14 383,6	93,8	54 543,2	92,8
dos quais empréstimos	14 383,6	93,8	54 305,7	92,4
dos quais garantias	—	—	237,5	0,4
fora da Comunidade	781,5	5,1	2 640,9	4,5
Financiamentos por conta de outros recursos	173,7	1,1	1 586,8	2,7
na Comunidade	39,2	0,3	922,8	1,6
fora da Comunidade	134,5	0,9	664,0	1,1
Total geral	15 338,8	100,0	58 770,9	100,0
na Comunidade	14 422,8	94,0	55 465,9	94,4
fora da Comunidade	916,0	6,0	3 305,0	5,6

O Tratado da União Europeia sublinhou a importância da acção do BEI em favor da coesão económica e social. Os financiamentos nas regiões menos favorecidas da Comunidade, principal objectivo do BEI, representaram cerca de 63% do total, tendo registado um aumento superior a 1 000 milhões. Cerca de 90% das verbas destinaram-se às regiões abrangidas pelas acções estruturais da Comunidade.

O BEI contribui também para o reforço da coesão económica e social da Comunidade, financiando o desenvolvimento de redes de infra-estruturas que asseguram as comunicações entre as diferentes regiões e que facilitam as ligações de interesse comunitário. Além disso, concede créditos para os investimentos necessários à protecção do am-

biente e à melhoria da qualidade de vida, ou que visam a exploração dos recursos energéticos da Comunidade e a diversificação das suas fontes de abastecimento.

Na sua acção em favor de investimentos do sector produtivo, o BEI dá uma importância especial ao reforço da competitividade internacional da indústria comunitária e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, cujo dinamismo e impacto no emprego são muito importantes, sobretudo a nível regional.

A orientação dos financiamentos do BEI reflecte o seu empenhamento na prossecução dos objectivos da Comuni-

dade, e a sua capacidade de propor condições de financiamento adequadas às necessidades dos investidores.

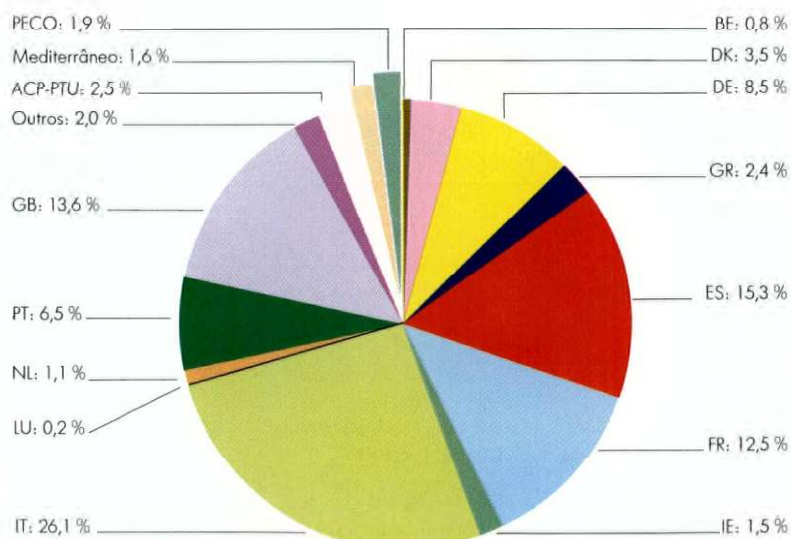
No exterior da Comunidade, os financiamentos cifraram-se em 916 milhões (713 milhões em 1990), dos quais 781,5 milhões a cargo de recursos próprios e 134,5 milhões a cargo de recursos orçamentais (ver lista pág. 91). A entrada em vigor da Quarta Convenção de Lomé permitiu aumentar substancialmente os financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU). Foram também prosseguidas as actividades nos países do sul do Mediterrâneo e nos países da Europa Central e Oriental (PECO) abrangidos pelos financiamentos do Banco.

Montante dos Contratos assinados
(milhões de ecus)

1991		1990
115,6	Bélgica	206,3
538,6	Dinamarca	564,7
1 300,1	Alemanha	863,5
366,9	Grécia	176,3
2 342,5	Espanha	1 942,0
1 924,4	França	1 684,6
237,0	Irlanda	217,7
4 000,7	Itália	3 855,7
28,6	Luxemburgo	11,8
175,4	Países Baixos	245,3
1 002,1	Portugal	794,7
2 090,5	Reino Unido	1 892,8
300,4	Outros (*)	225,1
14 422,8	Comunidade	12 680,5
389,5	ACP-PTU	153,4
241,5	Mediterrâneo	344,5
285,0	PECO	215,0
15 338,8	Total	13 393,4

(*) Projectos de interesse comunitário situados fora de território dos Estados-membros (ver nota 5d pág.113)

Distribuição da actividade por países e regiões 1991 (*)



(*) Para as abreviações, ver nota 3, pág. 113.

Contexto económico

1991: UM ANO DE FRACO CRESCIMENTO

No conjunto dos países da OCDE, 1991 foi um ano de fraco crescimento, em que a actividade económica apenas registou um acréscimo de pouco mais de 1% (contra 2,6% em 1990) ⁽¹⁾. Os sinais

de abrandamento observados em diversos países a partir de meados de 90, após quatro anos de franco crescimento, ampliaram-se durante o primeiro semestre de 1991, em resultado da crise do Golfo, da recessão da economia americana, das mudanças ope-

radas na Europa Central e Oriental e, sobretudo, da desagregação da União Soviética. O crescimento foi muito fraco em todo o mundo, da ordem dos 0,2%, verificando-se um novo retraimento das trocas internacionais e uma degradação da situação laboral.

Na Comunidade, o crescimento económico registou uma quebra nítida em 1991, cifrando-se em 1,3%, contra 2,8% em 1990, 3,3% em 1989 e 4% em 1988. Esta taxa, a mais baixa desde 1982, resulta de uma diversidade de causas, de taxas de crescimento diferentes e de situações contrastantes, com a Alemanha ⁽²⁾ (+ 3,4%) num extremo e o Reino Unido (-2,2%) no outro.

Depois do crescimento acumulado de cerca 30% nos últimos cinco anos, o in-

vestimento global retraiu-se substancialmente, tendo baixado em termos reais (-0,3%) pela primeira vez desde a recessão de 1981-1982. Este recuo reflecte sobretudo a previsão pelas empresas da evolução da procura, a manutenção de taxas de juro elevadas e um certo declínio da rentabilidade do capital.

Os investimentos em bens de equipamento também se retraíram: -0,9% (contra um crescimento de 4,9% em 1990 e de 8,5%, 11,2% e 8,3% nos três anos anteriores), tendo diminuído em termos reais na Irlanda (-5%), em Espanha (-2,5%), em França (-3,4%), na Itália (-1,1%) e sobretudo no Reino Unido (-12%). Nos restantes países, continuaram a aumentar, mas a um ritmo em geral mais brando que nos anos anteriores. Na Alemanha, a taxa de crescimento manteve-se alta, da ordem dos 9%.

A degradação da situação económica e o nível elevado das taxas de juro afectaram também o investimento no sector da construção, que registou um declínio em termos reais.

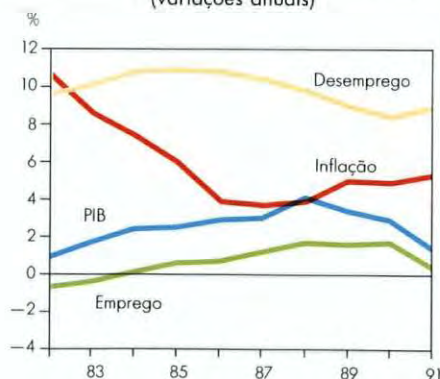
Nestas condições, a criação de postos de trabalho desacelerou-se muito (+0,3%, contra +1,6% em 1990), com grandes variações entre países. O desemprego agravou-se, atingindo 8,9%

da população activa, contra 8,3% em 1990.

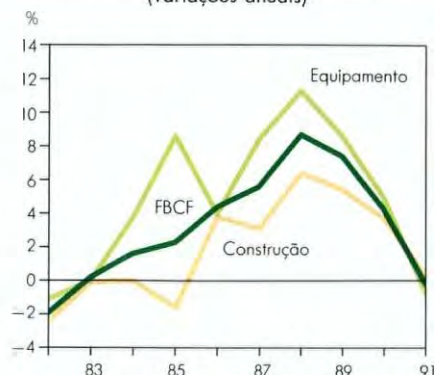
⁽¹⁾ As estatísticas macroeconómicas deste capítulo são extraídas dos orçamentos económicos de 1992-1993 publicados pela Comissão e das Perspectivas Económicas da OCDE. Foram revistas no início de 1992, mas têm ainda um carácter provisório. As taxas de crescimento relativas aos agregados físicos são expressas em volume. A inflação é medida pelo índice de preços ao consumidor. Ver lista de abreviaturas pág. 114.

⁽²⁾ Os dados relativos à Alemanha não incluem os novos *Länder* alemães, salvo os referentes às balanças comerciais e de transacções correntes a partir de 1991.

PIB, inflação, emprego e desemprego
(variações anuais)



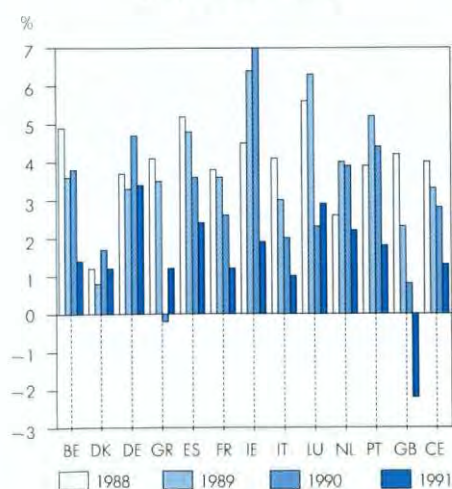
FBCF e suas componentes
(variações anuais)



A inflação subiu (5,2% contra 4,8%); a disparidade entre os diferentes países foi, no entanto, menor, observando-se uma ligeira melhoria da situação nos países com uma taxa de inflação acima da média e um agravamento na maioria dos países com taxas mais baixas.

A balança comercial da Comunidade, que manteve um equilíbrio relativo em 1990, registou um défice de cerca de 0,5% do PIB em 1991. Este défice reflecte a retracção do excedente comercial alemão, decorrente da aceleração da procura interna provocada pela unificação. O défice da balança de transacções correntes poderá também aumentar e atingir os -0,9% do PIB, contra -0,3% em 1990.

PIB
(taxa de crescimento)

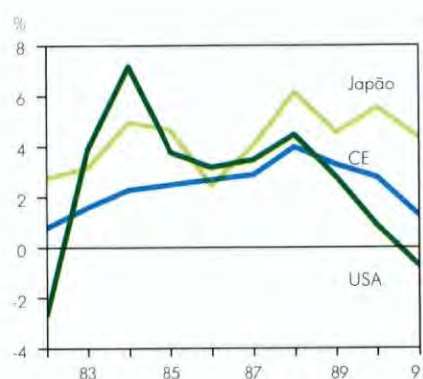


Nos **Estados Unidos**, o abrandamento da actividade económica acentuou-se e a taxa de crescimento do PIB passou a ser negativa (-0,7%, contra 0,9% em 1990). A retracção do consumo privado e público, a queda dos investimentos privados e da construção de habitações, acentuada pelo declínio dos créditos ao consumidor e dos empréstimos bancários, conduziu a esta recessão, apesar de uma certa liberalização da política monetária. As tensões inflacionistas reduziram-se ligeiramente, enquanto o défice do orçamento federal voltou a agravar-se e o desemprego aumentou significativamente.

A nova retracção das importações e os bons resultados das exportações contribuíram para a redução do défice da balança comercial (-1,3% do PIB contra -2% em 1990) e para o quase equilíbrio da balança de transacções correntes (-0,2% do PIB), tendo as entradas de capitais decorrentes da Guerra do Golfo também constituído um factor desse equilíbrio.

No **Japão**, o crescimento económico abrandou, mas manteve um nível elevado, em particular durante o primeiro

PIB/PNB:
comparação internacional
(variações anuais)

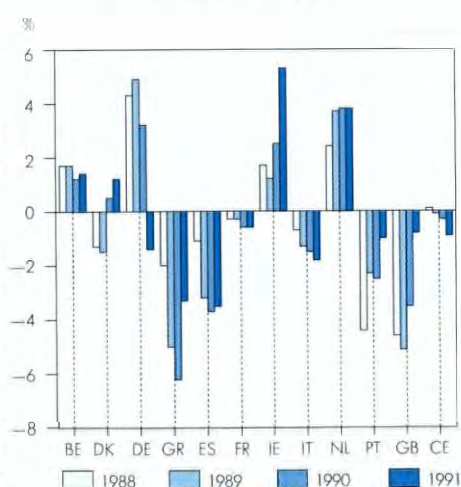


semestre. O PNB aumentou 4,4%, contra 5,6% em 1990.

Os investimentos registaram um aumento de 4,6%, contra 10,8% em 1990. O consumo privado e os investimentos públicos mantiveram-se a um bom nível. A produção industrial, por seu turno, recuou, travando o crescimento das importações de produtos manufacturados e de matérias primas, enquanto as exportações para a Europa e para o Sudeste Asiático aumentaram.

O excedente comercial e o da balança de transacções correntes terão portanto aumentado para cerca de 2,9% e 2,2% do PIB, respectivamente, invertendo a tendência decrescente observada nos últimos anos.

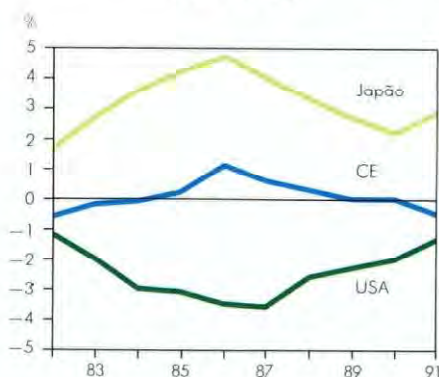
Balanças de transacções correntes
(em relação ao PIB)



Em **África**, a situação continua a ser crítica. As reformas estruturais, já adoptadas pela maioria dos países, conseguiram em certos casos reduzir ligeiramente os desequilíbrios financeiros, mas por enquanto tiveram pouco impacto em termos de produção, de crescimento económico e de bem-estar das populações. Em 1991, o crescimento do PIB não compensou a expansão demográfica.

Além disso, as dificuldades económicas internas foram agravadas pelo contexto internacional desfavorável, em

Balanças comerciais Fob/Fob:
comparação internacional
(em % do PIB)



particular, pela degradação dos termos de troca e a quase estagnação dos mercados de exportação, para além do clima de tensão existente e da ocorrência de crises políticas em diversos países.

Nos **países da Bacia Mediterrânica**, a instabilidade do ambiente internacional e a fraca procura por parte dos países mais desenvolvidos contribuíram para atrasar o relançamento que se esperava depois do conflito do Golfo. Não foi possível compensar a perda de remessas de trabalhadores emigrados, o colapso das trocas comerciais com os países beligerantes, a quebra da ajuda financeira prestada pelos países do Golfo e a redução substancial do fluxo de turistas.

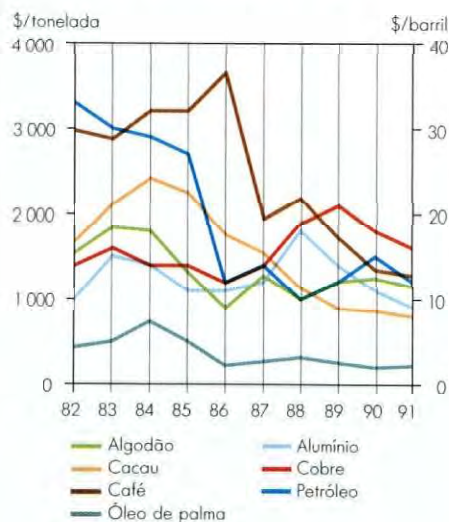
Estes factores negativos contribuíram para a degradação das finanças públicas e da balança de transacções correntes da maioria destes países. Só próximo do fim do ano é que surgiram sinais de recuperação.

Nos países da **Europa Central e Oriental** em geral, o PIB desceu cerca de 15%, reflectindo sobretudo o colapso das trocas entre países do ex-Comcon e a instauração de políticas monetárias e fiscais restritivas. Este colapso da actividade foi acompanhado de um agravamento dramático do desemprego e de uma elevada inflação.

No que respeita às contas com o exterior, a redução das importações compensou a queda das exportações; estas carecem de novos mercados, alguns dos quais poderão ser encontrados na

Comunidade, no quadro de acordos de associação. A ajuda financeira internacional continuou a ser significativa, mas o investimento privado manteve-se muito reduzido. O apoio dos países ocidentais continua a ser vital para o êxito do difícil processo de ajustamento estrutural e de estabilização, tanto em termos económicos, como políticos.

Evolução do preço de certas
matérias primas
(dólares constantes 1985)



AUMENTO DO CAPITAL EM 1991 PARA 57 600 MILHÕES

Em 1 de Janeiro de 1991, nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1990, entrou em vigor a duplicação do capital subscrito do BEI, o qual passou a cifrar-se em 57 600 milhões de ecus.

O limite máximo para os empréstimos e garantias em curso, que nos termos dos Estatutos do Banco não deve ser superior a duas vezes e meia o capital subscrito, passou assim a ser de 144 000 milhões de ecus. Os financiamentos em curso (que em 1990 atingiram cerca de 62 000 milhões) ascenderam em finais de 1991 a cerca de 72 700 milhões, soma que representa um pouco mais de metade do novo limite estatutário. O BEI dispõe agora de uma maior margem de manobra para desenvolver as suas actividades de concessão e de obtenção de financiamentos.

Este aumento do capital testemunha o apoio reiterado dos accionistas do BEI, os Estados-membros da Comunidade, e contribui para que este possa manter o *rating* de primeira ordem de que goza no mercado.

O aumento do capital subscrito resulta da transferência para o capital realizado de 1 225 milhões das reservas suplementares ⁽¹⁾ e ainda, de novas subscrições dos Estados-membros, no valor total de 27 575 milhões.

O capital exigido passou de 2 596 milhões para 4 321 milhões, com a adição dos 1 225 milhões acima referidos e de uma parcela de 500 milhões da nova subscrição dos Estados-membros, a realizar em dez semestralidades iguais a partir de Abril de 1994 (ver Demonstrações Financeiras, pág. 64).

Deste modo, desde 1 de Janeiro de 1991, a parcela realizada e a realizar do capital do Banco representa 7,5% do capital subscrito.

⁽¹⁾ O artigo 24º dos Estatutos estipula que o BEI deve constituir um fundo de reserva até à concorrência de 10% do capital subscrito. Em finais de 1986, este atingiu o limite máximo de 2 880 milhões de ecus. Nos termos do mesmo artigo, o Conselho de Administração constituiu reservas suplementares que se cifravam, em finais de 1990, em cerca de 4 000 milhões de ecus, incluindo os excedentes de gestão do exercício.

Aumentos do capital subscrito do Banco



		Aumento	
		Data	Milhões de ecus
Capital inicialmente subscrito (BE, DE, FR, IT, LU e NL)		1958	1 000
Aumento	26.04.1971	+	500
Adesão (DK, IE, GB)	01.01.1973	+	525
Aumento	01.01.1976	+	1 518,75
Aumento	01.01.1979	+	3 543,75
Adesão (GR)	01.01.1981	+	112,50
Aumento	31.12.1981	+	7 200
Aumento	01.01.1986	+	12 108,15
Adesão (ES e PT)	01.01.1986	+	2 291,85
Aumento	01.01.1991	+	28 800
Capital subscrito			57 600
(Total em 01.01.1991)			

Contexto comunitário

1991: UM ANO DE PROGRESSO NO SENTIDO DA UNIÃO EUROPEIA

O acordo celebrado em Dezembro de 1991 em Maastricht, sobre o Tratado da União Europeia, marca uma nova e importante etapa no desenvolvimento da Comunidade. A adopção deste novo tratado, que abrange a União Económica e Monetária e a União Política, conduzirá a mudanças graduais, mas profundas, e particularmente, à instauração de uma moeda única gerida por um banco central independente. Este acordo ilustra o papel que pode desempenhar a Europa num mundo e numa época da história em que as mudanças se sucedem a um ritmo e com uma amplitude extraordinários.

O Banco Europeu de Investimento, como instituição financeira da Comunidade, contribuirá para a concretização das grandes orientações comunitárias definidas ou reiteradas em Maastricht. Dispõe para esse efeito dos meios financeiros: os Estados-membros decidiram duplicar o seu capital em 1 de Janeiro de 1991, vincando a sua confiança no papel futuro do Banco. Dispõe também da capacidade profissional necessária, tal como ilustra o desenvolvimento, tanto em termos qualitativos como quantitativos, das suas actividades na Comunidade e fora desta em 1991. O Banco pode desenvolver a sua acção em estreita cooperação com as entidades interessadas: a Comissão das Comunidades Europeias, autoridades nacionais e regionais, promotores de projectos e o sector bancário.

Diversas passagens do Tratado da União Europeia fazem referência ao BEI (ver caixa pág. 18), particularmente o Título XIV sobre a **coesão económica e social** (Artigo 130-A a 130-E). Este título é acompanhado de um protocolo anexo, no qual as partes contratantes referem explicitamente a acção do BEI «em benefício das regiões mais pobres», sublinham que este «deve continuar a consagrar a maior parte dos seus recursos ao fomento da coesão económica e social» e declaram «a sua vontade de rever as necessidades de capital do BEI, logo que tal se revele necessário para esse efeito».

O reforço da acção em prol da coesão conduziu o Conselho de Maastricht a decidir a criação de um novo instrumento, o Fundo de Coesão. Este Fundo tem por objectivo contribuir para a realização de projectos nas áreas do ambiente e das redes transeuropeias de transportes, nos Estados-membros cujo PNB *per capita* é inferior a 90% da média comunitária (Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha) e que aplicam um programa de convergência económica.

Este Fundo será criado antes do final de 1993; a sua dotação, as modalidades de funcionamento, assim como as dos fundos estruturais, e a articulação entre os diferentes fundos, serão examinados em 1992, juntamente com o regime financeiro global para os anos de 1993-1997.

Tal como quando da reforma dos fundos estruturais, em vigor desde 1989, em colaboração com a Comissão das CE e paralelamente aos fundos estruturais e ao novo Fundo de Coesão, o BEI prosseguirá a sua acção de promoção do desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas (objectivo 1), das zonas gravemente afectadas pelo declínio in-

dustrial (objectivo 2), das zonas rurais (objectivo 5b) e ainda, das zonas abrangidas por programas comunitários específicos. No quadro desta acção, o BEI poderá contribuir para o financiamento de programas e projectos apoiados pelos fundos comunitários, segundo modalidades a definir, tal como previsto no artigo 198-E.

O **desenvolvimento regional** continua, pois, a ser a prioridade do BEI: em 1991, absorveu 63% do total dos financiamentos, e 90% das verbas concedidas destinaram-se a regiões abrangidas pelas intervenções dos fundos estruturais.

* * *

A concretização de uma **união económica e monetária** prevê a passagem à segunda fase em 1 de Janeiro de 1994. Esta caracterizar-se-á pela liberalização total dos movimentos de capitais, já empreendida desde o início da primeira fase, em 1 de Julho de 1990. Prevê-se também a criação de um Instituto Monetário Europeu (IME) encarregado de contribuir para a coordenação das políticas monetárias e de acompanhar, em conjunto com a Comissão, os progressos feitos no sentido da convergência em matéria de inflação, de finanças públicas, de estabilidade cambial e de taxas de juro a longo prazo. Nesta perspectiva, de assinalar a entrada do escudo no mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu, em 6 de Abril de 1992.

Durante esta segunda fase «a composição do cabaz de moedas do ecu permanece inalterada» e o IME «deve promover a utilização do ecu e supervisionar a sua evolução, incluindo o bom funcionamento do respectivo sistema de compensação».

Por último, durante a terceira fase da União Económica e Monetária, o ecu, cujo valor será irrevogavelmente fixado, substituirá as moedas nacionais. O Banco Central Europeu e o sistema europeu dos bancos centrais exercerão os seus poderes. O Conselho Europeu,

deliberando por maioria qualificada, fixará, até 31 de Dezembro de 1996, a data de início da terceira fase. Se em finais de 1997 essa data não tiver sido fixada, a terceira fase terá início em 1 de Janeiro de 1999, abrangendo os Estados-membros que preencham as

O BEI E O TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA

O Tratado da União Europeia, assinado em 7 de Fevereiro de 1992 e apresentado para ratificação dos Estados-membros, altera o Tratado de Roma e institui a Comunidade Europeia, em substituição da Comunidade Económica Europeia.

Os objectivos da «Comunidade Europeia», são especificados no artigo 2º:

«A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e de uma União Económica e Monetária e da aplicação das políticas ou acções comuns a que se referem os artigos 3º e 3º-A, promover em toda a Comunidade o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, um crescimento duradouro e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos resultados económicos, um elevado nível de emprego e de protecção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros».

Diversos artigos relacionam-se directamente com o BEI. O artigo 4º-B (anterior artigo 3º do Tratado de Roma) refere-se especificamente à instituição: «*É instituído um Banco Europeu de Investimento, que actuará nos limites das atribuições que lhe são conferidas pelo presente Tratado e pelos Estatutos que lhe vêm anexos*».

O artigo 129º do Tratado de Roma, que definia o BEI, mantém-se inalterado, mas o seu número é alterado para 198º-D.

O artigo 130º do Tratado de Roma, que fixa os objectivos do BEI, passa a artigo 198º-E e é completado com um parágrafo, que prevê a possibilidade de o BEI financiar, não só projectos, mas também programas de investimento: «*No cumprimento da sua missão, o Banco facilitará o financiamento de programas de investimento, em articulação com as intervenções dos fundos estruturais e dos demais instrumentos financeiros comunitários*».

A contribuição do BEI para as políticas comunitárias emerge também do papel que lhe é cometido no que toca à consecução da coesão económica e social. Nos termos do protocolo específico anexo ao tratado, as partes contratantes:

«... constatando que o BEI tem concedido empréstimos substanciais e de volumes crescentes a favor das regiões mais pobres; ...

Reafirmam a sua convicção de que os fundos estruturais devem continuar a desempenhar um papel considerável na realização dos objectivos da Comunidade no domínio da coesão;

Reafirmam a sua convicção de que o BEI deve continuar a consagrar a maior parte dos seus recursos ao fomento da coesão económica e social e declaram a sua vontade de rever as necessidades de capital do BEI, logo que tal se revele necessário para esse efeito;

Reafirmam a necessidade de uma avaliação exaustiva do funcionamento e da eficácia dos fundos estruturais em 1992 e a necessidade de, nessa ocasião, rever o volume adequado desses fundos em função dos objectivos da Comunidade no domínio da coesão económica e social; ...»

No que se refere à convergência das economias, o nº 11 do Artigo 140º-C prevê que o BEI possa ser convidado a «reconsiderar a sua política de empréstimos» em relação aos Estados que persistam em manter défices públicos excessivos.

Por último, o capítulo relativo à cooperação para o desenvolvimento lembra que o BEI «contribuirá, nas condições previstas nos respectivos Estatutos», para os objectivos fixados pela Comunidade neste domínio (artigo 130º-W).

condições necessárias. É facultada ao Reino Unido a possibilidade de decidir positivamente ou negativamente no que lhe diz respeito. A acção constante do BEI de promoção da **utilização do ecu** assume assim um novo destaque.

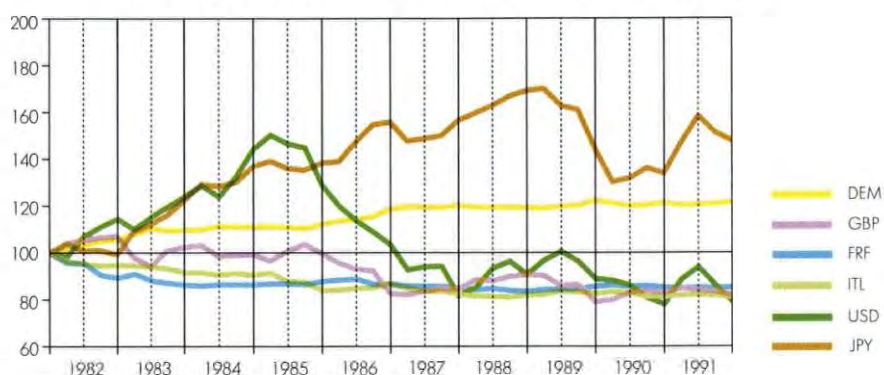
Pelo terceiro ano consecutivo e num mercado em franco crescimento, o ecu manteve a primeira posição entre as moedas angariadas (2 500 milhões, ou seja, 18,3% do total).

O BEI continua a liderar as emissões em ecu nos mercados internacionais, com cerca de 10% das emissões lançadas desde 1981. Em finais de 1991, os empréstimos contraídos em ecus ainda em curso ascendiam a 9 300 milhões, representando 15,7% do total, contra 14,4% no ano anterior. O BEI é também o primeiro mutuante nesta divisa; em 1991, os desembolsos de empréstimos concedidos em ecus ascenderam a mais de 3 000 milhões (19,7% do total), e no final do ano, os empréstimos em ecus ainda em curso ascendiam a 11 500 milhões.

De assinalar também o papel do Banco no lançamento do sistema de compensação multilateral gerido pela Associação Bancária para o Ecu. O BEI é um dos membros fundadores e Vice-Presidente desta associação, que foi criada em 1985.

* * *

Variação das moedas em relação ao ecu de 1982 a 1991
(com base na taxa de conversão estatística — 1º trimestre 1982 = 100)



O Tratado aprovado em Maastricht abrange a maioria dos grandes sectores económicos, cobrindo assim amplamente as actividades do BEI. É o caso do apoio às regiões menos prósperas, tal como descrito anteriormente, e também, de diversos domínios que referiremos a seguir.

* * *

A consecução do mercado interno e o reforço da coesão económica e social implicam a criação e o desenvolvimento de «**redes transeuropeias** nos sectores das infra-estruturas, dos transportes, das telecomunicações e da energia» (Título XII), para que os operadores económicos e os cidadãos possam beneficiar da concretização de um espaço sem fronteiras.

Estão previstas várias medidas de apoio a este objectivo, em particular «sob a forma de estudos de viabilidade, de garantias de empréstimo ou de bonificações de juros», e também, através do Fundo de Coesão já referido.

A acção do BEI em favor dos investimentos em causa registou um grande surto nos últimos anos. Em 1991, os financiamentos para a realização de infra-estruturas europeias atingiram cerca de 4 000 milhões.

O BEI decidiu reforçar no futuro o seu apoio à concretização de projectos de interesse particular, pelo que apoiará a realização de estudos de viabilidade,

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MELHORAR O AMBIENTE

O Tratado da União Europeia sublinha a necessidade de a Comunidade contribuir para «a preservação, a protecção e a melhoria da qualidade do ambiente» e insiste sobre «a promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente».

A protecção do ambiente é um objectivo importante do BEI, e nos últimos cinco anos, os financiamentos para projectos tendentes a reduzir ou evitar a poluição representaram 15% do total concedido.

As dificuldades de financiamento são muitas vezes apresentadas como o principal obstáculo a um maior progresso em termos de investimentos. É certo que essas dificuldades são importantes, mas a existência de outras lacunas na própria concepção ou preparação dos projectos pode também levantar problemas significativos.

É por estas razões que o Banco tem participado desde há alguns anos em diversas acções de cooperação internacional, que visam promover a concretização de projectos que contribuam para a protecção do ambiente e para a consecução de um desenvolvimento duradouro.

Neste sentido, o BEI e o Banco Mundial elaboraram conjuntamente em 1988 um programa para o ambiente no Mediterrâneo (ver Relatório Anual de 1989, pág. 16). Esta iniciativa conduziu, após uma primeira fase de análise dos problemas, das causas e das soluções possíveis, à criação em 1990 de um programa de assistência técnica, o METAP, em que participam também a Comissão das Comunidades Europeias e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O principal objectivo deste programa é a preparação de investimentos viáveis. Para esse efeito, estão em curso cerca de cinquenta estudos, nomeadamente, de pré-viabilidade, que deverão contribuir para a concretização de projectos ambientais conformes com as prioridades da política comunitária, e nos países associados, da política mediterrânica renovada instituída pela Comunidade.

A experiência adquirida no quadro do METAP revelou-se útil para a organização de outras acções de cooperação internacional em que o BEI participa, em colaboração com a Comissão das Comunidades Europeias e com outras instituições financeiras multilaterais (Banco Mundial, BERD e Banco Nórdico de Investimento).

Duas iniciativas de envergadura já passaram à fase de execução:

— **A recuperação ambiental do Mar Báltico**, acção lançada em Setembro de 1990 por uma conferência intergovernamental dos países por ele banhados. Foram efectuados estudos sobre as grandes bacias fluviais e as zonas costeiras, que visam essencialmente definir um programa de investimentos prioritários. Em cooperação com a Comissão das Comunidades Europeias, o BEI supervisa a execução do estudo sobre a bacia do Oder, que cobre um terço do território da Polónia, certas regiões da Checoslováquia e a parte oriental da Alemanha.

— **A protecção do Elba**. No seguimento da assinatura em Dezembro de 1990 pela Alemanha, a Checoslováquia e a Comissão das CE, da Convenção sobre a protecção do Elba, que institui uma comissão internacional, foram empreendidos estudos tendentes à definição dos investimentos prioritários nesta bacia. Segundo um plano semelhante ao do Oder, o BEI supervisa, em colaboração com a Comissão das CE e a Comissão Internacional para a protecção do Elba, a execução do estudo da bacia do Elba superior, que deverá conduzir à definição de investimentos que promovam a melhoria da qualidade do ambiente, não só nesta bacia, mas também a jusante, incluindo os efeitos no Mar do Norte.

O BEI participou também na elaboração de um programa ambiental para a bacia do Danúbio, iniciativa criada no seguimento da conferência intergovernamental de Praga de Junho de 1991 e coordenada pela Comissão das CE, a qual deve também conduzir à definição de projectos de investimento.

em colaboração com as instâncias interessadas, sobretudo com a Comissão das CE.

* * *

O BEI prosseguiu a sua acção no domínio da **protecção do ambiente e da melhoria da qualidade de vida**, tendo concedido 1 900 milhões para projectos de melhoria da qualidade do ar e da água, da gestão dos resíduos e do ambiente urbano. Além disso, intervém activamente em diversas iniciativas de cooperação internacional (ver caixa pág. 20), inscrevendo-se a sua acção no quadro definido pelo Tratado (Título XVI), que sublinha a dimensão internacional da política comunitária em matéria de ambiente.

Nos seio da Comunidade, o Tratado «visa um nível de protecção elevado» que tenha em conta a diversidade das situações nas diferentes regiões. Em 1991, foram tomadas várias iniciativas importantes neste sentido, relacionadas com o tratamento das águas residuais urbanas, a redução das emissões de gases carbónicos e a implementação do LIFE, um novo instrumento orçamental específico.

* * *

A **competitividade internacional da indústria da Comunidade** é um factor vital do seu desenvolvimento no futuro. O Tratado da União Europeia sublinha a necessidade de garantir as condições para a mesma, através de acções tendentes a acelerar a adaptação às mudanças estruturais, a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das empresas, nomeadamente, das PME e à cooperação entre elas, e a favorecer uma melhor exploração dos frutos da inovação e da investigação e desenvolvimento.

Os financiamentos do BEI no domínio industrial têm em vista estes objectivos; em 1991, ascenderam a cerca de 3 500 milhões, e sensivelmente metade das verbas destinou-se a investimentos nas regiões menos favorecidas.

* * *


Em 1991, quando progredia a integração da Comunidade, novos países manifestaram a sua vontade de reforçar os seus laços com esta.

O Conselho Europeu de Maastricht indicou nas suas conclusões que «as negociações sobre a adesão à União Europeia, com base no Tratado que acaba de ser aprovado, poderão ser encetadas logo que a Comunidade tenha terminado as negociações sobre os recursos próprios e as questões relacionadas, em 1992». Em 1991, a Suécia apresentou o seu pedido de adesão.

As negociações com os sete países da **EFTA** conduziram a um acordo sobre a constituição do **Espaço Económico Europeu**, que deve promover a livre

circulação de bens, pessoas, serviços e capitais entre a Comunidade e os países da EFTA. Este acordo deverá incluir o financiamento por estes países de um «mecanismo financeiro» dotado de 500 milhões de ecus, para a concessão de doações e para a bonificação de juros de 3% dos empréstimos por conta de recursos próprios do BEI, que obedecem a um limite de 1 500 milhões. Estas verbas destinam-se a investimentos nas regiões menos prósperas, isto é, Grécia, Portugal, Irlanda, Irlanda do Norte e certas regiões da Espanha abrangidas pelo objectivo 1 da acção dos fundos estruturais. Compete ao BEI a administração deste mecanismo, após aprovação pelo Conselho de Governadores de um projecto de acordo de cooperação entre o BEI e a EFTA.

Na sequência dos acontecimentos verificados na Europa Central e Oriental, o papel da Comunidade nesta região sofreu novas alterações. Nos termos da decisão tomada pelo Conselho de Governadores em Abril de 1991, o campo de acção do BEI foi alargado à Checoslováquia, à Bulgária e à Roménia. A Comunidade assinou em 16 de Dezembro de 1991 **Acordos Europeus** com a Polónia, a República Checa e Eslovaca e a Hungria. Além do estabelecimento progressivo de relações de livre intercâmbio, estes acordos comportam várias vertentes de cooperação, nomeadamente, uma vertente financeira, que prevê que estes países continuarão a ter acesso aos financiamentos do BEI.



Em Abril de 1991, o **BERD**, do qual o BEI é membro fundador e accionista, iniciou as suas actividades (ver Relatório Anual de 1990, caixa págs. 18 e 19).

Nos países no exterior da Comunidade, em que o BEI concede financiamentos há muitos anos, o principal acontecimento foi a entrada em vigor em 1 de Setembro de 1991 da **Quarta Convenção de Lomé**, assinada com 69

países da África, das Caraíbas e do Pacífico, e a decisão paralela do Conselho, relativa aos Países e Territórios Ultramarinos. (As principais disposições da nova Convenção foram apresentadas no Relatório Anual de 1989, pág. 43).

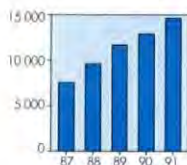
Na **Bacia Mediterrânica**, a aplicação dos fundos disponíveis no quadro dos protocolos financeiros foi prosseguida, bem como a preparação da nova geração de protocolos, que deverá entrar em vigor em 1992. No âmbito da «Política Mediterrânica Renovada», o apoio ao desenvolvimento destes países passa a incluir uma vertente de coope-

ração complementar «extra protocolo», para o financiamento de investimentos nos domínios do desenvolvimento regional e da protecção do ambiente.

Na Jugoslávia, os dramáticos acontecimentos desencadeados em 1991 conduziram à suspensão de todas as intervenções da Comunidade e do BEI, bem como ao adiamento da aplicação do Terceiro Protocolo financeiro.

O BEI EM 1991:

FINANCIAMENTOS NA COMUNIDADE



Contratos de financiamento assinados: Em 1991, o Banco celebrou contratos de finan-

ciamento no valor de 14 423 milhões: 14 384 milhões por conta de recursos próprios e 39 milhões por conta de recursos do NIC. 10 665 milhões foram concedidos sob a forma de empréstimos individuais e 3 758 milhões sob a

forma de empréstimos globais, concluídos com instituições intermediárias e destinados ao financiamento de investimentos de pequena e média dimensão (ver caixa pág. 24).

Financiamentos concedidos: Para proporcionar uma perspectiva mais operacional das actividades, na apresentação dos financiamentos do Banco por sectores e por objectivos, indicam-

se os montantes relativos aos empréstimos individuais (10 665 milhões) e aos créditos concedidos no âmbito de empréstimos globais em curso (2 991 milhões, correspondentes a 10 271 créditos). Os financiamentos na Comunidade cifraram-se em 13 656 milhões (em comparação com 12 246 milhões em 1990), sendo 13 585 milhões concedidos a partir de recursos próprios e 71 milhões a partir de recursos do NIC.

Distribuição sectorial

O desdobramento por sectores dos empréstimos individuais e dos créditos no âmbito de empréstimos globais em curso efectivados durante o exercício, evidencia um acentuado aumento dos financiamentos no sector da energia e a manutenção dos níveis de 1990 nos restantes sectores.

No domínio das **infra-estruturas** (5 971 milhões, que representam a 44% da actividade, contra 6 033 milhões em 1990), foram concedidos: 2 633 milhões para os transportes, que se destinaram especialmente aos caminhos-de-ferro (cujas verbas duplicaram), às redes de estradas e de auto-estradas e aos transportes aéreos, sobretudo para as ligações com as metrópoles regionais; 1 882 milhões para as redes telefónicas e as telecomunicações por satélite e

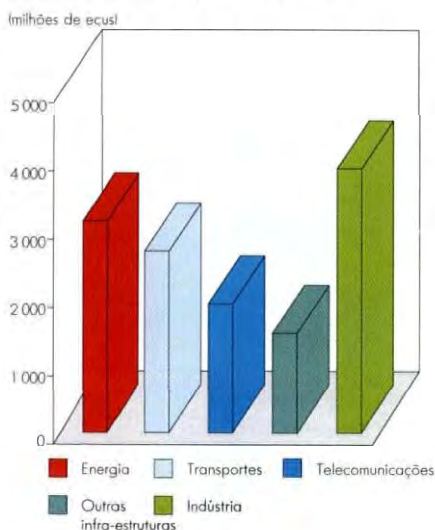
por cabo transatlântico; 1 140 milhões para a gestão da água e dos resíduos e 316 milhões para outras infra-estruturas (ordenamento urbano e obras de pequena e média dimensão realizadas por colectividades locais).

No sector da **energia**, foram concedidos 3 102 milhões (23% do total), que representam praticamente o dobro das verbas de 1990 (1 582 milhões), e que

se destinaram essencialmente à exploração de jazigos de hidrocarbonetos, ao transporte e distribuição de gás natural (1 728 milhões), à produção de electricidade e à instalação de redes de alta e média tensão (1 084 milhões).

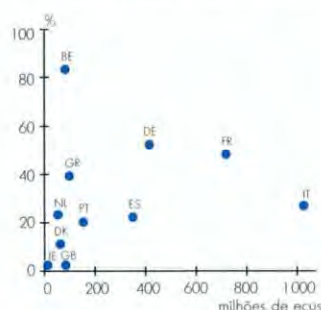
Nos sectores **da indústria, dos serviços e da agricultura**, foram outorgados 4 582 milhões (33% do total), contra 4 631 milhões em 1990. Os empréstimos individuais à indústria (que ascenderam a 1 900 milhões) cobriram uma vasta gama de investimentos, principalmente na indústria automóvel, na engenharia aeronáutica, no sector químico (em especial, farmacêutico e petroquímico), na metalomecânica e nos sectores do papel, dos produtos alimentares e da electrónica. As verbas concedidas no sector dos serviços (166 milhões) destinaram-se sobretudo ao turismo.

**Financiamentos em 1991
Distribuição sectorial**



OS EMPRÉSTIMOS GLOBAIS NA COMUNIDADE

Empréstimos globais: quota-parte na actividade por países (montante médio anual 1987-1991)



Através do sistema de empréstimos globais, o BEI financia investimentos de pequena e média dimensão que, por razões de ordem prática, não poderiam ser financiados por meio de empréstimos individuais. Os empréstimos globais foram instaurados em 1968, para responder aos requisitos das pequenas e médias empresas, e o seu campo de acção

tem vindo a alargar-se progressivamente, para acompanhar a evolução das necessidades e a diversificação das políticas comunitárias. O apoio a investimentos de pequena e média dimensão concretiza-se de uma forma descentralizada, sendo os empréstimos concedidos a intermediários financeiros de âmbito nacional ou regional, que os utilizam de acordo com o Banco e segundo os seus critérios económicos, técnicos e financeiros (¹).

Uma vasta gama de financiamentos...

Os empréstimos globais correspondem frequentemente a mais de um objectivo de política comunitária, destinando-se:

- nas regiões menos favorecidas, a PME's da indústria, dos serviços, (sobretudo do turismo) e da agricultura, bem como a pequenas infra-estruturas;
- no exterior destas regiões, a projectos de PME's industriais e turísticas;
- e ainda, independentemente da respectiva localização, a investimentos de pequena e média dimensão que contribuam para a introdução ou o desenvolvimento de tecnologias de ponta; a investimentos que se coadunem com os objectivos comunitários nos domínios da energia e da protecção do ambiente; e, embora mais raramente, a infra-estruturas de transporte de interesse comunitário.

A colaboração com o sistema bancário tem vindo a alargar-se constantemente, mantendo o BEI contactos com cerca de uma centena de instituições financeiras ou bancos comer-

ciais de onze países. Em 1991, foram concluídos empréstimos globais no valor total de 3 758 milhões (3 296 milhões em 1990), incluindo um empréstimo de 39 milhões concedido com recursos do NIC IV.

...com prioridade para as PME's

Em 1991, no âmbito dos empréstimos globais em curso, foram afectados 10 271 créditos no valor total de 2 991 milhões (8 445 créditos no valor de 2 861 milhões em 1990). Destinaram-se essencialmente a PME's, que receberam 9 548 créditos no valor de 2 354 milhões. Estas situavam-se na maior parte dos países e essencialmente, nas regiões menos desenvolvidas (5 932 créditos no valor de 1 369 milhões). Fora destas regiões, o Banco concedeu empréstimos a cargo de recursos próprios (3 305 créditos no valor de 914 milhões) e a cargo de recursos do NIC (311 créditos no valor de 71 milhões). 6 153 empresas financiadas (1 823 milhões) eram do sector da indústria, 3 241 dos serviços (509 milhões) e 154 da agricultura e das pescas (22 milhões). O desdobramento das PME's em função do número de empregados evidencia um predomínio das empresas com menos de 50 efectivos (que receberam mais de metade das verbas concedidas e cerca de três quartos do número de créditos).

Desde 1987, foram concedidos mais de 8 800 milhões a 32 000 PME's, que representam 50% do total de financiamentos à indústria e aos serviços (2 794 créditos no valor de 873,4 milhões em 1987, e 9 548 créditos no valor de 2 354 milhões em 1991).

No ano em apreço, foram ainda concedidos 368 milhões para a realização de pequenas infra-estruturas, sobretudo de transportes e de gestão da água, e 107 milhões para pequenas instalações de produção e de distribuição de energia.

Apresenta-se nos quadros E, F, H, I e L (pág. 97 e seguintes) a distribuição dos créditos por países, regiões, sectores e objectivos.

(¹) O período de afectação dos empréstimos globais pode escalar-se por vários exercícios, facto que explica a diferença existente entre o valor dos empréstimos globais assinados em 1991 e o dos créditos afectados no mesmo ano. Além disso, dado que diversos empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo, só a análise das afectações finais permite determinar o sector em que se inscrevem os investimentos e o objectivo por estes visado.

No sector produtivo, foram concedidos 9 793 créditos (2 516 milhões) no âmbito de empréstimos globais em curso, para investimentos de pequena e média dimensão na indústria (1 966 milhões), nos serviços (528 milhões) e nas actividades ligadas à agricultura e à pesca (22 milhões).

* * *

Os financiamentos para projectos na Comunidade cobriram em média 25%

do custo total dos investimentos, cujo montante global foi avaliado, com base em estimativas previsionais, em cerca de 59 000 milhões.

Os projectos em cujo financiamento o BEI participou, com verbas correspondentes a cerca de 20 a 50% do custo total, segundo a respectiva natureza, representaram 5,7% do investimento global na Comunidade.

A quota-parte do sector privado no total dos investimentos financiados em 1991 foi de cerca de 52%, tendo rondado os 30% nos sectores da energia e das infra-estruturas (em que ainda recentemente os financiamentos se desti-

navam essencialmente ao sector público) e os 88% nos sectores da indústria e dos serviços. Quanto aos créditos outorgados no âmbito de empréstimos globais, destinaram-se na totalidade ao sector privado.

Os dados disponíveis indicam que os investimentos na indústria e nos serviços poderão contribuir directamente para a criação de 53 000 postos de trabalho permanentes, dois terços dos quais nas regiões menos favorecidas; cerca de 75% destes postos devem ser criados em PME's.

Quadro 2: Financiamentos concedidos na Comunidade em 1991
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

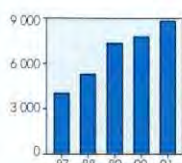
Distribuição por países e por sectores							(milhões de ecus)
	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	Indústria Serviços Agricultura	Energia	Comunicações	Outras infra-estruturas
Bélgica	237,3	21,0	216,3	216,3	—	21,0	—
Dinamarca	558,6	487,8	70,8	91,1	294,9	166,3	6,3
Alemanha	765,8	588,4	177,4	322,6	185,2	189,0	69,0
Grécia	166,5	100,1	66,4	57,8	30,7	53,1	24,9
Espanha	2 386,5	2 070,7	315,8	658,3	338,5	1 226,1	163,6
França	1 816,8	1 011,4	805,4	699,5	36,6	978,4	102,4
Irlanda	250,0	237,0	13,0	13,0	55,5	122,7	58,8
Itália	3 824,2	2 794,1	1 030,1	1 538,0	1 166,4	690,8	429,0
Luxemburgo	28,6	28,6	—	—	—	28,6	—
Países Baixos	194,3	125,4	68,9	109,4	17,1	65,0	2,8
Portugal	962,3	809,2	153,1	389,0	113,5	441,1	18,7
Reino Unido	2 164,2	2 090,5	73,7	487,5	765,4	330,6	580,6
Outros (1)	300,4	300,4	—	—	97,9	202,5	—
Total	13 655,5	10 664,6	2 990,9	4 582,5	3 101,7	4 515,2	1 456,1

(1) Financiamentos equiparados a operações na Comunidade (ver nota 5d pág. 113)

Apresentação por objectivos de política comunitária

Como instituição financeira da Comunidade, o BEI tem a missão de financiar investimentos que contribuam para um ou mais dos objectivos correspondentes às orientações enunciadas no Tratado de Roma e especificadas no Tratado da União Europeia, e também às políticas comunitárias adoptadas ao longo dos anos.

Tal como ilustrado no gráfico da página a seguir, certos projectos financiados visam mais de um objectivo de política comunitária; por conseguinte, os valores apresentados, especialmente nos quadros, não podem ser acumulados.



Desenvolvimento regional: Os empréstimos individuais e os créditos no âmbito de empréstimos globais para projectos de interesse regional ascenderam a 8 492 milhões (7 440 milhões em 1990), o que representa um acréscimo de 14%. 63% dos financiamentos na Comunidade destinaram-se ao desenvolvimento regional.

Uma parcela importante destes créditos foi canalizada para projectos que contribuíam também para a concretização de outras políticas comunitárias, e em particular, para a melhoria do ambiente, para a implantação de redes comunitárias de transportes, de telecomunicações e de energia, ou ainda,

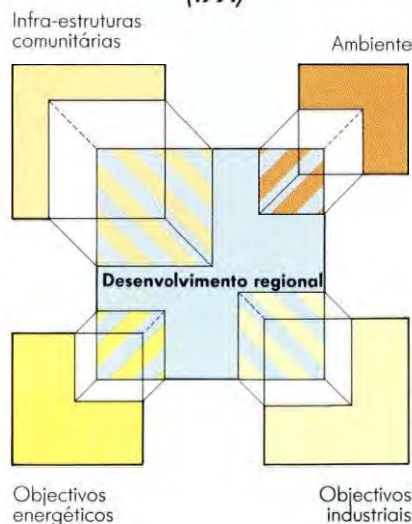
Quadro 3: **Desenvolvimento regional**

	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais	
	milhões de ecus	milhões de ecus	milhões de ecus	número
Montante total	8 491,6	6 671,0	1 820,6	6415
Energia	1 362,8	1 302,1	60,7	61
Transportes	1 942,4	1 760,2	182,2	175
Telecomunicações	1 592,0	1 592,0	—	—
Água e saneamento	660,8	542,7	118,1	163
Outras infra-estruturas	209,1	151,7	57,4	39
Indústria e agricultura	2 316,1	1 303,1	1 013,0	4037
Serviços	408,4	19,2	389,2	1940

para o reforço da competitividade internacional da indústria comunitária.

No âmbito da implementação da acção dos fundos estruturais, e tendo em vista garantir uma combinação eficaz de empréstimos com subvenções, o BEI participou na elaboração dos planos indicativos de financiamento dos quadros comunitários de apoio, assim como na preparação de vários programas operacionais.

Certos investimentos financiados coadunam-se simultaneamente com mais de uma política comunitária (1991)



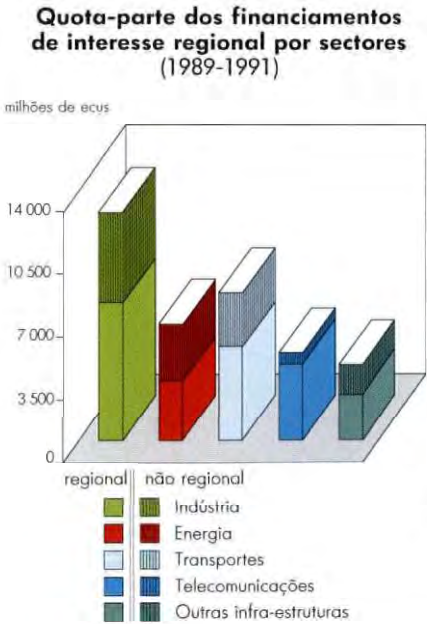
O Banco concedeu empréstimos no valor de cerca de 7 798 milhões (ou seja, cerca de 90% das verbas destinadas ao desenvolvimento regional) para o financiamento de projectos localizados nas regiões em que se concentra a acção dos fundos estruturais da Comunidade: 4 300 milhões no âmbito do *objectivo 1*, 3 100 milhões no âmbito dos *objectivos 2 e 5b*, e 391 milhões para projectos abrangidos por outras acções comunitárias específicas (nomeadamente, os Programas Integrados Mediterrânicos).

52% dos financiamentos outorgados nas regiões menos favorecidas destinaram-se a infra-estruturas (4 404 milhões), sobretudo as tendentes a reforçar as telecomunicações e as ligações de carácter inter-regional. Os sectores da indústria, dos serviços e da agricultura absorveram 2 725 milhões (32%), destinando-se 1 402 milhões a pequenas e médias empresas, e o sector energético, nomeadamente o transporte e a distribuição de electricidade, 1 363 milhões.

Desde a aplicação da reforma dos fundos estruturais em 1989, o BEI já concedeu 23 000 milhões para investimentos localizados nas regiões de desenvolvimento regional.

A quota-parte dos financiamentos de interesse regional na actividade total varia segundo os sectores e os países, tal como ilustram os gráficos a seguir.

A percentagem elevada de projectos de interesse regional nos sectores dos transportes e das telecomunicações é explicada pelo pior equipamento das regiões desfavorecidas, e pelo facto de a maioria das redes de comunicações de interesse europeu se estender também a estas regiões.



Quadro 4: Desenvolvimento regional e acção dos fundos estruturais

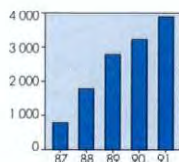
	1989	1990	1991	Total
Financiamentos na Comunidade a cargo de recursos próprios (milhões de ecus)	11 020,0	12 174,2	13 584,5	36 778,7
dos quais desenvolvimento regional (milhões de ecus)	7 071,0	7 439,5	8 491,6	23 002,1
%	64	61	63	63
Desdobramento do desenvolvimento regional em %				
Zonas de intervenção comunitária	89	89	92	90
<i>Zonas de intervenção dos fundos estruturais</i>	<i>84</i>	<i>84</i>	<i>87</i>	<i>86</i>
<i>Objectivo 1</i>	<i>48</i>	<i>46</i>	<i>51</i>	<i>48</i>
<i>Objectivo 2 e 5b</i>	<i>36</i>	<i>38</i>	<i>36</i>	<i>38</i>
<i>Zonas de intervenções específicas</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>4</i>
Zonas de ajuda nacional adicional e projectos relativos a várias regiões	11	11	8	10

No que se refere à distribuição por países, a quota-parte dos financiamentos de interesse regional varia entre 25% a 35% nos países do Benelux, e 100% nos países totalmente abrangidos pela acção dos fundos estruturais, no âmbito do objectivo 1.

Estas diferenças entre países são óbvias quando se relacionam os financiamentos do BEI, no seu conjunto, com o total de investimentos realizados na Comunidade. Em 1991, o montante acumulado dos empréstimos individuais e dos créditos concedidos no âmbito de empréstimos globais correspondeu a cerca de 1,3% da formação bruta de capital fixo na Comunidade, mas esta percentagem foi nitidamente mais elevada nos países ou regiões menos prósperos: da ordem dos 6,7% em Portugal,

4% na Irlanda, 2,3% em Espanha, 2,1% na Itália (3,7% no Mezzogiorno) e 1,5% na Grécia.





Infra-estruturas europeias: Os grandes programas de implantação de infra-estruturas

empreendidos há longos anos têm permitido a constituição progressiva de verdadeiras redes europeias de comunicações, contribuindo assim para a consecução do mercado único e para um desenvolvimento regional equilibrado. A estes programas se deve em grande parte a persistência do grande volume de financiamentos para infra-

Quadro 5: Infra-estruturas de interesse comunitário

	milhões de ecus
Montante total ⁽¹⁾	3 802,7
Transportes	1 778,9
Caminhos-de-ferro	1 063,7
Estradas e auto-estradas	280,9
Transportes aéreos	354,9
Outros	79,4
Telecomunicações	1 882,3
Redes convencionais	1 494,3
Satélites e cabos internacionais	388,0
Infra-estruturas diversas	141,5

⁽¹⁾ dos quais créditos no âmbito de empréstimos globais: 3 milhões

-estruturas de interesse comunitário, volume que tem aumentado substancialmente, cifrando-se em 3 803 milhões, contra 3 117 milhões em 1990 e 1 728 milhões em 1988.

Os financiamentos para a melhoria das redes de telecomunicações ascenderam a 1 882 milhões, destinando-se ao reforço das redes telefónicas internacionais em Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, Dinamarca e Reino Unido, ao lançamento de satélites para as telecomunicações e a teledifusão, ao prosse-

O BEI E AS GRANDES INFRA-ESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

A realização de um espaço sem fronteiras internas, objectivo reiterado pelo Tratado da União Europeia, deverá provocar um novo surto dos transportes de pessoas e bens em toda a Comunidade. Esta dinâmica estender-se-á aos países vizinhos, com os quais foram celebrados acordos tendentes a promover o intercâmbio (acordos sobre o Espaço Económico Europeu com os países da EFTA e Acordos Europeus com certos países da Europa Central e Oriental).

A situação actual apresenta aspectos preocupantes, resultantes do volume de tráfego, especialmente nos períodos de ponta. O grande surto do tráfego aéreo conduziu à saturação de muitos corredores aéreos e a uma acumulação dos atrasos nos voos; simultaneamente, em certos lanços da rede de estradas e de auto-estradas europeias, o congestionamento atinge proporções cada vez maiores. A estes problemas há que acrescentar o impacte negativo no ambiente e a ausência de um progresso nítido na segurança rodoviária.

As reflexões efectuadas a nível comunitário conduziram à decisão do Conselho Europeu de Maastricht de promover redes transeuropeias, em particular no domínio dos transportes, e de apoiar financeiramente a sua realização (ver pág. 19). Estas redes devem ligar os principais centros económicos da Comunidade e melhorar os acessos, contribuindo para o

desenvolvimento regional, pela redução, por exemplo, do tempo de viagem para zonas periféricas da Comunidade. Mas para além da implantação de infra-estruturas, há que apreciar também numa perspectiva europeia os problemas de gestão e de coordenação dos diferentes meios de transporte.

* * *

Neste contexto, o transporte ferroviário poderá desempenhar um papel importante. Em finais de 1991, o Conselho dos Ministros dos Transportes adoptou um plano director que prevê a implantação até ao ano de 2010 de um sistema de comboios de alta velocidade para passageiros, com prioridade para certos itinerários-chave. É dada também uma atenção especial ao desenvolvimento do transporte combinado rodo-ferroviário para mercadorias.

Na Comunidade, a rede ferroviária estende-se por cerca de 150 000 km de vias, em comparação com 3 milhões de km de estradas e de auto-estradas. No entanto, num quinto da rede para o transporte de passageiros, a velocidade não pode ultrapassar os 70 km/hora. Além disso, os caminhos-de-ferro foram concebidos numa perspectiva nacional, não existindo uma uniformidade no que se refere, por exemplo, ao

guimento do programa internacional Eutelsat de transmissões por satélite, e à instalação de um cabo submarino em fibras ópticas entre a França, Portugal e Marrocos.

Os financiamentos para infra-estruturas de transportes ascenderam a 1 779 milhões, sendo canalizados sobretudo para itinerários rodoviários e ferroviários em França, na Grécia, em Espanha,

em Portugal e na Dinamarca, para grandes obras, como a ponte sobre o Grande Belt e o Túnel da Mancha, e para troços da rede europeia de comboios de alta velocidade em França e em Espanha. Foram ainda concedidos créditos para melhorar o transporte rodo-ferroviário (terminais de carga e obras diversas).

No domínio dos transportes aéreos, o

BEI prosseguiu o financiamento de projectos de companhias comunitárias, de renovação das respectivas frotas mediante compra de aviões de fabrico europeu (financiando o Banco nalguns casos o próprio fabrico) ou externo. O BEI contribuiu também para o aumento da capacidade de aeroportos na Alemanha e no Reino Unido, e para a melhoria do controlo e da segurança do espaço aéreo.

(continuação da pág. 28)

distanciamento dos carris, ao gabarito, às normas dos materiais e à sinalização. A realização dos objectivos visados implica, pois, que se efectuem investimentos vultosos em infra-estruturas e que se empreenda um grande esforço de harmonização do material rolante e das normas, sobretudo no que toca à sinalização.

* * *

O BEI tem vindo a aumentar progressivamente os financiamentos para as redes ferroviárias da Comunidade, os quais atingiram cerca de 3 000 milhões no período entre 1986 e 1991, 1 100 milhões dos quais só no ano de 1991. Mais de 1 000 milhões destinaram-se ao túnel ferroviário da Mancha e à primeira fase das obras da ponte sobre o Grande Belt na Dinamarca.

A maior parte dos restantes financiamentos destinou-se ao reforço dos itinerários de interesse comunitário e ao apoio às regiões assistidas. Neste contexto, foram concedidos cerca de 700 milhões para financiar três linhas de comboios de alta velocidade:

— em França, a linha do TGV-Atlântico, que será prolongada na direcção de Espanha, via Bordéus, e a linha TGV-Norte na direcção de Bruxelas, com acesso ao Túnel da

Mancha e portanto, ao Reino Unido;

— em Espanha, a primeira linha de comboio de alta velocidade entre Madrid e Sevilha, passando por Córdoba.

No ano em apreço, foi financiada a melhoria de várias secções de redes convencionais:

— em Espanha, na rede principal, as linhas Madrid-Valença-Barcelona e Madrid-Galiza-Irún e as ligações com Portugal;

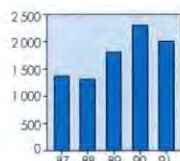
— em Portugal, linhas suburbanas nas regiões de Lisboa e do Porto, a linha Lisboa-Porto e a ligação a Vilar-Formoso;

— na Inglaterra, as ligações com Cambridge e Norwich;

— na Grécia, o itinerário Atenas-Salónica-Idomeni, sendo financiada paralelamente a renovação do material rolante;

— na Dinamarca, a electrificação da linha Nyborg-Odense e a modernização de diversas secções da rede.

O Banco tem participado nos trabalhos da Comissão relativos ao desenvolvimento de uma rede europeia de comboios de alta velocidade, e em colaboração com esta e com outros parceiros, poderá também contribuir para a realização de estudos, por exemplo, na fase de pré-viabilidade, com vista a promover a implantação de uma rede eficaz.



Protecção do ambiente:

A atenção crescente prestada à protecção do ambiente e à gestão dos recursos naturais conduziu o BEI a financiar investimentos neste domínio. Em 1991, foram concedidos 1 888 milhões, dos quais 163 milhões para cerca de 150 projectos de pequena e média dimensão (situados na Alemanha, na Itália e na França), financiados no âmbito de empréstimos globais e realizados por autarquias locais ou por empresas; 52% dos créditos no sector do ambiente foram canalizados para as regiões menos favorecidas da Comunidade.

Mais de 50% dos financiamentos neste domínio destinaram-se a projectos de esgotos e de tratamento de águas residuais, ou de melhoria de qualidade da água, principalmente na Itália e no Reino Unido (alguns, integrados em programas de saneamento de grandes bacias hidrográficas). Os restantes foram canalizados para uma vasta gama de projectos, em especial de tratamento de resíduos sólidos e de protecção dos solos.

Foram também concedidos créditos para equipamento destinado a reduzir a poluição atmosférica provocada por centrais eléctricas a carvão, estações de incineração, refinarias e empresas industriais, e para o tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos de empresas industriais.

Diversos empréstimos destinaram-se à melhoria do ambiente urbano, quer através da restauração (bairro do Temple Bar em Dublin, e edifícios e centros históricos na Úmbria, na Ligúria, em Ferrara e em Trento), quer da melhoria

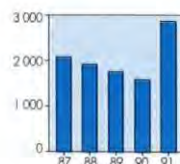
do trânsito urbano, (extensão do metropolitano de Madrid, construção de túneis rodoviários, de variantes e de parques de estacionamento em Barcelona, Marselha e Lião).

De assinalar que certos investimentos que visam outros objectivos podem também contribuir para a protecção do ambiente, e que ao apreciar os projectos que lhe são apresentados, o BEI certifica-se sistematicamente de que estes não têm um impacte negativo no ambiente.

Quadro 6: Ambiente e qualidade de vida

	(milhões de ecus)		
	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais
Montante total	1 888,0	1 724,8	163,2
Ambiente	1 686,2	1 540,7	145,5
Protecção e gestão da água	1 070,8	1 006,7	64,1
Gestão de resíduos	53,7	30,2	23,5
Luta contra a poluição atmosférica	384,6	353,0	31,6
Outras iniciativas	177,1	150,8	26,3
Ordenamento urbano	201,8	184,1	17,7

* * *



Objectivos energéticos:

Os financiamentos para projectos conformes com os objectivos da Comunidade no domínio da

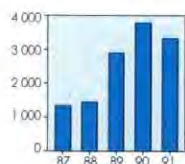
energia ascenderam a 2 743 milhões (contra 1 477 milhões em 1990 e 1 913 milhões, em média, de 1986 a 1990).

Com vista a desenvolver os recursos endógenos da Comunidade, o BEI concedeu 1 406 milhões para a valorização de jazigos de hidrocarbonetos no Mar

do Norte (nos sectores britânico, dinamarquês e norueguês) e na Itália, e para centrais hidroeléctricas e centrais de enriquecimento ou de reprocessamento de combustível nuclear.

Os empréstimos para projectos de diversificação das importações ascenderam a 504 milhões e destinaram-se sobretudo a centrais eléctricas a carvão e a redes de transporte de gás natural.

No domínio da utilização racional da energia, os créditos cifraram-se em 833 milhões, destinando-se a projectos de produção em ciclo combinado de electricidade e de calor, a redes de distribuição de gás, de electricidade e de calor, e a equipamento destinado a economizar energia na indústria.



Objectivos industriais: A perspectiva de concretização do mercado único traduziu-se

num aumento dos financiamentos para projectos tendentes a reforçar a competitividade das empresas e a respectiva integração europeia, e para investimentos de pequenas e médias empresas. Isto foi particularmente notório no ano de 1990, que se caracterizou por um elevado volume de grandes investimentos. Em 1991, num contexto económico menos favorável, foram concedi-

dos 3 332 milhões neste domínio (3 736 milhões em 1990 e 3 028 milhões em 1989). Cerca de metade das verbas destinou-se a investimentos localizados em regiões assistidas.

As pequenas e médias empresas contaram com um grande apoio financeiro do BEI. Embora sofram mais os efeitos dos problemas conjunturais, absorveram em toda a Comunidade 9 548 créditos no âmbito de empréstimos globais, no valor de 2 354 milhões (contra 7 447 créditos no valor de 1 976 milhões em 1990, e 7 605 créditos no valor de 2 014 milhões em 1989); 1 369 milhões (58%) destinaram-se a 5 932 investimentos de PME implantadas nas regiões assistidas.

Quadro 7: Objectivos energéticos

(milhões de ecus)			
	Total	Empréstimos individuais	Créditos no âmbito de empréstimos globais
Montante total	2 742,7	2 628,6	114,1
Recursos endógenos	1 405,6	1 405,6	—
Hidroelectricidade	54,1	54,1	—
Energia nuclear	135,4	135,4	—
Hidrocarbonetos	1 216,1	1 216,1	—
Diversificação das importações	503,8	503,8	—
Gás natural	369,3	369,3	—
Carvão	134,5	134,5	—
Utilização racional	833,2	719,2	114,1
Produção de electricidade/calor	198,5	185,2	13,3
Transporte e distribuição de electricidade	328,3	315,6	12,7
Distribuição de gás natural	141,4	91,2	50,3
Tratamento de resíduos e outros	16,5	14,1	2,5
Racionalização do consumo	148,4	113,0	35,4

*
* *

Quadro 8: Objectifs industriels

(milhões de ecus)	
Montante total	3 331,6
Competitividade internacional e integração europeia das grandes empresas	923,5
Projectos de pequena dimensão que desenvolvem tecnologias de ponta	54,1
Projectos de pequenas e médias empresas	2 354,0
<i>regiões assistidas</i>	<i>1 369,0</i>
<i>fora das regiões assistidas</i>	<i>985,0</i>

Quadro 9: **Financiamento de pequenas e médias empresas**
Créditos concedidos em 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso

País	Número	Total		Regiões assistidas	
		Montante	Recursos próprios	Recursos próprios	Fora das regiões assistidas Recursos NIC
Total	9 548	2 354,0	1 369,0	914,0	71,0
Bélgica	280	216,3	64,5	128,1	23,7
Dinamarca	292	69,0	32,0	37,0	—
Alemanha	223	85,5	47,0	38,5	—
Grécia	39	46,6	46,6	—	—
Espanha	578	250,6	175,3	66,4	8,9
França	5 924	534,0	290,0	218,2	25,8
Irlanda	8	13,0	13,0	—	—
Itália	1 756	874,9	502,8	371,5	0,6
Países Baixos	49	66,1	14,1	52,0	—
Portugal	299	126,1	126,1	—	—
Reino Unido	100	71,9	57,6	2,3	12,0

As pequenas e médias empresas constituem um elemento vital do aparelho produtivo em todos os países da Comunidade, e têm (sobretudo as de menor dimensão) um peso económico particularmente importante em diversas regiões desfavorecidas; além disso, estão estreitamente ligadas ao desenvolvimento regional e o seu dinamismo, a sua capacidade de adaptação e os bons resultados obtidos por muitas delas em termos de exportações, conferem-lhes um papel determinante no ajustamento das estruturas produtivas da Comunidade.

Para reforçar o apoio ao desenvolvimento das PME's, o BEI concedeu em 1991 os primeiros créditos no âmbito dos **empréstimos globais ditos «europeus»**, que prevêem a possibilidade de as instituições e bancos interessados concederem créditos noutros Estados-membros; nesta conformidade, foi outorgado um empréstimo em Portugal a uma empresa metalúrgica, com verbas concedidas a uma instituição financeira alemã, e também a duas pequenas empresas na Grécia, no âmbito de um empréstimo global concedido a um banco britânico.

Os empréstimos individuais para projectos tendentes a reforçar a **competitividade internacional de empresas** de maior dimensão ou a respectiva in-

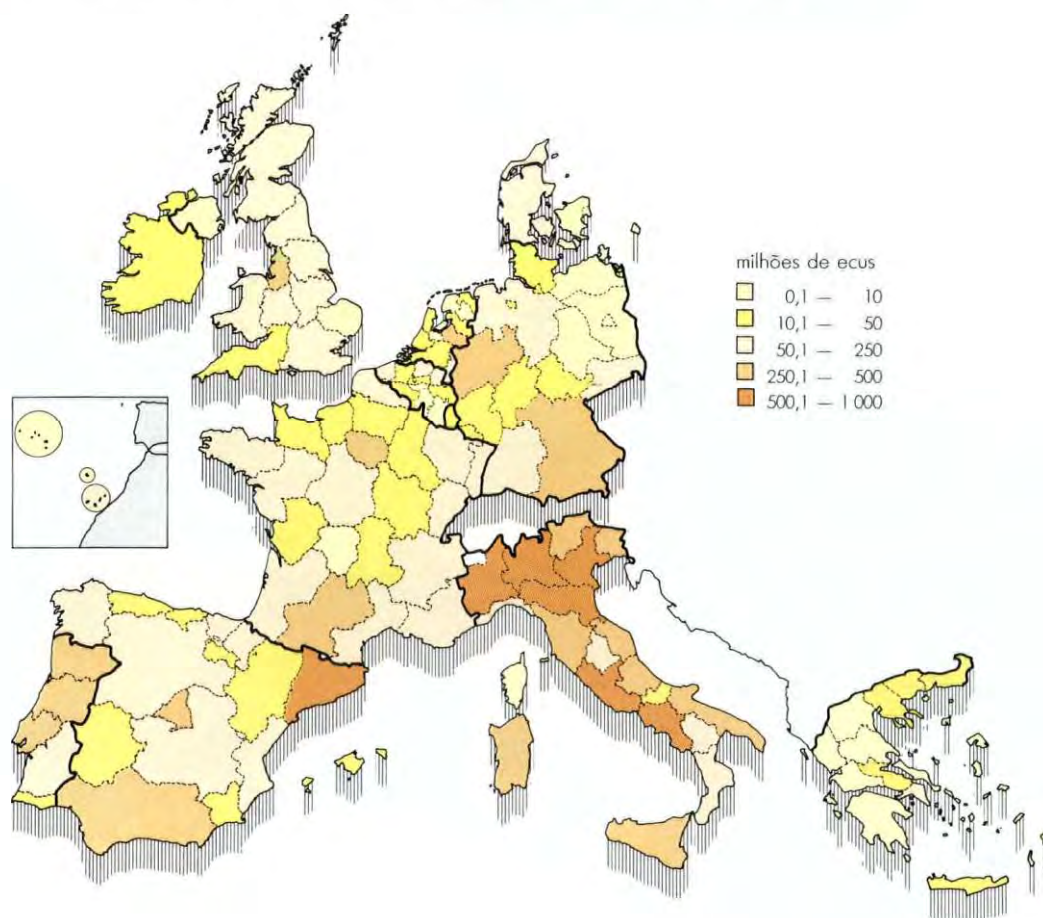
tegração europeia ascenderam a 924 milhões (nos sectores das indústrias automóvel e aeronáutica, farmacêutica e electrónica). Cerca de um terço dos projectos situava-se em regiões assistidas, e mais de dois terços eram empreendidos conjuntamente por empresas de vários Estados-membros, a que se associavam em certos casos parceiros de países terceiros; a maioria dos projectos introduzia ou difundia técnicas ou processos inovadores no respectivo sector, e uma dezena implicava actividades de investigação e desenvolvimento.

No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 54 milhões para projectos de pequena dimensão que desenvolviam tecnologias de ponta em diversos sectores.

Certos projectos, não só envolvem uma cooperação financeira e industrial, como também abrangem vários países. É o caso, na indústria aeronáutica, dos aviões Airbus, cujos componentes são

construídos em diversos Estados-membros, e também de uma empresa que fabrica inversores de impulso, cujas instalações se situam em França (Île-de-France) e na Inglaterra (Trent).

Financiamento de investimentos industriais de 1987 a 1991 — distribuição regional





1/2 Os objectivos económicos de União Europeia situam-se na mesma perspectiva da acção conduzida pelo BEI no sentido de promover o desenvolvimento equilibrado da Comunidade e o reforço do seu potencial económico. É neste contexto que o BEI apoia o desenvolvimento das regiões menos favorecidas (1: fábrica de pneumáticos em Portugal), a implantação de uma rede transeuropeia de transportes (4: estação de controlo do tráfego aéreo Eurocontrol) e o desenvolvimento de tecnologias avançadas (2: fabrico de inversores de impulso para motores de avião), provendo simultaneamente à protecção do ambiente e a uma gestão eficaz dos recursos naturais (3: melhoria do abastecimento de água potável na bacia do Tamisa).

Apresentação dos financiamentos por países

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

BÉLGICA

Contratos assinados em 1991: 115,6 milhões (1990: 206,3 milhões)

Empréstimos individuais: 21,0 milhões - Empréstimos globais: 94,5 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 216,3 milhões

Na Bélgica, os financiamentos destinaram-se principalmente a **pequenas e médias empresas**. Durante o exercício, no âmbito dos empréstimos globais concluídos em 1990 e 1991, foram financiadas 280 PME's situadas nas nove

provincias, essencialmente dos sectores metalúrgico, metalomecânico, dos transportes, da madeira e dos têxteis.

Os empréstimos individuais destinaram-se à ampliação das instalações do

centro nacional de **controlo aéreo**, próximo do aeroporto de Bruxelas, e à construção do centro operacional da Eurocontrol, o organismo europeu para a segurança da navegação aérea.

DINAMARCA

Contratos assinados em 1991: 538,6 milhões (1990: 564,7 milhões)

Empréstimos individuais: 487,8 milhões - Empréstimos globais: 50,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 70,8 milhões

Os financiamentos na Dinamarca destinaram-se essencialmente a **infra-estruturas de comunicação** (166 milhões) e a projectos no domínio da **energia** (295 milhões).

Os créditos outorgados contribuíram para a valorização dos recursos em hidrocarbonetos do sector dinamarquês do Mar do Norte, destinando-se à entrada em serviço de instalações perfuradoras no jazigo petrolífero de Dan e ao prosseguimento do programa de transporte e armazenagem de gás na-

tural. Foram ainda concedidos 20 milhões em Frederiksberg, Århus e Amager, para a ampliação das redes de aquecimento urbano, para redes de esgotos e estações de tratamento de águas residuais, e para a incineração de resíduos urbanos.

O Banco continuou a apoiar a modernização das telecomunicações, para a qual concedeu 115 milhões, e também a melhoria das comunicações entre a Escandinávia e o continente europeu, outorgando 51 milhões para diversos lan-

ços de auto-estrada no itinerário Norte-sul (E45) e para a ponte sobre o Grande Belt e a respectiva ligação a Copenhaga. Também financiou a compra de um simulador de voo para a formação de pilotos.

Foi ainda financiado um centro de investigação e desenvolvimento no sector farmacêutico situado próximo de Copenhaga, e no âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 69 milhões a 292 pequenas e médias empresas industriais.

ALEMANHA

Contratos assinados em 1991: 1 300,1 milhões (1990: 863,5 milhões)

Empréstimos individuais: 588,4 milhões - Empréstimos globais: 711,7 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 177,4 milhões

Os financiamentos do Banco nos *Länder* orientais, iniciados no último trimestre de 1990, registaram um surto em 1991, representando cerca de 60% do total, e mais de dois terços dos empréstimos individuais.

Foram financiados nestes *Länder*: a ligação de gasodutos à rede comunitária de **transporte de gás natural**, a renovação da rede de transporte de gás existente (146 milhões) e a reestruturação e modernização da **indústria au-**

tomóvel (167 milhões), nomeadamente, mediante a construção de uma oficina de pintura numa nova fábrica de automóveis em Zwickau, projecto que constitui um dos maiores investimentos industriais empreendidos nos



Länder orientais. Foram ainda concedidos 33 milhões para 165 pequenos projectos industriais ou de reforço da capacidade de alojamento para turistas e homens de negócios, iniciando-se assim os financiamentos no âmbito dos empréstimos globais concedidos desde a unificação.

No sector das **infra-estruturas**, foram financiados dois projectos (90 milhões) que apresentam um interesse particular para os *Länder* orientais, especificamente, o sistema Kopernikus para a transmissão por satélite de emissões de rádio e de televisão em todo o país, e a modernização dos edifícios da feira-exposição comercial de Berlim, que contribuirá para o desenvolvimento das zonas vizinhas.

No que se refere a **projectos industriais**, foram concedidos no total 323 milhões, que se destinaram ao sector automóvel, a uma fábrica de papel na Baixa Saxónia, a uma refinaria no Ruhr e a 378 investimentos de pequena e média dimensão (134 milhões) essencialmente de iniciativa de PME, muitos dos quais implicavam a utilização de tecnologias de ponta nos respectivos sectores.

O Banco financiou também o reforço das **infra-estruturas** aeroportuárias de Munique e de Hamburgo (134 milhões) e no âmbito de empréstimos globais, a realização de diversas infra-estruturas rodoviárias de interesse local.

Foram outorgados diversos créditos para a protecção do **ambiente** (95 milhões), nomeadamente, para obras de saneamento em Breisgau e para 47 pequenas redes de saneamento ou de adução de água de abastecimento, instalações de recolha, armazenagem e tratamento de resíduos, e equipamento industrial de protecção do ambiente.

No domínio da **energia**, os financiamentos (185 milhões) destinaram-se sobretudo à melhoria do abastecimento dos *Länders* orientais, e também ao prosseguimento da instalação da rede de aquecimento urbano do Sarre e à instalação de uma nova caldeira na central eléctrica de Mannheim.

GRÉCIA

Contratos assinados em 1991: 366,9 milhões (1990: 176,3 milhões)

Empréstimos individuais: 100,1 milhões - Empréstimos globais: 266,6 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 66,4 milhões

Os financiamentos do Banco na Grécia, que é totalmente abrangida pelos objectivos de **desenvolvimento regional** (objectivo 1), visam dotar o país das infra-estruturas, das instalações e do tecido industrial de que carece para se desenvolver.

No domínio das infra-estruturas (78 milhões), foi financiada sobretudo a **melhoria das ligações rodoviárias e ferroviárias** entre as diferentes regiões do país: construção da auto-estrada Corinto-Trípoli, reconversão em auto-estrada do lanço Varibobi-Yliko do itinerário Atenas-Katerini e renovação do material rolante dos caminhos-de-

-ferro. Foram também concedidos créditos em Creta, para a irrigação de perímetros agrícolas, e na região de Kalamata, afectada por um tremor de terra em 1986, para a reconstrução das redes de saneamento, de edifícios públicos e de habitações (22 milhões, na forma de empréstimos com bonificação de juros a cargo de recursos orçamentais das Comunidades Europeias).

No final do ano, foi concedido um grande empréstimo-quadro (150 milhões), que permitirá financiar projectos de pequena dimensão no domínio dos transportes, do abastecimento de água e do saneamento, e também instala-

ções turísticas e estabelecimentos de ensino técnico e profissional. Este crédito inscreve-se no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio relativo à Grécia, e complementa um financiamento a cargo de recursos orçamentais, concedido por meio dos fundos estruturais.

No domínio da **energia**, foram concedidos 16 milhões para a construção de uma central hidroeléctrica no canal principal de irrigação da planície de Salónica e para a primeira fase de implantação de gás natural na região de Atenas. Este projecto, que incluirá numa fase ulterior um gasoduto para o transporte de gás russo, instalações de

regaseificação do gás argelino e redes de distribuição, deverá contribuir para uma redução notável da poluição atmosférica na capital.

No quadro dos **Programas Integrados Mediterrânicos**, foram outorga-

dos dois empréstimos globais de 24 milhões para a produção de electricidade e a modernização da rede eléctrica, e para o desenvolvimento da informatização dos serviços públicos; foram ainda concedidos 15 milhões para 24 pequenos investimentos no sector energético.

O BEI prosseguiu também o seu apoio à criação de centros de formação profissional (11 milhões) e a investimentos de pequenas e médias empresas da indústria e do turismo (40 créditos no valor de 47 milhões).

ESPAÑHA

Contratos assinados em 1991: 2 342,5 milhões (1990: 1 942 milhões)

Empréstimos individuais: 2 070,7 milhões - Empréstimos globais: 271,8 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 315,8 milhões

O acréscimo dos empréstimos em Espanha deveu-se em grande parte aos investimentos no âmbito do **desenvolvimento regional**, especialmente nos domínios das infra-estruturas de comunicação e do equipamento energético. Foram concedidos 1 825 milhões (76% dos financiamentos, contra 57% em 1990), que se destinaram na quase totalidade a projectos situados nas regiões abrangidas pela acção dos fundos estruturais, tendo as regiões cobertas pelo objectivo 1 absorvido 975 milhões.

Os financiamentos no sector das **infra-estruturas** (1 390 milhões) destinaram-se a:

— prosseguimento da modernização da rede telefónica e colocação em serviço de satélites de telecomunicações e de teledifusão (577 milhões);

— melhoria das ligações ferroviárias interurbanas, em particular, da linha de alta velocidade Madrid-Sevilha, e reforço das redes suburbanas nas regiões de Madrid, Barcelona, Valência, Santander e Bilbao (408 milhões);

— renovação das frotas aéreas das linhas domésticas, incluindo as ligações entre as ilhas Canárias (128 milhões);

— transportes urbanos em Madrid (renovação das composições do metropolitano) e melhoria do trânsito na área metropolitana de Barcelona (113 milhões);

— realização de um novo centro de feiras-exposições em Madrid e melhoria da rede de saneamento de Málaga (124 milhões).

No âmbito de empréstimos globais (40 milhões), foram concedidos 17 créditos para obras de estrada e de saneamento realizadas por autarquias locais.

Na **indústria**, foram concedidos empréstimos individuais (406 milhões) para fábricas de automóveis em diversos pontos da Catalunha e próximo de Pamplona, para a ampliação de um complexo petroquímico na região de Cádiz e respectiva adaptação à produção de gasolina sem chumbo, e para fábricas de material de telecomunica-

ções, de aparelhos electrodomésticos e de produtos farmacêuticos nas regiões de Madrid, Barcelona e La Rioja. No âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 253 milhões a cerca de 580 PME's da indústria, do turismo e da agricultura.

Os créditos para o reforço e a modernização das diferentes redes de transporte e de distribuição de **electricidade** registaram um grande aumento, atingindo os 316 milhões. Foram concedidos ainda 10 créditos no valor de 23 milhões para pequenas centrais hidroeléctricas.

De assinalar que alguns dos projectos financiados contribuem para a protecção do **ambiente**, especialmente em meio urbano; os financiamentos neste domínio ascenderam a 209 milhões.

FRANÇA

Contratos assinados em 1991: 1 924,4 milhões (1990: 1 684,6 milhões)

Empréstimos individuais 1 011,4 milhões - Empréstimos globais: 913,0 milhões

Créditos no âmbito dos empréstimos globais em curso: 805,4 milhões

Mais de dois terços dos financiamentos em França destinaram-se a projectos que contribuíam para o **desenvolvimento das zonas assistidas** do país (1 234 milhões), essencialmente constituídos por infra-estruturas de transportes e investimentos na indústria e nos serviços. Foram também outorgados 108 milhões para diversos projectos que contribuíam para a protecção do **ambiente** e do meio urbano.

Os créditos para infra-estruturas do sector dos **transportes** (978 milhões) foram canalizados sobretudo para dois grandes projectos: o Túnel da Mancha e o TGV-Norte, de Paris à fronteira belga, com ligação ao túnel (410 milhões). Foi também financiado o prosseguimento da construção de auto-estradas de interesse regional e europeu (209 milhões): A26, novo itinerário entre o Túnel da Mancha e o Sul de França, passando por Troyes; A43 e A49 nos Alpes, de acesso a Grenoble e

a Albertville, local dos últimos Jogos olímpicos de Inverno; e A57 no sul. O Banco financiou também obras que permitem melhorar sensivelmente o trânsito e, por conseguinte, o ambiente urbano: em Marselha, a construção de um túnel rodoviário, e em Lião, a realização de parques de estacionamento com cerca de 6 000 lugares e a melhoria das vias públicas em certos pontos da cidade (57 milhões). Foi concedido um novo crédito para a fábrica de incineração de lixo domésticos da aglomeração lionesa, com produção de calor e electricidade, que contribuirá também para melhorar o ambiente.

No sector dos transportes aéreos, foram financiadas a extensão do aeroporto de Fort de France, na Martinica (em ligação com os fundos estruturais), e a renovação das frotas de duas companhias que efectuam sobretudo voos domésticos (133 milhões).

No âmbito de diversos empréstimos globais, foram concedidos 267 milhões para 242 projectos rodoviários, ferroviários e de saneamento realizados por autarquias locais ou por empresas.

No que respeita à **indústria e aos serviços**, foram concedidos 162 milhões para a produção de fibras de carbono nos Pirinéus Atlânticos, de papel de jornal nos Vosges, de produtos químicos em Isère, de material aeronáutico na Île de France, e também para o prosseguimento da construção do parque europeu de diversões da Eurodisneyland. No âmbito de empréstimos globais, foram concedidos 537 milhões a 5 947 pequenas e médias empresas.

No sector da **energia**, foram outorgados 37 milhões para a modernização da produção de urânio enriquecido na fábrica do Tricastin.

IRLANDA

Contratos assinados em 1991: 237 milhões (1990: 217,7 milhões)

Empréstimos individuais: 237 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 13 milhões

Os financiamentos na Irlanda, que é totalmente abrangida pelos objectivos de **desenvolvimento regional** (objectivo 1), destinaram-se essencialmente a **infra-estruturas** (182 milhões), nomeadamente, ao reforço da frota de aviões para as ligações intracomunitárias, ao aumento da capacidade de manutenção de aeronaves do aeroporto de Dublin e à melhoria da rede rodoviária, especialmente através da construção

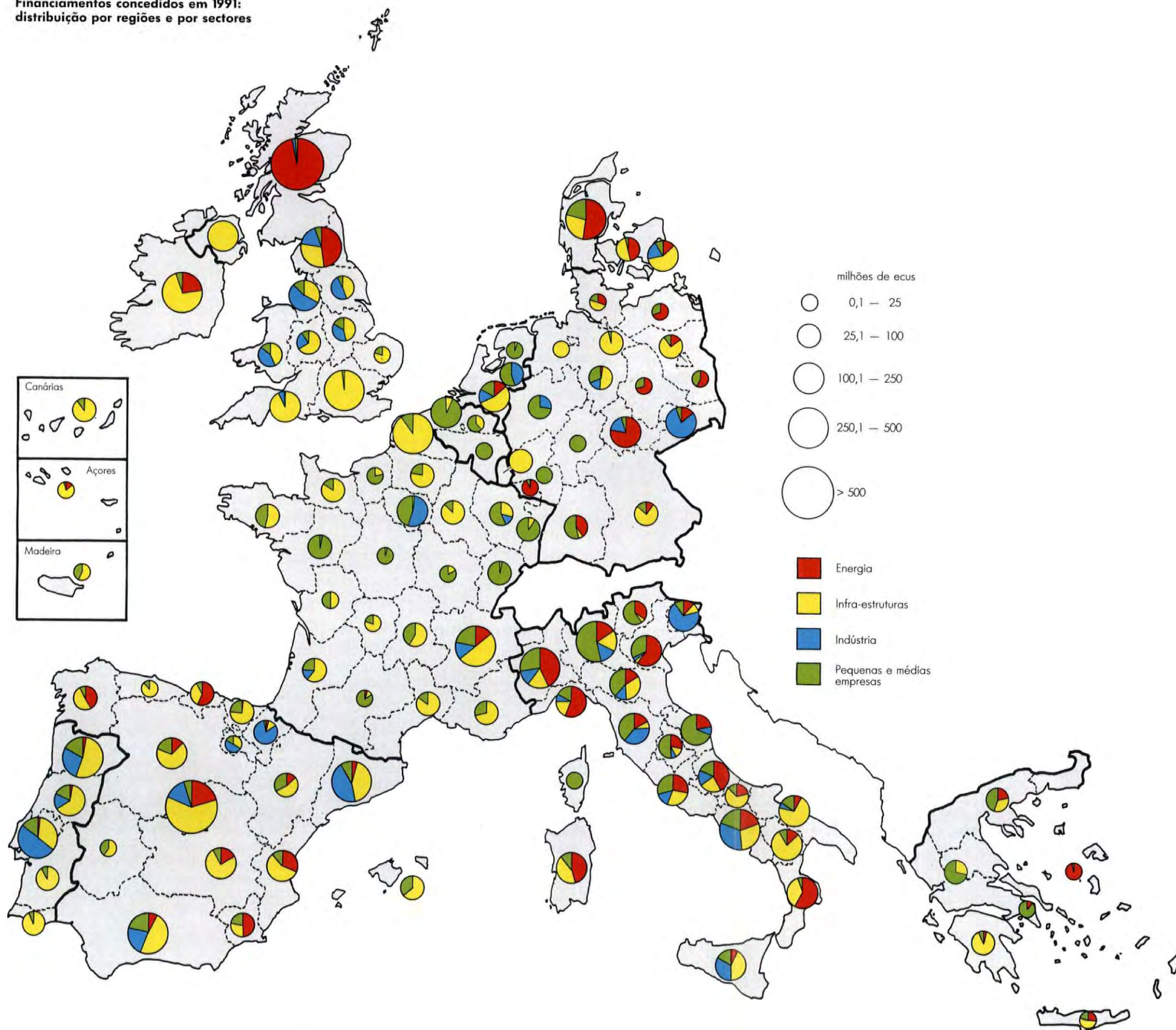
de variantes em Dublin e em Athlone. Os restantes créditos foram canalizados para o prosseguimento do desenvolvimento das telecomunicações internas e internacionais, o abastecimento de água potável da área de Dublin e a restauração do bairro do Temple Bar na capital. Foram ainda financiadas pequenas obras rodoviárias, portuárias, aeroportuárias ou de melhoria do abastecimento de água, bem como re-

des de esgotos e estações de tratamento de águas residuais.

No domínio da **energia**, foram concedidos dois créditos para a rede de transporte e distribuição de electricidade e de gás natural (56 milhões).

No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 13 milhões para 8 pequenas e médias empresas industriais e turísticas.

Financiamentos concedidos em 1991:
distribuição por regiões e por sectores



ITÁLIA

Contratos assinados em 1991: 4 000,7 milhões (1990: 3 855,7 milhões)

Empréstimos individuais: 2 794,1 milhões - empréstimos globais: 1 206,6 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 1 030,1 milhões

Na Itália, cerca de dois terços das verbas concedidas na forma de empréstimos individuais e de créditos no âmbito de empréstimos globais destinaram-se a projectos localizados nas zonas de **desenvolvimento regional** (2 558 milhões), mais especificamente, a projectos industriais (995 milhões, 52% dos

quais para PMEs), infra-estruturas (889 milhões) e equipamento energético (674 milhões).

Cerca de 80% destes montantes (2 010 milhões) destinaram-se a investimentos localizados no *Mezzogiorno* continental e nas ilhas, designadamente, na

Campânia (333 milhões), na Sicília (246 milhões), na Apúlia (242 milhões), na Sardenha (238 milhões), nos Abruzos (199 milhões), na Calábria (183 milhões), na Basilicata (156 milhões) e no Lácio (142 milhões); 130 milhões foram canalizados para a Molíssa, as Marcas e as ilhas Toscanas; 141 milhões desti-

TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE

A electricidade assegura actualmente cerca de um quinto do consumo total de energia na Comunidade, em comparação com menos de um sétimo em 1980. Esta quota-parte, que aumentou sensivelmente numa época em que o consumo global de energia apenas registou um ligeiro acréscimo, justifica a atenção dada ao transporte e à distribuição de electricidade no seio da Comunidade e nos países vizinhos.

O desenvolvimento futuro das redes de transporte e distribuição tem sido estudado pela Comissão das CE, que na perspectiva da realização do mercado interno, propôs liberalizar o acesso às grandes redes de transporte, as quais eram tradicionalmente encaradas num âmbito nacional. Além disso, os últimos Conselhos europeus sublinharam o interesse das redes transeuropeias, que permitem as trocas de energia (ver pág. 19).

O aumento do consumo de energia eléctrica, a segurança do abastecimento, a diferente evolução dos parques de produção (verifica-se em certos países um grande aumento da quota-parte da energia nuclear e noutros, um maior recurso ao carvão), e o desfasamento dos períodos de pico entre países, são factores que justificam o desenvolvimento das linhas de interligação.

Em certos países, os projectos ligados ao desenvolvimento do transporte e distribuição de electricidade têm representado 30%, ou mesmo 50% dos investimentos no sector, e visam, não só assegurar o transporte da energia produzida pelas

centrais nacionais, mas também, aumentar a segurança do abastecimento, interligando as redes a nível nacional ou internacional. Estas trocas têm aumentado regularmente, mas ainda são limitadas, correspondendo a pouco mais de 10% do consumo na Comunidade e limitando-se praticamente à França, como exportador, e à Itália e ao Reino Unido, como importadores.

Na Comunidade, prevê-se que o volume de projectos de transporte e distribuição de electricidade se mantenha, na medida em que diversos países ainda estão numa fase de realização de grandes programas de equipamento, enquanto outros preocupam-se com a melhoria dos serviços existentes ou com a protecção do ambiente.

O provável crescimento da capacidade de intercâmbio no seio da Comunidade e com países vizinhos, resultante da evolução do mercado interno e da preocupação em obter uma maior flexibilidade e uma maior segurança, deverá também contribuir para um aumento dos investimentos no transporte e distribuição de electricidade.

Nos últimos cinco anos, o BEI concedeu mais de 2 000 milhões de ecus para o reforço e a modernização das redes de transporte e distribuição em muitas regiões da Itália do Sul e da Espanha, e em Portugal, na Irlanda e na Grécia, tendo também prosseguido o financiamento de um grande projecto de interligação das redes de alta tensão francesa e britânica, por meio de cabos submarinos instalados na Mancha.

naram-se a projectos de transportes aéreos, de telecomunicações, de gasodutos e de linhas eléctricas em todo o Mezzogiorno.

Nas regiões menos favorecidas do *Centro-Norte*, os financiamentos no contexto do desenvolvimento regional ascenderam a 548 milhões, centrando-se na Toscana (123 milhões), no Friul-Venécia Júlia (93 milhões), no Veneto (67 milhões) e no Trentino Alto-Adige (52 milhões).

Os créditos para projectos no âmbito dos **objectivos energéticos da Comunidade** (874 milhões) destinaram-se à valorização de recursos em hidrocarbonetos, ao transporte e distribuição de gás natural, à produção e transporte de electricidade e à utilização racional da energia em diversas empresas.

Os créditos no domínio da **protecção e melhoria do ambiente e da qualidade de vida** ascenderam a 697 milhões, sendo canalizados para redes de esgotos e estações de tratamento de águas residuais, para a gestão de resíduos sólidos e equipamento para a redução de emissões poluentes e também, para o ordenamento urbano e a restauração de edifícios e de bairros históricos.

Foram também financiados projectos nos sectores dos transportes e sobretudo, das **telecomunicações** com outros países da Comunidade (591 milhões), e projectos tendentes a reforçar a **competitividade internacional da indústria** e a respectiva integração europeia (155 milhões, incluindo 42 milhões para investimentos de pequena e média dimensão).

* *

A *distribuição sectorial* evidencia um equilíbrio relativo entre os financiamentos nos sectores da indústria (1 538 milhões), das infra-estruturas (1 120 milhões) e da energia (1 166 milhões).

Do domínio da **indústria e dos serviços**, foram concedidos 557 milhões na forma de empréstimos individuais para a indústria química e petroquímica, para vários laboratórios, para centros de investigação e fábricas de produtos farmacêuticos, cosméticos e de higiene, para a modernização de um complexo químico, para uma fábrica de gases industriais e para refinarias, com vista à respectiva reconversão para a produção da gasolina sem chumbo e com baixo teor de enxofre.

Os restantes créditos destinaram-se à electrónica (fábricas e centros de desenvolvimento de materiais para as telecomunicações), aos electrodomésticos, ao sector do papel, à indústria aeronáutica, ao fabrico de veículos de duas e três rodas, a fábricas de cimento e a fábricas de vidro e de produtos alimentares.

No âmbito dos empréstimos globais em curso, foram concedidos 981 milhões para cerca de 1 800 investimentos de pequena dimensão, em geral da iniciativa de PME's.

No sector das **infra-estruturas**, o BEI prosseguiu o financiamento de projectos (que se integravam, na maioria dos casos, no quadro do FIO - Fundo para o Investimento e o Emprego), de melhoria do abastecimento de água potável e de reforço das redes de esgotos e das estações de tratamento de águas residuais. Muitos destes projectos tinham também outros objectivos, como a gestão de resíduos sólidos urbanos e in-

dustriais e o combate à erosão e às inundações. Foram concedidos 393 milhões, que se destinaram sobretudo a grandes bacias como a do Pó, a vastas áreas na Basilicata, na Apúlia e na Sardenha, e a grandes áreas urbanas como Milão, Génova, Roma, Udine e Tarento.

No sector das **telecomunicações**, os financiamentos foram canalizados para a melhoria da rede telefónica do Mezzogiorno e das comunicações por satélite (577 milhões). Foram ainda concedidos diversos empréstimos (150 milhões) para os transportes, incluindo o reforço das frotas das linhas aéreas regionais, o ordenamento de zonas portuárias, terminais de carga intermodais e diversas infra-estruturas urbanas.

No sector da **energia**, os financiamentos continuaram a registar um aumento sensível e destinaram-se ao reforço da capacidade de produção de electricidade de diversas centrais e à instalação de linhas de transporte e de distribuição de electricidade. Algumas destas centrais utilizam recursos hidráulicos ou geotérmicos, e outras efectuem a cogeração de vapor (Porto Marghera, Milão e Brescia), para utilização em redes de aquecimento urbano. De assinalar que os projectos financiados na maioria destas centrais e especialmente na de Fusina, incluem o equipamento necessário para reduzir a poluição atmosférica.

Foram ainda concedidos diversos créditos para a valorização de jazigos de hidrocarbonetos *onshore* e *offshore* e para o desenvolvimento da rede de transporte e distribuição de gás natural proveniente da Argélia e da Rússia.

LUXEMBURGO

Contrato assinado em 1991: 28,6 milhões (1990: 11,8 milhões)

No Luxemburgo, foi concedido um crédito de 28,6 milhões para o lançamento de um satélite de teledifusão, cujos ca-

nais serão utilizados por diversas empresas europeias de televisão.

PAÍSES BAIXOS

Contratos assinados em 1991: 175,4 milhões (1990: 245,3 milhões)

Empréstimos individuais: 125,4 milhões - Empréstimos globais: 50 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 68,9 milhões

Nos Países Baixos, o Banco financiou a construção de um terminal automatizado para contentores no porto de Roterdão e uma central de produção de

electricidade por gaseificação do carvão em Buggenum. No sector industrial, foi concedido um empréstimo para a modernização de papelarias em

Nimègue e em Maastricht, e no âmbito de empréstimos globais, foram concedidos créditos a 49 pequenas e médias empresas.

PORTUGAL

Contratos assinados em 1991: 1 002,1 milhões (1990: 794,7 milhões)

Empréstimos individuais: 809,2 milhões - Empréstimos globais: 192,9 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 153,1 milhões

Os financiamentos em Portugal, cujo território é totalmente abrangido pelo objectivos de **desenvolvimento regional** (objectivo 1), voltaram a aumentar e cobriram uma vasta gama de investimentos.

Cerca de metade das verbas concedidas destinou-se a **infra-estruturas** de transportes e de comunicações (441 milhões), visando essencialmente melhorar as ligações com os outros países da Comunidade. Foram financiadas a construção de novos lanços das auto-estradas A1 (Lisboa-Porto-Braga) e A4 (Porto-Vila Real) e a modernização dos caminhos-de-ferro (nó ferroviário do Porto, linha Lisboa-Porto e ligação com Vilar Formoso), incluindo a renovação do material rolante. Foram igualmente concedidos créditos para o desenvolvimento de diversas infra-estruturas nos Açores e para o reforço do terminal pe-

trolífero e petroquímico de Sines. No âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 15 milhões de ecus para 82 projectos, principalmente de gestão da água e de obras de estrada.

O BEI prosseguiu o financiamento do reforço da rede telefónica, em particular nas regiões de Lisboa e do Porto, tendo também contribuído para a instalação de um cabo submarino que assegura as ligações com a Madeira, a França e Marrocos.

No domínio **industrial**, foram concedidos 389 milhões, que se destinaram sobretudo ao sector automóvel, designadamente: a um importante projecto de novos veículos monoespaço empreendido pela associação de dois grandes construtores e a uma fábrica de equipamento audio em Palmela, a uma fá-

brica de sistemas de ignição directa com sistema electrónico integrado no Seixal e a uma fábrica de pneumáticos próximo do Porto. Foram também concedidos créditos para um projecto de produção de papel e de florestação, para uma fábrica de produtos alimentares, para a modernização de fábricas de couros sintéticos e de têxteis e para uma fábrica de peças em liga de alumínio de alta qualidade. No âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 126 milhões a 300 pequenas e médias empresas.

No domínio da **energia**, foram concedidos 114 milhões para o reforço da rede de transporte e de distribuição de electricidade e para a instalação de minicentrals hidroeléctricas no centro e no norte do país.

REINO UNIDO

Contratos assinados em 1991: 2 090,5 milhões (1990: 1 892,8 milhões)

Empréstimos individuais: 2 090,5 milhões

Créditos no âmbito de empréstimos globais em curso: 73,7 milhões

Os financiamentos no Reino Unido abrangeram todos os sectores de actividade, em particular, os da água, da energia e da indústria; cerca de um terço destinou-se a **regiões confrontadas com problemas de reconversão**.

Os créditos para **infra-estruturas** (911 milhões) destinaram-se principalmente ao sector da água (579 milhões), tendo-se prosseguido o financiamento de projectos inscritos nos grandes programas desenvolvidos pelas companhias das águas, com vista a melhorar as respectivas redes e a adaptá-las às normas comunitárias relativas à qualidade. Foram abrangidas principalmente as regiões do País de Gales, do Yorkshire, do Tamisa, e de uma forma mais geral, as zonas sul e oeste da Inglaterra.

Os créditos para os **transportes e as telecomunicações** (331 milhões) foram

canalizados para o prosseguimento da construção do Túnel da Mancha, para a extensão do aeroporto de Birmingham e para a modernização das telecomunicações na Irlanda do Norte.

Os empréstimos para projectos no sector da **energia**, que em 1991 registaram um nítido aumento, ascenderam a 765 milhões e destinaram-se essencialmente à valorização dos recursos em hidrocarbonetos do Mar do Norte (jazigos de Alba, Bruce, Ravenspurn e Scott) e a gasodutos para o transporte desde os complexos de Beryl e de Brae até St Fergus, na Escócia. Foi concedido um novo financiamento para uma unidade de reprocessamento de combustível nuclear.

Na **indústria e nos serviços**, foram outorgados 488 milhões, essencialmente sob a forma de empréstimos individuais (416 milhões), que cobriram vários sectores: construção de compo-

nentes de aviões Airbus, fabrico de peças para automóveis, centros de investigação e de produção de produtos farmacêuticos e de cosméticos, fabrico de placas de silicone e produção de gás para fins industriais e de produtos à base de zircónio. Foram também financiados o fabrico de produtos alimentares, de fibras ópticas e de têxteis, e a ampliação de tipografias. Diversos projectos, tais como as fábricas de tratamento de dióxido de titânio, de aerossóis sem CFC e de reciclagem de recipientes de alumínio, contribuíam para a protecção do ambiente.

Não foram concluídos novos empréstimos globais em 1991, pelo que os 60 milhões concedidos a 70 pequenas e médias empresas inscreveram-se no âmbito de contratos assinados anteriormente.

* * *

No exterior do território dos **Estados-membros**, nos termos do Artigo 18º dos Estatutos, o BEI contribuiu para o financiamento de projectos de telecomunicações internacionais e de exploração petrolífera de interesse para a Comunidade, com um montante total de 300 milhões.

No domínio das **telecomunicações**, foram concedidos 202 milhões para o prosseguimento dos programas desenvolvidos pela organização internacional Eutelsat, para o lançamento de uma nova geração de satélites, e também para a instalação de um cabo submarino em fibras ópticas, de ligação de

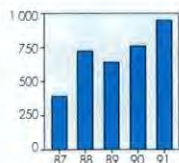
Portugal continental à Madeira, a França e a Marrocos.

O Banco concedeu ainda 98 milhões para a valorização dos **jazigos de petróleo** de Snorre e Veslefrikk, no sector norueguês do Mar do Norte.



O BEI EM 1991:

FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA COMUNIDADE



Os financiamentos no exterior da Comunidade ascenderam a 916 milhões, designadamente:

781,5 milhões sob a forma de empréstimos a cargo de recursos próprios, garantidos pelos Estados-membros ou pelo orçamento comunitário, e 134,5 milhões sob a forma de operações com capitais de risco, a cargo de recursos orçamentais da Comunidade ou dos Estados-membros.

Nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), o ano foi marcado pela entrada em vigor da Quarta Convenção de Lomé em 1 de Setembro,

que permitiu relançar os financiamentos, em especial a cargo de capitais de risco. Os mesmos atingiram os 389,5 milhões (153 milhões em 1990), dos quais 269,5 milhões na forma de recursos próprios com bonificação de juros, e 120 milhões na forma de capitais de risco por conta de recursos orçamentais dos Estados-membros, por intermédio do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

Nos países da Bacia Mediterrânica, foram concedidos 241,5 milhões (162 milhões em 1990), dos quais 227 milhões a cargo de recursos próprios e 14,5 milhões na forma de capitais de risco por conta de recursos orçamentais, destinados essencialmente ao financiamento

de fundos próprios de empresas do sector privado.

Nos países da Europa Central e Oriental, o BEI concedeu 285 milhões (215 milhões em 1990).

A maioria dos projectos de investimento financiados foi objecto de cofinanciamentos, sobretudo com instituições financeiras bilaterais dos Estados-membros, a Comissão, o Banco Mundial e outras instituições de ajuda ao desenvolvimento; com vista a coordenar os financiamentos em países da Europa Central e Oriental, foi iniciada uma cooperação muito estreita com o BERD.

ESTADOS ACP E PTU

A acção do BEI estendeu-se a 24 países ACP e 4 PTU, incluindo também um crédito que abrangia vários países. Estes financiamentos foram efectuados com verbas da Quarta Convenção de Lomé (217,5 milhões a cargo de recursos próprios e 63,4 milhões a cargo de capitais de risco), da Terceira Convenção (52 milhões a cargo de recursos próprios e 55 milhões a cargo de capitais de risco), cujo mapa resumo é apresentado na pág. 46, e ainda, da Segunda Convenção (1,6 milhão por conta de capitais de risco).

Em três países, designadamente, o Zimbábue, Trinidad e Tobago e as Ilhas Caimão, o BEI só concedeu empréstimos a cargo de recursos próprios (58 milhões, que representam 15% do total). Noutros quinze, concedeu exclusivamente capitais de risco (63,8 milhões, ou seja, 16% das verbas) e em dez, combinou as duas formas de financiamento (267,7 milhões, ou seja, 69% das verbas).

52% dos financiamentos destinaram-se à indústria e aos serviços, especialmente a PMEs, que receberam 100 créditos (57,7 milhões) no âmbito de empréstimos globais, que o BEI efectiva em colaboração com bancos de fomento nacionais ou regionais. Os empréstimos para projectos no sector

energético (exploração de hidrocarbonetos e produção/distribuição de electricidade) representaram 30% do total e os créditos para infra-estruturas de transportes aéreos e marítimos, ou de abastecimento de água e de saneamento, 18%.

Cerca de dois terços dos financiamentos foram canalizados para investimentos do sector privado, cujo papel no processo de desenvolvimento tem vindo a crescer nos últimos anos. O BEI continuou a contribuir para a reabilitação de indústrias e de infra-estruturas existentes.

Em **África**, os financiamentos abrangem 17 países e ascenderam a 314,4 milhões (203,5 milhões a cargo de recursos próprios e 110,9 milhões a cargo de capitais de risco). Deste total, foram concedidos 36 milhões à ASECNA, uma

agência regional responsável pela segurança da navegação aérea em 16 países ACP.

Cerca de dois terços destes financiamentos (190,3 milhões) foram outorga-

dos na **África Ocidental**: na **Nigéria** (103 milhões), para o reforço da capacidade de produção e de refinação de óleo de palma e para a valorização de um jazigo de hidrocarbonetos extraídos na forma de condensados; na

Quadro 10: **Convenções, protocolos financeiros decisões em vigor ou negociados em 1 de Junho de 1992**

(milhões de ecus)

(milhões de ECU)

	Tipo de acordo	Período de vigência	Empréstimos por conta de recursos próprios do BEI ⁽¹⁾	Intervenções por conta de recursos orçamentais		Total	
				Operações com capitais de risco ⁽²⁾	Ajudas não reembolsáveis ⁽³⁾		
Estados ACP-PTU							
ACP	Convenção de Lomé IV	1990—1995	1 200	825	9 975 ⁽⁴⁾	12 000	
PTU	Decisão do Conselho	1990—1995	25	25	115 ⁽⁴⁾	165	
Bacia Mediterrânica ⁽⁵⁾							
Jugoslávia	pro memória						
Turquia	4 ^o protocolo financeiro ainda não executado		225	—	50	600 ⁽⁶⁾	
Argélia			280	18	52	350	
Marrocos			220	25	193	438	
Tunísia	4 ^{os} protocolos financeiros	1991—1996	168	15	101	284	
Egipto				310	16	242	568
Jordânia				80	2	44	126
Libano				45	2	22	69
Síria			115	2	41	158	
Israel	4 ^o protocolo financeiro	1991—1996	82	—	—	82	
Malta	3 ^o protocolo financeiro	1988—1993	23	2,5	12,5	38	
Chipre	3 ^o protocolo financeiro	1988—1993	44	5	13	62	
Cooperação financeira horizontal extraprotocolos ainda não executada		1992—1996	1 800	25	205 ⁽⁷⁾	2 030	
Países da Europa Central e Oriental ⁽⁸⁾							
Polónia/Hungria		1990—1993	1 000				
Checoslováquia/Bulgária/Roménia		1991—1993	700				

⁽¹⁾ Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do FED, quando se trate de projectos nos Estados ACP e PTU, e por conta de recursos do orçamento geral das Comunidades, quando se trate de projectos nos países da Bacia Mediterrânica. Os montantes necessários para as bonificações de juro são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

⁽²⁾ Concedidas e geridas pelo Banco.

⁽³⁾ Concedidas e geridas pela Comissão das Comunidades Europeias.

⁽⁴⁾ Inclui as verbas destinadas a bonificações de juros dos empréstimos do BEI.

⁽⁵⁾ As verbas disponíveis no âmbito dos protocolos financeiros anteriores poderão ser utilizadas simultaneamente, quer se trate da totalidade das dotações previstas (Libano e Síria), ou de saldos por afectar.

⁽⁶⁾ Dos quais 325 milhões na forma de empréstimos com condições especiais a cargo de recursos orçamentais.

⁽⁷⁾ Dos quais cerca de 100 milhões na forma de bonificações de juros para os empréstimos do BEI no sector do ambiente.

⁽⁸⁾ Créditos orçamentais concedidos pela Comissão das CE (PHARE), no valor total de 2 270 milhões, para o período de 1990-1992.

DA TERCEIRA À QUARTA CONVENÇÃO DE LOMÉ

Durante o período de vigência da Terceira Convenção de Lomé (de Maio de 1986 a Agosto de 1991), os financiamentos concedidos nos países ACP e nos PTU ascenderam a 1 347,5 milhões (em comparação com 969 milhões no âmbito da Segunda Convenção). Os empréstimos a cargo de recursos próprios, com bonificação de juros por conta de recursos do FED, cifraram-se em 761 milhões, soma que representa 68% do limite máximo fixado (1 120 milhões). Os financiamentos com capitais de risco atingiram os 586,5 milhões, que correspondem a 94% do pacote previsto (615 milhões), mas o saldo será afectado até esgotamento da dotação.

Os financiamentos a cargo de recursos próprios tiveram lugar, sobretudo em África, num contexto económico persistentemente desfavorável, caracterizado essencialmente pela degradação da capacidade de endividamento e pelo abrandamento, ou mesmo, em certos países, pela suspensão dos investimentos. As condições flexíveis de concessão dos capitais de risco revelaram-se particularmente apropriadas à situação dos países ACP, pelo que na maioria deles foi adoptada esta forma de financiamento. Sendo a situação nos países das Caraíbas e do Pacífico e nos PTU bastante mais favorável, optou-se em geral nos mesmos por uma combinação das duas formas de financiamento.

Nos 43 países menos desenvolvidos (artigo 257º da Convenção), foram concedidos financiamentos com capitais de risco no valor de 350,8 milhões, tendo ainda sido outorgados 55,5 milhões na forma de empréstimos a cargo de recursos próprios para projectos de desenvolvimento.

Globalmente, 55% dos financiamentos destinaram-se a investimentos na indústria (ver quadro N pag. 109), principalmente a empresas dos sectores de produtos alimentares, têxtil, das minas e da metalomecânica, e a iniciativas do sector turístico. Cerca de um terço dos financiamentos no sector da indústria foi concedido a bancos de fomento e a instituições financeiras, especialmente sob a forma de empréstimos globais, no âmbito dos quais foram outorgados créditos a mais de 350 pequenas empresas. Estes financiamentos, que se destinaram essencialmente ao sector privado, contribuirão para melhorar ou manter a capacidade de produção de inúmeros

países, em sectores particularmente importantes para o bem-estar das respectivas populações.

Os restantes financiamentos destinaram-se à realização de infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento em diversas cidades (12%), a investimentos nos transportes e nas telecomunicações (12%) e ao reforço de instalações e equipamento de produção e transporte de energia (21%).

* * *

A Quarta Convenção de Lomé, celebrada entre os Estados-membros da Comunidade Europeia, os 66 Estados da África das Caraíbas e do Pacífico (ACP) signatários da Terceira Convenção, e ainda, o Haiti, a República Dominicana e a Namíbia, entrou em vigor em 1 de Setembro de 1991. No que se refere aos PTU, o Conselho adoptou uma decisão paralela.

A nova Convenção dá ainda um maior relevo que as anteriores ao sector privado e ao seu papel incentivador do crescimento e da diversificação das economias ACP.

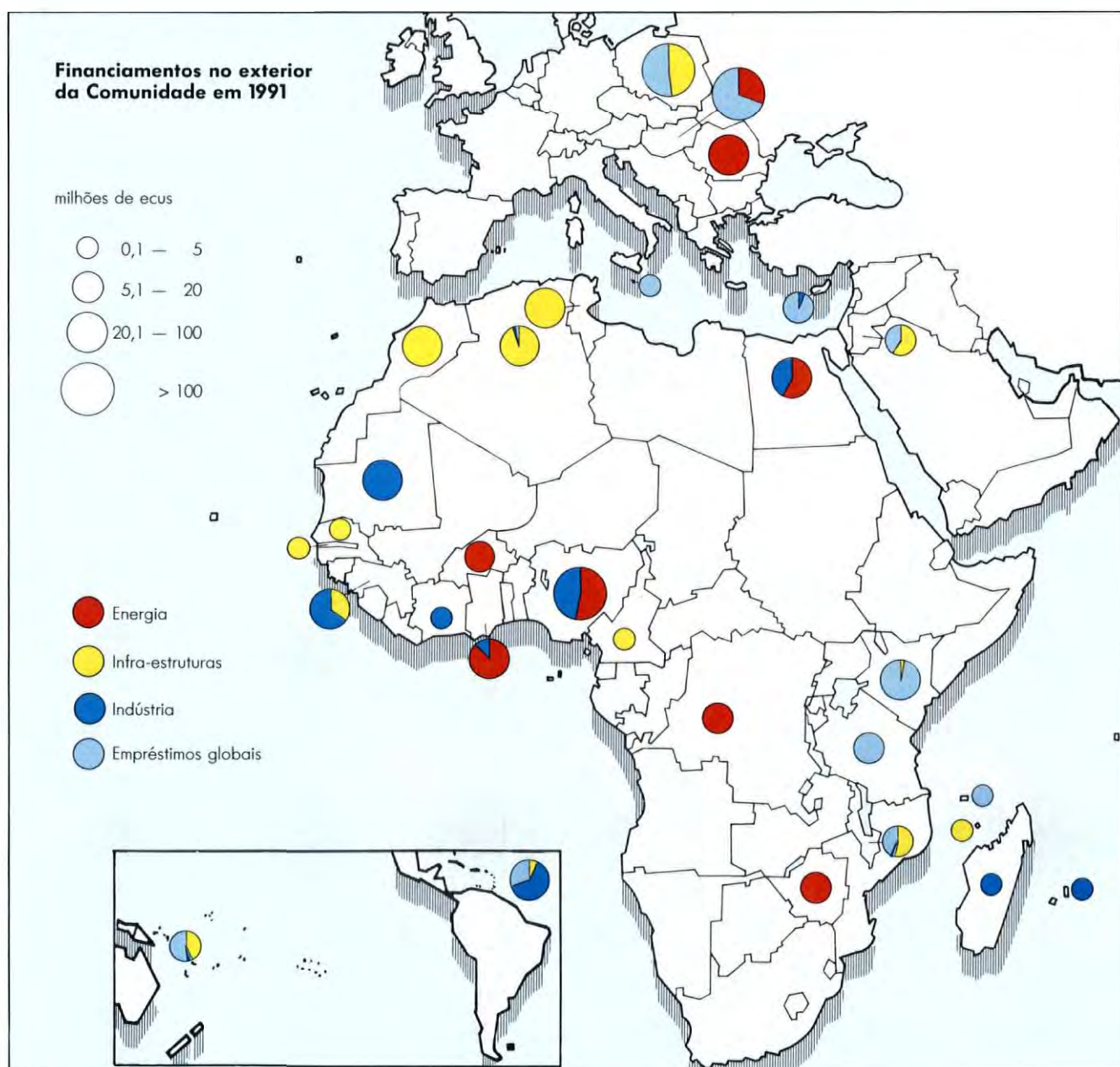
O montante global dos financiamentos previsto na Quarta Convenção de Lomé para os cinco primeiros anos ascende a 12 000 milhões (ver quadro 10, pag. 45), sendo a ajuda comunitária prestada em condições mais favoráveis. Os empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco (limite máximo de 1 200 milhões) beneficiam de uma bonificação de juros por conta de recursos do FED, que é aumentada para 4%, e a taxa de juro a cargo do mutuário deverá situar-se entre 3% e 6%. Os capitais de risco (825 milhões) podem tomar a forma de tomadas de participação ou de empréstimos com condições favoráveis, cuja taxa de juro deve ser inferior a 3%. Além disso, passa a ser possível o recurso a novos intermediários (em particular, a instituições financeiras europeias).

Estes financiamentos destinam-se prioritariamente a projectos nos sectores da indústria, da agro-indústria, do turismo, das minas, da energia, dos transportes e das telecomunicações.

Mauritânia (30 milhões), para o arranque da exploração de um jazigo de minério de ferro; no **Gana** (22,8 milhões), para a modernização de fundições de

alumínio e o prosseguimento da reabilitação da central hidroelétrica de Akosombo e na **Guiné** (23 milhões), para o reforço de uma fábrica de alumina e a

melhoria do abastecimento de água de Conakry. Foram ainda financiadas: no **Burkina-Faso**, uma linha eléctrica entre Bobo-Dioulasso e Banfora (5,6 mi-





lhões), na **Gâmbia**, a melhoria do abastecimento de água de Banjul (4,3 milhões), no **Senegal**, a modernização de entrepostos comerciais no porto de Dakar (1,5 milhão) e na **Costa do Marfim**, um estudo sobre a implantação de uma fábrica de café solúvel (52 000 ecus).

Na **África Austral**, os financiamentos ascenderam a 38,1 milhões e destinaram-se: ao **Zimbabwe**, para a modernização e o reforço da rede eléctrica (18 milhões); ao **Malawi**, para a extensão da rede de distribuição de água potável de Blantyre e o financiamento, no âmbito de um empréstimo global e de uma tomada de participação, de investimentos de pequena dimensão (14,8 milhões); às **Ilhas Maurícias**, para uma fábrica têxtil (2,5 milhões); às **Comores**, para investimentos de PME's (2 milhões); e a **Madagáscar**, para uma tomada de participação numa sociedade financeira de investimento e para um estudo sobre uma exploração

-piloto no domínio da aquacultura (800 000 ecus).

Na **África Oriental**, foram concedidos 28,5 milhões, designadamente: no **Quênia**, 20,5 milhões para um estudo de viabilidade sobre um oleoduto, e na **Tanzânia**, 8 milhões para o financiamento de PME's, no âmbito de empréstimos globais.

Na **África Central**, os financiamentos ascenderam a 21,5 milhões e destinaram-se à modernização e ao reforço da rede eléctrica no leste do **Zaire** (19 milhões) e à reabilitação de plantações de bananas nos **Camarões** (2,5 milhões).

Nas **Caraíbas**, foram concedidos 56,1 milhões para a modernização de uma refinaria de hidrocarbonetos em **Trinidad e Tobago** (38 milhões), para o apoio a investimentos de PME's na **Jamaica** (16 milhões), para um hotel de turismo em **Granada** (1,5 milhão), para um estudo de prospecção geotérmica

em **Santa Lúcia** (400 000 ecus) e para um estudo sobre a exportação de materiais de construção (para a Guiana) em **São Vicente e Grenadinas** (200 000 ecus).

No **Pacífico**, o BEI concedeu 11,4 milhões: 6 milhões na **Papúasia-Nova Guiné**, na forma de empréstimos globais para projectos de PME's e 5,4 milhões nas **Ilhas Fiji**, para a realização de um centro de manutenção de aviões e para uma serração.

Foram ainda concedidos 7,7 milhões a quatro **PTU**: para o financiamento de investimentos de pequena e média dimensão na **Aruba** (2,5 milhões), para a melhoria da distribuição de água potável nas **Ilhas Caimão** (2 milhões), para a reconstrução do porto de **Montserrat**, destruído por furacões (2 milhões), e para a melhoria dos transportes marítimos de **Mayotte** (1,15 milhão), sendo o primeiro financiamento concedido pelo BEI neste país.

PAÍSES DA BACIA MEDITERRÂNEA

Os financiamentos nos países situados na margem sul do Mediterrâneo abrangem sobretudo duas vertentes: uma melhor gestão dos recursos hídricos dos países do Magrebe, por meio da insta-

lação de redes de saneamento e de programas de irrigação, e um apoio crescente às empresas do sector privado nos países interessados, especialmente através da associação com empresas da Comunidade. Em 1991, no âmbito de empréstimos globais em curso, foram concedidos 166 créditos no valor de 42,6 milhões, afectados essencialmente nos sectores têxtil e alimentar, do turismo e da agricultura.

Argélia

Os financiamentos ascenderam a 71 milhões (dos quais 3 milhões na forma de capitais de risco) e destinaram-se ao prosseguimento da construção da auto-estrada este-oeste, a redes de esgotos e à construção de estações de trata-

Quadro 11: Financiamentos no exterior da Comunidade

(milhões de ecus)

	Total	Recursos próprios	Recursos orçamentais	Empréstimos individuais				Empréstimos globais
				Energia	Transportes e telecomunicações	Água	Indústria, agricultura, e serviços	
ACP-PTU	389,5	269,5	120,0	117,6	45,6	24,8	140,5	61,0
África	314,4	203,5	110,9	117,6	37,5	22,8	100,0	36,5
Caraíbas	56,1	53,0	3,1	—	—	—	40,1	16,0
Pacífico	11,4	9,0	2,4	—	5,0	—	0,4	6,0
PTU	7,6	4,0	3,6	—	3,1	2,0	—	2,5
Mediterrâneo	241,5	227,0	14,5	25,0	31,0	138,0	19,8	27,7
Argélia	71,0	68,0	3,0	—	31,0	37,0	0,8	2,2
Marrocos	60,0	60,0	—	—	—	60,0	—	—
Tunísia	35,0	35,0	—	—	—	35,0	—	—
Egipto	43,0	40,0	3,0	25,0	—	—	18,0	—
Jordânia	10,0	9,0	1,0	—	—	6,0	—	4,0
Chipre	20,0	15,0	5,0	—	—	—	1,0	19,0
Malta	2,5	—	2,5	—	—	—	—	2,5
Europa Central e Oriental	285,0	285,0	—	60,0	70,0	—	—	155,0
Hungria	115,0	115,0	—	35,0	—	—	—	80,0
Polónia	145,0	145,0	—	—	70,0	—	—	75,0
Roménia	25,0	25,0	—	25,0	—	—	—	—
Total	916,0	781,5	134,5	202,6	146,6	162,8	160,3	243,7

mento em várias cidades costeiras a leste de Argel, à reabilitação de redes de drenagem e de irrigação nos oásis do vale do R'hir, a sul de Argel, e à promoção de investimentos de PME's do sector privado, especialmente através de tomadas de participação com capitais de risco.

Marrocos

Foram concedidos 60 milhões para a irrigação, a partir da barragem de

Im Fout, e para a valorização de perímetros agrícolas no planalto de Abda Doukkala, a sudoeste de Casablanca: trata-se da primeira fase de um projecto que cobrirá 64 000 ha, abrangendo uma população de 100 000 pessoas.

Tunísia

Foram concedidos dois créditos de 35 milhões, contribuindo um deles para um melhor aproveitamento dos recursos hídricos na agricultura, através da modernização das redes de irrigação, e o outro, para a protecção do ambiente, por meio da construção de esgotos e de estações de tratamento de águas residuais na costa mediterrânica (Gabès).

Egipto

Os financiamentos do BEI (43 milhões, dos quais 3 milhões na forma de capitais de risco) destinaram-se à construção de uma fábrica de compressores para frigoríficos e congeladores e também, à extensão da rede de distribuição de gás natural do Cairo, projecto que se inscreve no quadro de um programa que abrangerá toda a cidade, tendo em vista limitar a poluição atmosférica e reservar os recursos petrolíferos para a exportação.



Jordânia

Foram concedidos 10 milhões (dos quais 1 milhão na forma de capitais de risco) que se destinaram à extensão da rede de esgotos na zona de Zarqa e a empréstimos globais para o financiamento de pequenas e médias empresas.

Chipre e Malta

O Banco desenvolveu a sua acção em favor de pequenas e médias empresas industriais, concluindo empréstimos globais por conta de recursos próprios e de capitais de risco: em Chipre, concedeu 20 milhões (dos quais 5 milhões

na forma de capitais de risco) e em Malta, 2,5 milhões na forma de capitais de risco, que se destinaram a tomadas de participação, sendo dada prioridade a iniciativas em que participassem empresas da Comunidade.

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

A acção do BEI nesta região iniciou-se em 1990 na Polónia e na Hungria, tendo-se alargado à Roménia em 1991. Neste segundo exercício, foram concedidos 285 milhões, o que eleva o total outorgado a 500 milhões, ou seja, a cerca de um terço das verbas previstas nos acordos em vigor. Durante o ano, foram efectuadas as primeiras afectações no âmbito de dois empréstimos

globais celebrados com o sector bancário em 1990. Na Polónia, foi concedido um total de 14,7 milhões a seis empresas, e na Hungria, um total de 14,35 milhões a três empresas.

Polónia

Foram concedidos 145 milhões, designadamente: um empréstimo para o reforço e a modernização da rede telefónica, sobretudo para as comunicações de longa distância, e um empréstimo global essencialmente destinado ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão.

Hungria

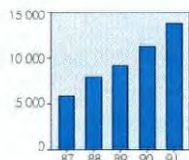
Foram concedidos 115 milhões: um financiamento para o reforço do abastecimento de electricidade, através da reabilitação da central de produção em

ciclo combinado de calor e electricidade de Kelenföld, e um empréstimo global essencialmente destinado ao financiamento de investimentos de pequena e média dimensão.

Roménia

Foram concedidos 25 milhões para a reabilitação de duas centrais eléctricas e para estudos sobre a produção de electricidade a partir da lignite.

RECURSOS OBTIDOS EM 1991



Recursos obtidos:
Em 1991, o BEI angariou 13 672 milhões, contra 10 996 milhões em

1990, o que representa um acréscimo de 24%. A sua presença activa no mercado e as operações de swap que realizou permitiram-lhe obter as verbas necessárias para os desembolsos, que as-

cenderam a 15 361 milhões (11 811 milhões em 1990).

Os recursos, que foram objecto de operações de swap, provieram essencialmente de operações a médio e a longo prazo (12 540 milhões), principalmente a **taxa fixa** (10 225 milhões). Foram obtidos 3 447 milhões a **taxa variável**, 1 133 milhões dos quais por

meio de operações a curto prazo sob a forma de papel comercial, que representaram 25% do total.

A distribuição das verbas obtidas por divisas confirma a preponderância das moedas comunitárias (73% do total após swaps). O ecu mantém-se na primeira posição, sendo seguido do dólar.

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CAPITAIS

As taxas de juro nos principais países da OCDE evoluíram de forma diferente, em virtude da disparidade das situações conjunturais. No início do ano, o desenlace rápido da crise do Golfo Pérsico acarretou uma redução generalizada das taxas de rendimento no mercado de capitais. Nos Estados Unidos, o afrouxamento da actividade económica conduziu a uma liberalização progressiva da política monetária; a descida verificada nas taxas de juro durante o primeiro semestre acentuou-se na segunda metade do ano. No Japão, a política monetária foi progressivamente liberalizada, em particular no segundo semestre. Na Comunidade, as autoridades monetárias alemãs, perante as tensões inflacionistas e as restrições económicas ligadas à unificação, mantiveram as taxas de juro a um nível elevado, facto que teve repercussões noutros mercados comunitários.

No que respeita às divisas que integram o SME, observou-se uma tendência para a convergência das taxas.

Após o ligeiro recuo registado no ano anterior, 1991 caracterizou-se por um franco relançamento da actividade de emissões obrigacionistas. O montante total dos fundos obtidos por meio de emissões públicas de obrigações convencionais e de obrigações a taxa variável aumentou 30%, ascendendo a 298 000 milhões de dólares. Na sequência da contínua liberalização dos mercados financeiros, o aumento da actividade concentrou-se no mercado internacional, que registou um acréscimo de 37%, enquanto no segmento das obrigações estrangeiras não se observaram mudanças significativas. Os principais emitentes foram entidades residentes na zona da OCDE, mas confirmou-se o regresso de emitentes latino-americanos, e alguns países da Europa de Leste também emitiram obrigações neste mercado.

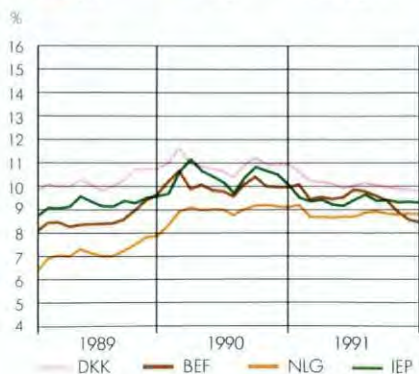
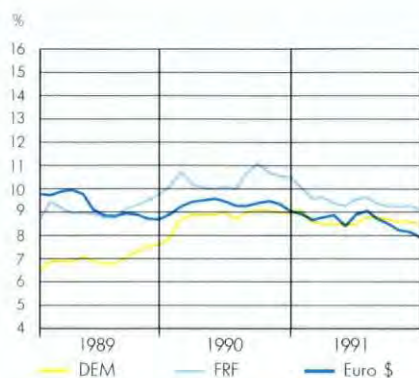
A actividade de intermediação internacional pela via dos créditos bancários regrediu substancialmente. Em 1991, o volume de novos empréstimos bancários sofreu uma redução de 10%, que se deveu essencialmente à decisão dos

bancos de controlar o crescimento dos respectivos balanços, a fim de satisfazer as normas de solvabilidade recentemente adoptadas, e à pretensão dos mutuários de obter melhores condições de financiamento. O recurso ao crédito bancário diminuiu substancialmente na zona da OCDE e em contrapartida, registou um aumento de 40% fora desta zona, principalmente devido aos financiamentos concedidos ao Koweit e à Arábia Saudita.

Verificaram-se grandes movimentos entre os diversos segmentos do mercado obrigacionista. As emissões de instrumentos com taxa variável, que tinham aumentado muito em 1990, sofreram um recuo de mais 50% em 1991. A liberalização da política monetária em diversos países e a expectativa de uma redução das taxas de juro na Europa num futuro próximo, impulsionaram a procura de obrigações com taxa fixa, em detrimento dos instrumentos com taxa variável.

Taxa de rendimento bruto das obrigações

lançadas principalmente por emitentes do sector público e com cotação na bolsa dos diferentes mercados financeiros da Comunidade. No que se refere ao Reino Unido e à Irlanda, os rendimentos capitalizados numa base semestral foram convertidos numa base anual, para fins de comparação.



O aumento das emissões com taxa fixa centrou-se nas moedas europeias. Embora o dólar americano mantivesse a primeira posição, a sua quota-parte voltou a reduzir-se, cifrando-se em 30%. O ecu voltou a subir substancialmente, registando as emissões internacionais em ecu um acréscimo de 77%, para o valor de 27 milhões de ecus, que representa mais de 12,5% do mercado internacional e 10,6% do total das emissões obrigacionistas. A divisa europeia passou, portanto, a ocupar a terceira posição no mercado de obrigações internacionais (e a primeira entre as moedas europeias), a seguir ao dólar (30,1%) e ao iene (13,7%).

Entre as restantes divisas europeias, a libra esterlina e o marco alemão, que eram tradicionalmente as principais moedas utilizadas nas emissões obrigacionistas, registaram uma quebra das respectivas quotas do mercado internacional, enquanto as de outras divisas europeias aumentaram substancialmente: a lira italiana duplicou-a, atingindo os 4,8%, e o franco francês registou um acréscimo de quase 50%.

O crescente atractivo das moedas europeias resulta simultaneamente dos progressos conseguidos na liberalização dos diferentes mercados e dos efeitos benéficos da convergência de resultados económicos na Comunidade. A maior transparência dos diferentes mercados conduziu a um acréscimo do interesse dos grandes investidores por moedas anteriormente consideradas marginais. Um sinal manifesto desta evolução é o aparecimento cada vez mais frequente de emissões vultosas que beneficiam de um alto grau de liquidez, e o grande aumento do volume transaccionado no mercado secundário.

Na sequência da degradação da solvabilidade de inúmeros emitentes e dos sinais de fragilidade de diversas instituições financeiras, as atenções voltaram-se para emitentes com melhores *ratings*, conduzindo a profundas alterações no mercado dos contratos de *swap*.

*
* *

ACTIVIDADE DO BEI NO MERCADO DE CAPITAIS

Em 1991, o BEI voltou a reforçar a sua presença no mercado de capitais, obtendo 13 700 milhões de ecus, contra 11 000 milhões em 1990. Cerca de 73% dos fundos foram obtidos em divisas comunitárias, sendo a preponderância destas explicada pela política de convergência empreendida pelos Estados-

-membros, que lhes assegura uma estabilidade muito superior à do dólar, do iene, ou mesmo do franco suíço.

O grosso das verbas angariadas a médio e a longo prazo continuou a ser constituído por operações a **taxa fixa**, que se elevaram a 10 200 milhões (contra 9 100 milhões no ano anterior),

ou seja, a 75% do total. No entanto, o exercício caracterizou-se também pela quase duplicação da obtenção de fundos a **taxa variável**, através da instauração de novos programas de papel comercial e do alargamento dos já existentes, da emissão de obrigações com taxa variável e de operações de *swap*. Estes recursos a taxa variável ascenderam a 3 500 milhões, contra 1 800 milhões no exercício anterior.

Os fundos foram essencialmente utilizados no desembolso de empréstimos. Para cobrir o refinanciamento de empréstimos reembolsados antecipadamente, foi angariado um montante de 676 milhões (417 milhões em 1990).

Para garantir uma maior coadunação entre a procura por parte dos seus clientes e as possibilidades oferecidas pelo mercado, o BEI recorreu como anteriormente ao mercado de *swaps*. Estas operações, que ascenderam a 1 334 milhões (628,7 milhões em 1990), repre-

sentando cerca de 10% do total, tiveram três objectivos diferentes: em primeiro lugar, obter recursos em condições vantajosas, como foi o caso de uma emissão em dólares australianos subsequentemente permutados contra dólares americanos a taxa variável, operação que permitiu baixar o custo de angariação desta última divisa a taxa variável. Em segundo lugar, obter em termos favoráveis uma moeda cujas condições na altura, por contingências do mercado, não eram vantajosas, como foi o caso, por exemplo, de uma emissão obrigacionista em dólares a taxa fixa, permutada contra francos suíços a taxa fixa. Por fim, oferecer fundos a taxa variável a partir de emissões a taxa fixa, por exemplo, em marcos alemães (300 milhões) e em liras italianas (400 milhões).

No exercício de 1991, o BEI utilizou de uma forma muito mais sistemática os **instrumentos de cobertura** que lhe permitem proteger-se contra o risco de variação de taxas de juro a longo prazo. O instrumento mais utilizado é o contrato de fixação diferida das taxas de juro (*deferred rate setting*) que permite, tomando como base as cotações de uma ou mais emissões de referência (em geral, emissões do Estado), refixar a taxa de uma emissão lançada pelo BEI no mercado de capitais.

Esta técnica, que era aplicada sobretudo à libra esterlina, ao franco francês, ao dólar e ao florim, foi alargada a quatro novas moedas: o ecu, a lira italiana, a peseta e o iene.

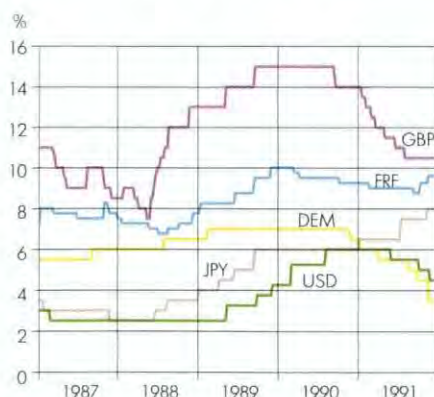
Um outro instrumento de cobertura é o *swap* de uma emissão obrigacionista lançada pelo BEI com taxa fixa, contra uma taxa variável, com a possibilidade de inversão desse *swap* para obter fundos a taxa fixa quando tal for necessá-

rio para os desembolsos. Este tipo de *swap* foi sobretudo utilizado nas emissões em lira italiana e em iene.

Quando o mercado o possibilita, o BEI procura, através da emissão de *tranches* fungíveis com uma emissão anterior, constituir emissões mais vultosas, designadas por **benchmarks**, que podem em certos casos servir de referência. Em 1991, esta prática foi alargada a um maior número de divisas (ecu, lira italiana, peseta e franco suíço).

Entre as divisas comunitárias, o **ecu** ocupou pelo terceiro ano consecutivo a primeira posição das moedas angariadas pelo BEI, com 2 500 milhões (18,2% do total), contra 1 765 milhões em 1990. Este acréscimo de 42% verificou-se num contexto de franco crescimento do segmento de taxa fixa no início do ano. Numa altura difícil, o BEI lançou uma primeira emissão de 500 milhões, que foi bem acolhida, a que se seguiu em breve outra de 650 milhões

Taxas oficiais das principais divisas (de 1987 a 1991)



Evolução do dólar e do iene em relação ao ecu (de 1987 a 1991)



Quadro 12: Recursos obtidos em 1991

	(milhões de ecus)					
	Antes swaps			Depois swaps		
	Montant	%	Swaps Montante	Montante	%	
1. OPERAÇÕES A MÉDIO E A LONGO PRAZO						
Empréstimos obtidos a taxa fixa	10 459,63	76,51	— 583,57	9 876,06	72,23	
Comunidade	6 923,38	50,64	— 111,08	6 812,30	49,83	
ECU	1 550,00	11,34	—	1 550,00	11,34	
GBP	1 122,14	8,21	361,30	1 483,44	10,85	
FRF	1 292,10	9,45		1 292,10	9,45	
ITL	1 239,11	9,06	— 325,46	913,65	6,68	
ESP	813,24	5,95	—	813,24	5,95	
PTE	250,43	1,83	—	250,43	1,83	
NLG	173,23	1,27	—	173,23	1,27	
BEF	165,94	1,21	—	165,94	1,21	
DEM	293,47	2,15	— 146,92	146,55	1,07	
LUF	23,71	0,17	—	23,71	0,17	
Países Terceiros	3 536,25	25,87	— 472,49	3 063,76	22,41	
USD	1 898,63	13,89	— 243,60	1 655,03	12,11	
CHF	539,57	3,95	242,64	782,21	5,72	
JPY	838,31	6,13	— 211,79	626,52	4,58	
AUD	259,74	1,90	— 259,74	—	—	
Empréstimos obtidos a taxa variável	1 729,20	12,65	585,11	2 314,30	16,93	
DEM	904,20	6,61	146,92	1 051,11	7,69	
ECU	450,00	3,29	—	450,00	—	
ITL	—	—	325,46	325,46	2,38	
USD	—	—	257,25	257,25	—	
GBP	289,04	2,11	— 144,52	144,52	—	
FRF	85,96	0,63	—	85,96	0,63	
Títulos a médio prazo em USD	349,33	2,56	—	349,33	2,56	
TOTAL	12 538,15	91,72	1,54 (¹)	12 539,69	91,72	
2. OPERAÇÕES A CURTO PRAZO						
Papel Comercial						
ECU	500,00	3,66	—	500,00	3,66	
ITL	226,92	1,66	—	226,92	1,66	
GBP	209,46	1,53	—	209,46	1,53	
NLG	196,21	1,44	—	196,21	1,44	
TOTAL	1 132,59	8,28	—	1 132,59	8,28	
Total (1+2)	13 670,74	100,00	1,54	13 672,28	100,00	

(¹) Ajustamentos de swap.

Quadro 13: **Evolução dos recursos obtidos**

	(milhões de ecus)				
	1987	1988	1989	1990	1991
Operações a médio e a longo prazo (após swap)	5 572,5	7 413,6	8 764,9	9 804,3	12 539,7
Empréstimos públicos	3 768,4	5 772,0	7 791,3	8 217,7	11 614,9
Empréstimos privados	996,1	1 274,9	973,6	1 230,3	575,5
Operações interbancárias	455,9	311,2	—	—	—
Títulos a médio prazo	352,1	55,5	—	356,3	349,3
Operações a curto prazo	—	—	200,0	1 145,7	1 132,6
(Papel comercial)					
Participação de terceiros no financiamento dos empréstimos	20,2	—	32,1	35,6	—
Total	5 592,7	7 666,1	7 666,1	10 995,6	13 672,3
<i>dos quais certificados de depósito</i>	—	252,5	37,5	10,0	—

que lhe permitiu, aplicando a cláusula de fungibilidade, colocar à disposição do mercado uma emissão de 1 150 milhões, a qual foi admitida às operações de futuros do «LIFFE» em Londres, como títulos susceptíveis de entrega efectiva, em caso de exercício. No primeiro semestre, beneficiando de um mercado favorável, mantido pela emissão de um grande número de operações a longo prazo, tais como a emissão obrigacionista a vinte anos da República Italiana, o BEI prosseguiu a sua política de lançamento de *tranches* fungíveis e constituiu emissões *benchmark* com diversos vencimentos, dirigindo-se a mercados externos, nomeadamente, ao do Japão, no qual procedeu a duas emissões de 50 e 300 milhões, respectivamente.

No segundo semestre, com excepção de uma colocação privada a taxa fixa

de 50 milhões, o BEI concentrou a sua actividade no sentido de obter recursos a taxa variável, tendo assim em conta os desejos dos seus clientes, que pretendiam obter empréstimos a taxa variável, e a situação do mercado a taxa fixa, onde se repercutiram as dúvidas levantadas na altura da cimeira de Maastricht sobre o futuro do ecu. Em primeiro lugar, o BEI aumentou o volume em curso do seu papel comercial para 1 600 milhões, lançando no mercado uma nova *tranche* de 500 milhões, acompanhada de uma linha de crédito (*back-up line*) e em seguida, lançou uma emissão obrigacionista com taxa variável de 400 milhões, com vencimento a 10 anos, aumentando, em condições favoráveis, o *pool* dos seus recursos a taxa variável.

A angariação de **libras esterlinas** manteve-se a um nível elevado, e cifrou-se em 1 837 milhões de ecus, tendo-se centrado no mercado internacional da eurolibra, em que o BEI obteve o equivalente de 1 411 milhões.

No segmento de taxa fixa, o BEI prosseguiu a sua política de aumento dos montantes emitidos, por meio de *tranches* fungíveis com uma emissão anterior: em cinco das seis emissões públicas em libra esterlina, foram emitidas *tranches* fungíveis. Esta política permitiu-lhe aproveitar as oportunidades do mercado, limitando o número de emissões àquelas cujo elevado volume conferia uma liquidez apreciável ao mercado secundário. O complemento dos recursos a taxa fixa foi obtido por meio de uma colocação privada e de operações de *swap* de taxa de juro e de divisa, no valor global de 433 milhões. Para satisfazer a procura de empréstimos a taxa variável, o Banco aumentou o volume do seu programa de papel comercial em curso em 210 milhões, e procedeu a uma emissão pública com taxa variável.

A angariação de **liras italianas** continuou a progredir, tendo atingido os 1 466 milhões de ecus, que representam um acréscimo de mais de 70% em relação a 1990. A actividade do BEI centrou-se no mercado internacional, onde lançou três emissões públicas, duas das quais com vencimento a 10 anos, seguindo a tendência do mercado doméstico. A técnica das *tranches* fungíveis permitiu atingir 1 bilião de liras numa só emissão, a maior de sempre no mercado da eurolira. No mercado doméstico, o BEI só emitiu um empréstimo obrigacionista.

As verbas necessárias para o financiamento dos empréstimos a taxa variável foram obtidas incrementando o programa de papel comercial em 227 milhões e efectuando *swaps* de taxa fixa contra taxa variável.

No que respeita ao **franco francês**, o BEI obteve 1 378 milhões de ecus, uma soma ligeiramente superior à do ano anterior, tendo lançado emissões nos mercados doméstico e internacional, quase exclusivamente no segmento de taxa fixa. Recorrendo à emissão de *tranches* fungíveis, o BEI aumentou o volume das operações, com vista a conferir uma maior liquidez ao mercado secundário e a reduzir o número de emissões. Além disso, efectuou uma emissão com colocação privada em eu-

rofrancos para obter fundos a taxa variável.

Dispondo de um excedente de fundos em **marcos alemães**, na medida em que o serviço financeiro dos empréstimos concedidos foi superior às saídas correspondentes aos fundos obtidos, o BEI angariou um total de 1 198 milhões de ecus, próximo do de 1990. Os recursos foram essencialmente obtidos a taxa variável, em virtude de o mercado oferecer condições particularmente atractivas, tendo o Banco angariado

904 milhões, que permitiram reforçar o *pool* de recursos a taxa variável e concluir empréstimos *back to back* com os seus mutuários. O complemento dos recursos a taxa variável foi obtido através de *swaps* de taxa fixa. No final do ano, dado que podia obter condições bastante mais favoráveis que as das emissões do Estado, o BEI lançou uma emissão a taxa fixa no valor de 147 milhões.

O mercado de capitais espanhol oferecia aos investidores taxas relativamente elevadas, em comparação com diversas outras moedas, pelo que o BEI marcou a sua presença com emissões relativamente vultosas. A angariação em **pesetas** aumentou 32%, atingindo os 813 milhões de ecus. Como habitualmente, o BEI recorreu ao mercado de capitais espanhol reservado a não residentes (mercado «Matador»), no qual lançou ao longo do ano seis emissões com vencimento a 5 e a 10 anos. Além disso, renovou, por um prazo mais curto que o do ano anterior, a constituição de uma emissão *benchmark* (50 000 milhões de pesetas), lançando sucessivamente *tranches* fungíveis com a emissão anterior.

Quanto aos países do Benelux, o recurso ao mercado de capitais foi relativamente fraco. No mercado neerlandês, foram lançadas duas emissões no

DESEMBOLSOS E VALORES EM CURSO

Os desembolsos efectuados em 1991 no contexto dos empréstimos concedidos a partir de recursos próprios ascenderam a 15 316 milhões, (15 002 milhões na Comunidade e 314 milhões no exterior desta).

O montante dos empréstimos por conta de recursos próprios e das garantias em curso passou de 61 945 milhões em 31 de Dezembro de 1990 para 72 713 milhões em 31 de Dezembro de 1991.

Os desembolsos efectuados em 1991 no âmbito dos financiamentos a cargo de recursos da Comunidade ou dos Estados-membros ascenderam a 193 milhões, dos quais 75 milhões para empréstimos no âmbito do NIC e 118 milhões para financiamentos nos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e em certos países da Bacia Mediterrânica. O montante em curso das operações da Secção Especial passou de 7 059 milhões para 6 338 milhões em finais de 1991.

Quadro 14: Distribuição por divisas dos recursos obtidos

	ECU	GBP	ITL	FRF	DEM	ESP	NLG	PTE	BEF	LUF	USD	CHF	JPY	Total
(milhões de ecus)														
1991														
montante	2 500	1 837	1 466	1 378	1 198	813	369	250	166	24	2 262	782	627	13 672
%	18,3	13,4	10,7	10,1	8,8	5,9	2,7	1,8	1,2	0,2	16,5	5,7	4,6	100,0
1990														
montante	1 765	1 331	851	1 114	1 123	614	528	124	330	52	1 574	818	771	10 996
%	16,0	12,1	7,7	10,1	10,2	5,6	4,8	1,1	3,0	0,5	14,3	7,4	7,0	100,0

montante total 173 milhões de ecus, sob a forma de uma colocação privada e de uma emissão pública. O programa de papel comercial em curso foi incrementado em 196 milhões, pelo que o total da angariação em **florins** ascendeu a 369 milhões. No mercado de capitais **belga**, só se procedeu a uma emissão pública de 166 milhões de ecus, utilizando a técnica do *competitive bidding*. No **Luxemburgo**, o BEI também só lançou no início do ano, altura em que as condições do mercado eram favoráveis, uma emissão pública de 24 milhões de ecus.

Em Portugal, no mercado das obrigações estrangeiras denominadas em **escudos** (mercado «Caravelas»), o Banco lançou três emissões públicas no valor de 10, 15 e 20 mil milhões de escudos, sendo esta última a maior de sempre

do mercado. O total emitido ascendeu a 250 milhões de ecus, que representam cerca de metade do valor global das emissões realizadas neste mercado em 1991.

A angariação em **dólares**, que aumentou substancialmente, atingiu os 2 262 milhões de ecus, o que coloca esta divisa na segunda posição, a seguir ao ecu. Este relançamento resulta de uma grande procura por parte dos clientes do BEI, sobretudo no final do ano, altura em que a descida significativa das taxas de longo prazo do dólar se conjugou com uma acentuada redução do diferencial entre os rendimentos dos títulos do BEI e os dos títulos do Tesouro americano, que servem de referência. Além disso, a descida das taxas permitiu que o BEI recorresse à possibilidade de reembolso antecipado prevista em muitas das suas emissões obrigacionistas em dólares, o que o obrigou à emissão de títulos a médio prazo no mercado de capitais dos Estados Unidos, para o refinanciamento.

O Banco recorreu ao mercado do eurodólar para obter os recursos necessários ao financiamento dos empréstimos concedidos, em virtude deste oferecer condições particularmente vantajosas.

Foram lançadas cinco emissões, de valores entre 300 e 500 milhões de dólares e com vencimento entre 5 e 10 anos, segundo a técnica já habitual do *competitive bidding*, e o produto de uma dessas emissões foi permutado contra uma divisa não comunitária. Estas emissões foram lançadas segundo a técnica corrente do *fixed reoffered price*, tendo sido colocadas verbas significativas junto de um número restrito de instituições financeiras, o que permitiu reduzir substancialmente as comissões bancárias. Sempre que as condições do mercado o permitiram, o BEI procedeu à constituição de emissões *benchmark*, adicionando *tranches* fungíveis com a emissão anterior.

No mercado americano, após ter utilizado a totalidade do segundo programa de títulos a médio prazo de 500

milhões de dólares, o BEI lançou um terceiro programa no valor de 750 milhões de dólares. As emissões destes títulos efectuadas durante o exercício ascenderam a 428 milhões de dólares, tendo vencimentos compreendidos entre 1 e 8 anos, consoante o prazo do financiamento necessário para reembolsar antecipadamente os fundos obtidos.

Embora o mercado não tenha apresentado oportunidades interessantes, as emissões do Banco em **ienes** ascenderam a 838 milhões de ecus, centrando-se no euromercado, que oferecia as melhores condições, como aliás, no que respeita a outras divisas. Foram lançadas três emissões no valor de 20 e 50 mil milhões de ienes, para satisfazer os desejos dos investidores, que pretendiam operações de montantes nominais cada vez maiores. No início do ano, a adição de *tranches* fungíveis contribuiu

Evolução do conjunto das emissões públicas em ecu nos diferentes mercados de 1981 a 1991



para a constituição de uma emissão de 100 000 milhões de ienes, uma das maiores do mercado. Como complemento, o Banco efectuou uma colocação privada de 20 000 milhões de ienes.

No que respeita ao **franco suíço**, uma procura irregular e um mercado um tanto letárgico traduziram-se numa retracção da angariação de fundos (782 milhões de ecus). Quando se verificou

um aumento da procura por parte dos mutuários do BEI, os recursos nesta divisa foram obtidos por meio de *swap* de divisa (*currency swap*), devido às dificuldades encontradas no mercado de capitais. Foram feitas essencialmente quatro emissões públicas, com valores entre 150 e 400 milhões de francos suíços, duas das quais eram fungíveis, constituindo uma emissão *benchmark*. A designação dos líderes das operações foi feita por *competitive bidding*.

Em 1991, o Banco foi também o primeiro emitente estrangeiro a entrar no mercado doméstico **australiano**, com um programa de 750 milhões de dólares australianos, 400 milhões dos quais foram emitidos com cotação simultânea nas bolsas de Londres e de Sydney. O produto desta angariação foi objecto de um *swap* de divisa e de taxa de juro contra dólares americanos a taxa variável.

Resultados de gestão

A entrada em vigor da directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 8 de Dezembro de 1986 alterou a relação directa até aqui existente entre os valores apresentados neste capítulo e os indicados nas demonstrações financeiras (demonstração dos resultados). Para possibilitar a comparação dos valores do exercício em apreço com os dos exercícios anteriores e facilitar a sua compreensão, optou-se, para efeitos de apresentação dos resultados de gestão, por extrair das diferentes rubricas da demonstração de resultados, os elementos que melhor reflectem a actividade do Banco.

Em 1991, tal como nos anos anteriores, os fundos próprios continuaram a ser a principal fonte geradora de receitas do BEI. O montante dos juros e comissões recebidos em 1991, relativos a emprés-

timos concedidos, cifrou-se em 5 724 milhões (4 775 milhões em 1990), enquanto os juros e custos relativos a empréstimos obtidos ascenderam a 5 020 milhões (4 130 milhões em 1990). As comissões recebidas passaram de 15 milhões em 1990 para 16 milhões em 1991.

Os rendimentos resultantes de juros e comissões sobre aplicações passaram de 409 milhões em 1990 para 496 milhões em 1991, em virtude do maior volume de capitais mobilizados.

Uma vez mais, o saldo entre os proveitos e os encargos financeiros foi positivo, cifrando-se em 36 milhões (6 milhões em 1990).

O resultado das actividades correntes do Banco, tendo em conta as diferenças cambiais e após imputação da amortização das despesas de emissão e dos prémios de reembolso (102 milhões), das despesas e gastos administrativos e das amortizações de edifícios, instalações e material, elevou-se a 1 059 milhões. Após imputação do efeito originado pelas alterações de paridades relativamente ao ecu (+ 24

milhões), o resultado líquido do exercício cifrou-se em 1 083 milhões em 1991, contra 894 milhões em 1990.

O Conselho de Administração decidiu recomendar ao Conselho de Governadores a aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de 1 083 milhões, como se segue:

- 124 milhões para o fundo de reserva, que atingirá assim 10% do capital subscrito;

- 959 milhões para as reservas suplementares.

Em 31 de Dezembro de 1991, o total do balanço elevava-se a 74 290 milhões, contra 62 342 milhões na data homologa de 1990, o que representa um acréscimo de mais de 19%.

ESTRUTURA DO BEI

ÓRGÃOS DE DECISÃO

Conselho de Governadores:

Pierre BEREGOVY assegurou a presidência do Conselho de Governadores até à sessão anual de Junho de 1991, data a partir da qual, segundo o sistema de rotação anual, as funções de Presidente foram assumidas por Albert REYNOLDS, Governador pela Irlanda.

Dado que Albert REYNOLDS foi entretanto substituído por Bertie AHERN na qualidade de Governador pela Irlanda, este assumiu as funções de Presidente do Conselho de Governadores a partir de 14 de Novembro de 1991.

Conselho de Administração:

Desde a publicação do último Relatório Anual, foram nomeados administrador titular Yves LYON-CAEN, em substituição de Paul MENTRÉ, que cessou funções em Novembro de 1990, e administrador suplente Eberhard KURTH, em substituição de Horst MOLTRECHT.

O Conselho de Administração agradece aos membros cessantes a sua inestimável contribuição para as actividades do Banco.

Comité Executivo:

O Conselho de Governadores nomeou Vice-Presidente a partir de 1 de Janeiro de 1992, José de OLIVEIRA COSTA, que exerceu anteriormente as funções de Secretário de Estado dos Assuntos

Fiscais do Governo português; o novo Vice-Presidente sucede a Miguel A. ARNEDO ORBAÑANOS, que exercia funções desde Fevereiro de 1986, na sequência da adesão de Espanha e de Portugal, e que foi nomeado Vice-Presidente honorário.

Comité de Fiscalização:

Na sessão anual, o Conselho de Governadores procedeu à recondução do membro do Comité de Fiscalização que cessava funções. Constantin THANOPOULOS, Presidente cessante, foi assim reconduzido como membro do Comité de Fiscalização para os exercícios de 1991, 1992 e 1993. Em conformidade com o sistema usual de rotação, a presidência do Comité foi assumida por Albert HANSEN, até aprovação das contas do exercício de 1991 na sessão anual de 1992.

Em 1991, o Comité prosseguiu o seu trabalho habitual de verificação dos livros e das contas, contando para esse efeito com o apoio dos serviços de auditoria do Banco, especificamente, peritos do serviço de Auditoria Interna e revisores externos (Price Waterhouse). No quadro dos seus trabalhos, o Comité visitou projectos de investimento financiados na Alemanha, no Senegal e na Itália. A visita neste último país teve a participação de representantes do Tribunal de Contas, segundo o sistema estabelecido pela Comissão das CE, este tribunal e o Banco em 1989.

Grupo Consultivo:

O Comité Executivo decidiu agrupar as principais funções do Banco em quatro áreas, cada uma coordenada por um Director. São elas: financiamentos (E. GREPPI), finanças (Ph. MARCHAT), apoio técnico e económico (H. CHRIS-

TIE) e assuntos gerais e administração (D. HARTWICH). Este grupo abordará sobretudo questões operacionais relativas à coordenação entre direcções e reunirá regularmente com o Comité Executivo.

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Durante o exercício de 1991, o Banco pediu a consultores em organização que efectuassem o estudo dos procedimentos de gestão, das questões relativas à política de gestão dos recursos humanos, da actualização do Sistema de Informação de Gestão (*Management Information System*) e da avaliação *ex-post* das suas actividades. À luz destes estudos e após consultas efectuadas a todos os níveis do Banco, foi decidido proceder a reformas em todos estes domínios.

Política de Pessoal

Os debates aprofundados e construtivos mantidos com os Representantes do Pessoal permitiram definir certos melhoramentos a introduzir no sistema de remuneração e promoção segundo o rendimento pessoal, instaurado em 1988. Estes debates visaram desenvolver o papel da apreciação como instrumento de gestão activa das carreiras. Nesta perspectiva, é dada uma atenção especial às medidas tendentes a adaptar o perfil de carreira às qualificações profissionais e às características de cada indivíduo.



Formação

A formação dispensada em 1991 representou cerca de 4 350 dias, que correspondem a uma média de 6 dias/ano por pessoa. Para além da formação linguística e informática, particularmente importante em 1991, o programa visou a aquisição e a actualização de conhecimentos profissionais, bem como a preparação do pessoal com vista a fazer face às exigências futuras do Banco. Nos próximos anos, serão utilizados meios adicionais para garantir, mediante uma melhoria das qualificações profissionais, a diversificação de experiências no quadro da mobilidade interna, componente importante de uma gestão óptima do pessoal e das carreiras individuais.

Informação de Gestão e avaliação *ex-post*

Foram prosseguidas as conversações empreendidas sobre a evolução dos requisitos em matéria de Informação de Gestão e de análise *ex-post* das tarefas, com vista a melhorar a gestão e o acompanhamento da *performance* do BEI.

	Total dos efectivos	Pessoal administrativo e auxiliar	Quadros
1987	699	344	355
1988	710	357	353
1989	718	366	352
1990	724	368	356
1991	751	400	351

Efectivos

Em 31 de Dezembro de 1991, ascendia a 751 o número de efectivos do BEI, sendo crescente a percentagem de quadros (400 efectivos). Isto resulta, em parte, da política de pessoal que tem sido sempre seguida, e que visa aliar um aumento moderado dos efectivos a uma modernização dos métodos de trabalho, através do recurso crescente à burótica e à informática.

Pessoal

Desde a publicação do último relatório anual, John VAN SCHIL, Director do Departamento de Tesouraria, aposentou-se, tendo sido substituído por Luc WINAND em de Agosto de 1991.

QUESTÕES DE ORDEM GERAL

Prémios e Bolsas BEI

Em 1991, o prémio BEI foi atribuído a Benoît Mulkay pela sua tese de doutoramento, apresentada na Universidade Católica de Lovaina e intitulada «Investment and Business Survey, a Study on a Panel of French Industrial Firms».

O prémio BEI, que ascende a 12 000 ecus e é atribuído de dois em dois anos, visa incentivar o estudo do investimento e do seu financiamento nos seus múltiplos aspectos, nos estabelecimentos universitários dos Estados-membros da Comunidade.

Desde 1978, o BEI tem concedido também todos os anos três bolsas de estudos para a obtenção de pós-graduações no Instituto Universitário Europeu de Florença, que visam incentivar a investigação no domínio das questões europeias.

Os Institutos de Economia e de Estatísticas da Universidade de Copenhaga administram a bolsa de estudos «Erling Jørgensen», criada em 1990 em memória do antigo Vice-Presidente do BEI, e que visa ajudar todos os anos um estudante a preparar um estudo sobre aspectos políticos e económicos relacionados com a Comunidade.

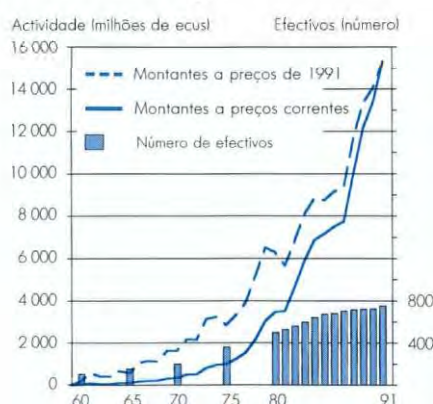
*
* *

O Conselho de Administração felicita o pessoal pelo seu alto nível de produtividade e expressa a sua satisfação pela qualidade do trabalho prestado, exortando-o a prosseguir nesta via.

Luxemburgo, 7 de Abril de 1992

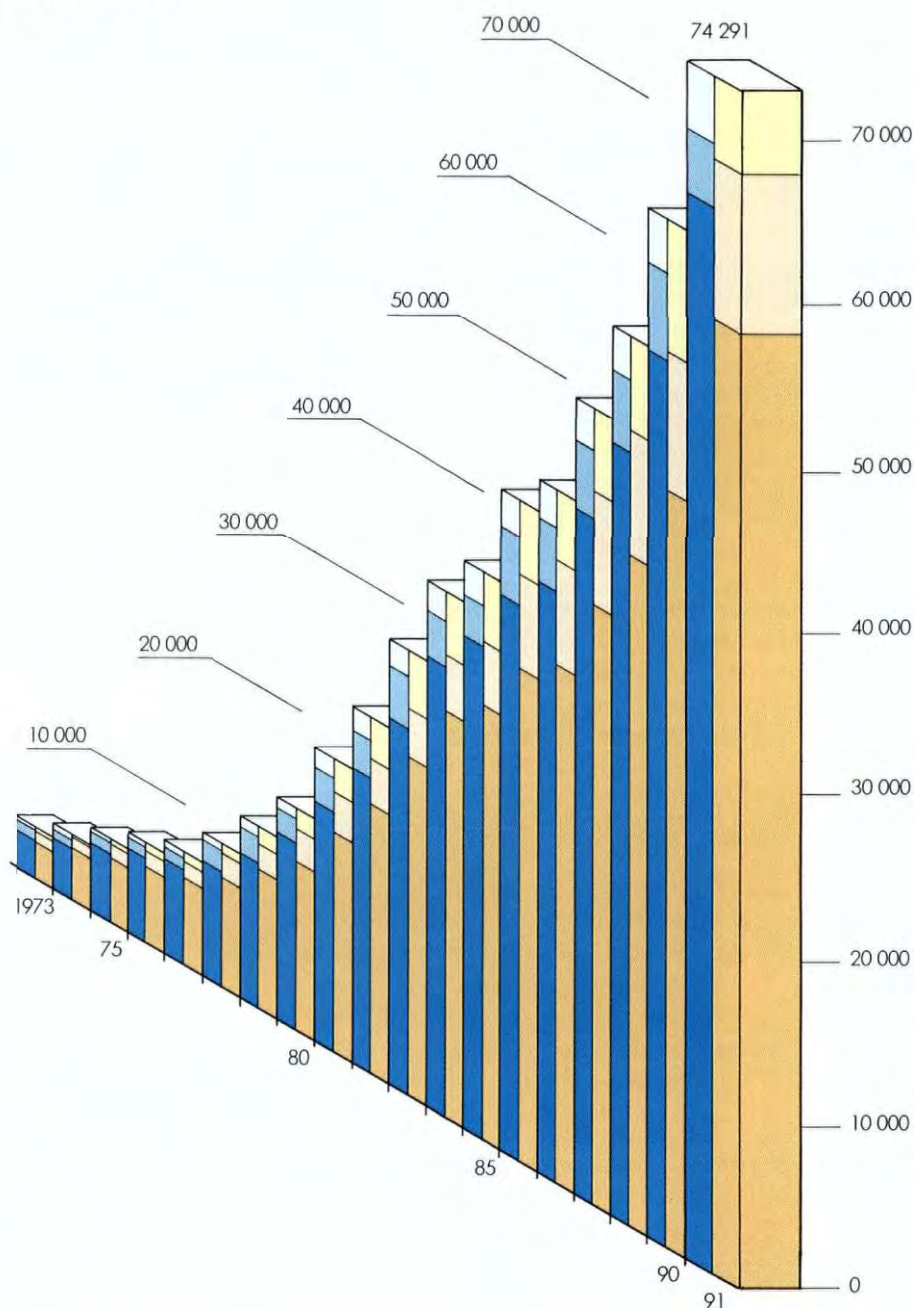
O Presidente
do Conselho de Administração
Ernst-Günther Bröder

Evolução dos efectivos e da actividade global do Banco



Evolução do balanço do Banco

(milhões de ecus)



Activo

empréstimos concedidos por conta de recursos próprios em curso

activo líquido

outros elementos do activo

Passivo

empréstimos contraídos em curso

capital, reservas e provisões

outros elementos do passivo

Demonstrações financeiras

No exercício em apreço, as demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas, pela primeira vez, em conformidade com a directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 8 de Dezembro de 1986, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras. No entanto, a apresentação de certas rubricas específicas ao Banco foi adaptada, relativamente ao previsto na referida directiva, tendo em conta os Estatutos do BEI e o seu papel como instituição comunitária.

Para efeitos de comparação, os valores relativos ao exercício de 1990 foram reformulados de acordo com a apresentação adoptada para o exercício de 1991.

	Página
Balanço	64
Demonstração da Secção Especial	66
Demonstração de resultados	68
Anexos	69
Relatório do auditor externo	78
Declaração do Comité de Fiscalização	79

Actividade de Financiamento

Lista dos financiamentos na Comunidade	80
Lista dos financiamentos no exterior da Comunidade	91

Quadros estatísticos

Montante dos contratos assinados	
<i>Quadros A e B</i>	95
Financiamentos na Comunidade	
<i>Quadros C a L</i>	96
Financiamentos no exterior da Comunidade	
<i>Quadros M a Q</i>	108
Recursos obtidos	
<i>Quadros R a T</i>	111

Notas ao Leitor	113
----------------------------------	-----

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

<i>ACTIVO</i>	<i>31. 12. 1991</i>	<i>31. 12. 1990</i>
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	72 139 050	24 059 948
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais (Nota B)	584 582 489	434 561 514
3. Créditos sobre instituições de crédito		
a) à vista	230 160 840	210 114 121
b) outros créditos (Nota C)	2 665 819 898	3 252 080 152
c) empréstimos: valor concedido ⁽¹⁾	27 715 581 211	24 245 507 613
menos parcela não desembolsada	<u>2 879 684 704</u>	<u>2 698 615 596</u>
	24 835 896 507	21 546 892 017
	27 731 877 245	25 009 086 290
4. Créditos sobre clientes		
empréstimos: valor concedido ⁽¹⁾	44 627 157 601	37 305 445 373
menos parcela não desembolsada	<u>3 748 624 562</u>	<u>4 190 571 645</u>
	40 878 533 039	33 114 873 728
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (Nota B)		
a) de emissores públicos	898 111 571	646 050 317
b) de outros emissores	<u>679 630 753</u>	<u>332 008 745</u>
	1 577 742 324	978 059 062
6. Acções e outros títulos de rendimento variável (Nota M)	18 000 000	—
7. Activos incorpóreos		
despesas de emissão e prémios de reembolso por amortizar	460 475 440	470 890 606
8. Activos corpóreos (Nota D)	37 626 019	34 527 199
9. Outros activos		
a) valores a receber dos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota E)	624 797	1 943 469
b) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME (Nota F)	117 734 891	138 918 461
c) devedores diversos (Nota G)	<u>71 604 290</u>	<u>67 852 074</u>
	189 963 978	208 714 004
10. Capital subscrito, exigido, mas não realizado ⁽³⁾	828 875 000	493 312 500
11. Contas de regularização	1 910 879 819	1 574 360 704
	<u>74 290 694 403</u>	<u>62 342 445 555</u>

MAPAS RESUMO EM ANEXO:

⁽¹⁾ Empréstimos e garantias, pág. 70

⁽²⁾ Dívidas representadas por títulos, pág. 73

⁽³⁾ Subscrições de capital, pág. 73

PASSIVO**31. 12. 1991****31. 12. 1990****1. Débitos para com instituições de crédito**

a) à vista	—	30 540 947	
b) a prazo ou com pré-aviso (Nota N)	<u>219 714 068</u>	<u>702 641 147</u>	
			219 714 068 733 182 094

2. Débitos representados por títulos ⁽²⁾

a) certificados e obrigações em circulação	53 488 145 602	43 098 138 963	
b) outros	<u>5 404 480 400</u>	<u>5 361 214 949</u>	
			58 892 626 002 48 459 353 912

3. Outros passivos

a) valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital (Nota E)	3 806 371	10 634 853	
b) bonificações de juros recebidas antecipadamente (Nota F)	403 964 798	477 222 773	
c) credores diversos (Nota G)	938 116 893	914 230 609	
d) diversos (Nota G)	<u>40 176 489</u>	<u>115 092 146</u>	
			1 386 064 551 1 517 180 381

4. Contas de regularização

2 597 808 716 2 040 815 679

5. Provisões para riscos e encargos

fundo de pensões (Nota H)	154 641 051		135 534 572
-------------------------------------	-------------	--	-------------

6. Capital ⁽³⁾

subscrito	57 600 000 000	28 800 000 000	
não exigido	— <u>53 279 061 724</u>	— <u>26 204 061 724</u>	
			4 320 938 276 2 595 938 276

7. Reservas (Nota L)

a) fundo de reserva	5 635 440 641	2 880 000 000	
b) reservas suplementares	—	<u>3 086 332 745</u>	
			5 635 440 641 5 966 332 745

8. Resultado do exercício

1 083 461 098 894 107 896
74 290 694 403 62 342 445 555

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS**31. 12. 1991****31. 12. 1990****Garantias ⁽¹⁾**

— no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	244 804 996	248 151 124	
— no âmbito da participação de terceiros nos financiamentos do Banco	<u>125 765 279</u>	<u>145 684 390</u>	
			370 570 275 393 835 514

Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos (Nota P)

2 114 215 479 1 114 102 116

Contratos de swap (Nota Q)

— de divisas	186 400 000	160 000 000	
— de juros	<u>45 700 000</u>	<u>32 900 000</u>	
			232 100 000 192 900 000

Carteira de títulos

— compras a prazo	93 966 821	6 278 557	
— vendas a prazo (Nota R)	<u>153 881 997</u>		206 610 018

DEMONSTRAÇÃO DA SECÇÃO ESPECIAL (1) EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

ACTIVO

31. 12. 1991

31. 12. 1990

Países da Comunidade

Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica

Financiamentos concedidos

— valores desembolsados (2) 1 558 849 764 1 683 493 948

Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia (Novo Instrumento Comunitário — NIC)

Financiamentos concedidos

— valores a desembolsar 94 926 971 136 543 416

— valores desembolsados 3 128 791 824 3 737 037 084

Total (3) 3 223 718 795 3 873 580 500

Turquia

Por conta de recursos dos Estados-membros

Financiamentos concedidos

— valores a desembolsar 18 592 626 29 434 437

— valores desembolsados 207 981 236 214 982 106

Total (4) 226 573 862 244 416 543

Países da Bacia Mediterrânica

Por conta de recursos da Comunidade Económica Europeia

Financiamentos concedidos

— valores a desembolsar 6 550 804 10 203 972

— valores desembolsados 285 772 856 290 964 167

292 323 660 301 168 139

Operações com capitais de risco

— valores a desembolsar 23 099 707 22 377 746

— valores desembolsados 22 723 114 10 995 128

45 822 821 33 372 874

Total (5) 338 146 481 334 541 013

Países de África, das Caraíbas e do Pacífico e Países e Territórios Ultramarinos

A cargo de recursos da Comunidade Económica Europeia

Convenções de Yaoundé (I e II)

Financiamentos (valores desembolsados) 73 181 999 78 393 693

Contribuições para a formação de capitais de risco

— valores desembolsados 1 222 427 1 223 004

Total (6) 74 404 426 79 616 697

Convenções de Lomé (I, II, III e IV)

Operações com capitais de risco

— valores a desembolsar 338 669 590 337 961 791

— valores desembolsados 577 235 317 505 175 023

Total (7) 915 904 907 843 136 814

Total geral 6 337 598 235 7 058 785 515

Nota:

Total dos valores desembolsados por reembolsar, referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CEE:

a) no âmbito das Convenções de Lomé I, II e III: em 31. 12. 1991: 1 107 352 302; em 31. 12. 1990: 1 033 911 567

b) no âmbito dos protocolos celebrados com os países da Bacia Mediterrânica: em 31. 12. 1991: 133 502 076; em 31. 12. 1990: 121 707 368

(1) A Secção Especial foi instituída pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela Decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste no registo das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta de terceiros.

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias n.º 77/271/ /EURATOM de 29 de Março de 1977, n.º 82/170/EURATOM de 15 de Março de 1982 e n.º 85/537/EURATOM de 5 de De-

zembro de 1985, até à concorrência de um montante total de três mil milhões, para o financiamento de centrais nucleares nos países da Comunidade, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica: 2 773 167 139

A adicionar: ajustamentos cambiais + 105 478 232

A deduzir: reembolsos — 1 319 795 607

1 558 849 764

Fundos em gestão fiduciária*Sob mandato das Comunidades Europeias*

Comunidade Europeia da Energia Atómica	1 558 849 764	1 683 493 948
Comunidade Económica Europeia:		
— Novo Instrumento Comunitário	3 128 791 824	3 737 037 084
— Protocolos financeiros com os países da Bacia Mediterrânica	308 495 970	301 959 295
— Convenções de Yaoundé (I e II)	74 404 426	79 616 697
— Convenções de Lomé (I, II, III e IV)	577 235 317	505 175 023
	5 647 777 301	6 307 282 047
<i>Sob mandato dos Estados-membros</i>	207 981 236	214 982 106
Total	5 855 758 537	6 522 264 153

Fundos a desembolsar

Financiamentos no quadro do Novo Instrumento Comunitário	94 926 971	136 543 416
Créditos à Turquia, protocolo complementar	18 592 626	29 434 437
Financiamentos e operações com capitais de risco nos países da Bacia Mediterrânica	29 650 511	32 581 718
Operações com capitais de risco, Convenções de Lomé (I, II, III e IV)	338 669 590	337 961 791
Total	481 839 698	536 521 362
Total geral	6 337 598 235	7 058 785 515

(3) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias n.º 78/870/CEE de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), n.º 82/169/CEE de 15 de Março de 1982 e n.º 83/200/CEE de 19 de Abril de 1983, visando a promoção de investimentos na Comunidade e bem assim n.º 81/19/CEE de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões afectadas pelo terramoto de 23 de Novembro de 1980 na Campânia e na Basilicata (Itália) e n.º 81/1013/CEE de 14 de Dezembro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia afectadas pelos terramotos em Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia: 6 399 144 856

A adicionar: ajustamentos cambiais	+	6 613 075
A deduzir: anulações	168 258 951	
reembolsos	3 013 780 185	— 3 182 039 136
		<u>3 223 718 795</u>

(4) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros: 417 215 000

A adicionar: ajustamentos cambiais	+	2 447 076
A deduzir: anulações	215 000	
reembolsos	192 873 214	— 193 088 214
		<u>226 573 862</u>

(5) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machereque, assim como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia: 357 209 000

A deduzir: anulações	6 259 157	
reembolsos	12 557 115	
ajustamentos cambiais	246 247	— 19 062 519
		<u>338 146 481</u>

(6) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos (EAMMA-PTDU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— empréstimos com condições especiais	139 483 056	
— contribuições para a formação de capitais de risco	2 502 615	141 985 671
A adicionar:		
— juros capitalizados	1 178 272	
— ajustamentos cambiais	7 980 994	+ 9 159 266
A deduzir:		
— anulações	1 573 609	
— reembolsos	75 166 902	— 76 740 511
		<u>74 404 426</u>

(7) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTU) sob mandato e por conta e risco da Comunidade Económica Europeia:

— empréstimos condicionais e subordinados	1 057 957 000	
— tomadas de participação	14 233 979	1 072 190 979
A adicionar:		
— juros capitalizados		+ 1 418 915
A deduzir:		
— anulações	81 444 717	
— reembolsos	69 395 148	
— ajustamentos cambiais	6 865 122	— 157 704 987
		<u>915 904 907</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

	31. 12. 1991	31. 12. 1990
1. Juros e proveitos equiparados (Nota I)	6 221 537 252	5 222 140 988
2. Juros e custos equiparados	— 5 031 397 497	— 4 136 929 819
3. Comissões recebidas (Nota J)	16 119 506	15 407 552
4. Comissões pagas	— 4 749 467	— 6 302 376
5. Resultado de operações financeiras	60 450 325	— 20 247 726
6. Outros proveitos de exploração	198 627	464 509
7. Gastos gerais administrativos (Nota K):	— 94 242 745	— 85 214 345
a) custos com o pessoal	77 291 920	71 931 858
b) outros gastos administrativos	16 950 825	13 282 487
8. Correções de valor em relação a	— 108 934 203	— 96 302 355
a) despesas de emissão e prémios de reembolso	102 017 382	90 539 366
b) edifícios e aquisições de instalações, equipamento básico e outro material (Nota D)	6 916 821	5 762 989
9. Resultado da actividade corrente	1 058 981 798	893 016 428
10. Mais-valia líquida resultante da reavaliação dos activos do Banco não sujeitos ao ajustamento previsto no artigo 7º dos Estatutos (Nota A § 1)	+ 24 479 300	+ 1 091 468
11. Resultado do exercício (Nota L)	<u>1 083 461 098</u>	<u>894 107 896</u>

MAPA DE FLUXOS DE TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

31. 12. 1991

31. 12. 1990

A. Fundos originados pelas actividades de exploração

Resultado do exercício	1 083 461 098	894 107 896
Ajustamentos que permitem conciliar o resultado do exercício com a variação líquida de fundos decorrente das actividades de exploração:		
— amortizações	108 934 203	96 302 355
— aumento dos juros e comissões a pagar e dos juros recebidos antecipadamente	556 993 037	391 157 487
— aumento dos juros e comissões a receber	— 336 519 115	— 236 319 003

Variação líquida de fundos (1) **1 412 869 223** **1 145 248 735**

B. Fundos originados pelas operações de investimento

Empréstimos concedidos

Desembolsos líquidos	— 15 328 918 805	— 11 772 814 910
Reembolsos	4 458 128 303	4 084 928 783
Ajustamentos cambiais	— 181 873 299	698 597 810

Carteira de títulos

Vendas	8 485 021 935	4 002 672 462
Compras	— 8 803 597 199	— 4 351 272 821
Variação líquida da provisão para depreciação	— 42 937 806	22 164 266
Ajustamentos cambiais	— 1 060 794	418 389

Outros

Variação líquida das rubricas terrenos, edificios e instalações	— 10 015 641	— 4 236 849
Outras diminuições de activos	18 750 026	47 160 553

Variação líquida de fundos (2) **— 11 406 503 280** **— 7 272 382 317**

C. Fundos originados pelas operações de financiamento

Débitos representados por títulos

Empréstimos contraindo a médio e a longo prazo:		
Proveitos de emissões	12 811 209 268	9 881 195 447
Reembolsos	— 3 407 203 063	— 3 162 209 249
Ajustamentos cambiais	174 262 763	— 851 295 809
Aumento líquido das despesas de emissão e dos prémios de reembolso	— 91 602 216	— 124 361 516
(Aumento) diminuição líquida dos swaps de divisas	— 75 999 674	136 193 647

Empréstimos contraindo a curto prazo:

Aumento líquido	1 128 062 736	1 091 422 517
---------------------------	---------------	---------------

Outros passivos

Capital realizado pelos Estados-membros	164 437 500	164 437 500
Diminuição líquida das dividas para com instituições de crédito	— 513 468 026	— 183 167 823
(Diminuições) aumentos de outras rubricas do passivo	— 36 009 677	21 237 863

Variação líquida de fundos (3) **10 153 689 611** **6 973 452 577**

D. Mapa resumo da variação de fundos

Disponibilidades no início do exercício	3 381 897 465	2 535 578 470
Variação líquida de fundos originada por:		
(1) actividades de exploração	1 412 869 223	1 145 248 735
(2) operações de investimento	— 11 406 503 280	— 7 272 382 317
(3) operações de financiamento	10 153 689 611	6 973 452 577

Total das variações líquidas de fundos **160 055 554** **846 318 995**

Disponibilidades no final do exercício **3 541 953 019** **3 381 897 465**

Análise das disponibilidades

Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	72 139 050	24 059 948
Títulos cujo vencimento ocorre num período inferior a três meses após emissão	730 856 428	325 726 055
Créditos sobre instituições de crédito:		
— contas à vista	230 160 840	210 114 121
— contas de depósito a prazo	2 508 796 701	2 821 997 341

3 541 953 019 **3 381 897 465**

MAPA RESUMO DE EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Total dos empréstimos concedidos (*)

Montante total histórico dos empréstimos concedidos, calculado com base nas paridades em vigor na data de assinatura dos contratos	103 204 697 157
A adicionar:	
ajustamentos cambiais	+ 637 009 287
	103 841 706 444

(*) Os empréstimos concedidos incluem, além dos valores desembolsados, os valores a desembolsar.

A deduzir:	
rescisões e anulações	1 251 338 145
reembolsos de capital	30 121 864 208
participação de terceiros	125 765 279
	— 31 498 967 632
Total dos empréstimos concedidos . . .	72 342 738 812

2. Limite estatutário para a concessão de empréstimos e garantias

Nos termos do nº 5 do artigo 18º dos Estatutos, a responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250 % do capital subscrito.

Tendo em conta o capital actual, este limite é de 144 000 milhões, ascendendo o total dos empréstimos e garantias concedidos a 72 713 309 087, decomposto como segue:

— total dos empréstimos concedidos .	72 342 738 812
— total das garantias concedidas (rubricas extrapatrimoniais):	
no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros	244 804 996
no âmbito de participações de terceiros nos financiamentos do Banco	125 765 279
	370 570 275
Total dos empréstimos e garantias concedidos	72 713 309 087

3. Análise do total dos empréstimos concedidos

	a instituições de crédito intermediárias	ou directamente ao beneficiário final	Total
Valores desembolsados	24 835 896 507	40 878 533 039	65 714 429 546
Parcela não desembolsada	2 879 684 704	3 748 624 562	6 628 309 266
Total dos empréstimos concedidos	27 715 581 211	44 627 157 601	72 342 738 812

4. Decomposição dos valores não desembolsados por tipo de taxa de juro

a uma taxa de juro e num conjunto de divisas fixo, determinados no contrato de financiamento	57 461 648	204 276 329	261 737 977
a uma taxa de juro fixa, determinada no contrato de financiamento, podendo o Banco seleccionar as divisas a desembolsar	600 514 390	791 413 101	1 391 927 491
a uma taxa de juro aberta, podendo o Banco seleccionar as taxas de juro e o conjunto de divisas a desembolsar	2 165 088 857	2 291 631 286	4 456 720 143
a uma taxa de juro variável	37 046 047	167 655 960	204 702 007
a uma taxa de juro revisível	19 573 762	293 647 886	313 221 648
Parcela não desembolsada	2 879 684 704	3 748 624 562	6 628 309 266

5. Escalonamento do reembolso dos empréstimos já desembolsados

Período a decorrer até à data de vencimento final

até três meses	400 607 141	416 619 877	817 227 018
mais de três meses a um ano	1 789 760 128	2 632 111 766	4 421 871 894
mais de um ano a cinco anos	12 479 567 535	16 868 542 493	29 348 110 028
mais de cinco anos	10 165 961 703	20 961 258 903	31 127 220 606
Empréstimos já desembolsados	24 835 896 507	40 878 533 039	65 714 429 546

6. Decomposição dos empréstimos já desembolsados em função da divisa de reembolso

divisas dos Estados-membros e ecu	20 662 447 236	30 592 986 830	51 255 434 066
outras divisas	4 173 449 271	10 285 546 209	14 458 995 480
Total dos empréstimos já desembolsados	24 835 896 507	40 878 533 039	65 714 429 546

7. Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total
7.1 Empréstimos para investimentos na Comunidade e outros equiparados ⁽¹⁾					
Alemanha	209	4 550 059 940	35 089 141	4 514 970 799	6,29
França	377	9 153 086 294	916 127 672	8 236 958 622	12,65
Itália	2 064	23 897 242 229	1 169 095 565	22 728 146 664	33,03
Reino Unido	362	8 519 401 097	712 856 647	7 806 544 450	11,78
Espanha	190	7 755 465 059	552 101 511	7 203 363 548	10,72
Bélgica	32	691 633 228	97 825 882	593 807 346	0,96
Países Baixos	33	1 119 859 549	75 687 076	1 044 172 473	1,55
Dinamarca	169	3 272 731 750	168 750 670	3 103 981 080	4,52
Grécia	189	2 270 032 214	277 812 821	1 992 219 393	3,14
Portugal	192	3 825 427 932	628 502 190	3 196 925 742	5,29
Irlanda	201	2 432 623 958	70 074 067	2 362 549 891	3,36
Luxemburgo	5	67 633 418	—	67 633 418	0,09
Outros equiparados ⁽¹⁾	22	878 892 395	—	878 892 395	1,22
Total	4 045	68 434 089 063	4 703 923 242	63 730 165 821	94,60
7.2 Empréstimos para investimentos no exterior da Comunidade					
7.2.1 Países da Bacia Mediterrânica					
Jugoslávia	21	678 222 559	289 566 496	388 656 063	
Egipto	17	314 236 278	133 074 000	181 162 278	
Argélia	11	306 072 650	184 571 000	121 501 650	
Marrocos	12	259 561 976	78 456 000	181 105 976	
Tunísia	23	220 928 083	79 699 690	141 228 393	
Jordânia	19	88 346 311	31 947 500	56 398 811	
Síria	4	59 136 496	3 522 000	55 614 496	
Chipre	5	50 027 466	15 000 000	35 027 466	
Turquia	7	40 105 188	—	40 105 188	
Malta	3	39 088 920	851 500	38 237 420	
Libano	3	7 728 002	—	7 728 002	
Sub-total	125	2 063 453 929	816 688 186	1 246 765 743	2,85
7.2.2 Países da Europa Central e Oriental					
Polónia	5	240 091 792	228 700 000	11 391 792	
Hungria	5	234 404 427	217 550 000	16 854 427	
Roménia	1	25 000 000	25 000 000	—	
Sub-total	11	499 496 219	471 250 000	28 246 219	0,69
7.2.3 Países ACP/PTU					
Nigéria	8	300 830 913	240 829 034	60 001 879	
Quênia	13	123 486 391	37 412 478	86 073 913	
Costa do Marfim	17	120 266 367	42 555 739	77 710 628	
Zimbábue	9	104 725 365	50 334 481	54 390 884	
Camarões	8	71 309 814	1 500 000	69 809 814	
Trinidade e Tobago	6	71 069 504	47 807 000	23 262 504	
Ilhas Fiji	10	54 338 817	20 174 828	34 163 989	
Zaire	1	49 577 890	38 960 599	10 617 291	
Jamaica	6	46 499 810	27 569 339	18 930 471	
Papúasia-Nova Guiné	6	42 733 116	9 625 000	33 108 116	
Gana	4	42 555 042	25 107 067	17 447 975	
Botsuana	8	38 444 969	3 978 379	34 466 590	
Ilha Maurícia	6	30 030 989	3 960 432	26 070 557	
Mauritânia	2	24 465 285	15 000 000	9 465 285	
Guiné	2	19 281 289	15 000 000	4 281 289	
Gabão	3	18 298 224	—	18 298 224	
Beamas	2	15 981 685	4 679 852	11 301 833	
Senegal	3	14 085 233	—	14 085 233	
Regional — África	1	14 000 000	14 000 000	—	
Malawi	7	12 147 829	542 978	11 604 851	
Zâmbia	1	12 120 437	—	12 120 437	
Barbados	5	11 666 970	7 048 000	4 618 970	
África Ocidental	2	10 974 634	8 206 500	2 768 134	
Antilhas Neerlandesas	3	10 638 735	2 395 000	8 243 735	
Polinésia Francesa	3	10 053 254	2 481 500	7 571 754	
Suazilândia	5	9 730 816	1 345 320	8 385 496	
Congo	3	8 692 856	—	8 692 856	
África Oriental	1	6 488 690	—	6 488 690	
Ilhas Caimão	3	6 106 316	2 652 913	3 453 403	
Santa Lúcia	2	5 964 256	1 589 434	4 374 822	
Niger	2	5 813 354	—	5 813 354	
África Central	1	5 134 033	3 185 000	1 949 033	
Nova Caledónia	1	4 764 996	—	4 764 996	
Aruba	2	3 300 000	3 300 000	—	
Togo	2	3 229 029	—	3 229 029	
São Vicente	1	2 994 900	246 061	2 748 839	
Ilhas Virgens Britânicas	1	2 980 763	2 648 904	331 859	
Burkina Faso	1	2 621 382	—	2 621 382	
Belize	2	2 145 228	—	2 145 228	
Libéria	2	2 070 430	—	2 070 430	
Tonga	1	1 982 527	1 565 000	417 527	
Seychelles	1	1 568 703	747 000	821 703	
Montserrat	1	528 760	—	528 760	
Sub-total	168	1 345 699 601	636 447 838	709 251 763	1,86
Total	304	3 908 649 749	1 924 386 024	1 984 263 725	5,40
Total Geral	4 349	72 342 738 812	6 628 309 266	65 714 429 546	100,00

⁽¹⁾ Os empréstimos efectuados nos termos do n.º 1, parágrafo 2, do artigo 18.º dos Estatutos, referentes a projectos que, embora se localizem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a Comunidade, são equiparados a empréstimos na Comunidade.

8. Decomposição dos empréstimos por principais tipos de garantia obtida (a)

8.1 Empréstimos para investimentos na Comunidade e outros equiparados (b)

Empréstimos concedidos aos Estados-membros ou por estes garantidos . . .	34 377 103 968 (c-d)
Empréstimos concedidos a instituições públicas de Estados-membros ou por estas garantidos	4 409 413 716
Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito de longo prazo e companhias de seguros) ou por estas garantidos	19 914 479 425 (c)
Empréstimos garantidos por empresas (que não instituições financeiras) sob controlo maioritário de Estados-membros ou de instituições públicas na Comunidade	921 725 381 (c)
Empréstimos garantidos por caução real sobre edifícios	237 173 224
Empréstimos garantidos por empresas (que não bancos) do sector privado . . .	7 024 900 068
Empréstimos garantidos por caução real sobre outros bens activos; outras cauções	1 549 293 281
Sub-total	68 434 089 063

Em cumprimento da Directiva do Conselho nº 89/647/CEE de 18. 12. 1989, que estabelece o coeficiente de solvabilidade das instituições de crédito, e tendo em conta a alteração do estatuto jurídico de algumas das entidades bancárias clientes do Banco, de entre as entidade públicas dos Estados-membros, o Banco transferiu o total dos empréstimos concedidos em 31. 12. 1991 a organismos de direito público que exercem actividades bancárias (7 600 milhões), da rubrica «Empréstimos concedidos a instituições públicas de Estados-membros ou por estas garantidos» para a rubrica «Empréstimos concedidos a instituições financeiras (bancos, instituições de crédito de longo prazo e companhias de seguros) ou por estas garantidos».

8.2 Créditos para investimentos no exterior da Comunidade

8.2.1 Empréstimos concedidos no âmbito da Primeira Convenção de Lomé

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção, ou por estes garantidos	69 567 770
Empréstimos garantidos por outras entidades	4 764 996
	74 332 766 (e)

8.2.2 Empréstimos concedidos no âmbito da Segunda Convenção de Lomé

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou por estes garantidos	294 444 313
Empréstimos garantidos por outras entidades	10 510 817
Empréstimos concedidos para o desenvolvimento do potencial mineiro e energético (artigo 59º)	9 635 104
	314 590 234 (e)

8.2.3 Empréstimos concedidos no âmbito da Terceira Convenção de Lomé

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou por estes garantidos	699 494 067
Empréstimos garantidos por outras entidades	39 811 209
	739 305 276 (e)

8.2.4 Empréstimos concedidos no âmbito da Quarta Convenção de Lomé

Empréstimos concedidos aos Estados ACP signatários desta Convenção ou por estes garantidos	198 000 000
Empréstimos garantidos por outras entidades	19 471 325
	217 471 325 (e)

8.2.5 Empréstimos concedidos no âmbito dos acordos financeiros concluídos entre a CEE e países da Bacia Mediterrânica

Empréstimos concedidos aos países da Bacia Mediterrânica signatários destes acordos, ou por estes garantidos ou contragarantidos	2 063 453 929 (c)
--	-------------------

8.2.6 Empréstimos concedidos no âmbito da cooperação financeira com os países da Europa Central e Oriental . .

	499 496 219 (f)
Sub-total	3 908 649 749

Total dos empréstimos concedidos . . . **72 342 738 812**

(a) Certos empréstimos estão cobertos por vários tipos de garantia ou de caução.

(b) Os empréstimos efectuados nos termos do nº 1, parágrafo 2, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que embora se localizem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a Comunidade, são equiparados a empréstimos na Comunidade.

(c) O montante da caução global concedida pela CEE ascendia a 3 312 030 500 ecus em 31 de Dezembro de 1991, em comparação com 2 953 656 204 ecus em 31 de Dezembro de 1990. Esta caução destina-se a cobrir todos os riscos decorrentes de compromissos financeiros nos países da Bacia Mediterrânica e ainda, compromissos financeiros assumidos na Grécia, em Espanha e em Portugal, relativos a empréstimos outorgados antes da adesão destes países à CEE, cujo valor concedido atingia 721 982 080 ecus em 31 de Dezembro de 1991.

(d) O total dos empréstimos garantidos pela CEE elevava-se a 7 378 260 ecus em 31 de Dezembro de 1991.

(e) Os montantes da caução concedida pelos Estados-membros para cobertura de todos os riscos emergentes dos compromissos financeiros assumidos no contexto das convenções de Lomé elevam-se, respectivamente, a:

- Primeira Convenção: 73 593 740 ecus
- Segunda Convenção: 312 662 450 ecus
- Terceira Convenção: 565 286 500 ecus
- Quarta Convenção: 163 125 000 ecus.

(f) Os empréstimos concedidos em países da Europa Central e Oriental beneficiam de garantia total da CEE.

MAPA RESUMO DAS DÍVIDAS REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

Pagáveis em	Empréstimos obtidos				Swap de divisas			Valor líquido	
	Valor em dívida em 31. 12. 1990	Valor em dívida em 31. 12. 1991	Taxa média	Vencimento	Valores a pagar (+) Valores a receber (—)		Taxa média	Valor em dívida em 31. 12. 1990	Valor em dívida em 31. 12. 1991
					31. 12. 1990	31. 12. 1991			
ECU	7 021 646 084	9 269 862 502	9,17	1992/2001	528 276 406 +	458 276 406 +	8,93	7 549 922 490	9 728 138 908
DEM	7 587 918 412	8 532 030 479	7,38	1992/2016	24 266 020 —	92 875 074 —	9,80	7 563 652 392	8 439 155 405
FRF	4 311 380 099	5 447 796 673	9,97	1992/2003	439 471 336 +	439 264 031 +	9,00	4 750 851 435	5 887 060 704
GBP	4 532 329 500	5 894 383 771	10,38	1992/2011	291 026 221 +	492 936 210 +	11,81	4 823 355 721	6 387 319 981
ITL	3 364 099 816	4 698 392 243	11,51	1992/2004	—	—	—	3 364 099 816	4 698 392 243
BEF	1 905 813 593	2 067 759 261	9,01	1992/2000	—	—	—	1 905 813 593	2 067 759 261
NLG	4 024 536 144	4 019 196 018	7,98	1992/2009	—	—	—	4 024 536 144	4 019 196 018
DKK	73 326 060	72 892 824	11,34	1994/1997	—	—	—	73 326 060	72 892 824
IEP	100 281 308	97 868 809	9,30	1992/1996	—	—	—	100 281 308	97 868 809
LUF	432 464 755	420 116 001	8,11	1992/1998	—	—	—	432 464 755	420 116 001
ESP	1 406 264 740	2 218 295 956	12,33	1992/2001	76 028 299 +	76 577 105 +	12,71	1 482 293 039	2 294 873 061
PTE	232 471 638	486 419 177	13,99	1993/1997	—	—	—	232 471 638	486 419 177
USD	5 786 929 198	6 921 392 523	8,94	1992/2008	295 508 239 —	284 630 120 —	8,14	5 491 420 959	6 636 762 403
CHF	3 170 128 961	3 234 382 135	5,82	1992/2002	86 126 710 +	320 857 380 +	7,37	3 256 255 671	3 555 239 515
JPY	3 842 520 493	4 721 994 760	6,12	1992/2008	434 213 657 —	692 334 780 —	6,32	3 408 306 836	4 029 659 980
ATS	76 567 014	76 795 264	6,86	1995/1996	—	—	—	76 567 014	76 795 264
CAD	583 686 916	479 113 736	10,18	1995/2001	583 686 916 —	479 113 736 —	10,18	—	—
AUD	—	226 828 093	10,25	2001	—	226 828 093 —	10,25	—	—
Total	48 452 364 731	58 885 520 225							
Prémio de reembolso	6 989 181	7 105 777							
Total	48 459 353 912	58 892 626 002							

(¹) Indicam-se no quadro a seguir os montantes totais de capital necessários para o reembolso dos empréstimos obtidos.

	Certificados e obrigações	Outros	Total
Vencimentos: até três meses	3 997 724 951	2 162 804 096	6 160 529 047
mais de três meses a um ano	2 410 258 558	179 268 289	2 589 526 847
mais de um ano a cinco anos	18 890 951 980	707 791 429	19 598 743 409
mais de cinco anos	28 189 210 113	2 354 616 586	30 543 826 699
Total	53 488 145 602	5 404 480 400	58 892 626 002

MAPA RESUMO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

Em ecus — ver notas explicativas às demonstrações financeiras

Estados-membros	Capital subscrito (¹)	Capital não exigido (²)	Capital realizado e a realizar		
			realizado em 31. 12. 1991	a realizar (³)	Total
Alemanha	11 017 450 000	10 189 970 950	672 873 338	154 605 712	827 479 050
França	11 017 450 000	10 189 970 950	672 873 338	154 605 712	827 479 050
Itália	11 017 450 000	10 189 970 950	657 123 338	170 355 712	827 479 050
Reino Unido	11 017 450 000	10 189 970 950	672 873 338	154 605 712	827 479 050
Espanha	4 049 856 000	3 747 237 310	244 340 490	58 278 200	302 618 690
Bélgica	3 053 960 000	2 825 758 011	184 254 920	43 947 069	228 201 989
Países Baixos	3 053 960 000	2 825 758 011	184 254 920	43 947 069	228 201 989
Dinamarca	1 546 308 000	1 430 762 746	93 293 591	22 251 663	115 545 254
Grécia	828 380 000	766 479 995	49 979 456	11 920 549	61 900 005
Portugal	533 844 000	493 953 399	32 208 489	7 682 112	39 890 601
Irlanda	386 576 000	357 689 755	23 323 351	5 562 894	28 886 245
Luxemburgo	77 316 000	71 538 697	4 664 707	1 112 596	5 777 303
Total	57 600 000 000	53 279 061 724	3 492 063 276	828 875 000	4 320 938 276

(¹) Por decisão do Conselho de Governadores de 11 de Junho de 1990 e com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1991, o capital subscrito do Banco foi elevado de 28 800 000 000 ecus para 57 600 000 000 ecus, em resultado da conversão em capital subscrito e realizado de um montante de 1 225 000 000 ecus transferido da conta de reservas suplementares, e do aumento das contribuições dos Estados-membros em 27 575 000 000 ecus, a realizar até à concorrência de 1,81323663 %.

(²) O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante que eventualmente venha a ser necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.

(³) No âmbito do aumento aprovado em 11 de Junho de 1990, os Estados-membros deverão pagar em ecus ou na respectiva moeda nacional, um total de 500 000 000 ecus, em dez semestralidades iguais, a primeira, em 30 de Abril de 1994 e a última, em 31 de Outubro de 1998. No que se refere à parcela ainda por realizar a título do aumento de capital aprovado em 11 de Junho de 1985, os Estados-membros pagarão o montante global de 328 875 000 ecus em quatro semestralidades iguais de 82 218 750 ecus, a primeira, em 30 de Abril de 1992 e a última, em 31 de Outubro de 1993.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 1991 — em ecus

Nota A — Principais princípios contabilísticos

1. Bases de conversão

Nos termos do nº 1 do artigo 4º dos Estatutos, o Banco adopta o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a apresentação das suas demonstrações financeiras.

O valor do ecu é igual à soma dos seguintes montantes das moedas nacionais dos Estados-membros:

DEM	0,6242	NLG	0,2198	IEP	0,008552
GBP	0,08784	BEF	3,301	GRD	1,440
FRF	1,332	LUF	0,13	ESP	6,885
ITL	151,8	DKK	0,1976	PTE	1,393

As taxas de conversão entre as divisas dos Estados-membros e o ecu, determinadas com base nas taxas do mercado, são publicadas diariamente no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

O Banco emprega também estas taxas de conversão para calcular as taxas aplicáveis às restantes divisas utilizadas nas suas operações.

As operações do Banco são efectuadas nas moedas dos Estados-membros, em ecus e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nas diferentes moedas, sendo detidos, investidos ou emprestados nas mesmas moedas.

Na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1991 e de 31 de Dezembro de 1990, foram utilizadas as seguintes taxas de conversão:

1 ECU =	31. 12. 1991	31. 12. 1990
Marco alemão	2,03553	2,04195
Franco francês	6,95338	6,95010
Libra esterlina	0,716117	0,707840
Lira italiana	1 542,40	1 540,26
Peseta espanhola	129,668	130,604
Franco belga	41,9308	42,1839
Florim holandês	2,29352	2,30384
Coroa dinamarquesa	7,92945	7,88260
Dracma grega	235,065	214,065
Escudo português	179,886	182,818
Libra irlandesa	0,766332	0,767840
Franco luxemburguês	41,9308	42,1839
Dólar americano	1,34093	1,36330
Franco suíço	1,81763	1,74162
Libra libanesa	1 179,35	1 147,90
Iene japonês	167,549	184,932
Xelim austriaco	14,3238	14,3665
Dólar canadiano	1,55078	1,58143
Dólar australiano	1,76345	1,76822
Franco CFA	347,669	347,505

Os activos e passivos do Banco são convertidos em ecus. Os ganhos ou perdas resultantes dessa conversão afectam directamente o apuramento dos resultados do exercício.

Os montantes correspondentes à quota-parte de capital paga pelos Estados-membros na respectiva moeda nacional, os quais são objecto de reajustamento periódico, nos termos do artigo 7º dos Estatutos, estão excluídos desta conversão.

2. Efeitos públicos e outros efeitos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais e obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

As obrigações do tesouro nacionais, os certificados de caixa e outras obrigações são geralmente valorizados pelo seu valor de aquisição, ou pelo mais baixo de entre os valores nominal e de mercado, quando inferiores ao valor de aquisição.

3. Créditos sobre instituições de crédito e sobre clientes

Os empréstimos estão apresentados no activo do Banco pelo respectivo valor líquido de desembolso.

4. Activos corpóreos

Os terrenos e edifícios estão apresentados pelo respectivo valor de aquisição, líquido da amortização inicial do edifício de Luxemburgo/Kirchberg e das amortizações acumuladas. A amortização dos edifícios de Luxemburgo/Kirchberg e de Lisboa é apurada pelo método das quotas constantes ao longo de um período de, respectivamente, 30 e 25 anos. As instalações, o equipamento básico e outro material são integralmente amortizados no ano da aquisição.

5. Activos incorpóreos

As despesas de emissão e os prémios de reembolso são amortizados ao longo da vida do empréstimo, por referência aos montantes de capital em dívida.

6. Fundo de pensões

O Banco constituiu um fundo de pensões para o seu pessoal. As contribuições do BEI e do pessoal, determinadas em função de estudos actuariais desenvolvidos de três em três anos, estão investidas nos activos do Banco.

7. Impostos

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu o Conselho Único e a Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

8. Operações de swap de taxas de juro e de divisas

O BEI realiza operações de swap de divisas, destinadas a converter em moeda diferente da original o produto de um empréstimo obtido, e a fim de obter as verbas necessárias ao serviço do empréstimo na moeda de origem, contrata simultaneamente operações de conversão a prazo. O BEI contrata também operações de swap de taxas de juro, destinadas a substituir uma obrigação a taxa fixa por uma obrigação a taxa variável denominada na mesma moeda, ou vice-versa.

9. Operações sobre instrumentos financeiros a prazo

São exclusivamente utilizadas pelo Banco para efeitos de cobertura do risco, em caso de flutuação do valor da sua carteira de obrigações; as operações realizadas nos mercados regulamentados que se encontrem pendentes à data do fecho de contas, são reavaliadas segundo o valor de cotação nessa data. Nesta conformidade, por derrogação à consistência do princípio contabilístico adoptado pelo Banco para a valorização da sua carteira, as obrigações cobertas por tais operações são apresentadas ao seu valor de cotação. Os ganhos e perdas resultantes das operações de cobertura afectam directamente o apuramento de resultados, de maneira simétrica aos ganhos e perdas resultantes da parte coberta da carteira.

Nota B —

	Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais		Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	
	31. 12. 1991	31. 12. 1990	31. 12. 1991	31. 12. 1990
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:				
até três meses	236 915 780	36 599 038	569 800 898	289 127 018
mais de três meses a um ano	21 410 451	—	89 106 784	513 007
mais de um ano a cinco anos	157 929 945	106 312 070	434 967 418	248 693 642
mais de cinco anos	168 326 313	291 650 406	483 867 224	439 725 395
	<u>584 582 489</u>	<u>434 561 514</u>	<u>1 577 742 324</u>	<u>978 059 062</u>
Valor de cotação	585 923 611	434 600 666	1 582 717 137	978 902 550

Nota C — Créditos sobre instituições de crédito (outros créditos)

	31. 12. 1991	31. 12. 1990	Depósitos a prazo	
Produto de empréstimos obtidos por receber			O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:	
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:				
até três meses	—	343 358 038	até três meses	2 462 953 465 2 782 417 112
mais de três meses a um ano	157 023 197	86 724 773	mais de três meses a um ano	45 835 572 39 580 229
	<u>157 023 197</u>	<u>430 082 811</u>	mais de um ano a cinco anos	7 664 —
				<u>2 508 796 701 2 821 997 341</u>
				<u>2 665 819 898 3 252 080 152</u>

Nota D — Activos corpóreos

	Terrenos	Edifício Luxemburgo/ /Kirchberg	Edifício Lisboa	Instalações equipamento básico e outro material	Total
Valor de aquisição líquido no início do ano	763 833	33 484 860	278 506	—	34 527 199
Aquisições do exercício	2 501 880	2 277 940	—	5 235 821	10 015 641
Amortizações do exercício	—	1 667 000	14 000	5 235 821	6 916 821
Valor líquido contabilístico 1991	<u>3 265 713</u>	<u>34 095 800</u>	<u>264 506</u>	<u>—</u>	<u>37 626 019</u>

Nota E — Valores a receber ou a pagar a Estados-membros para ajustamento do capital

A aplicação das taxas de conversão indicadas na Nota A conduz ao ajustamento dos montantes pagos na respectiva moeda nacional pelos Estados-membros, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Os montantes a receber ou a pagar pelo Banco são os seguintes:

	31. 12. 1991	31. 12. 1990
A receber:		
Espanha	246 687	1 015 738
Grécia	353 467	881 063
Irlanda	24 643	46 668
	<u>624 797</u>	<u>1 943 469</u>

A pagar:

Alemanha	2 382 092	8 041 316
Itália	248 682	79 145
Bélgica	479 124	293 867
Países Baixos	696 473	2 220 525
	<u>3 806 371</u>	<u>10 634 853</u>

Nos termos da decisão do Conselho de Governadores de 30 de Dezembro de 1977, sempre que a diferença entre a taxa de conversão histórica e a taxa de conversão aplicada na determinação do ajustamento varie num intervalo superior a 1,5 %, a quantia a pagar ou a receber pelo Banco será liquidada no dia 31 de Outubro de cada ano. Caso essa diferença varie num intervalo inferior a 1,5 %, os montantes a ajustar serão transferidos para as contas de ajustamento, as quais não são remuneradas.

Nota F — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) Uma parcela dos montantes recebidos no âmbito do SME foi disponibilizada como adiantamento concedido a longo prazo. Este valor tem a sua contrapartida no activo, na rubrica 9 b) «A receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME».

b) «As bonificações de juro recebidas antecipadamente» (rubrica 3 b)) no passivo abrangem:

— os montantes das bonificações de juro relativos aos empréstimos concedidos para o financiamento de projectos no exterior da Comunidade, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos acordados com os países da Bacia Mediterrânica, e bem assim, as bonificações de juro relativas a certas operações de crédito no seio da Co-

munidade financiadas com recursos próprios do Banco, disponibilizadas no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME) em conformidade com o Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias, de 3 de Agosto de 1979;

— os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativos a empréstimos concedidos a partir de recursos da CEE, no quadro das decisões do Conselho das Comunidades Europeias n.º 78/870 de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), n.º 82/169 de 15 de Março de 1982 de n.º 83/200 de 19 de Abril de 1983, e bem assim nos termos do Regulamento (CEE) n.º 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) n.º 2790/82 do mesmo Conselho, de 18 de Outubro de 1982.

Nota G — Contas diversas

Devedores diversos:	31. 12. 1991	31. 12. 1990		
empréstimos para habitação e adiantamentos ao pessoal	44 546 767	40 980 059	— operações no âmbito da Secção Especial e outros saldos relacionados, por regularizar	839 854 889 825 162 715
outros	27 057 523	26 872 015	— contas de depósito	47 845 230 43 911 013
	<u>71 604 290</u>	<u>67 852 074</u>	outros	<u>50 416 774</u> <u>45 156 881</u>
				<u>938 116 893</u> <u>914 230 609</u>
Credores diversos:			Diversos no passivo:	
contas da Comunidade Económica Europeia:			operações de swap de divisas	21 242 761 97 242 435
			outras	<u>18 933 728</u> <u>17 849 711</u>
				<u>40 176 489</u> <u>115 092 146</u>

Nota H — Provisões para riscos e encargos (fundo de pensões)

O montante do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 1991, de 154 641 051 (31. 12. 1990: 135 534 572), reflecte o resultado da avaliação actuarial dos benefícios acumulados nos termos do regulamento do fundo, acrescido das contribuições do Banco e do pessoal e do rendimento gerado pelo próprio

fundo, e deduzido dos levantamentos efectuados após essa avaliação actuarial.

Os encargos do Banco relativamente ao fundo de pensões, incluindo o crédito de juros, totalizaram 20 017 142 no exercício de 1991, em comparação com 17 515 802 no exercício de 1990.

Nota I — Distribuição geográfica dos juros e proveitos equiparados (rubrica 1 da demonstração de resultados):

	31. 12. 1991	31. 12. 1990		
Alemanha	321 408 613	227 509 069	Outros países	206 130 793 188 473 108
França	787 678 692	651 147 790		<u>5 723 835 584</u> <u>4 774 794 646</u>
Itália	2 055 497 115	1 896 185 194	Outros proveitos (1)	<u>497 701 668</u> <u>447 346 342</u>
Reino Unido	709 486 003	524 037 642		<u>6 221 537 252</u> <u>5 222 140 988</u>
Espanha	601 140 524	394 392 310	(1) Incluem:	
Bélgica	53 799 131	51 514 725	Juros e comissões sobre aplicações	496 349 619 411 574 811
Países Baixos	72 977 048	59 314 908	Outros proveitos da carteira de títulos	<u>1 352 049</u> <u>35 771 531</u>
Dinamarca	250 678 477	207 452 154		<u>497 701 668</u> <u>447 346 342</u>
Grécia	182 251 984	183 749 115		
Portugal	269 646 273	184 678 238		
Irlanda	209 047 431	202 510 212		
Luxemburgo	4 093 500	3 830 181		
	<u>5 517 704 791</u>	<u>4 586 321 538</u>		

Nota J — **Distribuição geográfica das comissões recebidas** (rubrica 3 da demonstração de resultados)

	31. 12. 1991	31. 12. 1990			
Alemanha	40 658	102 048	Grécia	261 161	287 430
França	1 173 341	1 731 167	Portugal	30 558	33 985
Itália	1 958 110	2 544 755	Irlanda	323 471	364 342
Reino Unido	304 017	384 749	Luxemburgo	—	—
Espanha	115 836	134 183		4 760 530	6 240 568
Bélgica	109 772	179 979			
Países Baixos	2 334	657	Instituições comunitárias .	11 358 976	9 166 984
Dinamarca	441 272	477 273		16 119 506	15 407 552

Nota K — **Gastos gerais administrativos**

	31. 12. 1991	31. 12. 1990			
Custos com o pessoal			Outros gastos administra-		
Remunerações e subsídios	59 523 784	54 655 759	tivos	16 950 825	13 282 487
Encargos sociais	12 098 999	12 097 693		94 242 745	85 214 345
Outros custos	5 669 137	5 178 406			
	77 291 920	71 931 858	Em 31 de Dezembro de 1991, ascendia a 751 o número de fun-		
			cionários ao serviço do Banco (724 em 31 de Dezembro de		
			1990).		

Nota L — **Reservas e aplicação do resultado líquido do exercício**

Em 10 de Junho de 1991, o Conselho de Governadores decidiu:

- transferir o saldo em 1 de Janeiro de 1991 das reservas suplementares, no montante de 1 861 332 745 ecus, para o fundo de reserva;

- transferir o resultado líquido do exercício de 1990, no montante de 894 107 896 ecus, para o fundo de reserva, que ainda não atingiu 10 % do capital subscrito.

Demonstração do movimento das contas de reservas em 31 de Dezembro de 1991

	Situação em 31. 12. 1990	Transferência das reservas suplementares para o capital	Aplicação do resultado líquido do exercício de 1990 e transferência do saldo das reservas suplementares	Situação em 31. 12. 1991
Fundo de reserva	2 880 000 000	—	+ 2 755 440 641	5 635 440 641
Reservas suplementares	3 086 332 745	— 1 225 000 000	— 1 861 332 745	—
	5 966 332 745	— 1 225 000 000	+ 894 107 896	5 635 440 641

O Comité Executivo decidiu propor ao Conselho de Administração que recomendasse ao Conselho de Governadores a transferência do resultado do exercício de 1991, no montante de 1 083 461 098 ecus, como segue:

- 124 559 359 para o fundo de reserva, que atingirá assim 10 % do capital subscrito;
- o saldo de 958 901 739 para reservas suplementares.

Nota M — **Ações e outros títulos de rendimento variável**

Esta rubrica, no montante de 18 000 000 ecus, representa a primeira das cinco anualidades iguais (90 000 000 no total) a

pagar pelo Banco a título de subscrição (300 000 000) no capital do BERD.

Nota N — **Débitos para com instituições de crédito (a prazo ou com pré-aviso)**

	31. 12. 1991	31. 12. 1990
O escalonamento por prazos de vencimento é o seguinte:		
— até três meses	72 332 305	555 722 760
— mais de um ano a cinco anos	147 381 763	146 918 387
	219 714 068	702 641 147

Nota O — Montante global dos activos e passivos representados em moeda estrangeira, convertidos em ecus

Activos		Passivos	
31. 12. 1991	31. 12. 1990	31. 12. 1991	31. 12. 1990
60 191 097 962	51 336 109 991	53 442 907 785	45 425 286 041

Nota P — Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos

Esta rubrica é constituída pelos títulos e obrigações vencidos, mas ainda pendentes de cobrança.

Nota Q — O cálculo do risco associado às transacções no âmbito de contratos de *swap* a prazo é efectuado nos termos da Directiva do Conselho 89/647/CEE de 18 de Dezembro

de 1989, relativa ao coeficiente de solvabilidade das instituições de crédito.

Nota R — Extracto das operações a prazo ainda não liquidadas em 31 de Dezembro de 1991

O montante de 153 881 997 representa 2 140 contratos que o

Banco transaccionou no MATIF para cobertura da carteira de títulos em FRF contra flutuações nas taxas de juro.

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Ao Presidente do
Banco Europeu de Investimento
Luxemburgo

Examinámos as demonstrações financeiras do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1991 e de 1990, que acompanham este Relatório. Os nossos exames foram realizados de acordo com os padrões internacionais de auditoria.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas, que foram elaboradas em conformidade com princípios contabilísticos internacionais, aplicados de forma consistente, apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1991 e de 1990, os resultados das suas operações e as alterações na situação financeira nos anos então findos. Os princípios contabilísticos de maior significado na preparação das demonstrações financeiras são descritos na Nota A das notas explicativas.

Luxemburgo, 7 de Fevereiro de 1992

Os mapas financeiros abrangidos pela nossa opinião são os seguintes:

Balanço

Demonstração da Secção Especial

Demonstração de resultados

Mapa de fluxos de tesouraria

Mapa resumo de empréstimos e garantias

Mapa resumo de dívidas representadas por títulos

Mapa resumo das subscrições de capital

Notas explicativas às demonstrações financeiras

PRICE WATERHOUSE

COMITÉ DE FISCALIZAÇÃO

O Comité de Fiscalização do Banco compõe-se de três membros, nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos. Todos os anos, um dos membros é reconduzido nas suas funções ou é substituído. A presidência é exercida por um ano, pelo membro cujo mandato cessa durante o exercício. O Comité verifica que as operações do Banco foram realizadas na observância dos procedimentos prescritos pelos Estatutos, controla a regularidade das operações e dos livros e certifica-se de que as demonstrações financeiras reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Para realizar esta tarefa, o Comité de Fiscalização baseia-se no trabalho contínuo da Divisão de Auditoria Interna do Banco e de uma empresa internacional de auditoria, bem como nas actividades de controlo dos serviços do Banco.

O Comité de Fiscalização dá o seu parecer ao Conselho de Governadores que, antes de aprovar o Relatório Anual e as contas do final do exercício, ouve a seguinte declaração:

Declaração do Comité de Fiscalização

O Comité, constituído nos termos do artigo 14º dos Estatutos e do artigo 25º do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para verificar a regularidade das suas operações e dos seus livros,

— após verificação dos livros, peças contabilísticas e documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,

— após leitura do relatório elaborado pela Price Waterhouse em 7 de Fevereiro de 1992,

considerando o Relatório Anual de 1991, o balanço do Banco e a situação da Secção Especial em 31 de Dezembro de 1991, assim como a demonstração de resultados relativa ao exercício findo nessa data, na redacção aprovada pelo Conselho de Administração na sessão de 7 de Abril de 1992,

considerando os artigos 22º, 23º e 24º do Regulamento Interno,

certifica pela presente:

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1991 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que o balanço, a demonstração de resultados e a situação da Secção Especial estão conformes com os registos contabilísticos e reflectem exactamente, no que respeita ao activo e ao passivo, a situação do Banco.

Luxemburgo, 11 de Maio de 1992

O Comité de Fiscalização

A. HANSEN

J. PINTO RIBEIRO

C. THANOPOULOS

LISTA DOS PROJECTOS FINANCIADOS NA COMUNIDADE EM 1991 (1)

O montante total dos empréstimos para projectos na Comunidade ascendeu a 14 422,8 milhões. Compete ao Banco a responsabilidade financeira destes financiamentos (exceptuando um empréstimo de 39,2 milhões por conta de recursos do NIC), os quais estão registados no balanço.

O BEI conclui empréstimos globais com um número crescente de instituições financeiras e de bancos comerciais, com os quais trabalha em estreita colaboração. Alguns dos empréstimos individuais também são concedidos por intermédio de instituições ou de bancos (que são mencionados no início da lista referente a cada país).

Indicam-se à direita os símbolos correspondentes aos objectivos de política comunitária visados pelos empréstimos individuais. Salvo indicação específica em contrário, os empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multi-objectivo (ver caixa pág. 24). Os referidos símbolos são os seguintes:

- desenvolvimento regional
- competitividade das empresas e integração europeia
- infra-estruturas comunitárias
- ◆ objectivos energéticos
- ◀ protecção do ambiente e ordenamento urbano

	milhões de ecus		milhões de ecus
BÉLGICA (4 886,4 milhões de francos belgas)	115,6	Projecto, construção e colocação em serviço no Mar do Norte de duas instalações de perfuração auto-elevatórias <i>Tankers and Liners in Partnership</i> 800,0 milhões de DKK	101,3 ◆
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(21,0)</u>		
Intermediário: <i>Banque Indosuez Belgique S.A.</i>			
Centro nacional de controlo do tráfego aéreo <i>Régie des voies aériennes/Regie der Luchtwegen</i> 570,0 milhões de BEF	13,5 ●	Reservatório de armazenagem de gás em Stenlille, próximo de Copenhaga, e condução de transporte do gás a partir de Torslunde <i>Dansk Naturgas A/S</i> 258,0 milhões de DKK	32,7 ◆
Construção da sede do organismo encarregado da segurança do tráfego aéreo na Europa <i>Eurocontrol</i> 316,3 milhões de BEF	7,5 ●	Reforço da rede de aquecimento urbano de Frederiksberg e ligação à rede de distribuição de calor da Grande Copenhaga <i>Município de Frederiksberg</i> 52,2 milhões de DKK	6,6 ◆
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(94,6)</u>		
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão <i>Bank van Roeselare</i> 1 000,0 milhões de BEF	23,6	Laços Århus - Ålborg, Vejle - Horsens (Jutlândia do Norte) e Ringsted - Skovse (Sjælland) da auto-estrada de ligação de Copenhaga ao Grande Belt <i>Reino da Dinamarca</i> 100,0 milhões de DKK	12,7 ■●
<i>Crédit Général S.A. de Banque</i> 1 000,0 milhões de BEF	23,6		
<i>Kredietbank N.V.</i> 2 000,0 milhões de BEF	47,3	Ponte rodoviária suspensa na parte leste da ligação fixa do Grande Belt <i>A/S Storebæltsforbindelsen</i> 245,6 milhões de DKK	31,2 ■●
DINAMARCA	538,8		
(4 260,8 milhões de coroas dinamarquesas)			
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(487,8)</u>		
Intermediários: <i>I/S ELSAM, KommuneKredit</i>		Simulador de voo no aeroporto de Copenhaga <i>Flight Training Center A/S</i> 54,0 milhões de DKK	6,9 ●
Central a carvão de produção em ciclo combinado de calor e electricidade em Odense <i>I/S Fynsværket</i> 504,0 milhões de DKK	63,8 ◆	Extensão e modernização da rede telefónica nos condados de Ribe, Vejle, Århus, Ringkøbing, Viborg et Nordjylland <i>Jydsk Telefon A/S</i> 421,4 milhões de DKK	53,5 ■●
Modernização da fábrica de incineração de resíduos urbanos e produção em ciclo combinado de calor e electricidade em Copenhaga <i>I/S Amager Forbrænding</i> 50,0 milhões de DKK	6,3 ◆◀	Reforço do sistema de comutação digital e de transmissão por fibras ópticas: — no Sjælland e em Bornholm <i>KTAS — Kjøbenhavns Telefon A/S</i> 428,1 milhões de DKK	54,1 ■●
Estação de bombagem em Filsø, para o oleoduto de ligação dos jazigos do sector dinamarquês do Mar do Norte ao terminal de Fredericia <i>Dansk Olierør A/S</i> 39,8 milhões de DKK	5,0 ◆	— no Sønderrjylland <i>Tele Sønderrjylland A/S</i> 63,0 milhões de DKK	8,0 ■●
Valorização do jazigo de petróleo Dan Oil no sector dinamarquês do Mar do Norte <i>Oil and Gas Activity in Partnership</i> 628,1 milhões de DKK	79,2 ◆	Melhoria da rede esgotos, construção e modernização de estações de tratamento de águas residuais <i>Município de Århus</i> 50,0 milhões de DKK	6,3 ◀

(1) As aberturas de crédito são de um modo geral expressas no contravalor da moeda nacional.

	milhões de ecus		milhões de ecus
Centro de investigação e desenvolvimento no ramo farmacêutico em Ballerup, próximo de Copenhaga <i>Novo Nordisk A/S</i> 160,0 milhões de DKK	20,3 ▶	Modernização dos edifícios da feira comercial de Berlim <i>Land de Berlim</i> 85,0 milhões de DEM	41,3 ■●
Empréstimos globais	(50,8)	Modernização da refinaria de Gelsenkirchen-Horst para a produção de produtos petrolíferos ligeiros <i>Ruhr Öl GmbH</i> 25,0 milhões de DEM	12,2 ■◆◀
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>KommuneKredit</i> (infra-estruturas) 78,6 milhões de DKK	9,9	Oficina de pintura numa nova fábrica de automóveis <i>Volkswagen Sachsen GmbH</i> 300,0 milhões de DEM	146,9 ■
<i>Den Danske Bank A/S</i> 73,5 milhões de DKK	9,3	Unidade de montagem de automóveis 40,4 milhões de DEM	19,7 ■
<i>FIH — Finansieringsinstitutet for Industri og Håndværk A/S</i> 250,0 milhões de DKK	31,7	Instalação de uma máquina de papel em Dörpen (Baixa Saxónia) <i>Nordland Papier AG</i> 20,0 milhões de DEM	9,8 ■
ALEMANHA (2 664,7 milhões de marcos alemães)	1 300,1	Empréstimos globais	(711,7)
Empréstimos individuais	(588,4)	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Westdeutsche Landesbank Girozentrale</i> 490,2 milhões de DEM	239,1
Intermediários: <i>Kreditanstalt für Wiederaufbau, Westdeutsche Landesbank Girozentrale, Südwestdeutsche Landesbank Girozentrale, IKB Deutsche Industriebank AG, Hamburgische Landesbank Girozentrale e Berliner Bank AG</i>		<i>IKB Deutsche Industriebank AG</i> 333,4 milhões de DEM	162,7
Nova caldeira na central a carvão de produção em ciclo combinado de vapor e de electricidade em Mannheim <i>Großkraftwerk Mannheim AG</i> 40,0 milhões de DEM	19,4 ◆◀	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> 323,4 milhões de DEM	157,5
Gasodutos de ligação das redes de Thüringen e Sachsen à rede europeia de gás natural <i>Erdgasversorgungsgesellschaft mbH</i> 200,0 milhões de DEM	97,2 ■◆	<i>Landesbank Schleswig-Holstein Girozentrale</i> 62,2 milhões de DEM	30,3
Reconversão da rede actual do gás de cidade para o gás natural <i>Verbundnetz Gas AG</i> 100,0 milhões de DEM	48,8 ■◆	<i>Bremer Landesbank Kreditanstalt Oldenburg Girozentrale</i> 58,0 milhões de DEM	28,2
Extensão da rede de transporte e de distribuição de calor <i>Fernwärmeverbund Saar GmbH</i> 15,0 milhões de DEM	7,3 ■◆	<i>Berliner Industriebank AG</i> (turismo) 46,7 milhões de DEM	22,8
Estações de tratamento e de descarga de águas residuais no Breisgau (Bade-Vurtemberg) <i>Abwasserzweckverband Breisgauer Bucht</i> 5,0 milhões de DEM	2,4 ◀	<i>Norddeutsche Landesbank Girozentrale</i> 25,0 milhões de DEM	12,2
Novo aeroporto internacional em Erding, a nordeste de Munique <i>Flughafen München GmbH</i> 150,0 milhões de DEM	73,3 ●	<i>Hamburgische Landesbank Girozentrale</i> 20,2 milhões de DEM	9,8
Novo terminal no aeroporto internacional de Hamburgo; hangares para a revisão de aviões de grande porte <i>Flughafen Hamburg GmbH</i> 125,2 milhões de DEM	61,0 ●	Empréstimo-quadro para a reestruturação da indústria e dos serviços <i>Treuhandanstalt</i> 100,0 milhões de DEM	48,9
Instalação do sistema Kopernikus-DFS de transmissão por satélite e de sistemas de telecontrolo Temex <i>Deutsche Bundespost</i> 100,0 milhões de DEM	48,9 ●	GRÉCIA (82 805,1 milhões de dracmas)	366,9
		Empréstimos individuais	(100,1)
		Irrigação de pequenas explorações agrícolas no noroeste de Creta <i>República Helénica</i> 400 milhões de GRD	1,5 ■
		Construção de uma pequena central hidroeléctrica em Makrochori, no canal principal de irrigação da planície de Salónica <i>DEI — Dimosia Epiririsi Ilektrismou</i> 2 000 milhões de GRD	8,8 ■◆
		Construção de uma rede de transporte e distribuição de gás natural <i>DEPA — Dimosia Epiririsi Aeriou A.E.</i> 1 600 milhões de GRD	7,3 ■◆

	milhões de ecus		milhões de ecus
Renovação e modernização do material rolante na linha de caminhos-de-ferro Atenas-Salónica <i>OSE — Organismos Sidirodromon Ellados</i> 3 300 milhões de GRD	14,6 ■●	ESPAÑA (301 225 milhões de pesetas)	2 342,5
		Empréstimos individuais	(2 070,7)
Auto-estrada Corinto-Tripoli e circular de Megalopoli (Peloponeso) <i>República Helénica</i> 3 000 milhões de GRD	13,5 ■	Intermediários: <i>Banco Central S.A., Banco Hispano Americano S.A., Banco Español de Crédito S.A., Banco Bilbao Vizcaya S.A., Caja de Madrid, Banco Exterior de España S.A., Bankinter S.A., Banco Herrero S.A. e Midland Bank plc Sucursal de España</i>	
Reconversão em auto-estrada da estrada Varibobi-Yliki no itinerário Atenas-Salónica <i>República Helénica</i> 5 000 milhões de GRD	21,9 ■●	Reforço e modernização da rede de transporte e distribuição de electricidade: — em todo o país <i>Red Eléctrica de España S.A.</i> 10 000,0 milhões de ESP	79,0 ■◆
Reconstrução na zona de Kalamata de edificios públicos, industriais e habitacionais, e de estradas e esgotos afectados pelo sismo de 1986 <i>República Helénica</i> 5 000 milhões de GRD	21,9 ■	— nas regiões de Madrid, Castela-La Mancha e Castela-Leão <i>Unión Eléctrica Fenosa S.A.</i> 6 500,0 milhões de ESP	49,8 ■◆
Construção e/ou equipamento de dezoito escolas de ensino técnico secundário e de cinco institutos de tecnologia <i>República Helénica</i> 2 400 milhões de GRD	10,5 ■	— nas regiões de Valência, Múrcia e Castela-Leão <i>Hidroeléctrica Española S.A.</i> 24 000,0 milhões de ESP	188,1 ■◆
Empréstimos globais	(266,8)	Modernização das ligações ferroviárias interurbanas e melhoria das redes suburbanas de Madrid, Barcelona e Valência <i>RENFE — Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles</i> 40 000,0 milhões de ESP	310,8 ■●
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Banque Nationale de Paris</i> 5 000 milhões de GRD	23,4	Melhoria da rede ferroviária nas regiões de Santander (Cantábria) e Bilbao (Biscaia) <i>FEVE — Ferrocarriles de Via Estrecha</i> 2 500,0 milhões de ESP	19,6 ■
<i>Elliniki Trapeza Viomihanikis Anaptixeos A.E.</i> 5 000 milhões de GRD	22,2	Construção de uma linha ferroviária de grande velocidade entre Madrid e Sevilha <i>RENFE — Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles</i> 10 000,0 milhões de ESP	77,1 ■●
<i>Ethniki Trapeza Ependiseon Viomihanikis Anaptixeos A.E.</i> 5 000 milhões de GRD	21,9	Melhoria do trânsito na Grande Barcelona: lanços de estradas e de auto-estradas e túnel com portagem <i>Tabasa — Túneles y Accesos de Barcelona S.A.</i> 5 000,0 milhões de ESP	39,2 ■◀
<i>National Westminster Bank plc, Athens</i> 2 000 milhões de GRD	9,3	Substituição de composições do metropolitano de Madrid <i>Metro de Madrid S.A.</i> 9 500,0 milhões de ESP	73,8 ◀
<i>Ergobank SA</i> 2 000 milhões de GRD	9,0	Reforço das ligações inter-ilhas no arquipélago das Canárias <i>Binter Canarias S.A.</i> 4 000,0 milhões de ESP	31,1 ■
<i>Midland Bank plc</i> 1 500 milhões de GRD	6,7	Renovação da frota aérea de pequeno e médio curso para os voos domésticos <i>Aviaco — Aviación y Comercio S.A.</i> 12 500,0 milhões de ESP	97,2 ■
Financiamento de pequenos projectos de infra-estruturas incluídos na vertente regional do Quadro Comunitário de Apoio <i>República Helénica</i> 34 200 milhões de GRD	150,0	Modernização e reforço da rede telefónica <i>Telefónica de España S.A.</i> 63 750,0 milhões de ESP	499,7 ■●
Financiamento de pequenos projectos do sector energético no quadro dos Programas Integrados Mediterrânicos (PIM) <i>DEI — Dimosia Epihirisi Ilektrismou</i> 3 300 milhões de GRD	14,6	Acquisição, lançamento e exploração de dois satélites de telecomunicações e de teledifusão que asseguram a cobertura da Península Ibérica, das Canárias e das Baleares <i>HISPASAT S.A.</i> 9 975,0 milhões de ESP	77,5 ■●

	milhões de ecus		milhões de ecus
Ampliação das instalações de adução de água e de tratamento de águas residuais de Málaga (Andaluzia) <i>Empresa Municipal de Aguas de Málaga S.A.</i> 3 000,0 milhões de ESP	23,3 ■◀	Túnel da Mancha <i>Eurotunnel plc</i> 1 253,6 milhões de FRF	179,9 ●
Construção de um novo centro de feiras internacionais <i>IFEMA — Institución Ferial de Madrid</i> 13 000,0 milhões de ESP	100,2 ●	Linha do TGV-Norte entre Paris e a fronteira belga, com ligação ao Túnel da Mancha <i>Société Nationale des Chemins de Fer Français</i> 1 605,0 milhões de FRF	230,0 ■▶
Reforço de um complexo petroquímico em Algeciras: modernização de uma refinaria para a produção de gasolina sem chumbo; unidade de cogeração de vapor/electricidade; fábrica de produção de ácido tereftálico <i>CEPSA — Compañía Española de Petróleos, S.A.</i> 9 000,0 milhões de ESP	68,9 ■◆◀	Rede de auto-estradas: — A57, lanço Cuers - Le Cannet-des-Maures (Provença-Alpes-Côte d'Azur) <i>ESCOTA — Société de l'Autoroute Esterel-Côte d'Azur SA</i> 155,0 milhões de FRF	22,3 ■
Construção de uma fábrica de produtos farmacêuticos e de um laboratório de investigação e desenvolvimento nos arredores de Madrid <i>Antibióticos Farma S.A.</i> 1 500,0 milhões de ESP	11,7 ▶	— A43, lanço Montmélian - Albertville (Sabóia) <i>AREA — Société des Autoroutes Rhône-Alpes SA</i> 225,0 milhões de FRF	32,4 ■●
Ampliação e modernização de fábricas de automóveis em Martorell, Barcelona, Prat (Catalunha) e Pamplona (Navarra) <i>SEAT — Sociedad Española de Automóviles de Turismo S.A.</i> 32 000,0 milhões de ESP	246,8 ▶	— A49, lanço Voreppe - Bourg-de-Péage (Ródano-Alpes) <i>AREA — Société des Autoroutes Rhône-Alpes SA</i> 475,0 milhões de FRF	68,3 ■●
Fábrica de material de comutação e de transmissão para redes de telecomunicações na periferia de Madrid <i>AT&T Network Systems España S.A.</i> 6 000,0 milhões de ESP	47,0 ▶	— A26, entre o Túnel da Mancha e o sul de França: lanço Châlons-sur-Marne - Troyes Nord <i>SANEF — Société des Autoroutes du Nord et de l'Est de la France SA</i> 600,0 milhões de FRF	86,2 ■●
Modernização e reestruturação de seis fábricas de aparelhos electrodomésticos nas regiões de Barcelona e Madrid e na província de La Rioja <i>Electrolux Holding S.A.</i> 4 000,0 milhões de ESP	31,1 ■	Construção de um túnel rodoviário com portagem em Marselha <i>Société Marseillaise du Tunnel Prado Carénage SA</i> 300,0 milhões de FRF	43,1 ■◀
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(271,8)</u>	Ordenamento das vias públicas da área urbana de Lião <i>Lyon Parc Auto</i> 100,0 milhões de FRF	14,3 ◀
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Banco de Crédito Local de España</i> (infra-estruturas) 10 000,0 milhões de ESP	77,7	Renovação de frotas aéreas: <i>TAT — Transports Aériens Transrégionaux</i> 300,0 milhões de FRF	43,0 ■●
<i>Banco Popular Español S.A.</i> 10 000,0 milhões de ESP	77,1	<i>Air Inter SA</i> 500,0 milhões de FRF	71,7 ■●
<i>Banco Hipotecario de España S.A.</i> (turismo) 5 000,0 milhões de ESP	38,6	Ampliação do aeroporto internacional de Fort-de-France/Le Lamentin <i>Chambre de Commerce et d'Industrie de la Martinique</i> 125,0 milhões de FRF	18,0 ■
<i>Banco Español de Crédito S.A.</i> (recursos NIC) 5 000,0 milhões de ESP	39,2	Nova unidade de produção de fibras de carbono para materiais compósitos em Abidos (Pirinéus-Atlânticos) <i>SOFICAR SA — Société Fibres de Carbone</i> 105,0 milhões de FRF	15,0 ■▶
FRANÇA (13 417,1 milhões de francos franceses)	1 924,4	Modernização e ampliação de uma fábrica de produtos químicos no Rossilhão (Isère) <i>Rhône-Poulenc SA</i> 250,0 milhões de FRF	35,8 ■
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(1 011,4)</u>	Desenvolvimento e fabrico de inversores de impulso para motores de avião em Meudon La Forêt (e em Burnley, na Inglaterra) <i>Hurel-Dubois SA — Société de construction d'avions</i> 50,0 milhões de FRF	7,2 ▶
Intermediários: <i>Caisse Nationale des Autoroutes (CNA), Société Générale e Caisse Nationale de Crédit Agricole</i>		Fabrico de papel de jornal em Golbey (Vosges) <i>Papeteries de Golbey SA</i> 50,0 milhões de FRF	7,2 ■
Ampliação da fábrica de incineração de lixos domésticos da aglomeração lionesa <i>Communauté Urbaine de Lyon</i> 30,0 milhões de FRF	4,3 ◆		
Modernização da fábrica de enriquecimento de urânio do Tricastin (Ródano-Alpes) <i>Eurodif SA</i> 250,0 milhões de FRF	35,8 ◆		

	milhões de ecus		milhões de ecus
Parque de diversões em Marne-la-Vallée (Ile-de-France) <i>Eurodisneyland SNC</i> 675,0 milhões de FRF	96,9 ▶	Circular de Dublin <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 9,5 milhões de IEP	12,3 ■
<u>Empréstimos globais</u>	<u>(913,0)</u>	Variante de Athlone e ponte sobre o Shannon <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 2,3 milhões de IEP	2,9 ■
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão:		Reforço da frota aérea para as ligações intracomunitárias <i>Aer Lingus plc</i> 42,6 milhões de IEP	55,3 ■●
<i>SÉFERGIE — Société d'Équipement Ferroviaire pour l'Étude et la Réalisation d'Économies d'Énergie</i> (desenvolvimento do trânsito por via férrea) 75,0 milhões de FRF	10,8	Novos hangares para a revisão de aviões no aeroporto de Dublin <i>Aer Lingus Maintenance and Engineering Services Ltd</i> 15,0 milhões de IEP	19,5 ■
<i>Crédit Local de France — CAECL SA</i> (infra-estruturas públicas)		Ampliação e modernização das redes de telecomunicações <i>Irish Telecommunications Investments plc</i> 25,0 milhões de IEP	32,6 ■●
— Aquitânia 400,0 milhões de FRF	57,4	Reabilitação do bairro do Temple Bar em Dublin <i>Temple Bar Properties Ltd</i> 5,0 milhões de IEP	6,5 ■◀
— Languedoque-Rossilhão 400,0 milhões de FRF	57,4	Melhoria do abastecimento de água de Dublin <i>Dublin Corporation — Irlanda, Ministério das Finanças</i> 7,5 milhões de IEP	9,7 ■◀
— Midi-Pirinéus 400,0 milhões de FRF	57,3	Melhoria da rede de estradas; instalações de adução de água e de recolha e tratamento de águas residuais <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 8,0 milhões de IEP	10,3 ■◀
— Provença-Côte d'Azur e Córsega 400,0 milhões de FRF	57,3	Obras rodoviárias, portuárias e aeroportuárias e instalações de adução de água e de recolha e tratamento de águas residuais; instalações turísticas <i>Irlanda, Ministério das Finanças</i> 24,7 milhões de IEP	32,2 ■◀
<i>Banque Paribas</i> 1 045,5 milhões de FRF	150,0	ITÁLIA (6 134 300 milhões de liras)	4 000,7
<i>Locafrance SA</i> 700,0 milhões de FRF	100,3	<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(2 794,1)</u>
<i>Banque Nationale de Paris</i> 698,0 milhões de FRF	100,0	Intermediários: <i>Crediop, Ministero del Tesoro, ICLE, Banco di Roma, ENI, Banque Nationale de Paris, BNL, IMI, Isveimer, IRI, Banca Commerciale Italiana S.p.A., Credito Italiano S.p.A., CIS, Interbanca, Centrobanca, Efibanca, Banco di Sicilia, IRFIS, Istituto Bancario San Paolo di Torino e Mediobanca</i>	
<i>Banque Fédérative du Crédit Mutuel SA</i> 400,0 milhões de FRF	57,3	Reforço de centrais termoelectricas:	
<i>Interbail SA</i> 400,0 milhões de FRF	57,3	— Levante e Azotati, em Porto Marghera, próximo de Veneza <i>Edison</i> 50 000 milhões de ITL	32,6 ◆
<i>Bail Équipement SA</i> 400,0 milhões de FRF	57,3	— Fiume Santo (Sardenha) <i>ENEL</i> 50 000 milhões de ITL	32,7 ■◆
<i>Cecico Entreprises SA</i> 300,0 milhões de FRF	43,0	Instalações de dessulfurização e de desnitrificação: <i>ENEL</i>	
<i>Caisse Fédérale du Crédit Mutuel de Bretagne</i> 200,0 milhões de FRF	28,7	— central de La Spezia 70 000 milhões de ITL	45,5 ◆◀
<i>Compagnie du Bâtiment et des Travaux Publics</i> 150,0 milhões de FRF	21,5	— central Fusina, em Porto Marghera, próximo de Veneza 130 000 milhões de ITL	84,7 ◀
<i>Fructimurs SA</i> 100,0 milhões de FRF	14,3	Centrais hidroeléctricas:	
<i>Fructicomi SA</i> 100,0 milhões de FRF	14,3	— em Passo Cordone <i>Região Abruzzos</i> 6 200 milhões de ITL	4,0 ■
<i>Fructibail SA</i> 100,0 milhões de FRF	14,3		
<i>Caisse Centrale de Coopération Économique</i> (Departamentos Ultramarinos) 100,0 milhões de FRF	14,3		
IRLANDA (182 milhões de libras irlandesas)	237,0		
<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(237,0)</u>		
Extensão e reforço da rede de transporte e distribuição de electricidade <i>Electricity Supply Board</i> 22,5 milhões de IEP	29,4 ■		
Extensão e reforço das redes de distribuição de gás natural em Dublin, Cork, Waterford, Limerick e Clonnel <i>Bord Gais Eireann</i> 20,0 milhões de IEP	26,1 ■◆		

	milhões de ecus		milhões de ecus
— no Centro-Norte (cinco minicentrais) <i>ENEL</i> 70 000 milhões de ITL	45,3 ◆	Ampliação das redes de distribuição de gás natural: — Milão <i>Azienda Energetica Municipale</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ◆
Ampliação de uma central de produção em ciclo combinado de calor/electricidade e da rede de aquecimento urbano na província de Milão <i>SNAM S.p.A.</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ◆	— Lombardia, Veneto, Friul-Venécia Júlia <i>ITALGAS — Società Italiana per il Gas S.p.A.</i> 65 000 milhões de ITL	42,2 ◆
Adição de um terceiro turbogerador na central de Brescia, para a produção de calor/electricidade; equipamento de protecção do ambiente <i>ASM — Azienda Servizi Municipalizzati</i> 34 000 milhões de ITL	22,2 ◆◀	— área urbana de Nápoles <i>Napoletana Gas S.p.A.</i> 25 000 milhões de ITL	16,2 ■◆
Construção da rede de aquecimento urbano a sudoeste de Turim <i>Azienda Energetica Municipale</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ◆	— Toscana e Ligúria <i>Tirrenia Gas S.p.A.</i> 25 000 milhões de ITL	16,2 ■◆
Extensão da rede de aquecimento urbano de Reggio Emilia <i>Azienda Gas Acqua Consorziale</i> 6 000 milhões de ITL	3,9 ◆	— Piemonte, Lombardia, Veneto, Emilia-Romanha, Toscana, Úmbria, Lácio, Abruzzos e Apúlia <i>Camuzzi Gazometri S.p.A.</i> 60 000 milhões de ITL	39,1 ■◆
Reforço e extensão da rede de transporte e distribuição de electricidade: <i>ENEL</i>		— Grande Roma <i>ITALGAS — Società Italiana per il Gas S.p.A.</i> 50 000 milhões de ITL	32,6 ◆
— Sardenha 60 000 milhões de ITL	39,2 ■◆	— Trentino-Alto Adige (incluindo o abastecimento de água potável) <i>SIT — Società Industriale Trentina S.p.A.</i> 6 000 milhões de ITL	3,9 ◆
— Campânia e Basilicata 100 000 milhões de ITL	65,3 ■	— área urbana de Bolonha (incluindo o abastecimento de água potável) <i>Acoser — Azienda Consorziale Servizi Reno</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ◆◀
— Calábria e Sardenha 220 000 milhões de ITL	143,2 ■	Extensão do molhe externo e dos cais do porto de Vasto <i>Região Abruzzos</i> 7 300 milhões de ITL	4,8 ■
— Abruzzos, Molise, Lácio e Apúlia 100 000 milhões de ITL	65,4 ■	Modernização e aumento da capacidade de cinco navios <i>ferries</i> que asseguram as ligações da Itália continental com a Sardenha; compra de um navio para as ligações com a ilha de Elba: <i>Tirrenia di Navigazione S.p.A.</i> 66 000 milhões de ITL	43,0 ■
Valorização de jazigos de petróleo:		<i>Toremara — Toscana Regionale Marittima S.p.A.</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ■
— Villafortuna Trecate, <i>onshore</i> , próximo de Novara (Piemonte) <i>AGIP S.p.A.</i> 200 000 milhões de ITL	130,2 ◆	Funicular entre o bairro residencial de Vomero e o centro de Nápoles <i>Região Campânia</i> 8 000 milhões de ITL	5,2 ■
— Rospo Mare, ao largo de Vasto (Abruzzos) <i>AGIP S.p.A.</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ■◆	Reforço da frota aérea para as linhas regionais <i>ATI — Aero Trasporti Italiani S.p.A.</i> 56 500 milhões de ITL	36,7 ■
<i>ELF Italiana S.p.A.</i> 40 000 milhões de ITL	26,1 ■◆	Terminais de carga rodo-ferroviários: — «Orbassano» (Turim) <i>Região Piemonte</i> 5 000 milhões de ITL	3,3 ●
— «Prezioso II», ao largo de Gela (Sicília) e também dos jazigos de gás natural «Giovanna» e «Elena», ao largo de Pescara (Abruzzos) e «Barbara», ao largo de Ancona (Marcas) <i>AGIP S.p.A.</i> 110 000 milhões de ITL	71,4 ■◆	— «Bentivoglio» (Bolonha) <i>SIMIB — Immobiliare Magazzini Interporto Bologna Srl</i> 17 000 milhões de ITL	11,1 ●
Extensão das redes de transporte de gás natural: — proveniente da Rússia (Veneto, Toscana, Campânia e Abruzzos) <i>SNAM S.p.A.</i> 130 000 milhões de ITL	84,8 ■◆	Extensão e modernização da rede telefónica do Mezzogiorno <i>SIP</i> 860 000 milhões de ITL	560,6 ■●
— no Centro-Norte (Toscana, Emilia-Romanha e Veneto) <i>SNAM S.p.A.</i> 60 000 milhões de ITL	39,2 ■◆		

	milhões de ecus		milhões de ecus
Instalação em todo o território de terminais e de antenas para a transmissão de dados por satélite e de um centro nacional de controlo na planície do Fucino (Abruzos) <i>Telespazio — Società per Azioni per le Comunicazioni Spaziali</i> 25 000 milhões de ITL	16,3 ■◆	— zonas de Castellino del Biferno e de Trivento (provincia de Campobasso); protecção do litoral <i>Região Molise</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ■◀
Reforço e racionalização do abastecimento de água potável: — provincias de Alessandria, Asti, Cuneo e Turim <i>Região Piemonte</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ◀	Obras de recolha e de tratamento de resíduos urbanos, sólidos e líquidos: — Modena e Ravenna <i>Região Emilia-Romagna</i> 5 000 milhões de ITL	3,3 ■◀
— Apúlia e Basilicata <i>Ente Autonomo per l'Acquedotto Pugliese</i> 74 000 milhões de ITL	48,0 ■◀	— Como, Varese, Milano, Mântua; prevenção da erosão e das inundações (Oltrepò Pavese) <i>Região Lombardia</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ◀
Redes de esgotos e estações de tratamento de águas residuais: — Roma-Norte, incluindo a construção de um emissário <i>Região Lácio</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ◀	— Sulmona e Teramo <i>Região Abruzos</i> 5 000 milhões de ITL	3,3 ■◆◀
— bacia do Pó e costa adriática <i>Região Emilia-Romagna</i> 72 000 milhões de ITL	47,1 ◀	— Génova, na costa ligúrica e no interior <i>Região Liguria</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ◀
<i>Região Lombardia</i> 45 000 milhões de ITL	29,4 ◀	— lagoa de Marano-Grado e provincia de Udine <i>Região Friul-Venécia Júlia</i> 9 000 milhões de ITL	5,9 ■◀
<i>Região Piemonte</i> 60 000 milhões de ITL	39,4 ◀	— provincias de Matera e de Potenza <i>Região Basilicata</i> 8 000 milhões de ITL	5,2 ■◀
— Lago de Garda e Lago Maior <i>Região Piemonte</i> 5 000 milhões de ITL	3,3 ◀	— área urbana de Tarento (incluindo renovação de infra-estruturas de base no centro histórico) e municípios vizinhos <i>Região Apúlia</i> 34 000 milhões de ITL	22,2 ■◀
— na costa ligúrica, em São Remo, Ventimiglia e Génova <i>Região Liguria</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ◀	— provincias de Nápoles e de Salerno <i>Região Campânia</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ■◀
— Tortora-Diamante (provincia de Cosenza) <i>Região Calábria</i> 9 000 milhões de ITL	5,9 ■◀	Melhoria do abastecimento de água potável de Roma e dos arredores, esgotos e tratamento de águas residuais na zona turística do lago de Bolsena e protecção contra a erosão do litoral <i>Região Lácio</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ■◀
— provincias de Cagliari e de Oristano <i>Região Sardenha</i> 4 000 milhões de ITL	2,6 ■◀	Esgotos e tratamento de águas residuais, protecção das costas contra a erosão marítima e consolidação de solos <i>Região Abruzos</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ■◀
Redes de esgotos, estações de tratamento de águas residuais e abastecimento de água potável: — Marsala <i>Região Sicília</i> 7 500 milhões de ITL	4,9 ■◀	Incineração de resíduos sólidos em Sesto S. Giovanni, próximo de Milão, prevenção da erosão dos solos e das inundações em Oltrepò Pavese, e melhoria do abastecimento de água potável na zona de Bérgamo <i>Região Lombardia</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ◀
— nordeste da Sardenha (Costa Esmeralda e La Maddalena) e zona de Serramanna, próximo de Cagliari <i>Região Sardenha</i> 9 000 milhões de ITL	5,9 ■◀	Abastecimento de água potável de Asti e de Vercelli, reabilitação de florestas nas zonas montanhosas da provincia de Turim e descarga de resíduos sólidos no vale de la Scrivia <i>Região Piemonte</i> 9 000 milhões de ITL	5,9 ◀
— zona de Colleferro/Segni <i>Região Lácio</i> 7 000 milhões de ITL	4,6 ◀		
— Roma, Ariccia et Aprilia <i>Região Lácio</i> 12 000 milhões de ITL	7,8 ■◀		
Obras de protecção contra a erosão e as inundações: — em toda a região <i>Região Veneto</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ■◀		
— provincias de Matera e de Potenza <i>Ministério das Obras Públicas</i> 4 000 milhões de ITL	2,6 ■◀		
<i>Região Basilicata</i> 40 000 milhões de ITL	26,2 ■◀		

	milhões de ecus		milhões de ecus
Restauração de três edifícios públicos e renovação de infra-estruturas no centro histórico de Trento <i>Provincia Autónoma de Trento</i> 6 000 milhões de ITL	3,9 ■◀	Construção de uma fábrica de produtos farmacêuticos em Bari (Apúlia) <i>Serono Sud S.p.A.</i> 19 100 milhões de ITL	12,5 ■
Reabilitação das infra-estruturas afectadas pelo terremoto de 1984 (Abruzos, Molise e Úmbria): redes de captação de água e de saneamento, obras em estradas e edifícios públicos e estabilização de terrenos <i>Ministério da Coordenação da Protecção Civil</i> 40 000 milhões de ITL	26,0 ■	Modernização e reestruturação da unidade de investigação e desenvolvimento; nova unidade de fabrico de produtos farmacêuticos em Torre Annunziata, próximo de Nápoles <i>Ciba Geigy S.p.A.</i> 60 000 milhões de ITL	39,2 ■
Modernização de uma fábrica de cimento em Vernasca (Emília-Romanha) <i>Unicem S.p.A.</i> 40 000 milhões de ITL	26,1 ■	Reestruturação e modernização de uma fábrica de cosméticos em Settimo Torinese <i>Saipo S.p.A.</i> 25 000 milhões de ITL	16,2 ■◀
Modernização de uma fábrica de cimento em Comabbio (Lombardia) <i>Cementi Ticino S.p.A.</i> 14 000 milhões de ITL	9,1 ◆◀	Modernização de uma fábrica de detergentes (sem fosfatos) em Ferentino (Lácio) <i>Henkel Sud S.p.A.</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ■
Ampliação de duas fábricas de painéis de partículas em Frossasco e Luserna-S. Giovanni (Piemonte) <i>Annovati S.p.A.</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ■	Modernização de uma fábrica de <i>scooters</i> , ciclomotores e veículos comerciais de três rodas em Pontedera, próximo de Pisa <i>Piaggio Veicoli Europei S.p.A.</i> 70 000 milhões de ITL	45,6 ■
Nova linha de fabrico de fibras de vidro para materiais compósitos em Besana e Brianza, próximo de Milão <i>Vetrotex Italia S.p.A.</i> 20 000 milhões de ITL	13,0 ▶	Fábrica de componentes para a indústria aeronáutica em Nola, próximo de Nápoles <i>Alenia S.p.A.</i> 30 000 milhões de ITL	19,6 ■▶
Modernização das instalações de fabrico de uma fábrica de vidro <i>float</i> em San Salvo (Abruzos) <i>Flovetto S.p.A.</i> 7 100 milhões de ITL	4,6 ■▶◆	Modernização de três fábricas de equipamento de telecomunicações e de telemática em Áquila (Abruzos), Santa Maria Capua Vetere (Campânia) e Palermo (Sicília) <i>Italtel — Società Italiana Telecomunicazioni</i> 150 000 milhões de ITL	98,0 ■
Conversão de uma refinaria próximo de Siracusa para a produção de combustíveis ligeiros com baixo teor de enxofre <i>ISAB — Industria Siciliana Asfalti Bitumi S.p.A.</i> 14 000 milhões de ITL	9,1 ■◀	Reestruturação, mediante introdução de tecnologias avançadas de fabrico e de gestão, de uma fábrica de máquinas de lavar e secar roupa em Pordenone (Friul-Venécia Júlia) <i>Zanussi Elettrodomestici S.p.A.</i> 40 000 milhões de ITL	26,2 ■▶
Reconversão da refinaria de Augusta (Sicília) para a produção de gasolina sem chumbo e a redução das emissões poluentes <i>ESSO Italiana S.p.A.</i> 60 000 milhões de ITL	39,2 ■◀	Modernização de uma fábrica de gelados em Cavaio (Campânia) <i>Unilever Italia S.p.A.</i> 23 000 milhões de ITL	14,9 ■
Modernização de um complexo químico em Rosignano (Toscana); projectos tendentes a economizar energia e a proteger o ambiente <i>Solvay & C.ie SA</i> 14 000 milhões de ITL	9,1 ■◀	Fábrica de papel <i>couché</i> em Duino, próximo de Trieste <i>Cartiere del Timavo e del Sole S.p.A.</i> 85 000 milhões de ITL	55,2 ■
Modernização de instalações de produção de gases industriais próximo de Livorno (Toscana) <i>Sol Industrie S.p.A.</i> 7 000 milhões de ITL	4,6 ■◆	Redução do consumo de energia em duas fábricas de cartão em Magenta (Lombardia) e Santa Giustina (Veneto) <i>Sarrió S.A. (Divisione Cartiere Saffa)</i> 16 000 milhões de ITL	10,4 ◆◀
Ampliação de uma fábrica de produtos farmacêuticos em Ascoli Piceno (Marcas) <i>Farmitalia Carlo Erba S.p.A.</i> 15 000 milhões de ITL	9,8 ■	Ampliação de uma fábrica de fraldas em Pomezia (Lácio) <i>Procter & Gamble Italia S.p.A.</i> 24 000 milhões de ITL	15,6 ■
Introdução de novos processos de fabrico e ampliação de duas fábricas de produtos farmacêuticos próximo de Roma <i>Industria Farmaceutica Serono S.p.A.</i> 10 000 milhões de ITL	6,5 ▶	Restauração de edifícios históricos destinados a actividades de turismo cultural <i>Região Úmbria</i> 5 000 milhões de ITL	3,3 ■
Ampliação de uma fábrica de produtos farmacêuticos em Caponago, próximo de Milão, para o fabrico de um novo anestésico <i>ICI Italia S.p.A.</i> 18 000 milhões de ITL	11,7 ▶	Restauração da fortaleza de Priamar em Savona, destinada a actividades turísticas e a congressos <i>Região Ligúria</i> 5 000 milhões de ITL	3,2 ◀

	milhões de ecus	
Centro de investigação em biotecnologia em Génova <i>Ministério da Saúde</i> 8 300 milhões de ITL	5,4 ■▶	
Centro de investigação e desenvolvimento no ramo farmacêutico em Nerviano (Lombardia) <i>Farmitalia Carlo Erba S.p.A.</i> 20 000 milhões de ITL	13,1 ▶	
Modernização e ampliação de um centro de investi- gação e desenvolvimento no sector das comunica- ções em Turim <i>Centro Studi e Laboratori Telecomunicazioni S.p.A.</i> 20 000 milhões de ITL	13,0 ▶	
Empréstimos globais	(1 206,6)	
Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão:		
<i>IMI</i> 454 200 milhões de ITL	296,6	
<i>Mediocredito Centrale</i> 453 000 milhões de ITL	295,8	
<i>Mediocredito Lombardo</i> 120 000 milhões de ITL	78,4	
<i>Banco di Napoli</i> 95 000 milhões de ITL	62,0	
<i>Isveimer</i> 90 000 milhões de ITL	58,8	
<i>Venefondario</i> 90 000 milhões de ITL	58,8	
<i>Istituto Bancario San Paolo di Torino</i> 90 000 milhões de ITL	58,7	
<i>Interbanca</i> 90 000 milhões de ITL	58,6	
<i>Efibanca</i> 80 000 milhões de ITL	52,3	
<i>CIS</i> 50 000 milhões de ITL	32,6	
<i>Monte dei Paschi di Siena</i> 40 000 milhões de ITL	26,1	
<i>IRFIS</i> 38 000 milhões de ITL	24,9	
<i>Centrobanca</i> 25 000 milhões de ITL	16,3	
<i>BNL</i> 21 100 milhões de ITL	13,7	
<i>Crediop</i> 20 000 milhões de ITL	13,1	
<i>ICLE</i> 20 000 milhões de ITL	13,1	
<i>Banco Ambrosiano Veneto</i> 20 000 milhões de ITL	13,1	
<i>Istituto Federale di Credito Agrario per il Piemonte, la Liguria e la Valle d'Aosta</i> 15 000 milhões de ITL	9,7	
<i>Istituto Regionale di Credito Agrario per l'Emilia- Romagna</i> 15 000 milhões de ITL	9,7	
<i>Artigiancassa</i> 12 000 milhões de ITL	7,8	
<i>Consorzio Nazionale per il Credito Agrario di Miglio- ramento</i> 10 000 milhões de ITL	6,6	

LUXEMBURGO

(1 205,1 milhões de francos luxemburgueses) **28,6**

Empréstimo individual (28,6)

Aquisição e lançamento de um satélite de teledifusão
SES — Société Européenne des Satellites SA
1 205,1 milhões de LUF 28,6 ●

PAÍSES BAIXOS (404,8 milhões de florins) **175,4**

Empréstimos individuais (125,4)

Central a gás sintético ou natural em Buggenum
(Limburgo)
Demkolec BV
39,5 milhões de NLG 17,1 ◆

Terminal para navios porta-contentores
Europe Container Terminus BV Rotterdam
150,0 milhões de NLG 65,0 ●

Reforço e modernização da produção de papel cou-
ché fino nas fábricas de Nimègue (Gelderland) e de
Maastricht (Limburgo)
Koninklijke Nederlandse Papierfabrieken NV
100,0 milhões de NLG 43,3 ■

Empréstimos globais (50,0)

Financiamento de investimentos de pequena e média
dimensão:
ABN AMRO Bank NV
115 400 milhões de NLG 50,0

PORTUGAL (179 214 milhões de escudos) **1 002,1**

Empréstimos individuais (809,2)

Reforço da rede de transporte e distribuição de elec-
tricidade
Electricidade de Portugal, EP (EDP)
18 300,0 milhões de PTE 101,3 ■

Melhoria das instalações do nó ferroviário do Porto
(Norte)
Gabinete do Nó Ferroviário do Porto
6 142,0 milhões de PTE 34,7 ■●

Modernização da rede de caminhos-de-ferro: obras
nas linhas Lisboa-Porto e Pampilhosa-Vilar Formoso e
nas linhas suburbanas de Sintra e de Póvoa do Var-
zim; renovação do material rolante
*Caminhos-de-Ferro Portugueses, EP — República Por-
tuguesa — Ministério das Finanças*
12 000,0 milhões de PTE 67,5 ■●

Construção do lanço Torres Novas — Condeixa da
auto-estrada A1 Lisboa — Porto
BRISA — Auto-Estradas de Portugal, SA
13 000,0 milhões de PTE 71,1 ■

Construção do lanço Campo — Penafiel da auto-
estrada A4 Porto — Amarante
BRISA — Auto-Estradas de Portugal, SA
4 300,0 milhões de PTE 24,1 ■

	milhões de ecus		milhões de ecus
Novos troços rodoviários: no Algarve, da ponte sobre o Guadiana à Guia, e no Norte, um troço do IP4, a nordeste de Vila Real <i>Junta Autónoma de Estradas — República Portuguesa — Ministério das Finanças</i> 5 000,0 milhões de PTE	28,2 ■●	Modernização e ampliação de uma fábrica de pneumáticos em Lousado, próximo do Porto <i>Continental Mabor, SA</i> 11 000,0 milhões de PTE	62,1 ■▶
		<u>Empréstimos globais</u>	<u>(192,9)</u>
Reabilitação do molhe oeste do terminal petrolífero e petroquímico do porto de Sines <i>Administração do Porto de Sines</i> 4 400,0 milhões de PTE	24,1 ■	Financiamento de investimentos de pequena e média dimensão: <i>Banco Português de Investimento, SA</i> 9 000,0 milhões de PTE	50,8
Obras rodoviárias, portuárias e aeroportuárias; infra-estruturas turísticas <i>Região Autónoma dos Açores</i> 2 600,0 milhões de PTE	14,4 ■	<i>Banco de Fomento e Exterior, SA</i> 7 150,0 milhões de PTE	40,4
Cabo submarino de telecomunicações em fibras ópticas entre o Continente, a Madeira, França e Marrocos <i>Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA</i> 2 553,0 milhões de PTE	14,3 ■●	<i>Caixa Geral de Depósitos</i> (investimentos públicos) 5 310,0 milhões de PTE	30,0
		<i>Caixa Geral de Depósitos</i> 3 540,0 milhões de PTE	20,0
Reforço da rede telefónica:		<i>Banco Português do Atlântico</i> 3 000,0 milhões de PTE	16,9
— nas regiões de Lisboa e do Porto <i>Telefones de Lisboa e Porto, SA — TLP</i> 10 000,0 milhões de PTE	54,7 ■●	<i>ESSI — Espírito Santo Sociedade de Investimentos, SA</i> (minicentrais hidroeléctricas no Norte) 2 750,0 milhões de PTE	15,4
— em todo o território <i>Correios e Telecomunicações de Portugal — CTT</i> 18 500,0 milhões de PTE	104,0 ■●	<i>Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa</i> 2 000,0 milhões de PTE	11,1
		<i>Deutsche Bank de Investimento, SA</i> 1 500,0 milhões de PTE	8,3
Fabrico de peças em liga de alumínio e de metais não ferrosos para a indústria aeroespacial e a indústria automóvel <i>Zollern e Comandita</i> 350,0 milhões de PTE	2,0 ■	REINO UNIDO (1 467,4 milhões de libras esterlinas) 2 090,5	
		<u>Empréstimos individuais</u>	<u>(2 090,5)</u>
Construção de uma fábrica de automóveis em Palmela <i>Autoeuropa Automóveis, Lda.</i> 17 703,5 milhões de PTE	100,0 ■	Unidade de reprocessamento de combustíveis nucleares em Sellafield <i>British Nuclear Fuels plc</i> 70,0 milhões de GBP	99,6 ◆
Fábrica de sistemas de ignição directa para motores de automóvel com sistema electrónico integrado no Seixal <i>Delco Remi Componentes Electrónicos, Lda.</i> 550,0 milhões de PTE	3,0 ■	Aproveitamento dos jazigos de hidrocarbonetos no sector britânico do Mar do Norte:	
Fábrica de equipamento audio para automóveis em Palmela <i>Ford Electrónica Portuguesa</i> 10 000,0 milhões de PTE	56,5 ■	Petróleo:	
Modernização de três fábricas de produtos alimentares e de detergentes <i>Unilever — Indústrias Lever Portuguesa, Lda.</i> 570,0 milhões de PTE	3,1 ■◆◀	— Alba <i>FINA plc</i> 50,0 milhões de GBP	72,3 ◆
Modernização de uma fábrica de couros sintéticos e de uma unidade de tintura e de acabamento de tecidos no Concelho de Guimarães <i>Têxtil Manuel Gonçalves, SA e Melo & Gonçalves</i> 1 650,0 milhões de PTE	9,1 ■	<i>Oryx UK Energy Company</i> 57,1 milhões de GBP	81,2 ◆
Fábrica de papel não couché em Lavos (Figueira da Foz); plantação de eucaliptos <i>Soporcel — Sociedade Portuguesa de Celulose, SA</i> 6 345,6 milhões de PTE	35,0 ■▶	— Scott <i>Deminex UK Oil and Gas Ltd</i> 114,1 milhões de GBP	162,4 ◆
		Gás:	
		— Bruce e Ravenspurn North <i>Hamilton Oil Great Britain plc</i> 60,0 milhões de GBP	85,4 ◆
		Petróleo e condensados:	
		— East-Brae (incluindo o gasoduto de ligação ao jazigo de St Fergus (Escócia) <i>Marathon Oil UK Ltd</i> 184,9 milhões de GBP	264,6 ◆
		Túnel da Mancha <i>Eurotunnel plc</i> 126,7 milhões de GBP	180,7 ●

	milhões de ecus		milhões de ecus
Novo terminal para passageiros no aeroporto de Birmingham <i>Euro-Hub (Birmingham) Ltd</i> 16,0 milhões de GBP	22,7 ■●	Construção de um laboratório de investigação farmacêutica (East Midlands) <i>Fisons plc</i> 15,0 milhões de GBP	21,3 ◀
Reforço da rede telefónica da Irlanda do Norte <i>British Telecommunications plc</i> 90,0 milhões de GBP	127,1 ■●	Modernização de um centro de investigação e desenvolvimento no sector farmacêutico e ampliação de uma fábrica de medicamentos anti-cancerosos (North) <i>ICI — Imperial Chemical Industries plc</i> 50,0 milhões de GBP	71,1 ◀▶
Melhoria do abastecimento de água potável e do saneamento em diversas zonas: — bacia do Tamisa (South East) <i>Thames Water Utilities Ltd</i> 25,0 milhões de GBP	35,6 ◀	Fábrica de aerossóis para produtos cosméticos sem CFCs em Llantrisant (País de Gales); centro de distribuição de produtos de beleza próximo de Manchester <i>L'Oréal (UK) Ltd</i> 14,0 milhões de GBP	19,8 ■
— leste <i>Anglian Water Services Ltd</i> 10,0 milhões de GBP	14,2 ◀	Ampliação de uma fábrica de eixos motores para veículos em Witton (Birmingham) <i>GKN Axles Limited</i> 7,0 milhões de GBP	10,0 ■
— Wessex (South West) <i>Wessex Water Services Ltd</i> 58,2 milhões de GBP	82,9 ◀	Projecto, aperfeiçoamento e fabrico das asas dos aviões Airbus A330 e A340 <i>British Aerospace plc</i> 100,0 milhões de GBP	141,3 ▶
— leste e oeste dos Midlands <i>Severn Trent Water Ltd</i> 47,0 milhões de GBP	66,9 ■◀	Ampliação de uma fábrica de fibras ópticas em Deeside (País de Gales) <i>Optical Fibres</i> 14,0 milhões de GBP	19,9 ■
— Yorkshire <i>Yorkshire Water Services Ltd</i> 20,0 milhões de GBP	28,5 ■◀	Construção de uma nova fábrica de laticíneos, para substituir os actuais edifícios em Nairn <i>North of Scotland Milk Marketing Board</i> 1,5 milhão de GBP	2,1 ■
— noroeste <i>North West Water Ltd</i> 50,0 milhões de GBP	72,3 ■◀	Construção de uma fábrica de biscoitos em Manchester e ampliação das instalações para produtos congelados em Grimsby (Humburside) <i>United Biscuits (UK) Ltd</i> 13,0 milhões de GBP	18,5 ■
— País de Gales <i>DWR Cymru Cyfyngedig</i> 25,0 milhões de GBP	36,1 ■◀	Nova oficina de tecelagem de lã em Bradford e modernização de uma unidade de tintura e de acabamento em Huddersfield (Yorkshire) <i>Parkland Textile (Holdings) plc</i> 1,8 milhão de GBP	2,6 ■
— Cornualha e Devon <i>Southern Water Services Ltd</i> 40,0 milhões de GBP	56,5 ■◀	Modernização e ampliação de tipografias, incluindo melhoria das instalações em diversos locais dos West Midlands <i>Midland News Association</i> 9,0 milhões de GBP	12,8 ■
— sudeste <i>Southern Water Services Ltd</i> 90,0 milhões de GBP	129,3 ◀		
— nordeste <i>Northumbrian Water Ltd</i> 40,0 milhões de GBP	56,8 ■◀		
Reciclagem de latas de bebidas em Warrington; ampliação de uma fábrica de produtos químicos à base de zircónio em Swinton (North-West) <i>BA Aluminium Ltd</i> 24,0 milhões de GBP	34,7 ■▶		
Fabrico de placas de silício para circuitos integrados em Livingston (Escócia) <i>Shin-Etsu Handotai Europe Limited</i> 6,3 milhões de GBP	9,0 ■		
Construção de uma fábrica de bióxido de titânio em Greatham (North-East) <i>Tioxide Group plc</i> 25,0 milhões de GBP	35,3 ■◀		
Novas centrais de tratamento de águas residuais nas fábricas de bióxido de titânio de Grimsby <i>Tioxide Group plc</i> 12,0 milhões de GBP	17,1 ■◀		
		OUTROS (1)	300,4
		Valorização dos jazigos de petróleo de Snorre e de Veslefrikk, no sector norueguês do Mar do Norte <i>Deminex (Norge) A/S</i>	97,9 ◆
		Cabo submarino de telecomunicações em fibras ópticas entre o Continente português, a Madeira, a França e Marrocos <i>Companhia Portuguesa Rádio Marconi, SA</i>	2,5 ●
		Aquisição e lançamento de dois satélites de telecomunicações <i>Organisation Européenne de Télécommunications par Satellite</i>	200,0 ●

(1) Financiamentos equiparados a operações na Comunidade (ver nota 5d pág. 113).

LISTA DOS FINANCIAMENTOS NO EXTERIOR DA COMUNIDADE

O montante total dos financiamentos do BEI para projectos no exterior da Comunidade elevou-se a 916 milhões, destinando-se 389,5 milhões aos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) e aos Países e Territórios Ultramarinos (PTU), 241,5 milhões aos Países da Bacia Mediterrânica e 285 milhões aos Países da Europa Central e Oriental.

Certos empréstimos globais ditos APEX são afectados a intermediários financeiros aprovados pelo BEI, para o financiamento de investimentos de PME's.

Os empréstimos a cargo de recursos próprios são assinalados com um *, beneficiando na maioria dos casos de bonificação de juros: nos Estados ACP, a cargo de recursos do FED e em certos países da Bacia Mediterrânica, a cargo de recursos orçamentais da Comunidade.

Os financiamentos por conta de recursos orçamentais são assinalados com um □ e são concedidos pelo BEI sob mandato, em nome e por conta e risco da Comunidade, sendo registados fora do balanço, na Secção Especial.

ÁFRICA

	milhões de ecus	
NIGÉRIA	103,0	

Valorização de um jazigo submarino de condensados (hidrocarbonetos líquidos associados a gás)
Nigerian National Petroleum Corporation 55,0 *

Reforço da capacidade de produção e de refinação de óleo de palma em Abak e Etinam (sudeste)
República Federal da Nigéria para Akwa Palm Industries Ltd 45,0 *

Participação no aumento de capital de quatro sociedades produtoras de óleo de palma
Empréstimo condicional ao *Nigerian Agricultural Co-operative Bank* 3,0 □

ÁFRICA - REGIONAL 36,0

Renovação e modernização de equipamento para a segurança da navegação aérea
ASECNA (Agência para a Segurança da Navegação Aérea em África e em Madagáscar) 14,0 *
Empréstimo condicional à ASECNA 22,0 □

MAURITÂNIA 30,0

Início da exploração do jazigo de minério de ferro de M'Haoudat
Société Nationale Industrielle et Minière — SNIM 15,0 *
Empréstimos condicionais à *República Islâmica da Mauritânia* para a SNIM 15,0 □

GUINÉ 23,0

Reforço da fábrica de alumina de Fria; reabilitação e aumento da capacidade da oficina de evaporação; renovação do caminho-de-ferro até Conakry
Société d'économie mixte guinéenne Friguia 15,0 *

Melhoria da rede de distribuição de água potável para a área urbana de Conakry
Empréstimo condicional à *República da Guiné* para a *Société Nationale des Eaux de Guinée* 8,0 □

GANÁ 22,8

Modernização e reabilitação da central eléctrica de Akosombo no rio Volta
Volta River Authority 20,0 *

Modernização de fundições de alumínio em Tema
Empréstimo subordinado à *Aluminium Enterprises Ltd* 2,8 □

QUÊNIA 20,540

Empréstimo APEX à *República do Quênia* para o financiamento de pequenas e médias empresas 20,0 *

Estudo de viabilidade relativo a um oleoduto entre Mombasa e Nairobi
Empréstimo condicional à *Kenya Pipeline Co* 0,540 □

ZAIRE 19,0

Reforço das redes de transporte e distribuição de electricidade no norte do Kiwu
Empréstimos condicionais à *República do Zaire* para a *Société Nationale d'Électricité* 19,0 □

ZIMBABWE 18,0

Reforço da rede de transporte e distribuição de electricidade
Zimbabwe Electricity Supply Authority 18,0 *

MALAWI 14,791

Melhoria da rede de distribuição de água potável na zona de Blantyre
República do Malawi para o *Blantyre Water Board* 8,0 □

Empréstimo APEX à *República do Malawi* para o financiamento de empréstimos secundários e de tomadas de participação em empresas de pequena e média dimensão 6,5 □

Tomada de participação directa em nome da Comunidade no capital do *Indebank* 0,291 □

TANZÂNIA 8,0

Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas
Empréstimo condicional à *Tanzania Development Finance Company Ltd* 8,0 □

BURKINA FASO 5,6

Instalação de uma linha eléctrica de média tensão entre Bobo-Dioulasso e Banfora
Empréstimos condicionais ao *Burkina Faso* para a *Société Nationale d'Électricité du Burkina-Faso* 5,6 □

GÂMBIA 4,3

Ampliação e reabilitação da rede de abastecimento de água potável de Banjul
Empréstimo condicional à *República da Gâmbia* para a *Gambia Utilities Corporation* 4,3 □

CAMARÕES 2,5

Modernização e reabilitação de plantações de bananas e de instalações de acondicionamento no noroeste de Douala	
<i>Sociétés des Bananeraies de la M'Bomé — SBM</i>	1,5 ★
Empréstimos condicionais à <i>SBM</i> por meio de	
— <i>Société Financière de Production</i>	0,670 □
— <i>Société Bananière de Participation</i>	0,330 □

MAURÍCIAS 2,5

Reforço da capacidade de uma fábrica de tecelagem e acabamento	
Empréstimo subordinado à <i>Socota Textile Mills Ltd</i>	2,5 □

ARUBA 2,5

Empréstimos globais para o financiamento de pequenas e médias empresas e de tomadas de participação, assim como de estudos de pré-investimento	
<i>Aruban Investment Bank-AIB</i>	2,0 ★
Empréstimo condicional ao <i>AIB</i>	0,500 □

COMORES 2,0

Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas	
Empréstimo condicional ao <i>Banque de Développement des Comores</i>	2,0 □

SENEGAL 1,5

Modernização do equipamento e dos armazéns de uma empresa implantada no porto comercial de Dakar	
Empréstimo condicional ao <i>Crédit Lyonnais Sénégal</i> para <i>Delmas Sénégal SA</i>	1,5 □

MAYOTTE 1,15

Aquisição de um navio <i>ferry</i> para passageiros e veículos	
Empréstimo condicional à <i>collectivité territoriale de Mayotte</i>	1,15 □

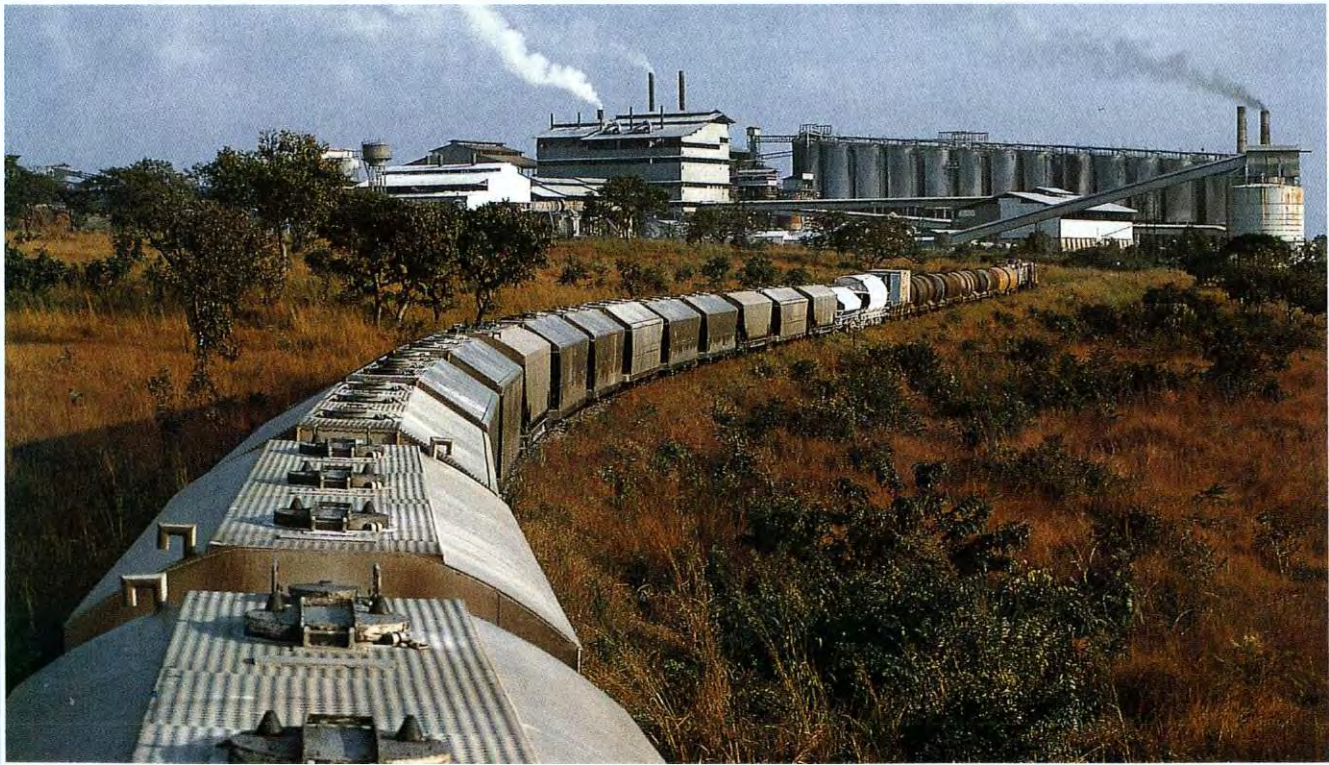
MADAGÁSCAR 0,780

Estudo relativo à criação de uma exploração-piloto para a cultura de camarões	
Empréstimo condicional às <i>Pêcheries de Nossi-Bé</i>	0,600 □
Tomada de participação em nome da Comunidade no capital da <i>Financière d'Investissement ARO</i>	0,180 □

COSTA DO MARFIM 0,052

Estudo de viabilidade relativo à construção de uma fábrica de café solúvel em Abidjan	
Empréstimo condicional à <i>Société Nouvelle SIFCA</i>	0,052 □

Mais de metade das verbas concedidas no quadro da Terceira Convenção de Lomé (Maio 1986 – Agosto 1991) destinou-se a projectos que promovem a industrialização (foto: fábrica de alumina de Fria, na Guiné, e renovação do caminho-de-ferro de Fria a Conakry). A Quarta Convenção de Lomé entrou em vigor a 1 de Setembro de 1991.



CARAÍBAS

	milhões de ecus	
TRINIDADE E TOBAGO	38,0	
Modernização de uma refinaria de petróleo em Pointe-à-Pierre		
<i>República de Trinidad e Tobago</i>	38,0	★

JAMAICA

Empréstimos globais ao <i>National Development Bank of Jamaica Ltd</i> para o financiamento de pequenas e médias empresas	15,0	★
Tomadas de participação em pequenas e médias empresas		
Empréstimo condicional à <i>Jamaica Venture Fund Ltd</i>	1,0	□

ILHAS CAIMÃO

Reforço da rede de abastecimento de água potável no distrito de West Bay na ilha de Grande Caimão		
<i>Cayman Water Company Ltd</i>	2,0	★

MONTSERRAT

Reconstrução de instalações portuárias destruídas pelo ciclone Hugo em 1989		
Empréstimo condicional ao <i>Governo de Montserrat</i> para <i>Montserrat Port Authority</i>	2,0	□

GRANADA

Construção de um hotel de turismo de primeira categoria		
Empréstimos condicionais ao <i>Grenada Development Bank</i> para <i>Liberty Club Ltd</i>	1,5	□

SANTA LÚCIA

Estudo de viabilidade relativo ao desenvolvimento de recursos geotérmicos		
Empréstimo condicional à <i>Lucelec</i>	0,4	□

SÃO VICENTE E GRENADINAS

Estudo de viabilidade relativo à exportação de materiais de construção		
Empréstimo condicional à <i>St-Vincent and the Grenadines</i>	0,2	□

PACÍFICO

	milhões de ecus	
PAPUÁIA-NOVA GUINÉ	6,0	
Empréstimo APEX para o financiamento de pequenas e médias empresas		
<i>Banque de Papouasie-Nouvelle-Guinée — BNPG</i>	4,0	★
Empréstimo condicional ao <i>BNPG</i>	2,0	□

ILHAS FIJI

Construção de um centro de manutenção de aviões no aeroporto internacional de Nadi		
<i>Air Pacific Ltd</i> para <i>Nadi Airport Maintenance Centre</i>	5,0	★
Construção de uma serração		
Empréstimo condicional à <i>Tropik Wood Industries Ltd</i>	0,4	□

MEDITERRÂNEO

	milhões de ecus	
ARGÉLIA	71,0	

Auto-estrada este-oeste; lanço de 15 km de desvio de Bouira, a sudeste de Argel		
<i>Banque Algérienne de Développement</i>	31,0	★

Reabilitação das redes de drenagem e de irrigação nos oásis de El Oued R'hir		
<i>Banque Algérienne de Développement</i>	22,0	★

Rede de esgotos e estações de tratamento de águas residuais na área costeira de Bourmedes, a leste de Argel		
<i>Banque Algérienne de Développement</i>	15,0	★

Empréstimos condicionais à *Société Financière Algéro-Européenne de Participation — FINALEP* sob a forma de:

Empréstimo global para o financiamento de tomadas de participação no capital de pequenas e médias empresas e de estudos de viabilidade	2,15	□
--	------	---

Tomada de participação, em nome da Comunidade, no capital da <i>FINALEP</i>	0,85	□
---	------	---

MARROCOS

Construção de redes de irrigação no planalto dos Doukkala		
<i>Office Régional de mise en valeur agricole des Doukkala</i>	60,0	★

EGIPTO

Extensão da rede de gás natural do grande Cairo		
<i>Egyptian General Petroleum Company</i> para <i>Petroleum Gas Company</i>	25,0	★

Construção de uma fábrica de compressores para frigoríficos e congeladores nos arredores do Cairo		
<i>Bank of Alexandria</i> para <i>Misr Compressor Manufacturing Company</i>	15,0	★

Empréstimo condicional ao <i>Suez Canal Bank</i>	3,0	□
--	-----	---

TUNÍSIA

Melhoria das redes de irrigação no norte do país		
<i>República da Tunísia</i>	28,0	★

Construção e ampliação da rede de esgotos e de estações de tratamento de águas residuais na cidade de Gabès e arredores		
<i>República da Tunísia</i> para o <i>Office National d'Assainissement</i>	7,0	★

CHIPRE	20,0	
Empréstimo global para o financiamento de pequenas e médias empresas <i>Cyprus Development Bank — CDB</i>	15,0	★
Tomada de participação directa, em nome da Comunidade, no capital da <i>CDB</i>	1,0	□
Empréstimo condicional à <i>República de Chipre</i> para o financiamento de tomadas de participação	4,0	□
JORDÂNIA	10,0	
Extensão da rede de esgotos de seis distritos da periferia de Zarga <i>Reino Hachemita da Jordânia para Water Authority of Jordan</i>	6,0	★
Empréstimo global para o financiamento de empresas de pequena e média dimensão <i>Industrial Development Bank — IDB</i>	3,0	★
Empréstimo condicional ao <i>IDB</i> para o fornecimento de quase-capital a pequenas empresas	1,0	□
MALTA	2,5	
Financiamento de tomadas de participação directas no capital de empresas		
Empréstimo condicional ao <i>Banco Central de Malta</i>	2,5	□

PAÍSES DA EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

milhões de ecus

POLÓNIA	145,0	
Reforço e modernização da rede telefónica, especialmente para as comunicações de longa distância <i>Polska Poczta Telegraf i Telefon</i>	70,0	★
Empréstimo global APEX ao <i>Polski Bank Rozwoju S.A.</i> para o financiamento de empresas de diversas dimensões através de empréstimos globais secundários ou de créditos directos	75,0	★
HUNGRIA	115,0	
Modernização da central de produção em ciclo combinada de calor e electricidade em Kelenföld, nos arredores de Budapeste <i>Magyar Villamos Müvek Tröszt</i>	35,0	★
Empréstimo Global ao <i>Banco Nacional de Hungria</i> para o financiamento de empresas e de investimentos nos domínios do ambiente e das economias de energia	80,0	★
ROMÉNIA	25,0	
Renovação das centrais eléctricas a lignite de Rovinari e Turceni; estudo da reabilitação do sistema de produção de electricidade a partir da lignite <i>Estado Romeno para Regia Autonoma de Electricitate</i>	25,0	★

Um quarto dos financiamentos concedidos no âmbito da Terceira Convenção de Lomé destinou-se ao reforço de instalações e equipamento de produção e transporte de energia (foto: plataforma de exploração de um jazigo de hidrocarbonetos na Nigéria).



Quadro A: Montante dos contratos assinados de 1959 a 1991

(milhões de ecus)

Anos	Total	Na Comunidade			No exterior da Comunidade	
		Empréstimos por conta de recursos próprios	Empréstimos sob mandato e garantias	Empréstimos por conta de recursos do NIC	Empréstimos por conta de recursos próprios	Operações por conta de recursos orçamentais
1959-1972	2 836,7	2 340,1	110,1	—	155,7	230,8
1973-1980	14 340,6	11 739,1	132,4	474,7	1 381,5	613,0
1981	3 531,4	2 523,8	—	539,9	377,9	89,8
1982	4 683,5	3 446,0	—	791,1	405,2	41,2
1983	5 921,8	4 145,9	97,6	1 199,6	426,0	52,7
1984	6 885,9	5 007,0	—	1 181,8	610,7	86,4
1985	7 177,6	5 640,7	—	883,7	577,4	75,9
1986	7 513,9	6 678,1	—	393,0	356,5	86,3
1987	7 760,8	6 967,1	—	425,2	184,4	184,1
1988	10 081,1	8 843,9	185,0	356,5	520,1	175,6
1989	12 196,8	11 506,6	—	78,3	485,9	126,0
1990	13 393,4	12 604,4	52,5	23,6	669,0	43,9
1991	15 338,8	14 383,6	—	39,2	781,5	134,5
Total	111 662,2	95 826,3	577,5	6 386,3	6 931,8	1 940,1

Quadro B: Montante dos contratos assinados de 1987 a 1991 e de 1959 a 1991

Distribuição segundo a origem dos recursos e a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	1987-1991			1959-1991		
	Total	Recursos próprios (?)	Outros recursos	Total	Recursos próprios (?)	Outros recursos
Estados-membros	55 465,9	54 543,2	922,8	102 790,2	96 403,9	6 386,3
Bélgica	461,8	438,2	23,6	1 247,0	1 223,4	23,6
Dinamarca	2 458,3	2 395,1	63,2	4 455,5	3 922,0	533,5
Alemanha	3 899,6	3 899,6	—	5 641,1	5 641,1	—
Grécia	1 165,9	1 161,3	4,6	3 239,2	2 933,1	306,1
Espanha	7 530,3	7 377,3	153,0	7 939,6	7 717,3	222,3
França	7 364,9	7 181,5	183,4	14 356,6	13 106,6	1 250,0
Irlanda	974,8	974,8	—	3 698,0	3 274,0	424,0
Itália	18 063,3	17 724,1	339,2	39 588,9	36 480,9	3 108,0
Luxemburgo	41,9	41,9	—	85,6	85,6	—
Países Baixos	1 018,8	1 015,6	3,2	1 291,3	1 288,1	3,2
Portugal	3 502,8	3 492,9	9,9	3 693,0	3 653,2	39,8
Reino Unido	7 898,7	7 756,1	142,6	16 171,1	15 695,3	475,8
Outros (!)	1 084,7	1 084,7	—	1 383,3	1 383,3	—
ACP-PTU	1 435,4	828,0	607,5	3 318,4	2 134,3	1 184,1
Mediterrâneo	1 369,6	1 313,0	56,6	5 053,6	4 297,6	756,0
PECO	500,0	500,0	—	500,0	500,0	—
Total	58 770,9	57 184,1	1 586,8	111 662,2	103 335,8	8 326,4

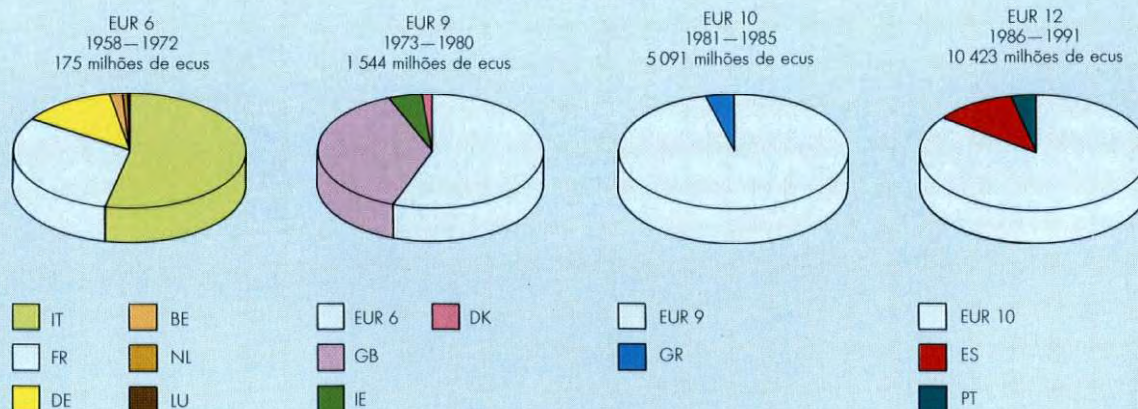
(!) Financiamentos equiparados a empréstimos na Comunidade (ver nota 5d pág. 113).

(?) Incluindo empréstimos sob mandato e garantias.

Os empréstimos concedidos em Espanha e em Portugal até final de 1985, e na Grécia até final de 1980, são registados como empréstimos no exterior da Comunidade.

Da Europa dos Seis à Europa dos Doze

(montante anual médio)



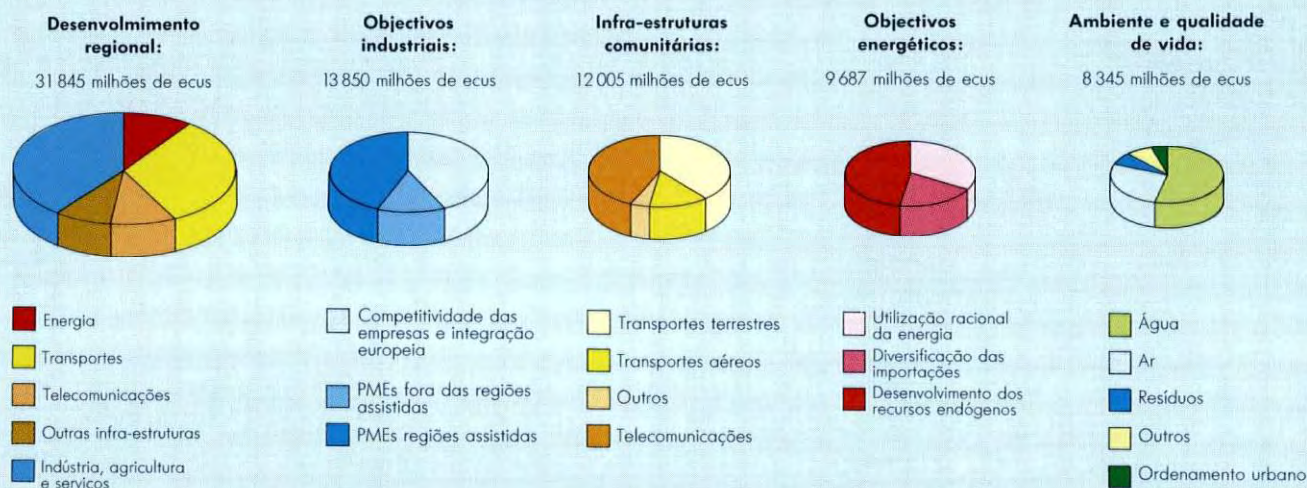
Quadro C: Financiamentos concedidos na Comunidade de 1987 a 1991
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por objectivos

(milhões de ecus)

	Desenvolvimento regional	Infra-estruturas comunitárias	Ambiente e qualidade de vida	Objectivos energéticos	Objectivos industriais	
					Competitividade internacional	Pequenas e médias empresas
Bélgica	172,9	27,0	10,4	—	37,1	351,1
Dinamarca	1 018,0	1 070,6	99,8	1 030,5	28,5	203,3
Alemanha	1 506,3	289,6	1 143,6	460,9	499,8	375,3
Grécia	959,5	95,5	217,3	328,5	—	182,4
Espanha	4 888,1	3 014,5	851,6	911,0	870,8	1 092,1
França	4 245,0	2 089,7	274,2	298,2	508,0	1 676,1
Irlanda	940,5	368,1	152,2	61,6	3,4	28,2
Itália	11 177,4	1 692,8	3 185,0	4 013,8	1 786,7	3 812,9
Luxemburgo	11,8	30,2	—	—	—	—
Países Baixos	399,6	420,7	3,1	20,3	276,1	183,3
Portugal	3 296,1	514,1	75,2	448,2	426,1	527,6
Reino Unido	3 230,0	1 604,0	2 333,0	1 818,1	815,5	167,1
Outros	—	788,3	—	296,4	—	—
Total	31 845,2	12 005,0	8 345,2	9 687,4	5 252,0	8 599,5

Certos empréstimos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.



Quadro D: Financiamentos concedidos na Comunidade de 1987 a 1991
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição por países e por sectores

(milhões de ecus)

	Total	Empréstimos	Créditos	Sector			
				Indústria, serviços e agricultura	Energia	Comunicações	Outras infra-estruturas
Bélgica	425,6	74,5	351,1	388,2	—	27,0	10,4
Dinamarca	2 405,8	2 168,5	237,3	233,5	1 015,8	1 077,7	78,9
Alemanha	3 054,9	1 848,0	1 206,9	1 434,1	604,2	472,5	544,1
Grécia	963,7	693,7	270,0	273,9	289,6	219,1	181,1
Espanha	7 108,4	5 810,4	1 298,0	2 133,9	768,9	3 525,4	680,3
França	6 163,8	3 784,3	2 379,5	2 473,1	255,8	3 199,4	235,3
Irlanda	970,6	942,4	28,2	50,7	157,9	484,4	277,6
Itália	17 889,4	12 941,2	4 948,2	7 353,3	4 377,3	4 094,0	2 064,8
Luxemburgo	41,9	41,9	—	11,8	—	30,2	—
Países Baixos	957,9	771,8	186,1	505,8	20,3	429,0	2,8
Portugal	3 332,4	2 769,4	563,0	1 293,4	687,1	1 271,7	80,2
Reino Unido	7 679,3	7 508,6	170,7	1 767,1	1 784,8	2 056,0	2 071,3
Outros	1 084,7	1 084,7	—	—	296,4	788,3	—
Total	52 078,4	40 439,4	11 639,0	17 918,8	10 258,1	17 674,7	6 226,8

Quadro E: Financiamentos concedidos na Comunidade em 1991
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Empréstimos		Créditos	
	Montante	%	BEI	Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	9 073,0	66,4	8 598,6	474,5	474,5	—
Energia	3 101,7	22,7	2 994,9	106,8	106,8	—
Produção	1 612,9	11,8	1 576,0	37,0	37,0	—
Centrais térmicas convencionais	214,6	1,6	212,7	1,9	1,9	—
Centrais hidroeléctricas	89,9	0,7	58,2	31,8	31,8	—
Energias geotérmica e alternativas	3,3	.	—	3,3	3,3	—
Centrais de produção de calor	121,7	0,9	121,7	—	—	—
Exploração de hidrocarbonetos	1 183,5	8,7	1 183,5	—	—	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	603,8	4,4	600,9	2,8	2,8	—
Electricidade	214,4	1,6	211,6	2,8	2,8	—
Gás natural e petróleo	253,9	1,9	253,9	—	—	—
Combustíveis nucleares	135,4	1,0	135,4	—	—	—
Distribuição	885,0	6,5	818,0	67,1	67,1	—
Electricidade	561,3	4,1	547,8	13,5	13,5	—
Gás natural	290,5	2,1	239,2	51,3	51,3	—
Calor	33,2	0,2	30,9	2,3	2,3	—
Transportes	2 632,8	19,3	2 450,6	182,2	182,2	—
Caminhos-de-ferro	1 143,2	8,4	1 115,0	28,2	28,2	—
Estradas e auto-estradas	541,3	4,0	466,3	75,0	75,0	—
Transportes marítimos	153,4	1,1	146,7	6,7	6,7	—
Transportes urbanos	205,1	1,5	136,5	68,7	68,7	—
Transportes aéreos	561,1	4,1	557,4	3,7	3,7	—
Terminais de carga e outros	28,8	0,2	28,8	—	—	—
Telecomunicações	1 882,3	13,8	1 882,3	—	—	—
Equipamento convencional	1 494,3	10,9	1 494,3	—	—	—
Satélites e estações	371,3	2,7	371,3	—	—	—
Cabos internacionais	16,8	0,1	16,8	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	1 140,4	8,4	1 012,4	128,0	128,0	—
Abastecimento de água potável	110,0	0,8	67,6	42,5	42,5	—
Tratamento de águas residuais	204,2	1,5	152,6	51,7	51,7	—
Abastecimento e saneamento	656,1	4,8	635,2	20,9	20,9	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	93,1	0,7	83,3	9,8	9,8	—
Empreendimentos com finalidade múltipla	76,9	0,6	73,8	3,1	3,1	—
Infra-estruturas urbanas	163,4	1,2	151,9	11,5	11,5	—
Renovação urbana	10,4	0,1	10,4	—	—	—
Exposições, feiras e congressos	141,6	1,0	141,5	0,1	0,1	—
Empreendimentos urbanos compostos	11,4	0,1	—	11,4	11,4	—
Infra-estruturas diversas	152,4	1,1	106,4	46,0	46,0	—
Infra-estruturas compostas	142,1	1,0	96,9	45,2	45,2	—
Ordenamento agrícola e florestal	10,3	0,1	9,5	0,8	0,8	—
Indústria, agricultura e serviços	4 582,5	33,6	2 066,0	2 516,4	2 445,4	71,0
Indústria	3 866,0	28,3	1 900,3	1 965,7	1 905,0	60,7
Indústrias extractivas	19,8	0,1	—	19,8	19,1	0,7
Indústrias metalúrgicas de base	85,2	0,6	34,7	50,5	50,4	0,1
Indústria metalomecânica	449,7	3,3	2,0	447,7	436,5	11,2
Construção de equipamento de transporte	804,9	5,9	759,7	45,2	43,5	1,7
Engenharia electrotécnica	128,4	0,9	57,3	71,2	70,6	0,6
Electrónica	250,2	1,8	221,4	28,8	28,2	0,6
Indústria química	608,2	4,5	485,1	123,1	118,1	5,0
Borracha e matérias plásticas	188,0	1,4	62,1	125,8	119,7	6,1
Vidro e cerâmica	58,0	0,4	17,7	40,3	38,2	2,1
Materiais de construção	139,4	1,0	15,7	123,7	121,6	2,1
Indústria da madeira	136,0	1,0	13,1	122,9	116,6	6,3
Produtos alimentares	333,6	2,4	38,7	294,9	289,2	5,7
Têxteis, vestuário e calçado	147,9	1,1	11,6	136,3	134,5	1,8
Pasta de papel, papel e tipografia	370,1	2,7	181,3	188,8	182,0	6,8
Indústrias transformadoras diversas	42,5	0,3	—	42,5	35,8	6,7
Engenharia civil e construção	104,1	0,8	—	104,1	100,9	3,2
Serviços	693,9	5,1	165,7	528,2	517,9	10,3
Turismo, actividades recreativas e saúde	325,6	2,4	103,4	222,2	221,2	1,0
Investigação e desenvolvimento	51,9	0,4	51,7	0,2	0,2	—
Serviços às empresas e às autarquias	268,1	2,0	—	268,1	260,3	7,8
Recuperação e reciclagem de resíduos	12,2	0,1	—	12,2	10,8	1,4
Centros de formação e de ensino	11,0	0,1	10,5	0,5	0,5	—
Comércio por grosso	25,0	0,2	—	25,0	24,9	0,1
Agricultura, pescas e silvicultura	22,5	0,2	—	22,5	22,5	—
Total geral	13 655,5	100,0	10 664,6	2 990,9	2 919,9	71,0

Quadro F: Financiamentos concedidos na Comunidade de 1987 a 1991
(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Montante	Total %	Empréstimos BEI + NIC	Créditos		
				Total	BEI	NIC
Energia e infra-estruturas	34 159,6	65,6	32 293,9	1 865,7	1 856,1	9,6
Energia	10 258,1	19,7	9 830,8	427,3	417,7	9,6
Produção	5 084,3	9,8	4 968,1	116,3	108,9	7,4
Centrais térmicas convencionais	1 366,0	2,6	1 358,3	7,7	7,7	—
Centrais nucleares	60,0	0,1	60,0	—	—	—
Centrais hidroeléctricas	731,9	1,4	656,5	75,4	68,6	6,8
Energias geotérmica e alternativas	104,2	0,2	100,1	4,1	4,1	—
Centrais de produção de calor	406,7	0,8	394,6	12,1	11,5	0,6
Exploração de hidrocarbonetos	2 341,3	4,5	2 325,4	15,8	15,8	—
Combustíveis sólidos	74,4	0,1	73,1	1,2	1,2	—
Transporte, armazenagem e reprocessamento	2 070,3	4,0	2 040,8	29,5	29,5	—
Electricidade	574,3	1,1	570,8	3,6	3,6	—
Gás natural e petróleo	817,8	1,6	791,8	25,9	25,9	—
Combustíveis nucleares	678,1	1,3	678,1	—	—	—
Distribuição	3 103,5	6,0	2 821,9	281,6	279,4	2,2
Electricidade	1 515,9	2,9	1 478,9	37,0	37,0	—
Gás natural	1 251,4	2,4	1 046,5	204,9	202,7	2,2
Calor	336,2	0,6	296,6	39,7	39,7	—
Transportes	11 166,6	21,4	10 551,0	615,6	615,6	—
Caminhos-de-ferro	2 645,0	5,1	2 600,3	44,7	44,7	—
Estradas e auto-estradas	3 767,1	7,2	3 466,8	300,4	300,4	—
Transportes marítimos	566,9	1,1	533,5	33,4	33,4	—
Transportes urbanos	894,7	1,7	671,6	223,1	223,1	—
Transportes aéreos	3 077,2	5,9	3 073,0	4,2	4,2	—
Terminais de carga e outros	215,7	0,4	205,9	9,8	9,8	—
Telecomunicações	6 508,1	12,5	6 508,1	—	—	—
Equipamento convencional	5 360,9	10,3	5 360,9	—	—	—
Redes especializadas	5,8	.	5,8	—	—	—
Satélites e estações	820,0	1,6	820,0	—	—	—
Cabos internacionais	321,4	0,6	321,4	—	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	4 980,4	9,6	4 388,0	592,4	592,4	—
Abastecimento de água potável	465,9	0,9	371,5	94,3	94,3	—
Tratamento de águas residuais	1 633,4	3,1	1 265,6	367,7	367,7	—
Abastecimento e saneamento	1 952,3	3,7	1 917,8	34,5	34,5	—
Tratamento de resíduos sólidos e líquidos	461,9	0,9	383,2	78,6	78,6	—
Empreendimentos com finalidade múltipla	467,0	0,9	449,8	17,2	17,2	—
Infra-estruturas urbanas	300,1	0,6	256,4	43,7	43,7	—
Renovação urbana	21,3	.	20,3	1,0	1,0	—
Exposições, feiras e congressos	234,1	0,4	216,4	17,7	17,7	—
Edifícios públicos e administrativos	21,2	.	19,6	1,5	1,5	—
Empreendimentos urbanos compostos	23,5	.	—	23,5	23,5	—
Infra-estruturas diversas	946,3	1,8	759,7	186,6	186,6	—
Infra-estruturas compostas	747,1	1,4	564,8	182,3	182,3	—
Ordenamento agrícola e florestal	199,2	0,4	194,9	4,3	4,3	—
Indústria, serviços e agricultura	17 918,8	34,4	8 145,5	9 773,3	8 853,2	920,2
Indústria	15 187,6	29,2	7 398,2	7 789,4	6 956,3	833,1
Indústrias extractivas	265,6	0,5	180,0	85,6	76,8	8,8
Indústrias metalúrgicas de base	242,0	0,5	72,5	169,5	156,4	13,1
Indústria metalomecânica	1 702,7	3,3	257,2	1 445,6	1 301,4	144,2
Construção de equipamento de transporte	3 015,5	5,8	2 806,3	209,2	176,8	32,4
Engenharia electrotécnica	533,6	1,0	251,0	282,6	259,6	23,0
Electrónica	906,2	1,7	750,7	155,4	138,2	17,2
Indústria química	1 968,8	3,8	1 395,2	573,6	524,8	48,8
Borracha e matérias plásticas	638,2	1,2	170,2	468,1	415,7	52,3
Vidro e cerâmica	474,4	0,9	169,5	304,9	256,6	48,4
Materiais de construção	556,8	1,1	92,5	464,3	444,5	19,8
Indústria da madeira	496,2	1,0	87,0	409,2	352,0	57,2
Produtos alimentares	1 693,1	3,3	380,5	1 312,5	1 170,5	142,1
Têxteis, vestuário e calçado	643,9	1,2	14,6	629,3	531,2	98,0
Pasta de papel, papel e tipografia	1 521,5	2,9	761,3	760,2	680,3	80,0
Indústrias transformadoras diversas	161,2	0,3	9,5	151,7	128,0	23,7
Engenharia civil e construção	367,8	0,7	—	367,8	343,6	24,2
Serviços	2 527,7	4,9	741,6	1 786,2	1 707,5	78,7
Turismo, actividades recreativas e saúde	1 062,6	2,0	279,1	783,5	777,7	5,8
Investigação e desenvolvimento	133,8	0,3	104,8	29,0	28,8	0,2
Serviços às empresas e às autarquias	908,0	1,7	55,4	852,6	786,3	66,3
Recuperação e reciclagem de resíduos	55,2	0,1	—	55,2	49,4	5,8
Centros de formação e de ensino	53,3	0,1	52,3	1,0	0,8	0,2
Serviços especializados de informação	250,0	0,5	250,0	—	—	—
Comércio por grosso	64,9	0,1	—	64,9	64,5	0,3
Agricultura, pescas e silvicultura	203,6	0,4	5,7	197,8	189,4	8,4
Total geral	52 078,4	100,0	40 439,4	11 639,0	10 709,3	929,8

Quadro G: **Financiamentos de interesse regional (em 1991 e de 1989 a 1991)**

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

(milhões de ecus)

Países	1991			1989-1991		
	Desenvolvimento regional	Regiões de intervenção comunitária	Regiões objectivo 1	Desenvolvimento regional	Regiões de intervenção comunitária	Regiões objectivo 1
Bélgica	64,5	51,6	—	134,6	115,0	—
Dinamarca	191,4	137,4	—	834,0	451,2	—
Alemanha	475,8	434,1	—	1 160,4	776,6	—
Grécia	166,5	166,5	166,5	585,3	585,3	585,3
Espanha	1 825,3	1 647,8	975,2	3 976,3	3 766,9	2 254,1
França	1 233,5	952,9	22,2	3 378,6	2 474,4	28,5
Irlanda	250,0	250,0	250,0	638,8	638,8	638,8
Itália	2 557,5	2 491,2	1 802,2	7 310,1	6 283,4	4 981,3
Luxemburgo	—	—	—	11,8	11,8	—
Países Baixos	58,4	30,0	—	178,7	119,8	—
Portugal	962,3	962,3	962,3	2 511,5	2 511,5	2 511,5
Reino Unido	706,3	674,3	127,1	2 282,0	2 002,8	128,5
Total	8 491,6	7 798,1	4 305,5	23 002,1	19 737,5	11 128,0

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por região (em 1991 e de 1989 a 1991)**

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Este quadro apresenta a distribuição dos financiamentos por região (Nuts (1) 1 ou 2 segundo o país). Na medida do possível, procedeu-se à decomposição dos empréstimos individuais relativos a várias regiões.

(montantes em milhões de ecus)

	PIB/ hab. (2)	Popu- lação (2)	1991			1989-1991		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Bélgica	101	9 938	237,3	21,0	216,3	383,8	37,4	346,4
Bruxelles-Brussel	159	967	19,7	7,5	12,2	27,6	13,5	14,1
Vlaams Gewest	103	5 731	181,4	—	181,4	284,8	10,4	274,4
Région wallonne	82	3 239	22,7	—	22,7	58,0	—	58,0
Projectos multirregionais	-	—	13,5	13,5	—	13,5	13,5	—
Dinamarca	107	5 132	558,6	487,8	70,8	1 628,6	1 456,4	172,2
Hovedstadsregionen	-	1 716	101,5	93,1	8,4	338,9	309,8	29,0
Øst for Storebælt	-	587	70,2	67,2	3,0	158,4	148,6	9,8
Vest for Storebælt	-	2 829	285,6	226,2	59,4	734,1	600,8	133,3
Projectos multirregionais	-	—	101,3	101,3	—	397,2	397,2	—
Alemanha	112	61 990	765,8	588,4	177,4	2 297,4	1 320,9	976,5
Hamburg	173	1 611	63,0	61,0	2,0	82,5	61,0	21,4
Bremen	141	666	2,5	—	2,5	29,1	—	29,1
Hessen	128	5 594	8,3	—	8,3	66,5	24,3	42,3
Baden-Württemberg	118	9 461	47,9	21,9	26,0	265,7	126,1	139,6
Bayern	113	11 087	96,0	73,3	22,7	416,1	337,4	78,7
Berlin	-	3 300 (4)	54,8	49,3	5,4	55,7	49,3	6,4
Nordrhein-Westfalen	107	16 950	44,7	12,2	32,5	613,5	246,8	366,7
Saarland	101	1 063	7,9	7,3	0,6	46,1	7,3	38,8
Rheinland-Pfalz	99	3 675	0,6	—	0,6	38,8	—	38,8
Niedersachsen	97	7 235	53,8	9,8	44,0	204,4	48,6	155,8
Schleswig-Holstein	94	2 582	4,9	—	4,9	48,9	17,9	31,0
Mecklenburg-Vorpommern	-	2 000 (4)	11,9	8,2	3,7	11,9	8,2	3,8
Brandenburg	-	2 600 (4)	14,2	8,2	6,1	14,2	8,2	6,1
Sachsen-Anhalt	-	3 000 (4)	11,6	8,2	3,5	11,6	8,2	3,5
Sachsen	-	4 900 (4)	182,5	173,3	9,2	231,0	221,9	9,2
Thüringen	-	2 700 (4)	112,5	106,9	5,6	112,5	106,9	5,6
Projectos multirregionais	-	—	48,9	48,9	—	48,9	48,9	—

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por região (em 1991 e de 1989 a 1991)** (continuação)

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso) (montantes em milhões de ecus)

	PIB/ hab. (2)	Popu- lação (3)	1991			1989-1991		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Espanha	77	38 688	2 386,5	2 070,7	315,8	5 806,1	4 882,0	924,1
Baleares	104	677	25,7	16,8	8,9	55,3	44,8	10,5
Navarra	97	519	60,0	56,8	3,2	131,2	119,4	11,8
Pais Vasco	94	2 120	67,6	50,8	16,8	168,7	128,6	40,2
Madrid	94	4 827	538,1	513,4	24,7	1 114,5	1 010,3	104,2
Cataluña	94	5 975	453,2	415,1	38,1	1 062,9	937,9	125,0
La Rioja	88	260	11,9	10,0	1,9	22,9	16,3	6,6
Aragón	84	1 214	31,7	21,4	10,3	79,5	50,6	28,9
Comunidad Valenciana	78	3 759	223,2	196,5	26,7	392,9	304,7	88,2
Canarias	78	1 461	65,1	58,8	6,2	129,7	104,0	25,8
Asturias	75	1 129	15,5	13,7	1,8	51,0	38,8	12,2
Cantabria	73	525	38,2	34,4	3,9	126,6	116,4	10,2
Murcia	73	1 012	54,4	38,4	16,0	108,4	63,4	44,9
Castilla-León	71	2 625	107,8	72,2	35,6	264,9	169,4	95,5
Castilla-La Mancha	65	1 705	129,7	116,3	13,5	291,5	235,6	55,8
Ceuta y Melilla	63	123	0,2	0,2	—	0,2	0,2	—
Galicia	59	2 804	76,7	44,2	32,6	239,8	172,1	67,6
Andalucía	59	6 830	292,2	225,1	67,1	764,9	597,1	167,8
Extremadura	49	1 121	18,1	9,6	8,5	56,1	27,2	28,9
Projectos multirregionais	—	—	177,1	177,1	—	745,2	745,2	—
França	109	57 620	1 816,8	1 011,4	805,4	4 753,9	2 828,2	1 925,7
Île-de-France	162	10 422	195,8	104,1	91,7	359,4	150,5	208,9
Alsace	113	1 624	31,4	—	31,4	143,8	18,5	125,3
Haute-Normandie	110	1 710	10,4	—	10,4	28,2	—	28,2
Rhône-Alpes	107	5 256	252,8	191,0	61,8	677,3	472,9	204,4
Champagne-Ardenne	103	1 369	98,9	86,2	12,8	169,7	142,2	27,5
Centre	100	2 367	19,4	—	19,4	60,1	14,1	46,0
Franche-Comté	100	1 095	54,5	—	54,5	73,5	—	73,5
Aquitaine	100	2 754	99,6	15,0	84,5	194,4	50,8	143,7
Provence-Côte d'Azur	99	4 174	94,9	65,4	29,5	413,2	287,5	125,7
Bourgogne	97	1 621	17,4	—	17,4	27,8	1,0	26,8
Picardie	95	1 793	38,7	23,0	15,7	88,2	63,8	24,5
Basse-Normandie	93	1 395	42,5	—	42,5	58,1	—	58,1
Pays de la Loire	93	3 090	35,5	—	35,5	153,6	15,3	138,3
Lorraine	91	2 345	50,0	7,2	42,8	120,6	7,2	113,4
Midi-Pyrénées	91	2 391	19,9	—	19,9	304,3	235,1	69,3
Bretagne	90	2 785	69,6	—	69,6	186,5	11,0	175,5
Poitou-Charentes	89	1 606	21,6	—	21,6	30,1	—	30,1
Auvergne	89	1 333	26,5	—	26,5	57,4	22,4	35,1
Nord — Pas-de-Calais	87	3 956	426,1	386,9	39,2	1 019,9	894,6	125,4
Languedoc-Roussillon	86	2 089	60,0	—	60,0	145,6	28,7	116,9
Limousin	84	736	14,1	—	14,1	18,1	—	18,1
Corse	79	248	0,4	—	0,4	1,4	—	1,4
DOM	—	1 460	22,1	18,0	4,2	27,9	18,0	9,9
Projectos multirregionais	—	—	114,7	114,7	—	394,9	394,9	—
Grécia	54	9 992	166,5	100,1	66,4	586,7	418,3	168,4
Attiki	57	3 511	13,3	—	13,3	68,5	32,5	36,0
Kentriki Ellada	54	2 292	56,2	35,4	20,8	201,7	159,0	42,7
Voreia Ellada	53	3 242	47,2	30,7	16,5	143,0	102,7	40,3
Nisia	50	946	15,0	1,5	13,5	52,6	19,4	33,2
Projectos multirregionais	—	—	34,8	32,5	2,3	120,9	104,7	16,2
Irlanda	67	3 515	250,0	237,0	13,0	634,4	615,5	18,9

Quadro H: **Apresentação dos financiamentos por região (em 1991 e de 1989 a 1991)** (continuação)

(empréstimos individuais e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso) (montantes em milhões de ecus)

	PIB/ hab. (²)	Popu- lação (³)	1991			1989-1991		
			Total	Empréstimos	Créditos	Total	Empréstimos	Créditos
Itália	104	57 540	3 824,2	2 794,1	1 030,1	11 420,7	8 252,3	3 168,5
Lombardia	139	8 906	349,1	155,6	193,5	1 034,3	477,8	556,5
Emilia-Romagna	130	3 929	210,3	119,8	90,5	713,9	408,8	305,1
Valle d'Aosta	128	115	—	—	—	6,6	6,6	—
Piemonte	121	4 378	346,5	250,6	95,9	1 080,2	775,8	304,4
Trentino-Alto Adige	119	884	69,2	22,8	46,4	235,9	38,9	197,0
Veneto	118	4 384	231,1	149,5	81,6	575,1	295,4	279,7
Friuli-Venezia Giulia	118	1 210	110,5	96,8	13,7	369,2	311,4	57,8
Liguria	117	1 747	106,6	85,2	21,5	299,5	245,5	53,9
Lazio	117	5 155	220,0	150,5	69,6	909,4	724,5	184,9
Toscana	114	3 572	159,3	97,3	62,0	492,7	288,5	204,2
Marche	104	1 431	119,0	35,8	83,3	254,0	86,9	167,1
Umbria	99	820	48,1	23,3	24,8	128,2	41,7	86,6
Abruzzi	89	1 262	199,2	160,6	38,6	509,9	409,1	100,9
Molise	79	335	63,3	55,4	7,8	150,0	121,1	28,9
Sardegna	75	1 656	238,1	212,1	26,1	693,4	591,8	101,6
Puglia	73	4 057	241,9	193,9	48,0	799,2	673,7	125,5
Sicilia	69	5 161	246,3	205,4	41,0	817,2	674,3	142,9
Campania	67	5 761	332,7	268,3	64,4	930,3	746,6	183,7
Basilicata	62	623	156,3	143,1	13,2	377,5	328,4	49,1
Calabria	57	2 152	183,5	174,9	8,6	466,3	433,7	32,6
Projectos multirregionais	—	—	193,1	193,1	—	572,2	571,8	0,4
Luxemburgo	129	377	28,6	28,6	—	40,4	40,4	—
Países Baixos	102	14 846	194,3	125,5	68,9	706,7	537,1	169,6
West-Nederland	112	6 945	87,4	65,0	22,4	132,0	68,2	63,8
Noord-Nederland	102	1 602	5,9	—	5,9	20,9	—	20,9
Zuid-Nederland	96	3 281	51,2	37,9	13,3	147,1	112,0	35,2
Oost-Nederland	87	3 018	49,8	22,5	27,3	72,4	22,5	49,9
Projectos multirregionais	—	—	—	—	—	334,4	334,4	—
Portugal	55	10 319	962,3	809,2	153,1	2 505,0	2 055,6	449,4
Lisboa e Vale do Tejo	70	3 459	326,4	275,6	50,8	724,2	608,6	115,5
Alentejo	50	571	33,8	30,3	3,5	121,0	105,3	15,7
Algarve	50	343	30,2	25,7	4,5	44,3	32,5	11,8
Norte	47	3 630	256,1	203,2	52,9	607,1	457,0	150,1
Centro	45	1 791	167,3	131,1	36,2	537,0	394,1	142,9
Açores	-	254	19,4	16,5	2,9	115,1	110,9	4,2
Madeira	-	271	5,4	3,1	2,3	14,6	6,1	8,5
Projectos multirregionais	—	—	123,6	123,6	—	341,8	341,1	0,7
Reino Unido	107	57 236	2 164,2	2 090,5	73,7	5 494,6	5 325,8	168,7
South East	131	17 384	355,3	351,9	3,4	1 193,3	1 153,0	40,3
East Anglia	106	2 044	9,9	6,2	3,7	97,0	90,4	6,6
South West	103	4 652	153,4	153,2	0,3	363,0	355,6	7,5
East Midlands	99	3 999	57,3	47,9	9,4	145,6	125,3	20,3
Scotland	99	5 091	677,8	677,0	0,8	1 077,2	1 060,5	16,7
North West	97	6 380	197,1	174,2	22,9	529,2	502,9	26,3
West Midlands	97	5 216	91,8	83,9	8,0	309,2	294,5	14,7
Yorkshire and Humberside	93	4 940	63,9	60,0	3,9	389,0	378,9	10,1
North	91	3 073	206,4	196,8	9,7	442,7	431,8	10,9
Wales	87	2 873	83,0	71,3	11,7	156,7	141,4	15,4
Northern Ireland	79	1 583	127,2	127,2	—	128,6	128,6	—
Projectos multirregionais	—	—	141,3	141,3	—	663,0	663,0	—
Outros	—	—	300,4	300,4	—	691,0	691,0	—
Total	—	—	13 655,5	10 664,6	2 990,9	36 949,3	28 460,9	8 488,4

(¹) Nomenclatura das unidades territoriais estatísticas.

(²) Estimativas para 1989 da EUROSTAT, do PIB *per capita* expresso em poder de compra padrão (CE = 100).

(³) Em milhares de habitantes (1989).

(⁴) Estimativas (não incluídas no total).

—: Dados não disponíveis.

Quadro I: Créditos concedidos em 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso

Apresentação sintética					(montantes em milhões de ecus)	
	Total		Recursos próprios		Recursos NIC	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Total créditos 1991 (1)	10 271	2 990,9	9 960	2 919,9	311	71,0
Desenvolvimento regional	6415	1 820,6	6415	1 820,6	—	—
Infra-estruturas	438	418,4	438	418,4	—	—
PMEs regiões assistidas	5 977	1 402,2	5 977	1 402,2	—	—
Objectivos energéticos	86	114,1	86	114,1	—	—
Tecnologias avançadas	141	54,1	141	54,1	—	—
PMEs fora das regiões assistidas	3 621	992,9	3 310	921,9	311	71,0
Ambiente	152	163,2	152	163,2	—	—
Infra-estruturas comunitárias	12	3,0	12	3,0	—	—

(1) Certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.

Quadro J: Créditos concedidos em 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso

Distribuição por regiões e por objectivos											(montantes em milhões de ecus)	
Regiões	Total		Regiões assistidas		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias		
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC						
Bélgica	280	216,3	—	64,5	128,2	23,6	—	—	—	—		
West Vlaanderen	56	69,0	—	12,6	50,9	5,5	—	—	—	—		
Oost Vlaanderen	34	42,5	—	—	36,7	5,8	—	—	—	—		
Limburg	26	30,6	—	30,6	—	—	—	—	—	—		
Antwerpen	46	29,9	—	6,8	17,5	5,6	—	—	—	—		
Brabant B.	18	12,2	—	—	10,1	2,1	—	—	—	—		
Brabant V.	10	9,3	—	1,7	6,6	1,0	—	—	—	—		
Liège	31	8,7	—	6,0	1,3	1,4	—	—	—	—		
Hainaut	29	8,2	—	5,1	1,5	1,6	—	—	—	—		
Namur	3	3,1	—	0,8	1,9	0,4	—	—	—	—		
Brabant W.	7	1,8	—	—	1,6	0,1	—	—	—	—		
Luxembourg	10	1,0	—	1,0	—	—	—	—	—	—		
Dinamarca	298	70,8	—	32,0	37,0	—	—	—	1,8	—		
Vest for Storebælt	222	59,4	—	30,1	28,5	—	—	—	0,8	—		
Hovedstadsregionen	51	8,4	—	—	7,6	—	—	—	0,7	—		
Øst for Storebælt	25	3,0	—	1,9	0,9	—	—	—	0,2	—		
Alemanha	401	177,4	32,1	60,4	38,5	—	12,5	17,2	60,7	—		
Niedersachsen	32	44,0	27,2	16,6	0,2	—	—	0,2	22,7	—		
Nordrhein-Westfalen	39	32,5	—	7,0	16,7	—	1,0	—	8,9	—		
Baden-Württemberg	135	26,0	—	—	6,9	—	11,6	3,4	7,6	—		
Bayern	11	22,7	—	—	7,2	—	—	9,6	5,9	—		
Sachsen	48	9,2	—	9,2	—	—	—	—	—	—		
Hessen	8	8,3	—	0,6	7,6	—	—	—	0,6	—		
Brandenburg	31	6,1	—	6,1	—	—	—	—	—	—		
Thüringen	23	5,6	—	5,6	—	—	—	—	2,2	—		
Berlin	6	5,4	—	5,4	—	—	—	—	4,9	—		
Schleswig-Holstein	4	4,9	2,4	1,0	—	—	—	1,5	2,9	—		
Mecklenburg-Vorpommern	36	3,7	—	3,7	—	—	—	—	—	—		
Sachsen-Anhalt	23	3,5	—	3,5	—	—	—	—	—	—		
Bremen	1	2,5	2,5	—	—	—	—	2,5	2,5	—		
Hamburg	2	2,0	—	1,1	—	—	—	—	2,0	—		
Saarland	1	0,6	—	0,6	—	—	—	—	—	—		
Rheinland-Pfalz	1	0,6	—	—	—	—	—	—	0,6	—		

Quadro J: Créditos concedidos em 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Regiões assistidas		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Grécia	84	66,4	19,1	47,3	—	—	—	14,6	0,7	—
Stereia Ellada	9	16,9	—	16,9	—	—	—	—	—	—
Attiki	14	13,3	1,4	11,8	—	—	—	1,4	—	—
Kriti	28	10,0	7,4	2,5	—	—	—	3,0	—	—
Kentriki Makedonia	9	6,9	0,3	6,6	—	—	—	0,3	0,7	—
Thessalia	5	4,1	1,4	2,7	—	—	—	1,4	—	—
Peloponnisos	5	3,7	1,5	2,2	—	—	—	1,5	—	—
Voreia Ellada	3	3,6	3,6	—	—	—	—	3,6	—	—
Nisia	7	3,4	3,4	—	—	—	—	3,4	—	—
Projectos multirregionais	1	2,3	—	2,3	—	—	—	—	—	—
Anatoliki Makedonia, Thraki	1	1,9	—	1,9	—	—	—	—	—	—
Dytiki Ellada	1	0,2	—	0,2	—	—	—	—	—	—
Voreio Aigaio	1	0,1	0,1	—	—	—	—	—	—	—
Espanha	609	315,8	58,6	175,5	70,6	8,9	—	—	3,5	—
Andalucía	101	67,1	4,8	61,7	—	0,6	—	—	—	—
Cataluña	63	38,1	—	1,5	36,1	0,5	—	—	—	—
Castilla-León	88	35,6	14,4	16,4	—	4,8	—	—	—	—
Galicia	29	32,6	27,1	5,5	—	—	—	—	—	—
Comunidad Valenciana	81	26,7	1,4	23,8	—	1,4	—	—	—	—
Madrid	51	24,7	—	—	22,5	0,1	—	—	2,1	—
País Vasco	21	16,8	0,8	14,2	1,1	0,8	—	—	—	—
Murcia	26	16,0	3,7	12,2	—	0,2	—	—	1,3	—
Castilla-La Mancha	50	13,5	4,3	8,7	—	0,4	—	—	—	—
Aragón	19	10,3	—	4,7	5,6	—	—	—	—	—
Baleares	5	8,9	—	8,7	0,2	—	—	—	—	—
Extremadura	16	8,5	1,2	7,2	—	0,1	—	—	—	—
Canarias	26	6,2	—	6,2	—	—	—	—	—	—
Cantabria	9	3,9	1,0	2,9	—	—	—	—	—	—
Navarra	11	3,2	—	—	3,2	—	—	—	—	—
La Rioja	4	1,9	—	—	1,9	—	—	—	—	—
Asturias	9	1,8	—	1,8	—	—	—	—	—	—
França	6 190	805,4	267,1	293,4	218,2	25,8	—	—	46,3	3,0
Île-de-France	981	91,7	—	—	86,3	4,9	—	—	0,5	—
Aquitaine	313	84,5	60,9	23,4	0,2	—	—	—	3,2	0,3
Bretagne	257	69,6	37,3	31,8	—	0,5	—	—	1,5	—
Rhône-Alpes	825	61,8	7,8	27,3	22,6	3,7	—	—	7,7	0,5
Languedoc-Roussillon	168	60,0	51,0	9,0	—	—	—	—	—	0,7
Franche-Comté	194	54,5	1,3	4,6	46,6	1,9	—	—	1,6	—
Lorraine	321	42,8	14,7	23,1	—	5,0	—	—	15,1	—
Basse Normandie	166	42,5	35,8	3,2	2,9	0,7	—	—	—	—
Nord — Pas-de-Calais	299	39,2	—	39,2	—	—	—	—	—	—
Pays de la Loire	361	35,5	0,9	27,6	5,6	1,4	—	—	0,9	—
Alsace	311	31,4	2,6	11,9	15,9	1,0	—	—	4,9	—
Provence-Côte d'Azur	439	29,5	1,3	28,2	—	—	—	—	1,3	—
Auvergne	120	26,5	15,5	10,3	0,5	0,1	—	—	—	—
Poitou-Charentes	170	21,6	10,8	10,8	—	—	—	—	5,0	0,3
Midi-Pyrénées	212	19,9	3,0	14,8	1,3	0,7	—	—	2,2	0,1
Centre	237	19,4	0,5	1,9	14,7	2,2	—	—	—	0,5
Bourgogne	233	17,4	3,0	5,9	8,2	0,2	—	—	2,4	0,6
Picardie	174	15,7	7,0	2,0	6,5	0,2	—	—	—	—
Limousin	55	14,1	11,4	2,8	—	—	—	—	—	—
Champagne-Ardenne	200	12,8	—	7,7	2,4	2,8	—	—	—	—
Haute-Normandie	120	10,4	2,3	3,6	4,4	0,2	—	—	—	—
Martinique	23	4,1	—	3,8	—	0,3	—	—	—	—
Corse	10	0,4	—	0,4	—	—	—	—	—	—
Guyane	1	0,05	—	—	0,05	—	—	—	—	—

Quadro J: **Créditos concedidos em 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Regiões assistidas		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Irlanda	8	13,0	—	13,0	—	—	—	—	—	—
Itália	1 850	1 030,1	13,4	518,3	371,6	0,6	41,6	75,8	50,1	—
Lombardia	179	193,5	—	—	142,4	0,6	20,6	13,1	22,1	—
Piemonte	96	95,9	—	—	68,8	—	9,8	7,1	10,2	—
Emilia-Romagna	112	90,5	—	0,1	63,3	—	7,3	14,8	5,1	—
Marche	163	83,3	—	83,3	—	—	3,9	—	—	—
Veneto	92	81,6	—	9,2	64,6	—	—	10,1	2,3	—
Lazio	50	69,6	0,7	65,5	—	—	—	4,1	—	—
Campania	169	64,4	—	64,4	—	—	—	—	—	—
Toscana	119	62,0	—	36,0	24,5	—	—	5,4	3,1	—
Puglia	239	48,0	7,2	40,8	—	—	—	7,2	—	—
Trentino-Alto Adige	53	46,4	2,0	41,8	—	—	—	4,6	—	—
Sicilia	122	41,0	0,2	40,8	—	—	—	3,2	4,0	—
Abruzzi	95	38,6	0,8	37,8	—	—	—	0,8	—	—
Sardegna	119	26,1	—	26,1	—	—	—	—	—	—
Umbria	52	24,8	—	24,8	—	—	—	—	—	—
Liguria	55	21,5	2,5	12,6	6,3	—	—	2,5	—	—
Friuli-Venezia Giulia	37	13,7	—	5,8	1,6	—	—	2,9	3,4	—
Basilicata	47	13,2	—	13,2	—	—	—	—	—	—
Calabria	37	8,6	—	8,6	—	—	—	—	—	—
Molise	14	7,8	—	7,8	—	—	—	—	—	—
Países Baixos	51	68,9	1,1	14,0	53,7	—	—	—	—	—
Gelderland	12	19,8	—	5,7	14,1	—	—	—	—	—
Noord-Holland	9	15,4	—	—	15,4	—	—	—	—	—
Noord-Brabant	6	10,2	—	0,3	9,9	—	—	—	—	—
Overijssel	6	6,8	—	1,4	5,4	—	—	—	—	—
Zuid-Holland	8	6,5	—	—	6,5	—	—	—	—	—
Groningen	3	3,5	—	3,5	—	—	—	—	—	—
Limburg	3	3,2	—	1,9	1,3	—	—	—	—	—
Friesland	2	2,4	1,1	1,3	—	—	—	—	—	—
Flevoland	1	0,7	—	—	0,7	—	—	—	—	—
Utrecht	1	0,5	—	—	0,5	—	—	—	—	—
Portugal	399	153,1	26,9	126,2	—	—	—	6,5	0,1	—
Norte	155	52,9	11,8	41,1	—	—	—	5,6	—	—
Lisboa e Vale do Tejo	92	50,8	2,8	48,0	—	—	—	—	—	—
Centro	102	36,2	5,9	30,3	—	—	—	0,8	0,1	—
Algarve	11	4,5	2,7	1,8	—	—	—	—	—	—
Alentejo	25	3,5	0,9	2,6	—	—	—	—	—	—
Açores	12	2,9	2,7	0,2	—	—	—	—	—	—
Madeira	2	2,3	—	2,3	—	—	—	—	—	—
Reino Unido	101	73,7	—	57,6	4,1	12,0	—	—	—	—
North West	22	22,9	—	20,6	2,3	—	—	—	—	—
Wales	12	11,7	—	11,7	—	—	—	—	—	—
North	9	9,7	—	9,7	—	—	—	—	—	—
East Midlands	14	9,4	—	6,0	—	3,4	—	—	—	—
West Midlands	13	8,0	—	5,8	—	2,1	—	—	—	—
Yorkshire and Humberside	9	3,9	—	2,7	—	1,2	—	—	—	—
East Anglia	9	3,7	—	—	1,8	2,0	—	—	—	—
South East	10	3,4	—	—	—	3,4	—	—	—	—
Scotland	2	0,8	—	0,8	—	—	—	—	—	—
South West	1	0,3	—	0,3	—	—	—	—	—	—
Total geral	10 271	2 990,9	418,4	1 402,2	921,9	71,0	54,1	114,1	163,2	3,0

Quadro K: Créditos concedidos de 1987 a 1991 no âmbito dos empréstimos globais em curso

Distribuição por grandes sectores de intervenção

(montante em milhões de ecus)

	Total		Recursos próprios		Recursos NIC	
	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
Total créditos 1987—1991 ⁽¹⁾	34 967	11 639,0	32 333	10 709,3	2 634	929,8
Desenvolvimento regional	21 755	7 034,5	21 755	7 034,5	—	—
Infra-estruturas	1 327	1 479,7	1 327	1 479,7	—	—
PMEs regiões assistidas	20 428	5 554,8	20 428	5 554,8	—	—
Objectivos energéticos	457	660,8	448	653,5	9	7,3
Tecnologias avançadas	557	459,1	557	459,1	—	—
PMEs fora das regiões assistidas	11 963	3 262,5	9 338	2 340,0	2 625	922,5
Ambiente	863	970,1	863	970,1	—	—
Infra-estruturas comunitárias	31	25,6	31	25,6	—	—

(1) Certos créditos correspondem a mais de um objectivo, pelo que o total das diferentes rubricas não é acumulável.

Quadro L: Créditos concedidos de 1987 a 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Regiões assistidas		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Bélgica	422	351,1	—	135,8	191,6	23,6	—	—	—	—
West Vlaanderen	107	119,9	—	17,8	96,6	5,5	—	—	—	—
Limburg	40	52,1	—	52,1	—	—	—	—	—	—
Oost Vlaanderen	45	49,7	—	0,2	43,7	5,8	—	—	—	—
Antwerpen	66	46,0	—	16,3	24,1	5,6	—	—	—	—
Hainaut	42	29,8	—	26,6	1,6	1,6	—	—	—	—
Liège	41	16,8	—	13,8	1,6	1,4	—	—	—	—
Brabant B.	28	14,8	—	—	12,7	2,1	—	—	—	—
Brabant V.	15	10,2	—	1,7	7,3	1,2	—	—	—	—
Namur	16	8,7	—	6,3	1,9	0,4	—	—	—	—
Brabant W.	12	2,2	—	—	2,1	0,1	—	—	—	—
Luxemburg	10	1,0	—	1,0	—	—	—	—	—	—
Dinamarca	649	237,3	26,5	70,2	71,1	62,6	—	—	26,4	—
Vest for Storebælt	482	187,8	23,5	66,1	51,3	46,0	—	—	20,3	—
Hovedstadsregionen	119	38,2	1,5	—	18,9	14,4	—	—	3,4	—
Øst for Storebælt	48	11,3	1,6	4,1	0,9	2,1	—	—	2,7	—
Alemanha	1 540	1 206,9	398,2	278,2	192,5	—	59,6	72,7	636,9	—
Nordrhein-Westfalen	407	548,1	249,4	92,5	73,3	—	5,8	21,7	317,4	—
Niedersachsen	141	167,9	85,5	68,2	4,6	—	—	2,9	91,3	—
Baden-Württemberg	529	153,3	0,1	1,3	49,7	—	53,8	11,9	49,8	—
Bayern	98	86,5	—	8,4	25,8	—	—	9,6	46,6	—
Hessen	65	49,2	—	3,9	29,9	—	—	—	16,7	—
Rheinland-Pfalz	46	44,5	3,4	17,4	7,3	—	—	0,6	19,4	—
Saarland	18	39,4	26,2	13,2	—	—	—	—	38,8	—
Schleswig-Holstein	29	32,2	18,5	4,2	1,2	—	—	11,5	20,7	—
Bremen	15	29,1	14,4	14,7	—	—	—	14,4	17,4	—
Hamburg	24	22,4	0,8	20,0	0,6	—	—	—	11,7	—
Sachsen	48	9,2	—	9,2	—	—	—	—	—	—
Berlin	7	6,4	—	6,4	—	—	—	—	4,9	—
Brandenburg	31	6,1	—	6,1	—	—	—	—	—	—
Thüringen	23	5,6	—	5,6	—	—	—	—	2,2	—
Mecklenburg-Vorpommern	36	3,7	—	3,7	—	—	—	—	—	—
Sachsen-Anhalt	23	3,5	—	3,5	—	—	—	—	—	—

Quadro L: **Créditos concedidos de 1987 a 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Regiões assistidas		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Grécia	467	270,0	87,0	178,8	—	4,2	—	14,6	0,7	—
Projectos multirregionais	7	49,0	7,8	41,2	—	—	—	—	—	—
Attiki	86	42,9	9,4	30,8	—	2,6	—	1,4	—	—
Stereia Ellada	38	33,7	4,2	28,6	—	0,8	—	—	—	—
Kriti	103	31,8	13,9	17,8	—	0,1	—	3,0	—	—
Anatoliki Makedonia, Thraki	23	24,0	13,3	10,7	—	—	—	—	—	—
Kentriki Makedonia	70	23,0	3,6	19,2	—	0,1	—	0,3	0,7	—
Thessalia	23	13,5	6,7	6,8	—	—	—	1,4	—	—
Kentriki Ellada	2	10,2	5,5	4,7	—	—	—	—	—	—
Nisia	8	10,1	10,1	—	—	—	—	3,4	—	—
Peloponnisos	33	9,8	2,6	6,9	—	0,3	—	1,5	—	—
Voreia Ellada	6	7,8	7,8	—	—	—	—	3,6	—	—
Notio Aigaio	16	4,5	0,9	3,4	—	0,1	—	—	—	—
Dytiki Ellada	13	3,6	0,03	3,6	—	0,03	—	—	—	—
Ionia Nisia	14	2,9	0,4	2,4	—	0,04	—	—	—	—
Ipeiros	12	2,2	0,2	2,0	—	—	—	—	—	—
Dytiki Makedonia	6	0,7	0,1	0,6	—	—	—	—	—	—
Voreio Aigaio	7	0,5	0,3	0,1	—	0,1	—	—	—	—
Espanha	3 023	1 298,0	196,5	668,8	265,8	164,8	—	—	3,5	—
Andalucia	539	234,8	32,7	195,5	1,7	4,9	—	—	—	—
Cataluña	397	176,7	—	38,2	95,7	42,8	—	—	—	—
Madrid	288	146,7	1,9	9,4	92,2	41,1	—	—	2,1	—
Comunidad Valenciana	311	129,1	8,3	74,8	18,9	27,0	—	—	—	—
Castilla León	324	114,1	34,3	66,4	5,9	7,4	—	—	—	—
Galicia	124	90,4	61,2	26,7	0,1	2,5	—	—	—	—
Castilla-La Mancha	212	72,3	21,9	39,2	3,1	8,1	—	—	—	—
Canarias	129	63,5	0,5	61,2	—	1,8	—	—	—	—
Murcia	143	62,0	13,5	44,7	1,5	2,2	—	—	1,3	—
Pais Vasco	109	53,8	0,9	40,2	4,9	7,9	—	—	—	—
Aragón	107	41,2	0,9	14,6	19,6	6,1	—	—	—	—
Extremadura	126	36,0	13,8	21,8	—	0,4	—	—	—	—
Navarra	60	21,9	—	0,9	14,1	6,9	—	—	—	—
Asturias	60	20,4	5,6	14,4	0,2	0,1	—	—	—	—
Cantabria	37	13,4	1,0	11,2	0,1	1,1	—	—	—	—
La Rioja	43	11,3	—	1,0	6,2	4,1	—	—	—	—
Baleares	14	10,6	—	8,7	1,5	0,4	—	—	—	—
França	16 412	2 379,5	675,2	962,6	545,5	179,9	2,5	13,1	66,0	9,5
Île de France	2 857	260,3	—	—	223,6	33,7	0,9	—	1,2	—
Rhône-Alpes	2 273	235,7	65,7	54,7	84,9	30,0	0,3	—	7,7	0,6
Bretagne	938	234,0	50,3	164,5	0,1	9,2	—	9,8	1,5	—
Nord — Pas-de-Calais	719	195,2	111,2	81,0	—	3,0	—	—	—	3,3
Aquitaine	715	174,1	102,1	65,4	0,3	4,3	0,3	2,0	6,0	0,6
Pays de la Loire	948	161,0	42,7	97,0	12,5	8,8	0,2	—	0,9	0,4
Provence-Côte d'Azur	1 005	155,6	59,4	88,8	0,1	6,7	0,6	—	1,3	—
Alsace	1 085	150,6	9,8	69,6	66,4	4,7	0,1	—	13,5	—
Languedoc-Roussillon	420	131,3	83,4	44,0	—	4,0	—	—	—	0,7
Lorraine	906	128,0	22,1	93,7	0,5	11,7	—	—	21,0	1,3
Midi-Pyrénées	509	80,4	36,8	40,1	1,6	1,9	—	—	2,2	0,1
Franche-Comté	385	77,2	2,6	9,0	59,0	6,5	—	—	3,3	—
Basse-Normandie	466	70,1	35,8	20,2	8,4	5,6	—	—	—	—
Centre	626	57,5	0,5	3,3	32,1	21,4	—	0,3	—	0,5
Haute-Normandie	467	44,6	2,5	16,8	17,5	7,9	—	—	—	—
Auvergne	282	42,6	16,4	18,7	2,7	4,8	—	—	—	—
Poitou-Charentes	299	41,4	11,9	27,6	—	2,0	0,1	—	5,0	0,8
Bourgogne	449	36,8	3,0	14,9	15,0	3,9	0,1	—	2,4	0,6
Picardie	405	36,0	7,0	11,2	15,6	2,2	—	—	—	—
Champagne-Ardenne	422	34,4	0,5	22,5	5,3	6,0	0,1	1,0	—	0,5
Limousin	147	21,2	11,5	9,0	—	0,8	—	—	—	—
Réunion	37	5,6	—	5,6	—	—	—	—	—	—
Martinique	26	4,3	—	4,0	—	0,3	—	—	—	—
Corse	24	1,5	—	1,0	—	0,5	—	—	—	—
Guyane	1	0,05	—	—	0,05	—	—	—	—	—
Guadeloupe	1	0,04	—	0,04	—	—	—	—	—	—

Quadro L: **Créditos concedidos de 1987 a 1991 no âmbito de empréstimos globais em curso** (continuação)

Distribuição por regiões e por objectivos

(montantes em milhões de ecus)

Regiões	Total		Regiões assistidas		Fora das regiões assistidas		Tecnologias avançadas	Energia	Ambiente	Infra-estruturas comunitárias
	Número	Montante	Infra-estruturas	Indústria	Recursos próprios	Recursos NIC				
Irlanda	149	28,2	—	28,2	—	—	—	—	—	—
Itália	9 835	4 948,2	67,7	2 568,3	950,4	384,4	396,9	548,2	234,5	16,1
Lombardia	770	754,2	—	2,6	303,0	102,0	166,1	115,2	104,0	—
Veneto	634	474,1	8,8	66,9	177,2	109,2	44,6	47,1	16,4	16,1
Emilia-Romagna	545	446,2	—	8,5	198,8	79,4	40,9	85,7	34,6	—
Piemonte	387	399,7	—	0,4	161,5	44,2	90,5	80,4	33,7	—
Campania	1 123	387,6	0,1	387,5	—	—	—	7,6	2,7	—
Trentino-Alto Adige	600	378,5	4,5	352,2	—	0,3	—	26,7	—	—
Toscana	646	330,1	—	155,7	84,3	40,5	23,9	44,9	23,8	—
Lazio	327	270,8	3,5	227,9	4,0	0,8	14,1	16,0	7,5	—
Marche	599	249,2	4,9	239,2	0,3	—	5,0	9,6	0,1	—
Sicilia	952	228,2	8,6	219,6	—	—	—	21,5	6,7	—
Sardegna	717	196,0	0,6	195,5	—	—	—	1,5	0,6	—
Puglia	1 011	194,9	15,9	178,9	—	—	—	15,9	—	—
Abruzzi	413	157,0	7,4	149,5	—	—	—	6,9	—	—
Umbria	224	136,8	1,3	125,5	—	—	11,8	14,5	—	—
Friuli-Venezia Giulia	162	88,7	0,6	68,8	1,6	—	—	14,9	3,4	—
Liguria	172	85,4	4,5	43,1	19,7	6,0	—	16,5	—	—
Basilicata	235	71,2	0,3	71,0	—	—	—	1,6	0,7	—
Calabria	232	47,8	6,7	41,1	—	—	—	6,7	—	—
Molise	75	33,6	—	33,6	—	—	—	—	—	—
Projectos multirregionais —										
— Norte	6	16,5	—	—	—	1,9	—	14,1	0,5	—
Valle d'Aosta	1	1,0	—	—	—	—	—	1,0	—	—
Projectos multirregionais —										
— Mezzogiorno	4	0,7	—	0,7	—	—	—	—	—	—
Países Baixos	142	186,1	1,1	67,8	117,3	—	—	—	—	—
Gelderland	26	40,9	—	17,2	23,7	—	—	—	—	—
Noord-Holland	25	38,6	—	11,2	27,4	—	—	—	—	—
Noord-Brabant	21	32,2	—	1,8	30,4	—	—	—	—	—
Zuid-Holland	25	23,7	—	4,8	18,9	—	—	—	—	—
Limburg	9	13,8	—	12,0	1,8	—	—	—	—	—
Overijssel	12	10,8	—	4,7	6,1	—	—	—	—	—
Groningen	8	10,1	—	10,1	—	—	—	—	—	—
Friesland	6	7,0	1,1	6,0	—	—	—	—	—	—
Drenthe	4	3,7	—	—	3,7	—	—	—	—	—
Utrecht	4	2,4	—	—	2,4	—	—	—	—	—
Zeeland	1	2,1	—	—	2,1	—	—	—	—	—
Flevoland	1	0,7	—	—	0,7	—	—	—	—	—
Portugal	2 058	563,0	27,5	499,2	—	35,1	—	12,2	2,2	—
Centro	696	189,3	5,9	163,9	—	18,3	—	4,3	0,2	—
Norte	666	185,8	11,8	167,2	—	6,9	—	7,9	1,9	—
Lisboa e Vale do Tejo	511	138,4	2,8	129,1	—	6,4	—	0,05	—	—
Alentejo	98	17,1	0,9	15,8	—	0,4	—	—	—	—
Algarve	44	14,1	2,7	9,1	—	2,4	—	—	—	—
Madeira	11	9,7	—	8,9	—	0,8	—	—	—	—
Projectos multirregionais	13	4,4	—	4,4	—	—	—	—	—	—
Açores	19	4,2	3,3	0,9	—	—	—	—	—	—
Reino Unido	270	170,7	—	96,9	5,8	67,9	—	—	—	—
South East	75	40,3	—	—	—	40,3	—	—	—	—
North West	35	26,3	—	22,6	2,3	1,4	—	—	—	—
East Midlands	32	20,3	—	10,6	3,5	9,7	—	—	—	—
Wales	23	17,3	—	17,3	—	—	—	—	—	—
Scotland	12	16,7	—	16,7	—	—	—	—	—	—
West Midlands	29	14,7	—	9,2	—	5,5	—	—	—	—
North	14	10,9	—	10,5	—	0,5	—	—	—	—
Yorkshire and Humberside	18	10,1	—	8,4	—	1,7	—	—	—	—
South West	17	7,5	—	1,7	—	5,8	—	—	—	—
East Anglia	15	6,6	—	—	—	3,1	—	—	—	—
Total geral	34 967	11 639,0	1 479,7	5 554,8	2 340,0	922,5	459,1	660,8	970,1	25,6

Quadro M: Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1976 a 1991
(Convenções de Lomé)

Distribuição segundo a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV
ÁFRICA	2 485,9	2 267,8	218,1	1 572,1	1 413,6	158,5	913,8	854,2	59,6
<i>África Ocidental</i>	<i>1 098,6</i>	<i>968,3</i>	<i>130,3</i>	<i>784,7</i>	<i>679,7</i>	<i>105,0</i>	<i>313,9</i>	<i>288,6</i>	<i>25,3</i>
Nigéria	361,0	306,0	55,0	358,0	303,0	55,0	3,0	3,0	—
Costa do Marfim	191,6	191,6	—	185,7	185,7	—	5,9	5,9	—
Gana	98,1	78,1	20,0	57,0	37,0	20,0	41,1	41,1	—
Senegal	69,0	69,0	—	33,0	33,0	—	36,0	36,0	—
Proj. reg.	31,3	31,3	—	15,0	15,0	—	16,3	16,3	—
Mauritânia	78,5	53,5	25,0	40,0	25,0	15,0	38,5	28,5	10,0
Togo	37,8	37,8	—	20,7	20,7	—	17,1	17,1	—
Guiné	57,7	34,7	23,0	26,9	11,9	15,0	30,8	22,8	8,0
Burkina Faso	38,3	35,3	3,0	8,0	8,0	—	30,3	27,3	3,0
Benim	31,9	31,9	—	13,5	13,5	—	18,4	18,4	—
Niger	31,2	31,2	—	16,0	16,0	—	15,2	15,2	—
Mali	30,3	30,3	—	—	—	—	30,3	30,3	—
Libéria	14,0	14,0	—	10,9	10,9	—	3,1	3,1	—
Cabo Verde	8,4	8,4	—	—	—	—	8,4	8,4	—
Gâmbia	12,4	8,1	4,3	—	—	—	12,4	8,1	4,3
Guiné-Bissau	7,3	7,3	—	—	—	—	7,3	7,3	—
<i>África Central e Equatorial</i>	<i>411,9</i>	<i>403,4</i>	<i>8,5</i>	<i>247,5</i>	<i>246,0</i>	<i>1,5</i>	<i>164,4</i>	<i>157,4</i>	<i>7,0</i>
Camarões	135,8	134,3	1,5	129,8	128,3	1,5	6,0	6,0	—
Zaire	95,7	88,7	7,0	50,0	50,0	—	45,7	38,7	7,0
Congo	57,9	57,9	—	28,1	28,1	—	29,8	29,8	—
Gabão	34,5	34,5	—	32,0	32,0	—	2,5	2,5	—
Burundi	20,6	20,6	—	—	—	—	20,6	20,6	—
Chade	17,7	17,7	—	—	—	—	17,7	17,7	—
Ruanda	17,7	17,7	—	—	—	—	17,7	17,7	—
Centráfrica	15,1	15,1	—	—	—	—	15,1	15,1	—
Proj. reg.	8,8	8,8	—	7,6	7,6	—	1,2	1,2	—
Guiné Equatorial	6,0	6,0	—	—	—	—	6,0	6,0	—
São Tomé e Príncipe	2,1	2,1	—	—	—	—	2,1	2,1	—
<i>África Oriental</i>	<i>403,7</i>	<i>375,7</i>	<i>28,0</i>	<i>199,4</i>	<i>179,4</i>	<i>20,0</i>	<i>204,3</i>	<i>196,3</i>	<i>8,0</i>
Quênia	197,9	177,9	20,0	186,9	166,9	20,0	11,0	11,0	—
Tanzânia	53,3	45,3	8,0	5,0	5,0	—	48,3	40,3	8,0
Etiópia	44,0	44,0	—	—	—	—	44,0	44,0	—
Sudão	38,5	38,5	—	—	—	—	38,5	38,5	—
Uganda	25,4	25,4	—	—	—	—	25,4	25,4	—
Somália	25,2	25,2	—	—	—	—	25,2	25,2	—
Seychelles	7,6	7,6	—	1,5	1,5	—	6,1	6,1	—
Proj. reg.	6,5	6,5	—	6,0	6,0	—	0,5	0,5	—
Jibuti	5,4	5,4	—	—	—	—	5,4	5,4	—
<i>África Austral</i>	<i>520,6</i>	<i>483,3</i>	<i>37,3</i>	<i>326,5</i>	<i>308,5</i>	<i>18,0</i>	<i>194,1</i>	<i>174,8</i>	<i>19,3</i>
Zimbabwe	128,4	110,4	18,0	123,0	105,0	18,0	5,4	5,4	—
Zâmbia	71,7	71,7	—	42,0	42,0	—	29,7	29,7	—
Botsuana	65,8	65,8	—	59,5	59,5	—	6,3	6,3	—
Malawi	77,8	63,0	14,8	32,5	32,5	—	45,3	30,5	14,8
Madagáscar	54,6	54,6	—	—	—	—	54,6	54,6	—
Maurícia	53,3	50,8	2,5	44,5	44,5	—	8,8	6,3	2,5
Suazilândia	33,2	33,2	—	25,0	25,0	—	8,2	8,2	—
Moçambique	15,0	15,0	—	—	—	—	15,0	15,0	—
Lesoto	12,6	12,6	—	—	—	—	12,6	12,6	—
Angola	4,0	4,0	—	—	—	—	4,0	4,0	—
Comores	4,2	2,2	2,0	—	—	—	4,2	2,2	2,0
<i>Projecto multirregional</i>	<i>51,0</i>	<i>37,0</i>	<i>14,0</i>	<i>14,0</i>	—	<i>14,0</i>	<i>37,0</i>	<i>37,0</i>	—
CARAÍBAS	258,7	207,2	51,5	200,7	150,7	50,0	58,0	56,5	1,5
Trinidade e Tobago	94,9	56,9	38,0	92,0	54,0	38,0	2,9	2,9	—
Jamaica	57,3	45,3	12,0	50,3	38,3	12,0	7,0	7,0	—
Barbados	25,4	25,4	—	24,3	24,3	—	1,1	1,1	—
Baamas	17,6	17,6	—	17,6	17,6	—	—	—	—
Guiana	11,2	11,2	—	—	—	—	11,2	11,2	—
Santa Lúcia	9,6	9,6	—	6,0	6,0	—	3,6	3,6	—
São Vicente e Grenadinas	9,0	9,0	—	3,0	3,0	—	6,0	6,0	—
Suriname	7,3	7,3	—	—	—	—	7,3	7,3	—
Belize	6,1	6,1	—	4,5	4,5	—	1,6	1,6	—
Granada	6,6	5,1	1,5	—	—	—	6,6	5,1	1,5
Proj. reg.	5,0	5,0	—	3,0	3,0	—	2,0	2,0	—
Dominica	4,8	4,8	—	—	—	—	4,8	4,8	—
Antigua	1,5	1,5	—	—	—	—	1,5	1,5	—
São Cristóvão e Nevis	2,5	2,5	—	—	—	—	2,5	2,5	—

Quadro M: **Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1976 a 1991** (continuação)

(Convenções de Lomé)

Distribuição segundo a localização dos projectos

(milhões de ecus)

	Total			Recursos próprios			Recursos orçamentais		
	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV	Total	Lomé I + II + III	Lomé IV
PACÍFICO	217,1	210,1	7,0	169,4	164,4	5,0	47,7	45,7	2,0
Papúasia-Nova Guiné	109,1	107,1	2,0	87,9	87,9	—	21,2	19,2	2,0
Fiji	88,9	83,9	5,0	79,5	74,5	5,0	9,4	9,4	—
Samoa Ocidentais	7,5	7,5	—	—	—	—	7,5	7,5	—
Tonga	6,1	6,1	—	2,0	2,0	—	4,1	4,1	—
Vanuatu	3,0	3,0	—	—	—	—	3,0	3,0	—
Salomão	2,2	2,2	—	—	—	—	2,2	2,2	—
Kiribati	0,2	0,2	—	—	—	—	0,2	0,2	—
Tuvalu	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	0,1	—
Total: Estados ACP	2 961,7	2 685,1	276,6	1 942,1	1 728,6	213,5	1 019,5	956,4	63,1
PTU	68,6	64,1	4,5	46,0	42,0	4,0	22,6	22,1	0,5
Polinésia Francesa	16,4	16,4	—	11,0	11,0	—	5,4	5,4	—
Antilhas Neerlandesas	15,6	15,6	—	12,8	12,8	—	2,8	2,8	—
Nova Caledónia	11,0	11,0	—	7,0	7,0	—	4,0	4,0	—
Ilhas Caimão	8,0	6,0	2,0	8,0	6,0	2,0	—	—	—
Aruba	6,7	4,2	2,5	3,3	1,3	2,0	3,4	2,9	0,5
Ilhas Virgens Britânicas	4,0	4,0	—	3,0	3,0	—	1,0	1,0	—
Anguila	1,5	1,5	—	—	—	—	1,5	1,5	—
Montserrat	3,2	3,2	—	0,9	0,9	—	2,3	2,3	—
Proj. reg. Índias Ocidentais	1,0	1,0	—	—	—	—	1,0	1,0	—
Ilhas Malvinas	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	0,1	—
Mayotte	1,2	1,2	—	—	—	—	1,2	1,2	—
Total geral	3 030,2	2 749,2	281,1	1 988,1	1 770,6	217,5	1 042,1	978,5	63,6

Quadro N: **Estados ACP e PTU de 1976 a 1991**

(Financiamentos e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Lomé IV		Lomé I + II + III		Lomé I + II + III	
	Financiamentos		Financiamentos		Créditos	
	Montante	%	Montante	%	Número	Montante
Energia	103,0	36,6	657,1	23,9	7	3,1
Produção	75,0	26,7	412,7	15,0	6	2,5
Centrais térmicas convencionais	—	—	150,9	5,5	3	1,8
Centrais hidroeléctricas e geotérmicas	20,0	7,1	229,3	8,3	3	0,7
Hidrocarbonetos	55,0	19,6	32,5	1,2	—	—
Transporte e distribuição	28,0	10,0	214,4	7,8	1	0,6
Electricidade	18,0	6,4	201,4	7,3	1	0,6
Petróleo	10,0	3,6	13,0	0,5	—	—
Reestruturação do sector	—	—	30,0	1,1	—	—
Infra-estruturas	42,8	15,2	443,1	16,1	4	1,8
Transportes	19,0	6,8	116,6	4,2	3	0,8
Caminhos-de-ferro	—	—	10,0	0,4	—	—
Transportes marítimos	—	—	68,1	2,5	2	0,6
Transportes aéreos	19,0	6,8	38,5	1,4	1	0,2
Telecomunicações	—	—	140,0	5,1	1	1,0
Água (adução, distribuição e tratamento)	22,3	7,9	185,5	6,7	—	—
Ordenamento agrícola e florestal	1,5	0,5	1,0	—	—	—
Indústria, agricultura e serviços	135,3	48,1	1 649,0	60,0	944	380,3
Indústria	80,5	28,6	1 011,1	36,8	696	315,2
Indústrias extractivas	25,0	8,9	248,7	9,0	21	10,8
Indústrias metalúrgicas de base	15,0	5,3	47,3	1,7	10	6,9
Indústria química	38,0	13,5	67,3	2,4	51	29,0
Produtos alimentares	—	—	350,2	12,7	170	81,7
Têxteis, vestuário e calçado	2,5	0,9	112,8	4,1	97	47,1
Indústrias transformadoras diversas	—	—	159,8	5,8	347	139,7
Apoio à indústria	—	—	25,0	—	—	—
Agricultura, silvicultura e pescas	—	—	3,5	0,1	23	8,3
Serviços	1,5	0,5	61,4	2,2	213	52,4
Empréstimos globais	53,0	18,9	537,9	19,6	—	—
Bancos de fomento	0,3	0,1	35,1	1,3	12	4,4
Total	281,1	100,0	2 749,2	100,0	955	385,2

Quadro O: Financiamentos nos países da Bacia Mediterrânica de 1977 a 1991

Distribuição por países

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Recursos próprios		Recursos orçamentais
	Montante	%	Montante	Montante	
Jugoslávia	760,0	28,2	760,0	—	
Argélia	358,1	13,3	354,1	4,0	
Marrocos	327,0	12,1	297,0	30,0	
Tunísia	297,5	11,0	257,0	40,5	
Egipto	434,0	16,1	420,0	14,0	
Jordânia	121,3	4,5	112,0	9,3	
Libano	40,0	1,5	40,0	—	
Síria	97,6	3,6	94,1	3,5	
Chipre	78,0	2,9	63,0	15,0	
Israel	127,0	4,7	127,0	—	
Malta	52,5	1,9	42,0	10,5	
Total	2 693,0	100,0	2 566,2	126,8	

Os financiamentos na Turquia, que não figuram neste quadro, ascenderam a 734,2 milhões, designadamente: 115 milhões na forma de empréstimos por conta de recursos próprios concedidos de 1974 a 1981, e 619,2 milhões na forma de financiamentos com condições especiais outorgados de 1965 a 1987.

Quadro P: Países da Bacia Mediterrânica de 1977 a 1991
(financiamentos e créditos no âmbito de empréstimos globais em curso)

Distribuição sectorial

(montantes em milhões de ecus)

	Financiamentos		Créditos	
	Montante	%	Número	Montante
Energia e infra-estruturas	1 966,2	73,0	31	18,2
Energia	511,1	19,0	—	—
Produção	273,7	10,2	—	—
Centrais térmicas convencionais	211,7	7,9	—	—
Centrais hidroeléctricas	34,0	1,3	—	—
Hidrocarbonetos	28,0	1,0	—	—
Transporte e distribuição	237,4	8,8	—	—
Electricidade	212,4	7,9	—	—
Gás natural	25,0	0,9	—	—
Transportes	1 070,1	39,7	15	2,3
Caminhos-de-ferro	175,3	6,5	—	—
Estradas	760,2	28,2	15	2,3
Transportes marítimos	118,6	4,4	—	—
Transportes aéreos	16,0	0,6	—	—
Telecomunicações	13,0	0,5	—	—
Água, saneamento e resíduos sólidos	161,0	6,0	4	13,8
Infra-estruturas diversas	211,1	7,8	12	2,1
Indústria, agricultura e serviços	726,8	27,0	2 223	379,8
Indústria	151,0	5,6	500	245,8
Agricultura, silvicultura e pescas	42,1	1,6	1 599	84,5
Serviços	6,0	0,2	124	49,5
Empréstimos globais	525,3	19,5	—	—
Bancos de fomento	2,4	0,1	—	—
Total	2 693,0	100,0	2 254	398,0

Quadro Q: Financiamentos nos países da Europa Central e Oriental de 1990 a 1991

Distribuição por país e por sector

(montantes em milhões de ecus)

	Total		Sector			
	Montante	%	Energia	Transportes	Telecomunicações	Indústria (empréstimos globais)
Hungria	235,0	47,0	50,0	—	80,0	105,0
Polónia	240,0	48,0	50,0	20,0	70,0	100,0
Roménia	25,0	5,0	25,0	—	—	—
Total	500,0	100,0	125,0	20,0	150,0	205,0

Quadro R: Recursos obtidos em 1991

(montantes em milhões)

Mês de emissão	Local de emissão	Moeda de subscrição	Valor em moeda nacional	Valor em ecus	Vencimento (anos)	Taxa nominal (%)
I. Operações a médio e a longo prazo (antes de swaps)						
EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS						
Janeiro	Alemanha	DEM	250,0	122,4	10	variável
	Luxemburgo	ECU	500,0	500,0	10	10,000
	Reino Unido	GBP	100,0	141,3	8	10,500
Fevereiro	Bélgica	BEF	7 000,0	165,9	8	9,250
	Espanha	ESP	20 000,0	153,1	10	14,000
	Luxemburgo	ECU	650,0	650,0	10	10,000
	Luxemburgo	FRF	3 000,0	431,6	9	9,875
	Luxemburgo	USD	400,0	293,4	6	9,250
	Reino Unido	GBP	86,5	122,2	6	10,000
	Suíça	CHF	150,0	86,1	8	7,250
Março	Alemanha	DEM	700,0	342,8	7	variável
	Luxemburgo	LUF	1 000,0	23,7	7	9,625
	Luxemburgo	ITL	500 000,0	324,6	7	12,000
	Luxemburgo	JPY	20 000,0	108,1	9	6,625
	Portugal	PTE	15 000,0	82,0	5	15,750
Abril	Espanha	ESP	20 000,0	156,8	10	12,250
	França	FRF	2 000,0	286,5	12	9,000
	Luxemburgo	ECU	50,0	50,0	8	9,000
	Luxemburgo	USD	300,0	250,0	8	8,625
	Reino Unido	GBP	150,0	216,8	5	10,750
Maio	Luxemburgo	ECU	300,0	300,0	8	9,000
Junho	Luxemburgo	ITL	600 000,0	391,6	10	11,100
	Luxemburgo	JPY	50 000,0	296,6	10	6,750
	Reino Unido	GBP	200,0	289,0	5	variável
	Suíça	CHF	200,0	114,2	8	6,625
Julho	Espanha	ESP	15 000,0	116,6	5	11,300
	Luxemburgo	ECU	400,0	400,0	10	variável
	Luxemburgo	FRF	2 000,0	287,2	10	9,500
	Luxemburgo	USD	500,0	441,0	7	8,750
	Portugal	PTE	20 000,0	111,9	5	13,000
	Suíça	CHF	400,0	226,2	7	6,500
Agosto	Alemanha	DEM	400,0	194,7	7	variável
Setembro	Espanha	ESP	20 000,0	155,4	5	11,150
	Luxemburgo	ITL	400 000,0	261,7	10	11,100
	Luxemburgo	USD	300,0	264,6	5	7,500
	Reino Unido	GBP	150,0	214,6	5	10,000
	Suíça	CHF	200,0	113,1	6	6,500
Outubro	Alemanha	DEM	500,0	244,3	7	variável
	Espanha	ESP	20 000,0	154,2	5	11,150
	Reino Unido	GBP	50,0	71,1	3	11,500
	Austrália	AUD	400,0	259,7	10	10,250
Novembro	França	FRF	2 000,0	286,7	11	9,000
	Luxemburgo	USD	300,0	243,6	10	8,000
	Luxemburgo	JPY	50 000,0	305,7	8	5,875
	Países Baixos	NLG	300,0	130,0	10	8,875
	Reino Unido	GBP	200,0	284,6	3	9,500
Dezembro	Alemanha	DEM	300,0	146,6	10	8,125
	Espanha	ESP	10 000,0	77,1	5	11,150
	Itália	ITL	400 000,0	261,2	10	12,000
	Luxemburgo	USD	500,0	406,0	10	7,500
	Portugal	PTE	10 000,0	56,5	5	11,750
51 operações				11 613,4		
EMPRÉSTIMOS PRIVADOS						
	2	ECU	100,0	100,0	3-5	8,9- variável
	1	DEM	300,0	146,9	10	9,050
	1	FRF	600,0	86,0	5	variável
	1	NLG	100,0	43,2	13	9,000
	1	GBP	50,0	71,5	19	10,908
	1	JPY	20 000,0	127,8	7	7,125
7 operações				575,5		
TÍTULOS A MÉDIO PRAZO						
12 operações		USD	427,6	349,3	1-8	5,0-7,43
Total (I)				12 538,2		
II. Operações a curto prazo						
Papel comercial		ECU	500,0	500,0		
		GBP	150,0	209,5		
		ITL	350 000,0	226,9		
		NLG	450,0	196,2		
Total (II)				1 132,6		
Total geral (I + II)				13 670,7		

Quadro S: Recursos obtidos de 1987 a 1991

(montantes em milhões de ecus)

	1987		1988		1989		1990		1991	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Moedas comunitárias										
ECU	807	14,4	1 329	17,3	1 839	20,4	1 765	16,1	2 500	18,3
DEM	1 153	20,6	1 545	20,2	959	10,6	1 124	10,2	1 198	8,8
FRF	464	8,3	854	11,1	1 164	12,9	1 114	10,1	1 378	10,1
GBP	142	2,5	752	9,8	1 769	19,6	1 331	12,1	1 837	13,4
ITL	639	11,4	652	8,5	626	6,9	851	7,7	1 466	10,7
BEF	302	5,4	473	6,2	346	3,8	330	3,0	166	1,2
NLG	338	6,0	500	6,5	317	3,5	528	4,8	369	2,7
DKK	38	0,7	—	—	3	—	—	—	—	—
IEP	—	—	32	0,4	52	0,6	—	—	—	—
LUF	79	1,4	85	1,1	92	1,0	52	0,5	24	0,2
GRD	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
ESP	—	—	237	3,1	701	7,8	614	5,6	813	5,9
PTE	—	—	29	0,4	86	1,0	124	1,1	250	1,8
Total	3 963	70,9	6 488	84,6	7 954	88,0	7 833	71,2	10 002	73,2
a taxa fixa	3 763	67,3	5 657	73,8	7 206	79,8	6 055	55,1	6 812	49,8
a taxa variável	200	3,6	831	10,8	748	8,3	1 778	16,2	3 190	23,3
Moedas não comunitárias										
USD	722	12,9	308	4,0	385	4,3	1 574	14,3	2 262	16,5
CHF	370	6,6	556	7,3	264	2,9	818	7,4	782	5,7
JPY	517	9,2	314	4,1	432	4,8	771	7,0	627	4,6
ATS (¹)	21	0,4	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	1 630	29,1	1 178	15,4	1 080	12,0	3 163	28,8	3 670	26,8
a taxa fixa	1 437	25,7	1 101	14,4	1 080	12,0	3 084	28,0	3 413	25,0
a taxa variável	193	3,5	77	1,0	—	—	79	0,7	257	1,9
Total geral	5 593	100,0	7 666	100,0	9 034	100,0	10 996	100,0	13 672	100,0
a taxa fixa	5 199	93,0	6 758	88,2	8 286	91,7	9 139	83,1	10 225	74,8
a taxa variável	393	7,0	908	11,8	748	8,3	1 857	16,9	3 447	25,2

(¹) Xelim austríaco.

Quadro T: Recursos obtidos em ecus de 1981 a 1991

(montantes em milhões de ecus)

Ano	Empréstimos a taxa fixa		Empréstimos a taxa variável				Total obtido em ecus (A)	Total obtido (B)	A/B em %
	Antes swaps	Após swaps	Após swaps	Papel comercial	Certificados de depósito	Total			
1981	85,0	85,0	—	—	—	—	85,0	2 309,7	3,7
1982	112,0	112,0	—	—	—	—	112,0	3 205,2	3,5
1983	230,0	230,0	—	—	—	—	230,0	3 619,4	6,4
1984	455,0	455,0	—	—	100,0	100,0	555,0	4 360,9	12,7
1985	720,0	720,0	—	—	—	—	730,6	5 709,1	12,8
1986	827,0	897,0	—	—	—	—	897,0	6 785,5	13,2
1987	675,0	807,4	—	—	—	—	807,4	5 592,7	14,4
1988	959,0	993,0	82,9	—	252,5	335,4	1 328,4	7 666,1	17,3
1989	1 395,0	1 526,0	75,1	200,0	37,5	312,6	1 838,6	9 034,5	20,4
1990	1 271,8	1 254,9	—	500,0	10,0	510,0	1 764,9	10 995,6	16,1
1991	1 550,0	1 550,0	450,0	500,0	—	950,0	2 500,0	13 672,3	18,3
Total	8 279,8	8 630,3	608,0	1 200,0	400,0	2 208,0	10 849,0	72 951,0	14,9

No que respeita a 1985, inclui 10,6 milhões referentes à participação de terceiros no financiamento de empréstimos.

NOTAS AO LEITOR

1. **Ecu** — salvo indicação em contrário, todos os montantes referidos no Relatório são expressos em ecus.

2. Unidade de conta

Nos termos do artigo 4º dos Estatutos, a unidade de conta do Banco é definida como sendo o ecu utilizado pelas Comunidades Europeias; ver também Demonstrações Financeiras, nota A, ponto 1.

3. **Normes ISO:** O Banco utiliza as abreviaturas adoptadas pela International Organization for Standardization (ISO) para indicar os países e as unidades monetárias (ver quadro a seguir).

Bélgica	BE	Grécia	GR	Irlanda	IE	Países Baixos	NL	Estados Unidos	US
Dinamarca	DK	Espanha	ES	Itália	IT	Portugal	PT	Suíça	CH
Alemanha	DE	França	FR	Luxemburgo	LU	Reino Unido	GB	Japão	JP

4. Taxas de conversão

a) **estatística:** para efeitos de elaboração das estatísticas relativas aos seus financiamentos, assinaturas e desembolsos e à obtenção de recursos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão em vigor no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1991:

		1º trimestre (em 31. 12. 1990)	2º trimestre (em 28. 03. 1991)	3º trimestre (em 28. 06. 1991)	4º trimestre (em 30. 09. 1991)
1 ecu =	ECU				
Franco belga	BEF	42,1839	42,3693	42,2882	42,1805
Coroa dinamarquesa	DKK	7,88260	7,89333	7,93162	7,89854
Marco alemão	DEM	2,04195	2,05891	2,05441	2,04708
Dracma	GRD	214,065	222,729	224,724	227,997
Peseta	ESP	130,604	127,579	128,676	129,678
Franco francês	FRF	6,95010	6,97964	6,96291	6,97672
Libra irlandesa	IEP	0,767840	0,770481	0,767851	0,765889
Lira italiana	ITL	1 540,26	1 532,03	1 528,73	1 531,43
Franco luxemburguês	LUF	42,1839	42,3693	42,2882	42,1805
Florim	NLG	2,30384	2,32103	2,31413	2,30743
Escudo	PTE	182,818	180,567	178,732	177,035
Libra esterlina	GBP	0,708740	0,691945	0,698838	0,702859
Dólar americano	USD	1,36330	1,20018	1,13366	1,23155
Franco suíço	CHF	1,74162	1,75166	1,76850	1,78538
Iene	JPY	184,932	168,565	156,467	163,550

b) **contabilística:** o balanço e as demonstrações financeiras são elaborados com base nas taxas de conversão em 31 de Dezembro do exercício em apreço.

5. Actividade na Comunidade

a) **Estatísticas:** o Banco concede empréstimos individuais, garantias e empréstimos globais. Estes últimos são concedidos a instituições financeiras, que reafectam as verbas outorgadas sob a forma de créditos para projectos de pequena e média dimensão.

Para uma informação mais completa sobre as actividades do BEI na Comunidade, as estatísticas do Relatório Anual incluem, desde 1988:

— como anteriormente, os contratos de financiamento assinados: empréstimos individuais (incluindo garantias) e empréstimos globais;

— e ainda, os financiamentos efectivados: empréstimos individuais e créditos afectados no âmbito dos empréstimos globais em curso.

Para garantir a continuidade das estatísticas, as comparações com os exercícios anteriores obedecem aos mesmos critérios: deste modo, certos valores dos relatórios anuais publicados desde 1988 diferem dos constantes de relatórios anteriores.

b) **Objectivos de política comunitária:** certos empréstimos na Comunidade correspondem simultaneamente a vários objectivos, pelo que os totais dos quadros correspondentes a objectivos diferentes não são acumuláveis.

c) **Países:** de um modo geral, os países da Comunidade são apresentados nos quadros por ordem alfabética, segundo as designações nas respectivas línguas nacionais.

d) **Outros:** Financiamentos equiparados aos financiamentos na Comunidade: os projectos situados no exterior do território europeu dos Estados-membros, que se revestem de interesse para a Comunidade, são equiparados aos projectos na Comunidade. O Conselho de Governadores pode autorizar o seu financiamento caso a caso, nos termos do 2º parágrafo do N.º 1, do artigo 18º dos Estatutos do Banco. Este artigo autoriza também a concessão de outros financiamentos fora da Comunidade, no quadro de acordos e de protocolos específicos.

e) **Recursos próprios:** o produto dos empréstimos obtidos no mercado de capitais constitui essencialmente o que o BEI designa por recursos próprios, que incluem também fundos próprios (capital realizado e reservas). Esta designação foi adoptada para distinguir estes fundos dos recursos geridos sob mandato da Comunidade ou dos Estados-membros. Os financiamentos a cargo de recursos próprios são inscritos no balanço, enquanto os financiamentos sob mandato, embora também façam parte integrante das actividades do Banco, figuram numa conta em gestão fiduciária, na «Secção Especial».

6. **Ajustamentos, acumulações e arredondamentos:** Devido a **ajustamentos** estatísticos, os valores relativos aos exercícios anteriores podem não coincidir com os publicados noutros relatórios.

Os montantes são indicados aos preços e às taxas de câmbio correntes. A sua acumulação durante um período de tempo longo deve ser interpretada com prudência, na medida em que o significado dos dados relativos aos diferentes anos é afectado pela evolução dos preços e pelas variações cambiais entretanto ocorridas.

Em virtude de se ter procedido a **arredondamentos**, poderão verificar-se diferenças entre os totais indicados e a soma dos montantes individuais.

7. **Deflacionador:** O deflacionador aplicável à actividade do Banco é um índice sintético da variação dos índices nacionais de preços derivados da formação bruta de capital fixo (FBCF), corrigidos pelo índice de variação das taxas de conversão das moedas nacionais em ecus, e ponderados pela quota-parte de cada Estado-membro nos financiamentos do Banco a cargo de recursos próprios. Este deflacionador foi calculado em 5% para o exercício de 1991.

Abreviaturas e siglas utilizadas

<i>Comunidade ou CE</i>	=	<i>Comunidade Europeia</i>
<i>Comissão</i>	=	<i>Comissão das Comunidades Europeias</i>
<i>Conselho</i>	=	<i>Conselho das Comunidades Europeias</i>
<i>OCDE</i>	=	<i>Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico</i>
<i>FEDER</i>	=	<i>Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional</i>
<i>NIC</i>	=	<i>Novo Instrumento Comunitário</i>
<i>JO</i>	=	<i>Jornal Oficial das Comunidades Europeias</i>
<i>FBCF</i>	=	<i>Formação bruta de capital fixo</i>
<i>PIB/PNB</i>	=	<i>Produto Interno Bruto/Produto Nacional Bruto</i>
<i>PMEs</i>	=	<i>Pequenas e médias empresas</i>
<i>ACP</i>	=	<i>África, Caraíbas e Pacífico</i>
<i>PTU</i>	=	<i>Países e Territórios Ultramarinos</i>
<i>LIFE</i>	=	<i>Instrumento Financeiro para o Ambiente</i>
<i>METAP</i>	=	<i>Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo</i>
<i>MEDSPA</i>	=	<i>Programa de Acção da Comunidade para a Protecção do Ambiente no Mediterrâneo</i>
<i>LIFFE</i>	=	<i>London International Financial Future Exchanges</i>
<i>MATIF</i>	=	<i>Mercado a prazo internacional de França</i>
<i>OAT</i>	=	<i>Obrigações assimiláveis do Tesouro</i>
<i>PECO</i>	=	<i>Países da Europa Central e Oriental</i>

. = dado não significativo

— = irrelevante

n.d. = não disponível

Abreviaturas utilizadas nas listas

<i>Itália</i>	<i>AGIP</i>	: <i>Azienda Generale Industria Petroli</i>
	<i>Artigiancassa</i>	: <i>Cassa per il Credito alle Imprese Artigiane</i>
	<i>BNL</i>	: <i>Banca Nazionale del Lavoro</i>
	<i>Centrobanca</i>	: <i>Banca Centrale di Credito Popolare</i>
	<i>CIS</i>	: <i>Credito Industriale Sardo</i>
	<i>Crediop</i>	: <i>Consorzio di Credito per le Opere Pubbliche</i>
	<i>Efibanca</i>	: <i>Ente Finanziario Interbancario</i>
	<i>ENEL</i>	: <i>Ente Nazionale per l'Energia Elettrica</i>
	<i>ENI</i>	: <i>Ente Nazionale Idrocarburi</i>
	<i>ICLE</i>	: <i>Istituto di Credito per il Lavoro italiano all'Estero</i>
	<i>IMI</i>	: <i>Istituto Mobiliare Italiano</i>
	<i>Interbanca</i>	: <i>Banca per Finanziamenti a Medio e Lungo Termine</i>
	<i>IRFIS</i>	: <i>Istituto Regionale per il Finanziamento alle Industrie in Sicilia</i>
	<i>IRI</i>	: <i>Istituto per la Ricostruzione Industriale</i>
	<i>ISVEIMER</i>	: <i>Istituto per lo Sviluppo Economico dell'Italia Meridionale</i>
	<i>Mediobanca</i>	: <i>Banca di Credito Finanziario</i>
	<i>Mediocredito Centrale</i>	: <i>Istituto Centrale per il Credito a Medio Termine</i>
	<i>SIP</i>	: <i>Società Italiana per l'Esercizio delle Telecomunicazioni</i>
	<i>SNAM</i>	: <i>Società Nazionale Metanodotti</i>
	<i>Venefondario</i>	: <i>Istituto di Credito Fondiario delle Venezie</i>

Para quaisquer informações adicionais, dirigir-se a:

BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO

100, bd Konrad Adenauer — L-2950 Luxemburgo

Tel. 4379-1 — Telex 3530 bnkeu lu

Telecopiador 43 77 04

ou aos seus escritórios externos:

Departamento Itália

Via Sardenha, 38 — I-00187 Roma

Tel. 4719-1 — Telex 611130 bankeu i

Telecopiador 487 34 38

Gabinete de Atenas

12, Amalias, GR-10557 Atenas

Tel. 3220 773 ou 3220 774 ou 3220 775 — Telex 222126 bkeu gr

Telecopiador 3220 776

Gabinete de Lisboa

Avenida da Liberdade, 144-156, 8º, P-1200 Lisboa

Tel. 342 89 89 ou 342 88 48 — Telex 15576 bnkeu p

Telecopiador 347 04 87

Gabinete de Londres

68, Pall Mall — Londres SW1Y 5ES

Tel. 071-839 3351 — Telex 919159 bankeu g

Telecopiador 071-930 99 29

Gabinete de Madrid

Calle José Ortega y Gasset, 29 — E-28006 Madrid

Tel. 431 13 40 — Telex 44670 bnkeu e

Telecopiador 431 13 83

Gabinete de Representação em Bruxelas

Rue de la Loi 227 — B-1040 Bruxelas

Tel. 230 98 90 — Telex 21721 bankeu b

Telecopiador 230 58 27

que têm igualmente à disposição as seguintes publicações:

Estatutos

1991; 40 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Relatórios anuais

desde 1958

(DE, EN, FR, IT, NL, desde 1972 em dinamarquês, desde 1980 em grego e desde 1985 em espanhol e em português)

BEI-Informações

Boletim periódico de informações

(DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

O Banco Europeu de Investimento — edição 1992

16 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Financiamentos para a Construção da Comunidade Europeia

1990, 20 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Possibilidades de Financiamento no âmbito da Quarta Convenção de Lomé

1991, 20 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Possibilidades de Financiamento nos países terceiros mediterrânicos

1992, 20 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

A Protecção do Ambiente (série temática)

1990, 9 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

As Comunicações (série temática)

1991, 13 p.; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

Financiar o Futuro da Europa (papel e actividades do BEI — folheto)

1992; (DA, DE, EN, ES, FR, GR, IT, NL, PT)

O Banco Europeu de Investimento agradece aos promotores de investimentos que permitiram a realização das fotografias apresentadas no presente relatório.

Autores das fotografias: capa: The Image Bank (M. Melford); p. 34: Continental (W. Volz) (1) — Hurel-Dubois (2) — Thames Water plc (3) — Eurocontrol (4); p. 92: Frigua (B. Barbey, *Magnum*); p. 94: G. Gerecht.

Impresso por:
Saarbrücker Druckhaus der Saarbrücker Zeitung Verlag und Druckerei GmbH, Saarbrücken

DEN EUROPÆISKE INVESTERINGSBANK
EUROPÄISCHE INVESTITIONSBANK
ΕΥΡΩΠΑΪΚΗ ΤΡΑΠΕΖΑ ΕΠΕΝΔΥΣΕΩΝ
EUROPEAN INVESTMENT BANK
BANCO EUROPEO DE INVERSIONES
BANQUE EUROPEENNE D'INVESTISSEMENT
BANCA EUROPEA PER GLI INVESTIMENTI
EUROPESE INVESTERINGSBANK
BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO